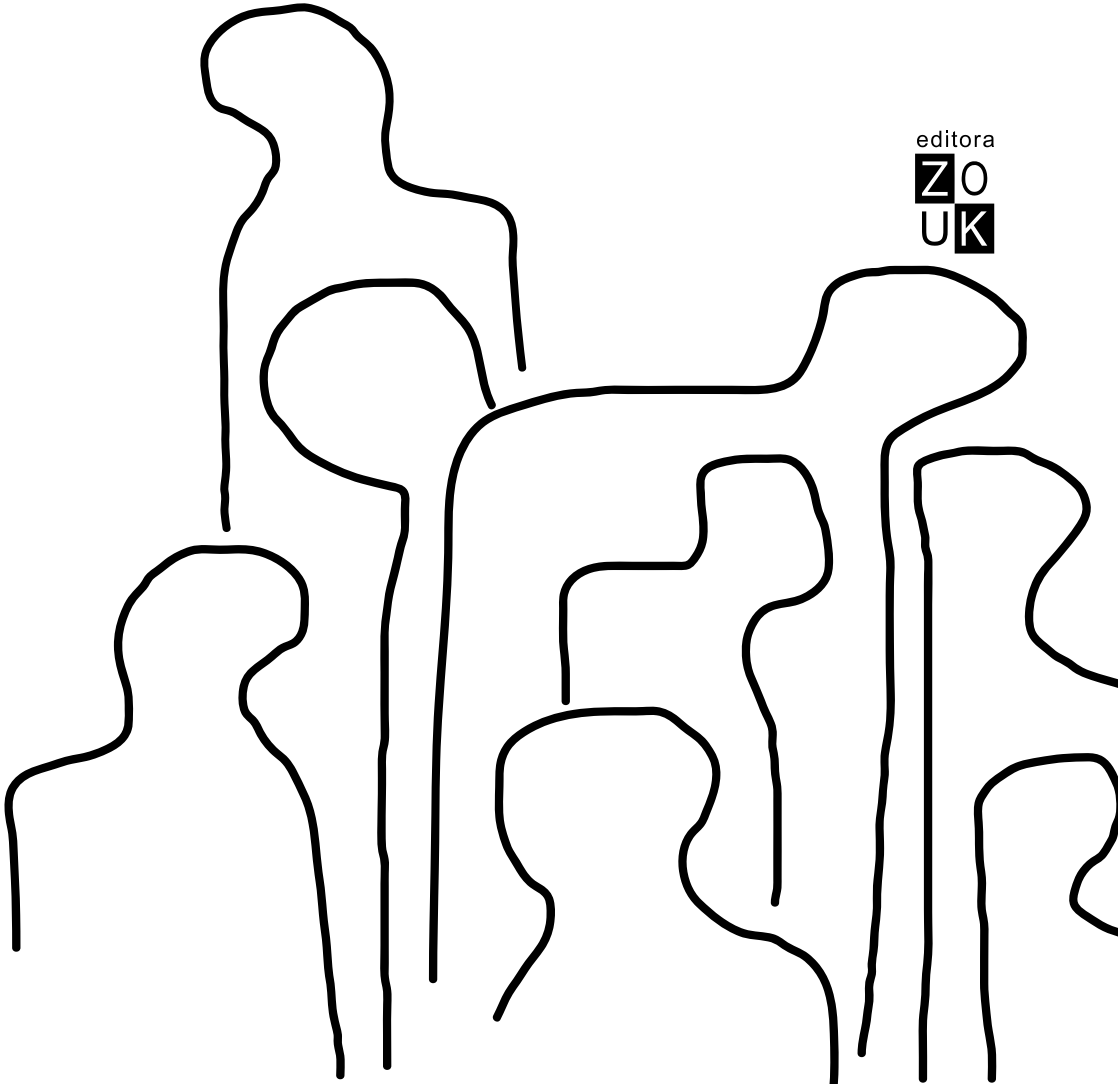


editora

ZO
UK

SOCIOLOGIA PARA QUÊ?

Carolina Monteiro de Castro Nascimento
e Rodolfo Godoi (Orgs.)

An abstract line drawing in black ink on a white background. It depicts several stylized human figures. On the left, a tall, slender figure stands. In the center, a figure is shown from the back, with a rounded head and a long, straight back. To the right, a larger, more complex figure is shown, possibly sitting or crouching, with multiple limbs and a rounded head. The lines are thick and expressive, creating a sense of movement and form without facial features or detailed clothing.

editora
**ZO
UK**

SOCIOLOGIA PARA QUÊ?

Carolina Monteiro de Castro Nascimento
e Rodolfo Godoi (Orgs.)

Conselho Editorial do Editorial SOL

Renato Ortiz – Unicamp
Sadi Dal Rosso – UnB
Glaucia Villas-Boas – UFRJ
Marcelo Ridenti – Unicamp
Mike Featrherstone – University of London
Carlos Benedito Martins – UnB
Luis Roberto Cardoso de Oliveira – UnB
Gerald Delanty – University of Sussex

Pareceristas

Aknaton Toczek Souza
Alan Caldas
Amurabi Oliveira
Karina Gomes de Assis
Lucas Correia Carvalho
Maria Alda de Sousa Alves
Mariana Shinohara Roncato
Marília Passos
Olavo Souza Pinto Filho
Paulo César Ramos
Sabrina Parracho Sant’Anna
Thiago Brandão Peres
Vitor Matheus Oliveira de Menezes

Conselho Editorial da Editora Zouk

Cristiane Tavares – Instituto Vera Cruz/SP
Daniela Mussi – UFRJ
Idalice Ribeiro Silva Lima – UFTM
Joanna Burigo – Emancipa Mulher
Leonardo Antunes – UFRGS
Lucia Tennina – UBA
Luis Augusto Campos – UERJ
Luis Felipe Miguel – UnB
Maria Amelia Bulhões – UFRGS
Regina Dalcastagnè – UnB
Regina Zilberman – UFRGS
Renato Ortiz – Unicamp
Ricardo Timm de Souza – PUCRS
Rodrigo Saballa de Carvalho – UFRGS
Rosana Pinheiro Machado – Universidade de Bath/UK
Susana Rangel – UFRGS
Winnie Bueno – Winnieteca

SOCIOLOGIA PARA QUÊ?

Carolina Monteiro de Castro Nascimento
e Rodolfo Godoi (Orgs.)

Porto Alegre • 2024 • 1ª edição

editora
ZO
UK

2024 © Carolina Monteiro de Castro Nascimento e Rodolfo Godoi

Projeto gráfico e edição: Editora Zouk

Revisão: Tatiana Tanaka

Capa: Maria Williane

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

(BENITEZ Catalogação Ass. Editorial, MS, Brasil)

Elaborado por Aline Grazielle Benitez – Bibliotecária - CRB-1/3129

S664

1.ed. Sociologia para quê? / organizadores Carolina Monteiro de Castro Nascimento, Rodolfo Godoi. – 1.ed. – Porto Alegre, RS : Editora Zouk, 2024.
334 p.; 16 x 23 cm.

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 978-65-5778-149-4

1. Epistemologia. 2. Sociologia – Estudo e ensino. 3. Sociologia – Metodologia. 4. Sociologia – Relações I. Nascimento, Carolina Monteiro de Castro. II. Godoi, Rodolfo.

09-2024/22

CDD 300

Índice para catálogo sistemático:

1. Sociologia : Estudo e ensino 300

direitos desta edição reservados à

Editora Zouk

Av. Cristóvão Colombo, 1343 sl. 203

90560-004 – Floresta – Porto Alegre – RS – Brasil

f. 51. 3024.7554

www.editorazouk.com.br

Sumário

Apresentação

Carolina Monteiro de Castro Nascimento

Rodolfo Godoi

9

Teoria social e epistemologia

*Teoria social para quê? Desigualdades e interseccionalidades:
alternativas desde um cânone sociológico feminista negro*

Samuel Silva Borges

21

*Sociologia da literatura para quê? Pontes entre a Sociologia e a
literatura de autoria negra*

Gabriela da Costa Silva

41

*Sociologia brasileira para quê? A modernidade em Gilberto Freyre e
Sérgio Buarque de Holanda*

Mateus Lôbo

57

Trabalho, desigualdades e diferenças

Sociologia das relações raciais para quê? Quilombos e seus territórios

Eduardo Rodrigues Santos

73

*Sociologia do trabalho para quê? O trabalho em plataformas digitais e
as contribuições da teoria do valor para a interpretação do fenômeno*

Laura Valle Gontijo

João Pedro Inácio Peleja

91

Sociologia da estratificação social para quê? Desigualdades no ensino superior público federal no Brasil

Daniel de Freitas Nunes

117

Sociologia de gênero e sexualidade para quê? Conceitos sociológicos e políticos interdependentes

Alberto Luís Araújo Silva Filho

145

Conhecimento e cultura

Sociologia dos movimentos sociais para quê? Reflexões sobre experiências de estudantes na Primavera Secundarista

Salles Dimitri Melo Oliveira

165

Sociologia do audiovisual para quê? Nação como escritura em *Vidas secas* (1963), de Nelson Pereira dos Santos

Artur Guimarães Dias Pimentel

185

Política, religião, cidadania e segurança pública

Sociologia da violência e da conflitualidade para quê? Entendendo o conflito e a violência no contexto escolar

Paulo César Martins Stumpf

211

Sociologia da violência e da conflitualidade para quê? Segurança pública, cidadania e o extermínio de jovens negros no Brasil

Laura Gonçalves de Lima

233

Sociologia do direito para quê? Perspectivas sobre legitimidade e atuação da Justiça Criminal por estudantes do ensino superior

João Vitor Rodrigues Loureiro

255

Sociologia Política para quê? Bolsonaro, bolsonarismo e suas implicações para análise da política e da democracia

Tiago Franco de Paula

Flávia de Sousa Oliveira

279

Sociologia das religiões para quê? Pensando religião como marcador social da diferença entre jovens na periferia de Brasília

Yacine Guellati

Jacqueline Teixeira

299

Considerações finais

Rodolfo Godoi

Carolina Monteiro de Castro Nascimento

323

Sobre as(os) autoras(es)

327

Apresentação

Carolina Monteiro de Castro Nascimento

Rodolfo Godoi

Toda socióloga ou sociólogo já escutou a pergunta “Para que serve a Sociologia?”. Muitos já até se fizeram essa pergunta durante seu processo formativo. Bernard Lahire (2014) explica que a recorrência de tal questionamento coloca a disciplina em uma situação desconfortável, “como mais desconfortável ainda é o fato de que a resposta ‘isso não serve pra nada’ está frequentemente na mente daquele que faz tal pergunta” (Lahire, 2014, p. 47). Não obstante, faz parte do fazer sociológico lidar com o desconforto, com a desnaturalização e com o estranhamento das relações sociais. A tarefa de responder a tal pergunta, no entanto, exige uma reflexão mais abrangente sobre o que é a Sociologia, seus consensos e disputas, seus campos e subcampos, seu processo de institucionalização e desenvolvimento – ou seja, sua história. Assim, a pergunta que forma o título e que norteia a concepção da presente coletânea não é retórica, mas sua resposta também não é singular.

O debate sobre ensino de Sociologia ocupa a esfera pública no Brasil há muitos anos e, como Amaury Cesar de Moraes (2014, p. 35) afirma, ele “sempre esteve envolvido por tensões ideológicas”, especialmente quanto à presença da disciplina nas escolas – a despeito de compor os currículos, mesmo que intermitentemente, desde o fim do século XIX. Como explica Ileizi Silva em entrevista a Marcelo Cigales (2021, p. 167), a estrutura conformada pelo processo de institucionalização da disciplina no ensino básico “dependeu da composição, das posições dos agentes e das agências, dos capitais culturais e sociais mobilizados nos campos de contextualização e recontextualização pedagógica”. Nessas disputas, a mídia teve e tem grande papel na conformação da perspectiva do senso comum de que a Sociologia, assim como outras disciplinas da chamada “humanidades”, possui um caráter unicamente doutrinador e, por isso, deve ser afastada das escolas (Moraes, 2014).

No âmbito do ensino superior, os saberes sociológicos são demandados por diversos cursos de graduação, sendo a disciplina de *Introdução à Sociologia* um componente curricular comum do processo formativo de futuros(as) advogados(as), comunicólogos(as), engenheiros(as), nutricionistas, assistentes sociais, educadores(as) etc. Em muitos casos, a disciplina é feita ainda no início do curso, ao lado de outras que constituem uma formação mais ampla do(a) profissional. Embora nesse nível educacional a disciplina não seja um objeto de disputa na mesma intensidade do que no nível básico, é também comum que as(os) graduandas(os) questionem a pertinência do estudo de Sociologia em suas formações, reproduzindo sensos comuns. Como a disciplina colabora para seu futuro profissional? Sociologia para quê? Apesar do desconforto (Lahire, 2014), é preciso encarar tais perguntas de frente, reconhecendo que nem sempre o ensino de Sociologia foi capaz de respondê-las. O ensino de teorias de forma descontextualizada e até hermética, por exemplo, dificulta a produção de sentido pelos estudantes de outras áreas de estudo. Essa lacuna na transposição do conhecimento no ensino da Sociologia pode ser resultado do próprio currículo dos cursos de graduação em ciências sociais que continua, ainda hoje, engessado no ensino de autores canônicos brancos, homens e europeus (cf. Carvalho; Klein, 2023), imputando uma agenda de estudos que nem sempre se comunica bem com os interesses e a dinâmica da realidade brasileira contemporânea. Nessa toada, os(as) estudantes desconhecem a abrangência e pluralidade da Sociologia, ignorando o fato de este ser um campo historicamente interdisciplinar. Compreendemos, assim, que a falta de contato com a diversidade teórica e temática da Sociologia é uma das causas do desinteresse pela disciplina no ensino superior.

O princípio desta coletânea é, portanto, a compreensão de que a atuação profissional envolve habilidades e competências que extrapolam o conteúdo específico de cada área. Todas as profissões estão inseridas e são atravessadas por relações sociais que demandam conhecimentos que a Sociologia tem o potencial de fornecer; conhecimentos esses que possuem “um papel crucial para a vida coletiva e para a formação de cidadãos nas sociedades democráticas” (Lahire, 2014, p. 50).

A partir desse entendimento, o tema condutor da coletânea é a produção sociológica contemporânea com vistas a colaborar com a formação de profissionais de diferentes áreas. O objetivo da coletânea é a apresentação do conhecimento sociológico, seus campos e subcampos, a partir de uma escrita fluida e atrativa, contextualizando as problemáticas com argumentos empíricos, de forma didática. Apresentamos, aqui, pesquisas realizadas no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília (PPGSOL/UnB) que manifestam problemáticas e fornecem análises para a compreensão das relações sociais contemporâneas, revelando interfaces transdisciplinares.

Trata-se, portanto, de saberes que contribuem para a reflexão e a avaliação do impacto de sua profissão no meio social em que está inserida; para o desenvolvimento do pensamento crítico que colabora na tomada de decisões enfrentadas no ambiente profissional; e para a aprendizagem da realidade brasileira e as miríades de diferenças e desigualdades que a conformam. Sem nos limitarmos a uma argumentação voltada somente para uma utilidade econômica dos saberes, defendemos que há um ganho prático do desenvolvimento do conhecimento sociológico para a rotina de outras profissões. Dessa forma, esperamos que a coletânea sirva como uma ferramenta didática para o ensino e aprendizagem de Sociologia, facilitando a assimilação do conteúdo sociológico por um público que nem sempre esteve em contato com a disciplina, mas que pode usufruir em muito de seus saberes.

Organizar e sistematizar uma disciplina nunca é uma tarefa fácil. A elaboração de currículos e ementas revela uma série de tomadas de decisões, muitas vezes subjetivas, em que pesem os consensos e os fatores estruturantes inerentes a cada curso. A inclusão e a retirada de cada autor(a) e tema é, portanto, uma escolha que envolve diversos elementos, como a história e o desenvolvimento da disciplina, os contextos local e global da área, as disputas em voga no campo científico, a circulação de conhecimento, bem como a própria formação e trajetória profissional de quem está elaborando o programa. Assim, apesar de a

linha geral ser a mesma, cada curso de *Introdução à Sociologia* terá sua própria organização temática. Cabe destacar que os diversos campos e subcampos da Sociologia são consolidados a partir da produção e circulação de conhecimento sociológico e legitimados pelas instituições e organizações sociais da área, como a Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), a *International Sociological Association* (ISA), entre outras.

É relevante a consideração de Luiz Augusto Campos, Mariana Chaguri e Lorena Fleury (2020, p. 10) sobre o empreendimento de agrupar as produções bibliográficas em temas, uma vez que “os temas em si são construções sociológicas que assumem diferentes formas e fronteiras a depender do contexto de referência”. Sendo assim, esta coletânea poderia ser organizada de inúmeras formas e todas elas carregariam, em si, um posicionamento, uma dimensão singular da disciplina. Mas é importante salientar que, além de ser uma ferramenta para o ensino de conteúdos introdutórios à Sociologia, este livro tem a intenção de apresentar e difundir a produção científica realizada por estudantes, egressos(as) e discentes do PPGSOL/UnB: esse é nosso contexto. Ou seja, trata-se, também, de manter registrada uma memória coletiva do Programa – suas pesquisas, componentes curriculares, estrutura e pesquisadores(as) que integram e fazem do PPGSOL a pós-graduação que é.

Nesse sentido, optamos por organizar a coletânea a partir das linhas de pesquisa que estruturam o PPGSOL. Quando iniciamos a elaboração deste livro, no início do ano de 2023, o Programa era organizado em sete linhas, a saber: Cidade, Cultura e Sociedade; Educação, Ciência e Tecnologia; Feminismo, Relações de Gênero e de Raça; Pensamento e Teoria Social; Política, Valores, Religião e Sociedade; Trabalho e Sociedade; e, por fim, Violência, Segurança e Cidadania. Porém, em julho de 2023, após longo processo de debate, as linhas de pesquisa foram reorganizadas e sistematizadas em quatro: Teoria Social e Epistemologia; Conhecimento e Cultura; Trabalho, Desigualdades, Diferenças; e Política, Religião, Cidadania e Segurança Pública. A concentração em linhas mais gerais e abrangentes surge como uma estratégia

para garantir uma maior representatividade e comunicabilidade entre as temáticas. Cabe mencionar, antes da apresentação dos textos, que os artigos que compõem a coletânea foram submetidos à avaliação por pares, em caráter duplo-cego. Agradecemos os pareceristas pela revisão e avaliação cuidadosa.

A linha de pesquisa *Teoria Social e Epistemologia*, tema da nossa primeira seção, “debruça-se de maneira aprofundada sobre as relações entre desenhos teórico-metodológicos e distintas linhagens que compõem o estado da arte da teoria social e da teoria sociológica, refletindo visadas contra-hegemônicas e marginalizadas” (PPGSOL, 2023). Comporta, assim, pesquisas sobre intelectuais e suas perspectivas teóricas, metodológicas e epistemológicas. Na coletânea, trazemos três textos que ajudam a refletir sobre o desenvolvimento do arcabouço teórico da Sociologia e como tais paradigmas servem para a análise do mundo social coetâneo. O primeiro artigo, intitulado “Teoria social para quê? Desigualdades e interseccionalidades: alternativas desde um cânone sociológico feminista negro”, de autoria de Samuel Silva Borges, põe em xeque os processos que fundaram os cânones sociológicos como tais e propõe a formação de um novo cânone a partir de teorias feministas negras, pensando na interseccionalidade como princípio indispensável para a análise social. O segundo, de autoria de Gabriela da Costa Silva, “Sociologia da literatura para quê? Pontes entre a Sociologia e a literatura de autoria negra”, propõe uma reflexão sobre a relação intrínseca entre literatura e teoria, no contexto do pensamento social brasileiro. É por meio da análise de obras como *Casa de alvenaria*, de Carolina Maria de Jesus, e *Olhos d'água*, de Conceição Evaristo, que a autora evidencia as contribuições da literatura de autoras negras para a Sociologia brasileira. Por fim, o terceiro artigo, “Sociologia brasileira para quê? A modernidade em Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda”, de Mateus Lôbo, apresenta a formação do pensamento social brasileiro a partir das interpretações acerca da modernidade desenvolvidas pelos dois autores referenciados no título, trazendo comparações e críticas.

A segunda seção da coletânea refere-se à linha *Trabalho, Desigualdades e Diferenças*, que é composta por pesquisas que abordam “as alteridades e desigualdades nas sociedades em suas manifestações

em termos de classe, gênero, raça, sexualidade, mobilidade, geração e o mundo do trabalho” (PPGSOL, 2023). No primeiro artigo, “Sociologia das relações raciais para quê? Quilombos e seus territórios”, Eduardo Rodrigues Santos define e contextualiza a importância historiográfica dos quilombos, discutindo sociologicamente as dimensões éticas, políticas e raciais dos territórios e da presença quilombola na sociedade brasileira. O artigo “Sociologia do trabalho para quê? O trabalho em plataformas digitais e as contribuições da teoria do valor para interpretação do fenômeno”, de Laura Valle Gontijo e João Pedro Inácio Peleja, trata do contemporâneo fenômeno do trabalho em plataformas digitais a partir da teoria do valor de Karl Marx. Dessa forma, os autores refletem sobre como uma teoria social clássica pode ser uma ferramenta indispensável para a análise de fenômenos sociais recentes. O terceiro texto, “Sociologia da estratificação social para quê? Desigualdades no ensino superior público federal no Brasil”, de autoria de Daniel de Freitas Nunes, reflete sobre as desigualdades encontradas no contexto do ensino superior brasileiro por meio de dados quantitativos e de Análise de Correspondência Múltipla, tendo como variáveis cor, raça, renda familiar média, tipo de escola (pública/privada), entre outras. Por fim, fechando o capítulo, Alberto Luís Araújo Silva Filho discute as articulações entre as categorias de gênero e sexualidade no artigo intitulado “Sociologia de gênero e sexualidade para quê? Conceitos sociológicos e políticos interdependentes”, refletindo sobre identidade e reconhecimento de forma propositiva para uma sociedade mais igualitária.

A linha de pesquisa *Conhecimento e Cultura*, que “investiga as dinâmicas do conhecimento e da simbolização na vida social em suas manifestações no âmbito das ciências, educação, cultura e cidades” (PPGSOL, 2023), é a temática da terceira seção da coletânea. O primeiro artigo que compõe essa seção é de autoria de Salles Dimitri Melo Oliveira e é intitulado “Sociologia dos movimentos sociais para quê? Reflexões sobre experiências de estudantes na Primavera Secundarista”. Nele, a discussão é estruturada em três etapas – mobilizar, ocupar e aprender – que promovem a reflexão de como as ações coletivas encontradas na Primavera Secundarista representam um espaço dinâmico e um *locus* de aprendizagem. O segundo artigo, “Sociologia do

audiovisual para quê? Nação como escritura em *Vidas secas* (1963), de Nelson Pereira dos Santos”, de Artur Guimarães Dias Pimentel, analisa a formação de uma identidade cultural brasileira por aspectos da referida obra de Nelson Pereira dos Santos, refletindo sobre a preocupação do cinema e da literatura com questões nacionais, sociais e políticas.

Por fim, a quarta e última seção da coletânea reúne textos inseridos na linha de pesquisa *Política, Religião, Cidadania e Segurança Pública*, cujas pesquisas abordam “os atravessamentos da política, da religião e da violência com temas como a democracia, cidadania, instituições políticas e de controle social” (PPGSOL, 2023). São cinco textos que compõem essa seção. O artigo “Sociologia da violência e da conflitualidade para quê? Entendendo o conflito e a violência no contexto escolar”, de Paulo César Martins Stumpf, insere-se na temática de violência escolar. A partir de uma distinção conceitual de violência, conflito e *bullying*, embasando-se em um estudo de caso feito em escolas do Distrito Federal, Stumpf convida leitores e leitoras a pensar em soluções e estratégias para o enfrentamento da violência no contexto escolar. No segundo artigo, intitulado “Sociologia da violência e da conflitualidade para quê? Segurança pública, cidadania e o extermínio de jovens negros no Brasil”, Laura Gonçalves de Lima discute e tensiona os contextos dos projetos políticos de segurança pública no Brasil redemocratizado, apresentando dados recentes de pesquisas nacionais, como o Atlas da Violência, o Mapa da Violência e o Anuário Brasileiro de Segurança Pública. João Vitor Rodrigues Loureiro, por sua vez, discute no artigo “Sociologia do direito para quê? Perspectivas sobre legitimidade e atuação da Justiça Criminal por estudantes do ensino superior” aspectos do funcionamento e da legitimidade do Sistema de Justiça Criminal, trazendo um caso empírico das perspectivas de estudantes de graduação sobre a atuação desse sistema. No artigo “Sociologia Política para quê? Bolsonaro, bolsonarismo e suas implicações para análise da política e da democracia”, os autores Tiago Franco de Paula e Flávia de Sousa Oliveira discutem sociologicamente a noção de política enquanto construção social. Por fim, o texto “Sociologia das religiões para quê? Pensando religião como marcador social da diferença entre jovens na periferia de Brasília”, de Yacine Guellati e Jacqueline Teixeira, traz reflexões sobre o

campo religioso a partir de um exercício interseccional com raça, gênero, classe, sexualidade, entre outros marcadores sociais.

Certamente as pesquisas aqui reunidas não representam todo o trabalho e produção desenvolvidos no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UnB. Do mesmo modo, a Sociologia e suas ramificações abrangem diversos outros temas e problemas que não foram abordados por essa coletânea, por limites evidentes que envolvem a construção de um livro como esse. Ainda assim, esperamos que, por meio dessa contribuição pedagógica, as leitoras e os leitores sintam-se motivadas(os) a adentrar no rico e potente mundo da sociologia, fazendo conexões com outras áreas, profissões, disciplinas e aspectos de suas vidas sociais. Esperamos, também, que a coletânea explicita a relevância da profissão e do caráter formativo da disciplina.

Desejamos a todas e todos uma ótima leitura!

Referências bibliográficas

CAMPOS, Luiz Augusto; CHAGURI, Mariana; FLEURY, Lorena (org.). *Ciências Sociais Hoje: Sociologia*. São Paulo: Zeppelini Publishers, 2020.

CARVALHO, Layla Pedreira; KLEIN, Stefan. Contribuições para o ensino de teoria e história da Sociologia: reflexões sobre o presente e propostas desde o Brasil. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 11, n. 27, p. 103-132, 2023. Disponível em: <https://rbs.sbsociologia.com.br/index.php/rbs/article/view/913/442>. Acesso em: 12 set. 2023.

CIGALES, Marcelo; SILVA, Ileizi. O ensino de Sociologia no Brasil: entrevista com Ileizi Silva. *Revista Em Aberto*, v. 34, n. 111, p. 1-17, 2021. Disponível em: <http://emaberto.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/4838/4011>. Acesso em: 2 set. 2023.

LAHIRE, Bernard. Viver e interpretar o mundo social: para que serve o ensino de Sociologia?. *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, v. 45, n. 1, p. 45-61, 2014. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/revcienso/article/view/2418>. Acesso em: 12 set. 2023.

MORAES, Amaury Cesar de. Ciência e Ideologia na Prática dos Professores de Sociologia no Ensino Médio: da neutralidade impossível ao engajamento indesejável, ou seria o inverso?. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 39, n. 1, p. 17-38, jan./mar. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/HBRMyJpWDRsNFHhKqvyCFJv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 set. 2023.

PPGSOL/UnB (Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília). *Linhas de Pesquisa*. 2023. Disponível em: <https://ppgsol.unb.br/linhas-de-pesquisa/>. Acesso em: 28 ago. 2023.

Primeira seção
Teoria social e epistemologia

Teoria social para quê?

Desigualdades e interseccionalidades: alternativas desde um cânone sociológico feminista negro

Samuel Silva Borges

A relevância do ensino de Sociologia no Brasil e o cânone eurocêntrico

A relevância do estudo de Sociologia por estudantes que não ingressaram em cursos de graduação na Sociologia pode parecer, à primeira vista, pequena ou até mesmo desnecessária. No Brasil, isso tem sido reforçado por ataques diretos a esse campo de conhecimento, sobretudo a partir do “Novo Ensino Médio” implementado por iniciativa do governo do presidente Michel Temer (2016-2018), tido por muitos como ilegítimo, por suceder um processo de *impeachment* que dividiu o país entre apoios e protestos. No mesmo contexto, campanhas lideradas por organizações de extrema-direita, como “Escola Sem Partido”, fomentaram uma narrativa que vilanizou professores de áreas como História, Filosofia e Sociologia como supostos doutrinadores, buscando retirar a legitimidade do pensamento e da iniciativa críticos que essas disciplinas instigam. Em julho de 2023, o deputado federal Eduardo Bolsonaro, filho do ex-presidente Jair Bolsonaro (2019-2022), ecoou esse discurso, alegando que “não tem diferença de um professor doutrinador para um traficante de drogas que tenta sequestrar os nossos filhos para o mundo do crime. Talvez o professor doutrinador seja pior” (cf. Eduardo..., 2023).

Enquanto o deputado lida com denúncias criminais em diferentes instituições como Polícia Federal, Supremo Tribunal Federal e Procuradoria Geral da União por sua fala associando professores e traficantes, este artigo aproveita a menção a esse insulto para enfatizar como a educação tem o potencial de incomodar setores poderosos da

sociedade, sobretudo por capacitar estudantes a problematizarem questões sociais, culturais e políticas. Quando refletimos sobre o papel que a Sociologia pode ter, podemos destacar justamente que ela propõe uma compreensão abrangente da sociedade, dando aos estudantes uma visão crítica de fenômenos sociais complexos que impactam, diferentemente, a vida de todas as pessoas, dependendo de como cada indivíduo se insere em coletivos e relações sociais específicas. Independentemente da área profissional, o engajamento com o pensamento sociológico proporciona o conhecimento de realidades diversas e, com isso, espera-se maior empatia e sensibilidade para lidar com a diversidade e com situações de injustiça e opressão.

Em um mundo cada vez mais complexo, a Sociologia se destaca por ser uma disciplina ampla, que aborda uma variedade temática ímpar e relevante para estudantes de diversas áreas, como: cidadania e movimentos sociais; cidade e urbanidade; campo e ruralidade; ciência e tecnologia; cultura; democracia e eleições; direito e justiça; economia; educação; família; gênero; globalização e regionalização; infância e juventude; pobreza e desigualdade; política e governo; raça e etnia; religião; saúde e doença; trabalho e sindicato; violência e segurança pública.

Apesar de todo esse potencial, estudantes ingressantes na universidade podem ter um contato introdutório com a disciplina que desconsidera tal amplitude e leciona um conteúdo “canônico” de obras e autores considerados fundadores da disciplina, entre a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX. Na prática, isso significa utilizar a disciplina de “Introdução à Sociologia” como se fosse uma disciplina de “Teoria Sociológica Clássica” – com o clássico remetendo aos únicos autores Karl Marx, Émile Durkheim e Max Weber, – ou “Teoria Sociológica Contemporânea”, em que o contemporâneo remete a obras de cerca de cinco décadas atrás, com destaque a autores como Pierre Bourdieu, Anthony Giddens, Michel Foucault e Jürgen Habermas.¹ Uma revisão crítica dessa seleção aponta para o padrão

1 Importante ressaltar, contudo, que essa forma de lecionar existe, mas não é a única. Há múltiplas maneiras de preparar o conteúdo para uma matéria de Introdução à Sociologia, adaptando textos e aulas ao perfil dos estudantes, privilegiando textos e temas e contemporâneos diversos, como os citados anteriormente.

seletivo de eleger homens brancos do Norte Global como autores norteadores do pensamento sociológico, negligenciando perspectivas não europeias, não brancas e não masculinas para a compreensão do mundo moderno e contemporâneo. Com isso, reforçando privilégios de raça, gênero, classe social e origem (Rosa, 2020; Hamlin; Weiss; Brito, 2022; Pinheiro, 2023; Carvalho; Klein, 2023).

A crítica de um cânone de autores homens brancos do Norte Global não significa, como poderia se supor, desmerecer a obra de autores como os já mencionados, mas sim a crítica de uma forma eurocêntrica de reprodução do ensino de Sociologia, predominantemente limitada no ensino desse cânone. Nesse sentido, novos paradigmas sociológicos² têm convergido no trabalho para superar esses limites, detendo-se na produção teórica em países tidos como periféricos no sistema internacional, como da Ásia, África e América Latina, assim como na riqueza de perspectivas de autoras mulheres, negras, latinas e caribenhas. Com esse intuito, não se visa meramente inserir diversidade no ensino das Ciências Sociais, mas superar também uma dependência intelectual dos países hegemônicos que cria uma disfuncionalidade grave: aprendemos conceitos e métodos criados para analisar sociedades ocidentais e tentamos aplicá-los em análises de sociedades não ocidentais, mesmo que tal arcabouço teórico e metodológico tenha sido elaborado por autores que não se dedicaram em nenhum momento a compreender especificidades de sociedades não ocidentais. Em suma, tal crítica se faz necessária para superarmos um colonialismo interno que atinge as mentes de cientistas que buscam carreiras validadas pelos parâmetros dos países centrais, por exemplo, ao se especializar em traduzir, introduzir, adaptar e explicar teorias e autores do centro para audiência da periferia (Rosa, 2020; Pinheiro, 2023).

Tais práticas científicas, portanto, contribuíram para alavancar ainda mais o *status* de autores do Norte e reforçar nossa condição periférica. As primeiras constatações desse problema são antigas, mas a busca organizada só tem reorientado, aos poucos, departamentos das Ciências Sociais mais recentemente. Reorientação essa que vasculhou

2 Estudos Subalternos; Estudos Pós-Coloniais; Estudos Decoloniais (Bernardino-Costa; Grosfoguel, 2016); Sociologias Emergentes (Rosa, 2020); Teoria do Sul (Connell, 2017).

contribuições teóricas de autores e autoras que pensaram as condições periféricas específicas de países como o Brasil e a Índia e afirmaram nossa capacidade de pensar por nós mesmos e de definir o que estudamos e como estudamos (Pinheiro, 2023).

O entendimento dessa crítica ao eurocentrismo e androcentrismo transforma a forma de ensinar Sociologia. Nessa perspectiva, o estudo das compreensões da história e da modernidade não se limita mais à perspectiva de autores homens brancos europeus que, por mais brilhantes que tenham sido, não contemplam toda experiência histórica mundial, sobretudo por terem dedicado suas obras ao contexto histórico europeu. Este artigo pretende, assim, discutir um pertinente cânone alternativo a partir do feminismo negro, especificamente Lélia Gonzalez, Angela Davis e bell hooks.

A ideia de substituir um cânone clássico (masculino, branco e eurocêntrico) por outro pode ser questionada por, aparentemente, manter o paradigma da própria existência de um cânone. Outras propostas colocadas defendem, ao contrário, a quebra com a ideia de cânone ou a inclusão de mais vozes no cânone já existente. Aqui, a ideia de um cânone alternativo serve tanto à função de provocação e tensionamento epistemológico ao cânone vigente, marcadamente excludente de vozes de mulheres negras, ao sugerir autoras cuja vida e obra merecem um *status* canônico dado ao alcance teórico, político e internacional de suas contribuições, como, também, por se tratar de autoras feministas negras cuja centralidade canônica não significaria o estabelecimento de um novo padrão excludente. Como Patricia Hill Collins aponta (2016 [1986], p. 109-110), o feminismo negro carrega um caráter humanista inclusivo, ou seja, não apenas voltado às mulheres negras, mas a outros grupos oprimidos e aos próprios grupos dominantes, evitando proposições separatistas e hierarquizantes. Em vez de propor novas separações e segregações, o feminismo negro busca soluções às opressões com base na solidariedade humana e na sensibilidade holística à simultaneidade de relações de opressão, que afetam tanto oprimidos como opressores. Em suma, um cânone feminista negro como o aqui proposto rompe, em vez de reproduzir, o conteúdo excludente do cânone masculino, branco e eurocêntrico vigente.

Dessa perspectiva, a clássica temática sociológica “modernidade” ganha outros contornos, mais focada no colonialismo, no escravismo, no racismo, no sexismo e na exploração capitalista. Assim como reforça uma perspectiva da práxis – a orientação não só para compreender, mas para transformar a realidade, renovando o potencial subversivo da Sociologia a setores poderosos que lucram com relações de opressão e exploração.

Além de apresentar algumas de suas contribuições teóricas, como a importância da análise da interconexão de desigualdades e dominações sociais de classe, raça e gênero, este capítulo discutirá com dados empíricos dois fenômenos atuais a partir dessas lentes – o trabalho doméstico e a violência policial e prisional – com o objetivo de exemplificar a importância da compreensão crítica da modernidade colonialista para a compreensão dos fenômenos contemporâneos. Por fim, serão apresentadas proposições de práticas sociais antidiscriminatórias, e de como homens e pessoas brancas podem reconhecer seus privilégios e práticas opressoras e assumir responsabilidades no combate ao sexismo e ao racismo – algo que demanda muito trabalho e comprometimento, já que todos somos socializados para oprimir e legitimar tais opressões, consciente ou inconscientemente.

Um cânone alternativo para uma teoria sociológica crítica

A obra de 1981 de Angela Davis, *Mulheres, raça e classe* [daqui para frente, MRC], oferece uma discussão esclarecedora sobre a simultaneidade das opressões de gênero, raça e classe, focando as experiências das mulheres negras nos EUA no período da escravidão, da segregação racial e da violência via complexo-industrial prisional. Em MRC, Davis demonstra, desde referenciais que vão da historiografia à Sociologia, que a desumanização racista promovida no colonialismo escravista continua muito presente no capitalismo contemporâneo, ainda que o racismo sempre tenha sido mistificado a partir de concepções ideológicas instrumentais à sua justificação e legitimação.

Enquanto o trabalho forçado nas lavouras do amanhecer ao pôr de sol na base da ameaça do açoitamento era brutal tanto aos homens quanto às mulheres escravizadas, a opressão sobre as mulheres era

distintiva no sentido em que elas eram alvo de abusos e violências sexuais e outros tipos de maus-tratos especificamente direcionados a elas. Dependendo do que soasse mais conveniente aos senhores de escravos, as mulheres negras poderiam ser exploradas de forma idêntica aos homens ou reduzidas à condição de fêmeas. Isso pois nem a condição de mulher era reconhecida, uma vez que eram consideradas “reprodutoras”, tais como animais não humanos, condição que também se aplicava a crianças escravizadas (valorizadas da mesma forma que se valorizavam bezerras e potros). Enquanto o poder punitivo concentrado nos senhores de escravos se materializava em práticas de açoitamento e mutilações para homens, para as mulheres ele tomava forma de açoitamento, mutilações e estupros, sendo este um dos principais marcadores do domínio dos brancos escravocratas (Davis, 2016 [1981], p. 19-20).

A animalização racista imposta às mulheres e crianças se materializava em cenas de horror que Davis descreve, sendo marcadas como “reprodutoras”, simultaneamente forçadas a dar à luz o quanto fosse biologicamente possível, sem por isso serem isentas do trabalho pesado na lavoura, forçando-as ao trabalho durante a fase de amamentação. Por não ser possível acompanhar o ritmo de demais escravos nesse contexto, eram submetidas ao açoitamento (Davis, 2016 [1981], p. 21). Sua obra ressalta como tais horrores não ocorreram sem resistência e rebeldia, apesar de haver um apagamento dessa história em prol de uma ideologia do povo negro passivo e aquiescente à desumanização estrutural durante toda a escravidão.

Davis ressalta como as mulheres negras em especial foram fundamentais na resistência contra a brutalidade do colonialismo capitalista. Com isso, sua obra é paradigmática pela forma como critica a sociedade estadunidense, encarando seus problemas fundacionais baseados nas mais extremas formas de desumanização racista e sexista. Sua pesquisa é feita em uma perspectiva histórica que avança até a contemporaneidade, abordando a recorrência de práticas de “terrorismo político de massa” direcionadas às mulheres por agentes estatais, como o uso deliberado de estupros às escravas no século XVII até contra as mulheres vietnamitas engajadas na luta de libertação de seu povo no século XX (Davis, 2016 [1981], p. 36, 180).

Nesta e em outras circunstâncias históricas analisadas por Davis, é possível perceber como a inseparabilidade de classe, raça e gênero se dá na prática, como em relações em que o capitalismo favorece o racismo e o sexismo, o racismo favorece o sexismo, que também favorece o racismo, e ambos favorecendo o capitalismo. Por exemplo, falar da violência sexual no mundo moderno, para Davis, é inseparável da discussão sobre a estrutura de classes e o colonialismo racista que incentivavam o estupro por parte dos proprietários de escravos e demais homens da classe capitalista. Estes, ao concentrar poder econômico, adquirem permissão para o assédio sexual no trabalho tal qual os escravocratas tinham licença para estuprar mulheres negras escravizadas. Em suas palavras: “a estrutura de classe do capitalismo encoraja homens que detêm poder econômico e político a se tornarem agentes cotidianos da exploração sexual” (Davis, 2016 [1981], p. 201-202).

É importante destacar como Davis não é só uma importante teórica marxista, mas possui uma trajetória extraordinária que articula diversas lutas emancipatórias como o feminismo, o movimento de libertação antirracista, o abolicionismo penal, incluindo tanto contribuições teóricas quanto organizacionais, além de sua própria biografia de resistência à repressão racista estatal nos EUA³. Davis se destaca pela teorização da interseccionalidade, contestando assim um marxismo ortodoxo para o qual “classe é a coisa mais importante”, situação definida com uma “armadilha ideológica”, pois ignora a relação dialética, de mútua constituição, entre classe, raça e gênero. Vejamos, nas palavras da autora:

As organizações de esquerda têm argumentado dentro de uma visão marxista e ortodoxa que a classe é a coisa mais importante. Claro que classe é importante. É preciso compreender que classe informa a raça. Mas raça, também, informa a classe. E gênero informa a classe.

3 Em 1972, Davis foi inocentada por um júri de apenas pessoas brancas, após uma intensa campanha internacional contra a perseguição estatal que sofreu. Rotulada como terrorista pelo então presidente Nixon quando era uma professora assistente no departamento de filosofia da Universidade da Califórnia, Davis foi caçada pelo FBI no ano de 1970, sendo posta em uma lista dos 10 fugitivos mais importantes do país. Após ser presa, foi mantida em confinamento solitário. A campanha por sua libertação teve alcance internacional e foi bem-sucedida em pressionar por sua libertação).

Raça é a maneira como a classe é vivida. Da mesma forma que gênero é a maneira como a raça é vivida. A gente precisa refletir bastante para perceber as intersecções entre raça, classe e gênero, de forma a perceber que entre essas categorias existem relações que são mútuas e outras que são cruzadas. Ninguém pode assumir a primazia de uma categoria sobre as outras (Davis, 1997, s/p).

Por terem uma consciência tão profunda da indissociabilidade entre a luta pela libertação negra e a luta pela libertação feminina, as irmãs nunca caíram na armadilha ideológica de insistir que um combater era mais importante do que o outro. Eles reconheciam o caráter dialético da relação entre as duas causas (Davis, 2016 [1981], p. 56).

Essas críticas à esquerda, inclusive a marxista, também são feitas no contexto brasileiro por Lélia Gonzalez. Antropóloga, historiadora e filósofa, uma das fundadoras do Movimento Negro Unificado (MNU), Gonzalez possui uma obra marcada pela utilização de conceitos do marxismo, sobretudo ao longo das décadas de 1970 e 1980, para analisar o capitalismo brasileiro. Sua obra articula influências diversas como o feminismo, a psicanálise e o pan-africanismo. Assim, sem medo de realizar um diálogo crítico com as tradições que a informaram, como o marxismo e o feminismo, critica suas incapacidades de compreender a discriminação simultânea de classe, raça e gênero, quando se enfatiza apenas uma ou outra dessas categorias. Ao limitar a luta por justiça social à luta de classes, por exemplo, recai no reducionismo/determinismo economicista, algo que Gonzalez atribui a abordagens excessivamente ocidentais e brancas que, para além de problemáticas no nível teórico-epistemológico, têm entre suas consequências práticas a marginalização da luta antirracista.

Mas, na visão de Gonzalez, o problema é bem mais amplo que a tradição marxista. No Brasil, como em boa parte do mundo colonizado por Estados europeus, transposições mecânicas de interpretações são um dos efeitos de um neocolonialismo cultural mais amplo. Quando teóricos brasileiros da Sociologia acadêmica abordam a questão racial, a tratam como o “objeto”⁴ negro/mulato, com um “distanciamento cien-

4 “Consequentemente, é infantilizado, não tem direito a voz própria, é falado por ele. E ele diz o que quer, caracteriza o excluído de acordo com seus interesses e seus valores” (Gonzalez, 2020, p. 43-44).

tífico” que permite as “mais sofisticadas articulações conceituais que se perdem no abstracionismo” (Gonzalez, 2020, p. 31). Ou seja, com análises distorcidas e muito aquém de captar as complexidades da dominação racial perpetuada após o fim formal do colonialismo e da escravidão, como é o caso do privilégio racial existente mesmo entre a classe trabalhadora branca explorada. Isso se traduz em significativas diferenças entre as classes trabalhadoras brancas e não brancas (negra, indígena), no que se refere à repressão seletiva do Estado⁵ e em vantagens competitivas no mercado de trabalho. Dessa forma, mesmo que a classe trabalhadora branca não se beneficie da exploração da força de trabalho negra tal qual a burguesia branca, ainda assim ela colhe dividendos do racismo que estrutura a sociedade como um todo.

Gonzalez parte da ideia criada por M. D. Magno de *América Ladina* para teorizar sociedades como a brasileira, e não apenas seu povo negro, como *ladino-amefricanos*. Isso parte da constatação crítica da América Latina como uma construção eurocêntrica baseada no apagamento do povo negro e indígena e na exaltação da cultura ibérica. Gonzalez aponta como a presença dos povos negros e indígenas, malgrado os esforços racistas abertos ou disfarçados, logrou marcas culturais centrais nas sociedades ladino-amefricanas, como o “pretuguês”, uma transformação linguística, dentre outras maneiras que os povos subalternizados construíram a cultura brasileira.⁶ Isso só foi possível graças às diversas formas de resistência antirracista desde o período da escravidão, de forma que o feminismo afro-latino-americano articula um

5 “Um dos mecanismos mais cruéis da situação do negro brasileiro na força de trabalho se concretiza na perseguição, opressão e violência policiais contra ele. Quando seus documentos são solicitados (fundamentalmente a carteira profissional) e se constata que está desempregado, o negro é preso por vadiagem; em seguida, é torturado (e muitas vezes assassinado) e obrigado a confessar crimes que não cometeu. De acordo com a visão dos policiais brasileiros, ‘todo negro é um marginal até prova em contrário’” (Ibidem, p. 46).

6 Ainda que sofrendo com a dominação colonial, mulheres negras elaboraram, conscientemente ou não, resistências que definiram a cultura brasileira: “E justamente por isso não se pode deixar de considerar que a ‘mãe preta’ também desenvolveu as suas formas de resistência: a resistência passiva, cuja dinâmica deve ser encarada com mais profundidade. [...] Conscientemente ou não, ela passou para o brasileiro branco as categorias das culturas negro-africanas de que era representante. Foi por aí que ela africanizou o português falado no Brasil (transformando-o em ‘pretuguês’) e, conseqüentemente, a cultura brasileira” (Ibidem, p. 198-199).

legado de mulheres negras unidas não apenas pelo aspecto geográfico (das Américas austral, central, insular e setentrional), mas pelas revoltas, estratégias de resistência cultural e formas alternativas de organização social livre como os quilombos (Gonzalez, 2020, p. 131, 151-153).

A emergência do feminismo negro também se caracteriza pela crítica dos limites e falhas estruturantes do feminismo branco e burguês, um feminismo elitista que pautava a possibilidade do ingresso da mulher branca no circuito de trabalho assalariado formal e produtivo, ignorando que a vasta maioria das mulheres, subordinadas racialmente e da classe trabalhadora, não só podia como tinha de trabalhar fora das próprias casas para obter seu sustento, diferentemente das mulheres que, não obstante submetidas ao sexismo, tinham uma experiência muito distinta, marcada por privilégios raciais e de classe. Inclusive, sendo em muitos casos as patroas de mulheres racializadas no âmbito doméstico, ao ponto que se poderia dizer que “a libertação da mulher branca tem sido feita às custas da exploração da mulher negra” (Gonzalez, p. 2020, p. 43).

Ou seja, a questão do trabalho doméstico e a da divisão social (racial e de gênero) do trabalho no geral demonstram os limites de um feminismo que se pretendia universal na defesa das mulheres, mas que se pautava pela exclusão das perspectivas de mulheres racializadas e trabalhadoras cujas vidas ainda são fortemente impactadas pelo legado do escravismo e colonialismo. Especificamente sobre o trabalho doméstico no Brasil, dados de 2018 revelam que 93% do trabalho doméstico remunerado, totalizando cerca de 6 milhões de pessoas, é realizado por mulheres, sendo 63% por mulheres negras (Vieira; Kotait; Passos, 2022). Isso mostra o direcionamento desproporcional de mulheres racializadas para um trabalho que, mesmo que fundamental para o cotidiano, é fortemente desvalorizado.

Autoras como Gonzalez têm uma obra fundamental para a compreensão de como estereótipos racistas e sexistas construíram um “lugar de negro” extremamente violento em sociedades como a brasileira, em que o mercado de trabalho discrimina e posiciona a classe trabalhadora diferencialmente conforme cor e gênero. No caso das mulheres negras, barreiras no acesso à educação e a postos de trabalho formais estão entre

as causas da reprodução do seu “lugar” no trabalho braçal na esfera doméstica das famílias ricas e de classe média:

No período que imediatamente se sucedeu à abolição, nos primeiros tempos de “cidadãos iguais perante a lei”, coube à mulher negra arcar com a posição de viga mestra de sua comunidade. Foi o sustento moral e a subsistência dos demais membros da família. Isso significou que seu trabalho físico foi decuplicado, uma vez que era obrigada a se dividir entre o trabalho duro na casa da patroa e as suas obrigações familiares. Antes de ir para o trabalho, havia que buscar água na bica comum da favela, preparar o mínimo de alimento para os familiares, lavar, passar e distribuir as tarefas das filhas mais velhas no cuidado dos mais novos. Acordar às três ou quatro horas da madrugada para “adiantar os serviços caseiros” e estar às sete ou oito horas na casa da patroa até a noite, após ter servido o jantar e deixado tudo limpo. Nos dias atuais, a situação não é muito diferente. [...] O processo de exclusão da mulher negra é patenteado, em termos de sociedade brasileira, pelos dois papéis sociais que lhe são atribuídos: “domésticas” ou “mulatas”. O termo “doméstica” abrange uma série de atividades que marcam seu “lugar natural”: empregada doméstica, merendeira na rede escolar, servente nos supermercados, na rede hospitalar etc. Já o termo “mulata” implica a forma mais sofisticada de reificação: ela é nomeada “produto de exportação”, ou seja, objeto a ser consumido pelos turistas e pelos burgueses nacionais. Temos aqui a enganosa oferta de um pseudomercado de trabalho que funciona como um funil e que, em última instância, determina um alto grau de alienação. Esse tipo de exploração sexual da mulher negra se articula a todo um processo de distorção, folclorização e comercialização da cultura negra brasileira (Gonzalez, 2020, p. 40, 44).

A questão do trabalho doméstico demonstra a complexidade das situações de opressão, demonstrando a falha do feminismo branco em perceber como mulheres podem oprimir mulheres, quando a categoria gênero subordina a racial e a de classe, e isso marcou a relação de mulheres brancas com mulheres negras no desenvolvimento do feminismo nos EUA e no Brasil. Segundo bell hooks, na prática, tais feministas se configuram como um inimigo interno ao próprio feminismo, pois atuaram de forma opressora internamente, afastando as mulheres negras da luta feminista e, portanto, prejudicando todo intuito da luta contra o sexismo. Dessa forma, o debate de opressões tem sempre de levar em conta a agência humana, a capacidade de cada um(a) praticar

comportamentos opressivos ao internalizar dada ideologia opressiva, mas também a capacidade de resistir a tal socialização e submeter à crítica radical inclusive seu próprio *status* e valores (hooks, 2019 [1984], p. 82-83).

Aliando-se às ‘vítimas’, as ativistas brancas da libertação não foram chamadas à responsabilidade de encarar a complexidade da própria experiência. Não se colocaram o desafio de examinar suas próprias atitudes sexistas perante outras mulheres, nem de explorar o modo como a raça e os privilégios de classe interferem em suas relações com mulheres de raça e classe social distintas (hooks, 2019, p. 82).

Assim, hooks aponta como as mulheres não compõem um grupo homogeneamente vitimizado por outro grupo homogeneamente opressor. Para ela, em uma sociedade estruturada pelo patriarcado, homens podem ser aliados na luta antissexista, e mulheres agentes do sexismo. Para hooks, determinadas ativistas constituíram uma “facção anti-homem” que convenientemente desviava o foco dos privilégios de certas ativistas feministas individuais, como ignorava as fortes diferenças de homens brancos e homens negros em sociedades estruturadas pelo colonialismo, escravidão e racismo. Assim, se apaga como, apesar de estruturalmente opressores e privilegiados, os homens também sofrem em consequência do sexismo, uma realidade que desestabiliza a concepção essencialista e simplista dos homens como os únicos inimigos da luta antissexista, e que tem como consequência política uma abordagem feminista separatista (hooks, 2019, p. 76-77, p. 106).

Feministas são formadas, não nascem feministas. Uma pessoa não se torna defensora de políticas feministas simplesmente por ter o privilégio de ter nascido do sexo feminino. [...] Homens de todas as idades precisam de ambientes em que sua resistência ao sexismo seja reafirmada e valorizada. Sem ter homens como aliados na luta, o movimento feminista não vai progredir. [...] O feminismo é antissexismo. Um homem despojado de privilégios masculinos, que aderiu às políticas feministas, é um companheiro valioso de luta, e de maneira alguma é ameaça ao feminismo; enquanto uma mulher que se mantém apegada ao pensamento e comportamento sexista, infiltrando o movimento feminista, é uma perigosa ameaça. [...] Era difícil encarar a realidade que o problema não estava apenas com os

homens. Encarar essa realidade exigia uma teorização mais complexa; exigia reconhecer o papel que as mulheres tinham na manutenção e perpetuação do sexismo (hooks, 2020 [2015], p. 25, 31, 103).

Em contraposição à “facção” feminista separatista, que se baseia no reducionismo/determinismo essencialista, tanto Davis quanto hooks advogam pelo papel que homens possuem na luta contra o sexismo, assim como as pessoas brancas têm um papel a desempenhar na luta antirracista. Em que pese os homens não serem os mais preparados para liderar o movimento antiopressão, devem participar das lutas enquanto companheiros, tendo um papel fundamental sobretudo na transformação de seus pares, ao fomentarem uma masculinidade alternativa feminista, que questione e enfrente a dominação masculina sobre as mulheres, as crianças, os homens menos poderosos e o próprio planeta. Esse é um papel feminista que homens podem e devem assumir. hooks, no entanto, enfatiza que não surgiu uma literatura feminista focada na construção de uma identidade masculina que não seja fundamentada no sexismo, principalmente no que se refere ao diálogo com garotos e adolescentes. Até por isso, continuam sendo fundamentais esforços teóricos e estratégicos que fomentem tal masculinidade feminista, uma responsabilidade pertencente, sobretudo, aos homens que tomam consciência da importância de lutar contra o sexismo (hooks, 2020, p. 103-108).

Temos de nos livrar do pensamento identitário estreito se quisermos encorajar as pessoas progressistas a abraçar tais lutas como se fossem delas próprias. Com relação às lutas feministas, os homens terão de fazer muito do trabalho importante. Gosto bastante de falar sobre o feminismo não como algo que adere aos corpos, não como algo enraizado em corpos marcados pelo gênero, mas como uma abordagem – como uma forma de interpretação conceitual, como uma metodologia, como um guia para estratégias de luta. Isso significa que o feminismo não pertence a ninguém em particular. O feminismo não é um fenômeno unitário, de modo que há cada vez mais homens envolvidos nos estudos feministas, por exemplo. Como professora universitária, observo um número crescente de homens se especializando nessa área, o que é bom. No movimento abolicionista prisional, vejo particularmente homens jovens que têm uma perspectiva feminista muito rica (Davis, 2018b, p. 42-43).

É irritante para as ativistas que fazem do separatismo a meta do movimento feminista ouvir alguém se referir aos homens como vítimas do sexismo; elas não querem recuar da versão de que “todos os homens são inimigos”. É verdade que os homens não são explorados ou oprimidos pelo sexismo, mas também existem formas pelas quais eles acabam sofrendo em razão disso. [...] Os homens que advogam o feminismo como movimento para acabar com a opressão sexista precisam tornar mais clara e pública sua oposição ao sexismo e à opressão sexista. Enquanto os homens não partilharem responsabilidades iguais na luta pelo fim do sexismo, o movimento feminista continuará refletindo as contradições sexistas que desejamos erradicar. A ideologia separatista nos encoraja a acreditar que as mulheres podem fazer a revolução feminista sozinhas, mas não podemos. Uma vez que os homens são os principais responsáveis pela preservação do sexismo e da opressão sexista, sua erradicação só será possível se os homens assumirem a tarefa de transformar a consciência masculina e a consciência da sociedade como um todo. Após séculos de luta antirracista, mais do que nunca pessoas de cor estão chamando atenção para o papel fundamental que as pessoas brancas desempenham na luta antirracista. Isso vale também para a luta contra o sexismo – os homens desempenham um papel primordial nesse jogo (hooks, 2019, p. 118, 130, 191).

Baseada no princípio político da solidariedade, hooks defende a importância de se posicionar com firmeza contra todas as formas de opressão, não apenas face àquelas com que cada indivíduo se depara diretamente na sua experiência. Caso contrário, o que ocorre é o enfraquecimento das lutas emancipatórias, com cada “facção” se ocupando exclusivamente da forma de opressão que a atinge diretamente (hooks, 2019, p. 104-105). A ênfase na solidariedade, que está presente ou não conforme a agência relativa de cada indivíduo, impede que a concepção da experiência se reifique em concepções essencialistas e/ou separatistas. Em contraste com essa segmentação contraprodutiva, hooks aborda a questão da experiência em uma perspectiva holista da relação entre margem e centro, em que estar na margem possibilita maior senso de inteireza (não meramente do parcial/fragmentado). A experiência na margem é fonte de uma vantagem epistêmica na análise social como um todo, se destacando por superar a limitação das teorias feministas

produzidas por sujeitos privilegiados que vivem no centro e na ignorância da experiência e do saber dos sujeitos que vivem na margem.

Estar na margem é fazer parte de um todo, mas fora do corpo principal. [...] Olhávamos tanto de fora para dentro quanto de dentro para fora. Focávamos nossa atenção no centro assim como na margem. Compreendíamos ambos. Essa forma de ver nos lembra da existência de todo um universo, um corpo principal com sua margem e seu centro. Nossa sobrevivência depende de uma conscientização pública contínua da separação entre margem e centro e de um contínuo reconhecimento privado de que nós somos uma parte necessária, vital, desse todo. Esse senso de inteireza, gravado em nossas consciências pela estrutura de nossas vidas cotidianas, haveria de nos prover de uma visão de mundo contestadora – um modo de ver desconhecido de nossos opressores – que nos sustentava, ajudando-nos em nossa luta para superar a pobreza e o desespero, fortalecendo nossa percepção de nós mesmas e nossa solidariedade (hooks, 2019, p. 23).

Nessa perspectiva feminista negra, não está fora do alcance a construção de identidades alternativas que não estejam fundamentadas na hierarquia, e a Sociologia se encontra em uma posição privilegiada para contribuir para uma educação antiopressão. Mas, para isso, ela também precisa passar por um processo de autocrítica e transformação, já que o espaço acadêmico como um todo também reproduz desigualdades, levanta barreiras e se acomoda num restrito alcance social. Todos esses múltiplos e complexos aspectos são trabalhados por perspectivas feministas negras como das autoras supracitadas e demonstram a pertinência de um cânone sociológico alternativo caso a Sociologia pretenda ter, efetivamente, um compromisso ético-político com a superação do eurocentrismo e suas crenças na supremacia branca e masculina.

Outra crítica fundamental que une as obras dessas autoras é a crítica de como a violência policial e prisional contemporânea tem suas explicações não em uma suposta repressão ao crime, mas em uma discriminação de classe e raça que rotula jovens negros como sujeitos merecedores de tortura e extermínio. Desde a origem do Movimento Negro Unificado no Brasil, Gonzalez (2020, p. 121) aponta para a centralidade da temática da segurança pública como ideologia voltada à repressão e a linchamentos racistas, situação que perdura até hoje, configurando

um projeto genocida do Estado brasileiro (Flauzina, 2006). Segundo o último *Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública*:

Os dados que permitem construir o perfil das vítimas da letalidade policial [...] são faceta evidente e consolidada historicamente do racismo que estrutura a sociedade brasileira. 83% dos mortos pela polícia em 2022 no Brasil eram negros, 76% tinham entre 12 e 29 anos (FBSP, 2023, p. 66).

Nesse aspecto também, o feminismo negro revela-se fundamental por suas análises radicais de instituições como a policial e a prisional, apontando para seu caráter profundamente discriminatório e desumanizante. Marcadamente, Davis (2018a) teorizou sobre o complexo industrial-prisional, apontando para como, nos EUA, país que mais encarcera no mundo, corporações lucram diretamente com o hiperencarceramento racista, reproduzindo a exploração de trabalho forçado distintiva do período escravista, mas agora legitimada sob o manto do sistema de justiça criminal e empreitadas como a guerra às drogas.

Feminismo negro é para todo mundo: pedagogias para a libertação humana

Como parte das considerações deste artigo, quero trazer a atenção para como os temas trabalhados ao longo do texto, como o racismo e o sexismo, trazem desconforto, sobretudo, ao público branco e masculino, que é chamado a perceber como suas vidas são impactadas por privilégios raciais e de gênero. A não discussão desses privilégios é, por si só, uma das maiores evidências da zona de conforto que tais privilégios proporcionam. Os sujeitos com privilégios raciais e de gênero não são convocados a se perceber como beneficiários e cúmplices de sistemas de opressão, nem mesmo a ter a capacidade de discutir as implicações das opressões na sociedade sem sentir um profundo desconforto e ficar na defensiva, demonstrando fragilidade e outras reações quando são alertados ou repreendidos, de forma que os impedem de assumirem práticas responsáveis com a superação das opressões (Saad, 2020).

Contudo, como hooks e outras autoras apontam, é possível que homens brancos sejam aliados na luta feminista e antirracista, mas isso demanda adentrar um processo contínuo de avaliar como, querendo ou não, a sociedade concede benefícios às custas de outros, e que é preciso romper com a cumplicidade com os sistemas de opressão – a começar pelo silêncio e omissão, passando pela ideia de se considerar acima, isento ou alheio de se esforçar nas práticas antiopressão. É necessário examinar como as crenças e relações estão contaminadas por estereótipos opressores e falsas alianças – como ao se identificar como salvadores benevolentes ao resgate dos oprimidos, usando seu privilégio para falar sobre e por outras, se mantendo conscientemente ou não, se colocando em posição de superioridade. Essas e outras considerações importantes estão presentes na obra *Eu e a supremacia branca – como reconhecer seu privilégio, combater o racismo e mudar o mundo*, de Layla Saad (2020), que sintetiza, seguindo a tradição do feminismo negro, para que pode servir a Sociologia e um cânone alternativo voltado à crítica de desigualdades e a interconexão de dominações, da origem da modernidade até nossa sociedade contemporânea.

Referências bibliográficas

BERNARDINO-COSTA, Joaze; GROSGOUEL, Ramon. Decolonialidade e perspectiva negra. *Sociedade e Estado*, v. 31, n. 1, jan./abr. 2016.

CARVALHO, Layla Pedreira; KLEIN, Stefan Fornos. Contribuições para o ensino de teoria e história da Sociologia: reflexões sobre o presente e propostas desde o Brasil. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 11, n. 27, jan./abr. 2023.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Sociedade e Estado*, v. 31, n. 1, jan./abr. 2016 [1986].

CONNELL, Raewyn. Usando a teoria do sul: descolonizando o pensamento social na teoria, na pesquisa e na prática. *Revista Epistemologia do Sul*, v. 1, n. 1, 2017.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016 [1981].

DAVIS, Angela. As mulheres negras na construção de uma nova utopia. Conferência realizada na *I Jornada Cultural Lélia Gonzales*. São Luís, 13 dez. 1997. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/as-mulheres-negras-na-construcao-de-uma-nova-utopia-angela-davis/>. Acesso em: set. 2023.

DAVIS, Angela. *Estarão as prisões obsoletas?*. Rio de Janeiro: Difel, 2018a [2003].

DAVIS, Angela. *A liberdade é uma luta constante*. São Paulo: Boitempo, 2018b [2015].

EDUARDO Bolsonaro compara professores a traficantes; PF deve analisar fala. CNN, 10 jul. 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/eduardo-bolsonaro-compara-professores-a-trafficantes-pf-deve-analisar-fala/>. Acesso em: set. 2023.

FBSP (Fórum Brasileiro de Segurança Pública). *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. São Paulo: FBSP, 2023.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. *Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do estado brasileiro*. Dissertação (Mestrado em Direito) – Brasília, Universidade de Brasília, 2006.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaio, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HAMLIN, Cynthia; WEISS, Raquel Andrade; BRITO, Simone Magalhães. Por uma sociologia polifônica: introduzindo vozes femininas no cânone sociológico. *Sociologias*, v. 24, n. 61, set./dez. 2022.

hooks, bell. *Teoria feminista: da margem ao centro*. São Paulo: Perspectiva, 2019 [1984].

hooks, bell. *O feminismo é para todo mundo – políticas arrebatadoras*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020 [2015].

PINHEIRO, Cláudio. Dos limites da crítica epistemológica à sociologia como práxis. In: ALATAS, Syed Farias; SINHA, Vineeta. *A teoria sociológica para além do cânone*. São Paulo: Funilaria, 2023.

ROSA, Marcelo. Sociologias emergentes: uma agenda não exemplar. *Caderno Eletrônico de Ciências Sociais*, v. 8, n. 1, 2020.

ROSA, Marcelo. A África, o Sul e as ciências sociais brasileiras: descolonização e abertura. *Sociedade e Estado*, v. 30, n. 2, maio/ago. 2015.

SAAD, Layla F. *Eu e a supremacia branca* – como reconhecer seu privilégio, combater o racismo e mudar o mundo. Rio de Janeiro: Rocco, 2020

VIEIRA, Beatriz; KOTAIT, Marília; PASSOS, Rute. Mulher negra e trabalho doméstico no Brasil: perspectivas críticas e decoloniais. *Revista Reflexão e Crítica do Direito*, v. 10, n. 1, jan./jun. 2022.

Sociologia da literatura para quê?

Pontes entre a Sociologia e a literatura de autoria negra

Gabriela da Costa Silva

Introdução

Quem nunca achou completamente distante de sua realidade o pensamento de um filósofo antigo ou até mesmo de um sociólogo clássico? Esse estranhamento e consequente afastamento dessas teorias podem ser reflexo de uma série de questões, dentre elas, as barreiras que aproximam as ideias pensadas por esses autores do que se passa na realidade atual. Enquanto pesquisadores, educadores e intelectuais, nós muitas vezes travamos um árduo esforço para demarcar a importância dessas produções e construir pontes críticas sobre seus trabalhos.

Ao olhar para esse caminho trilhado na produção brasileira, observamos que os conflitos ao redor da questão racial marcam uma forte linha de estudos formada por novas perspectivas sobre as relações raciais e sua influência na estrutura social do país. Um grupo extenso de intelectuais e ativistas reivindicam a centralidade de produções invisibilizadas na história das Ciências Sociais, para pensar a Sociologia como uma ciência que compartilha, constrói horizontalmente o conhecimento e reconhece as pesquisas de sujeitos marginalizados.

Através do trabalho intelectual desenvolvido por pesquisadoras e pesquisadores negros, desmistificamos ideais racistas, reorganizamos análises sociais pautadas em horizontes eurocêntricos e coloniais, justamente para trazer ao centro novos olhares e temáticas sociológicas em que o negro não fosse objeto de pesquisa, mas sim, sujeito pesquisador. Conversar sobre Sociologia a partir de diferentes perspectivas tem sido um caminho recorrente para entender a importância das contribuições de vozes nunca antes ouvidas, bem como a possibilidade de que outros sujeitos teorizem sobre a realidade brasileira.

As produções de grupos marginalizados estão relacionadas a vários aspectos culturais, com diferentes linguagens e objetivos, elaboradas através da arte, do cinema, do teatro e da literatura. Historicamente, a produção literária de autores negros brasileiros marca uma extensa reivindicação por reconhecimento e valorização, em um contexto composto por um cânone literário majoritariamente branco e masculino, em que autoras negras disputam espaço para terem suas produções legitimadas (Miranda, 2019).

Em seu livro *Ensinando pensamento crítico: sabedoria prática* (2021), a intelectual bell hooks expõe como encontrou na literatura a oportunidade de uma prática intelectual transformadora:

Com os livros aprendi que havia outras maneiras de pensar e de viver no mundo para além daquelas que eu conhecia intimamente. Ao ler sobre diversidade do pensamento e da vida do ser humano, eu queria compreender melhor as escolhas feitas por minha família. Essa sede de compreender serviu como um tremendo catalisador, que me empurrou para buscar uma vida consciente (hooks, 2020, p. 211).

A partir da reflexão de bell hooks, entendemos a importância do resgate do papel da literatura, e aqui especificamente dessa literatura de autoria negra, nas transformações sociais vividas através de gerações de leitores. Além disso, cabe a nós investigarmos na produção dessas autoras o caráter sociológico de seu fazer literário, principalmente uma sociologia que encontre sentido em saberes produzidos pela vivência, por uma *escrevivência*, como diria Conceição Evaristo (2009), que considere os aspectos subjetivos desses grupos que antes não tiveram devido espaço em sua formulação. Nesse sentido, compreender a realidade social através das produções de mulheres negras permite que novas perspectivas sejam apresentadas, visto que, após tanto tempo de silenciamento, estas podem falar por si.

A discussão sobre pluralismo científico e a oportunidade de reverter as narrativas e histórias antes invisibilizadas fazem parte de um movimento que acontece tanto nas Ciências Sociais como na produção literária de autoria feminina negra, e devem ser pensadas em conjunto, em direção à reafirmação dessas identidades. Centrar esse debate nas

produções dessas autoras caminha em direção ao reconhecimento de suas obras, ao seu esforço por romper com os estereótipos racistas e abrir espaço para novos horizontes literários e sociais. Assim, poderemos verificar que essas produções são

de um lugar de alteridade que desponta a escrita da mulher negra. Uma voz que se assume. Interrogando, se interroga. Cobrando, se cobra. Indignada, se indigna. Inscrevendo-se para existir e dar significado à existência, e neste ato se opõe (Alves, 2011, p. 185).

Nesse sentido, ao abordar temas tão caros à Sociologia, é possível dialogar com *Casa de alvenaria – vol. 1*, de Carolina Maria de Jesus, *Olhos d'água*, de Conceição Evaristo, e *Água de barreira*, de Eliana Alves Cruz. Conversando com essas obras, podemos avançar significativamente em direção a novos olhares interpretativos da realidade, com o intuito de romper com a compreensão estática e tão embranquecida da Sociologia. Para isso abordarei três tópicos que atravessam inúmeras pesquisas sociológicas em diálogo com cada uma das autoras aqui propostas; são eles: i) os diálogos entre teoria e realidade social; ii) a pluralidade científica; e iii) a reconstrução histórica de grupos marginalizados.

Dividindo este texto em três momentos, pretendo, a partir da obra de Carolina Maria de Jesus, dissertar sobre os diálogos entre teoria e realidade social, o impacto das categorias gênero e raça nas análises sobre desigualdade social e os diálogos entre sua produção e as pesquisas de Lélia Gonzalez (2020). Em seguida, ao tratar da obra de Conceição Evaristo, levarei a discussão em direção ao tema da pluralidade científica e ao lugar das mulheres negras na Sociologia, considerando as recentes produções de Patricia Hill Collins (2016). Ao final, ao abordar a obra de Eliana Alves Cruz, farei uma reflexão sobre a urgência da reconstrução histórica de grupos marginalizados e o poder de narrar nossa própria história, pensando pontes entre sua obra e o trabalho desenvolvido por Saidiya Hartman (2020). Assim, poderemos ampliar nossa conversa e pensar novas possibilidades de fazer sociologia em diálogo com a ficção literária.

A exploração vivida pelas mulheres negras

Um dos temas mais tradicionais da Sociologia é a desigualdade social, comumente discutida em disciplinas de estratificação social, historicamente fundamentada em uma visão que enxergava apenas o impacto da classe no vínculo com a pobreza. A realidade brasileira evidencia certa lacuna dessa análise e chama atenção para o papel de outros marcadores sociais, como gênero e raça, na concentração de riquezas no país (Gonzalez, 2020). Uma leitura bem fundamentada considera a relação entre todos esses marcadores sociais para gerar dados, seja em uma pesquisa quantitativa, como o Censo Brasileiro, seja, no trabalho qualitativo, através de entrevistas, relatos e trabalho de campo.

Como a Sociologia pode olhar para a realidade brasileira para além dos dados? Essa é uma pergunta que discutimos ao longo de toda graduação, buscando estratégias para construção de uma ciência mais humanizadora, que possa dialogar com as vozes dos grupos marginalizados. Em especial, as histórias narradas por esses sujeitos têm potencial para expor a efetividade de uma análise estritamente teórica, que pode trazer aspectos antes ignorados, além do contato direto com quem é afetado pelos fenômenos sociais. É a partir dessa ponte que enxergo na obra *Casa de alvenaria – vol.1*, da escritora Carolina Maria de Jesus, um lugar de possibilidades críticas e protagonismo, uma vez que seu livro pode ser visto como uma denúncia da realidade brasileira ao construir complexas análises sociais.

A escritora Carolina Maria de Jesus ficou internacionalmente reconhecida por seus diários lançados durante os anos 1960, especialmente por *Quarto de despejo*. Como catadora, escrevia sobre seu cotidiano e suas impressões a respeito da sociedade da época. Seus relatos são viscerais e escancaram a realidade da favela do Canindé (Farias, 2017). Em sua obra mais famosa, podemos realmente acompanhar seus dias mais sofridos e insalubres. Já em *Casa de alvenaria*, encontramos uma escritora que ascendeu socialmente e teve a oportunidade de sair da favela, mas que ainda se depara com os conflitos sociais da desigualdade.

Enquanto uma mulher sem formação acadêmica, Carolina foi muito questionada sobre seu lugar enquanto escritora. No entanto, é

justamente sua própria experiência fora desses espaços que a permite produzir uma literatura singular. No prefácio do livro *Casa de alvenaria – vol.1*, Conceição Evaristo e Vera Eunice, filha de Carolina Maria, afirmam que ela

[...] cria uma tradição literária em que sujeitos da escrita, tendo ou não certificados escolares, mas sempre letrados, fazem da leitura e da escrita práticas sociais que lhes possibilitam se colocar na sociedade em que vivem e inclusive criticá-la (Evaristo; Jesus, 2021, p. 13).

Seus livros evidenciam a todos o papel da construção coletiva da Sociologia, reconhecendo que uma pesquisa e uma análise social precisam caminhar em diálogo com grupos marginalizados e suas histórias. Evidenciam, também, o rompimento da barreira entre uma suposta classe intelectual e sujeitos que não tiveram devido acesso ao ensino formal. Em especial, o caso de Carolina Maria chama atenção de todos por sua grafia muito particular, que não segue estritamente o acordo ortográfico da época, mas desenvolve sua própria linguagem para comunicar a todos a realidade vivida por sua família. O que sua particularidade pode nos ensinar? Quem sabe o diálogo direto com a linguagem falada no cotidiano, uma forma de comunicação que é captada culturalmente e reconhecida por espaços vários, até mesmo a pretensão de romper barreiras estilísticas e comunicar as causas sociais.

A escrita de Carolina Maria de Jesus abre pontes diretas com o conceito *pretoguês* desenvolvido por Lélia Gonzalez (2020), no sentido em que representa essa influência do português falado pela população brasileira em seu cotidiano. Apesar de não se atentar diretamente à formalidade gramatical, está intrinsecamente relacionado às origens africanas brasileiras e às experiências de exclusão às quais os negros foram submetidos, de modo que o *pretoguês* pode ser pensado através das expressões tradicionais, pronúncias diferentes de palavras, adaptações em termos, entre outros. Para Gonzalez (2020), a manutenção das culturas africanas na língua se dá muito pelas mulheres, mães e chefes de família que perpetuam ainda ancestralidade e transmitem por gerações essa linguagem falada. Sobre isso, ela afirma: “graças a elas, apesar de todo

racismo vigente, os brasileiros falam ‘pretuguês’ (o português africanizado) [...]” (Gonzalez, 2020, p. 203).

Ainda observando a potencialidade de sua obra, percebemos que as construções críticas feitas por Carolina Maria passam por um lugar da vivência de quem atravessa toda realidade da desigualdade social para contá-la. Há, em seu fazer literário, uma experiência própria que pode sim ser individualizada, mas que também é compartilhada por um conjunto de grupos sociais. A complexidade da sociedade capitalista e a forma com que a exploração se deu através da questão racial estão em todas as páginas de suas obras, visto que a ausência de direitos e oportunidades reflete seu olhar crítico sobre o país em que vivia. Em uma passagem de seu diário, ela comenta:

quando eu era jovem sonhava em ser dona de uma mansão com varias dependências. Eu pensava: é só os brancos que tem direito de ter casas confortáveis. Agora eu sou adulta, compreendo que quem trabalha tem o direito de ter tudo que os brancos tem (Jesus, 2021, p. 140).

Ao refletir sobre o impacto racial na desigualdade brasileira, sua obra nos mostra que existe uma dimensão concreta na compreensão do mundo através da experiência e que, de certa forma, as produções teóricas marxistas que analisam a classe – e mais recentemente o conjunto de marcadores sociais que a acompanham – podem andar de mãos dadas com a potente produção literária de uma escritora, catadora e mulher negra.

Seus relatos dialogam de forma potente com as produções de intelectuais como Clovis Moura, Guerreiro Ramos e em especial Lélia Gonzalez, que se dedica a pensar a dupla exploração vivida pelas mulheres negras. Em seu texto “A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica”, Gonzalez (2020) aponta as duras experiências vividas pelas mulheres negras no país, considerando os resquícios da exploração escravista nos moldes sociais. Nesse sentido, as barreiras econômicas e culturais às quais as mulheres negras são submetidas reafirmam a lógica racista e impõem a essas mulheres realidades

violentas e desafiadoras. Ao destacar a complexa relação entre gênero e raça nessas trajetórias, a autora disserta:

Quanto à mulher negra, que se pense em sua falta de perspectivas quanto à possibilidade de novas alternativas. Ser negra e mulher no Brasil, repetimos, é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no nível mais alto de opressão (Gonzalez, 2020, p. 58).

Através da própria experiência, a obra de Carolina Maria de Jesus atravessa fortemente um olhar atual e contemporâneo sobre as teorias clássicas no campo da desigualdade. Já nos anos 1960 e 1970, sua literatura trazia à tona uma forte denúncia sobre a exploração vivida pelas mulheres negras brasileiras e evidenciava a importância dos marcadores de gênero e raça para a compreensão da desigualdade social, além de tecer um olhar crítico e poético sobre a realidade de grande parte da população brasileira.

Há entre a literatura de Carolina Maria e os estudos clássicos da estratificação social um distanciamento entre métodos e objetivos; entretanto, ambas as percepções comunicam e evidenciam parte da história da desigualdade brasileira. Então por que não, nós, sociólogos, utilizarmos dos capítulos de *Casa de alvenaria* para evidenciar as barreiras sociais, a fome, o racismo e o preconceito que atravessou sua trajetória pessoal?

Para conhecer mais sobre Carolina Maria de Jesus

[Quem foi Carolina? – Vídeo Canal Curta](#)

Recomendações

Além do livro de Carolina Maria de Jesus, outras produções podem nos ajudar a pensar a desigualdade social na realidade brasileira de forma crítica. O livro *Cidade de Deus*, escrito por Paulo Lins, é um deles, mas você deve conhecer a famosa adaptação do filme dirigida por Fernando Meirelles.

Mulheres negras no centro do pensamento social

A construção de uma narrativa passa por um olhar atencioso sobre quem está delineando tal discurso, para quem ele se destina e com quem se dialoga. No desenvolvimento de uma pesquisa sociológica, esses pontos não poderiam estar alheios; ainda que tenhamos nossa atenção e compromisso com o aspecto metodológico de nossas produções, sabemos que elas são atravessadas por nossos olhares e trajetórias. Temos uma tradição de intelectuais negras que tecem críticas à compreensão de que o olhar social sobre o mundo não tem marcadores de gênero e raça, por exemplo, e que quem apresenta esse olhar, ainda que criticamente, também carrega seus marcadores consigo. Há tempos falamos sobre a neutralidade científica e a suposta imparcialidade, com intuito de entender que, enquanto pesquisadores, também somos afetados pelo mundo e que devemos compreender como organizar esse impacto em nossas pesquisas.

A socióloga afro-estadunidense Patricia Hill Collins aponta por meio de seu olhar sociológico diante de sua condição de mulher negra como estrategicamente pertencer a esse grupo social influencia sua percepção sobre a Sociologia:

Sociólogos podem se beneficiar ao considerarem seriamente a emergência da literatura multidisciplinar que denomino pensamento feminista negro, precisamente porque para muitas mulheres intelectuais afro-americanas a “marginalidade” tem sido um estímulo à criatividade. Como *outsiders within*, estudiosas feministas negras podem pertencer a um dos vários distintos grupos de intelectuais marginais cujos pontos de vista prometem enriquecer o discurso sociológico contemporâneo. Trazer esse grupo – assim como outros que compartilham um status de *outsider within* ante a sociologia – para o centro da análise pode revelar aspectos da realidade obscuros por abordagens mais ortodoxas (Collins, 2016, p. 101).

O conceito de *outsider within*, desenvolvido por ela, explica a concepção de ser uma estrangeira entre seu próprio grupo, utilizado, em especial, para definir a condição das sociólogas negras entre seus pares. Collins (2016) aponta as possibilidades que estar à margem pode trazer para reformular a compreensão do que é Sociologia e estabelecer

novos horizontes de pesquisa. Para dialogar com essa concepção, uma obra muito famosa estabeleceu parâmetros similares através da literatura nacional: o livro *Olhos d'água*, de Conceição Evaristo, que trouxe as mulheres negras sob um outro olhar literário, capaz de dar boas pistas de como essa mudança também se reflete nas ciências sociais.

A obra de Conceição Evaristo exemplifica essas disputas narrativas sobre as diferentes trajetórias que as mulheres negras podem ter. Com muita sensibilidade, utiliza-se da realidade brasileira para expor as resistências construídas por essas mulheres frente ao racismo brasileiro. Se a Sociologia foi uma ciência construída por e para homens brancos – com algumas brilhantes exceções –, tanto Collins quanto Evaristo nos ensinam que há um universo de trajetórias sendo negligenciadas, seja enquanto sujeitas de pesquisas, seja como pesquisadoras.

Quando Conceição Evaristo escreveu *Olhos d'água*, o livro tornou-se um grande sucesso, pois uma escritora negra publicou contos variados sobre histórias de mulheres negras para mulheres negras. Nele, podemos encontrar diferentes personagens que geraram identificação e aproximação com várias leitoras, demonstrando parte do poder da literatura. Seu livro transforma em contos as reflexões críticas propostas por intelectuais como Lélia Gonzalez, evidenciando a importância de reconhecer que a concepção neutra, embranquecida e eurocêntrica da Sociologia não pode ser mantida enquanto única possibilidade de produção teórica e análise social.

Em seu texto “Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade”, Conceição Evaristo comenta sobre a presença de escritores negros que buscavam novas propostas literárias:

Entretanto, com bem menos visibilidade, existe, no interior mesmo da literatura brasileira, uma gama de produções que vêm se afirmando, aos poucos, como um discurso diferenciado ao compor personagens negras e seus enredos. Discurso que subverte não só o sistema literário brasileiro, mas também contesta a história brasileira que prima em ignorar eventos relativos à trajetória dos africanos e seus descendentes no Brasil (Evaristo, 2009, p. 24).

Reconhecer esse feito remonta aos processos sociais que escritores negros têm vivido quanto ao seu apagamento e deslegitimação. Entre

tantos autores, Conceição Evaristo se destaca por dar voz às mulheres negras e apresentar às leitoras mulheres tão similares a suas mães, avós e irmãs. Para o pesquisador Lucas Andrade, “Conceição Evaristo possui um discurso que busca resgatar e expor as vivências negras, a ancestralidade, elaborando, além disso, a autorrepresentação da mulher negra na literatura nacional” (Andrade, 2018, p. 166).

Além disso, a escritora constrói sua obra ampliando o leque de representações para as mulheres negras, fugindo da tríade estereotipada ao qual são submetidas, como mulata, ama de leite e/ou trabalhadora doméstica. O exercício criativo de Conceição Evaristo gera aproximação, tem sensibilidade e suas histórias reverberam denúncias sobre o racismo e sexismo brasileiro. Seu tom poético direciona também os leitores a um lugar de profunda reflexão, de modo que seus feitos literários, em muitos momentos, nos provocam a sair de nossa zona de conforto e a compartilhar dessas histórias.

Para conhecer mais sobre Conceição Evaristo:

[De onde vem a noção de escrevivência de Conceição Evaristo? – Vídeo Leituras Brasileiras](#)

Recomendações:

Conceição Evaristo é uma das maiores escritoras negras em atividade. Além de *Olhos d'água*, publicou *Lágrimas insubmissas*, *Ponciá Vicêncio*, *Canção para ninar menino grande* e tantas outras obras que você pode ler e pelas quais se apaixonar.

Retomando narrativas históricas silenciadas

Seguindo os passos dessas escritoras, Eliana Alves Cruz acrescenta um outro elemento a essa conversa, o reconhecimento de nossa própria história e quais partes dela foram apagadas e/ou mantidas. O diálogo multidisciplinar entre a literatura, a História e Sociologia contribui diretamente com a construção de uma sociologia mais comprometida com as histórias que foram marginalizadas. Em seu livro *Água de barrela*, a escritora nos apresenta a história de sua família, desde o

período escravista até os tempos atuais, e para isso reúne relatos de seus familiares e documentos que expõem certa intersecção entre a história de seus ancestrais com o contexto histórico da Bahia.

Os trabalhos de resgate das subjetividades e histórias dos sujeitos negros no país caminham em estreito diálogo com a proposta de repensar o impacto dessas trajetórias na análise sociológica. Considera-se, desse modo, o impacto da experiência escravista na fundação da Sociologia enquanto ciência no Brasil e na forma como a ensinamos para jovens profissionais. No início do livro, Eliana Alves comenta:

Não queremos mais aquilo que embranquece a negra maneira de ser / não queremos mais o lento e constante apagamento da cor de terra molhada, suada, encantada... / queremos os remendos dos panos, nas tramas dos anos sofridos, amados... / e acima de tudo, apaixonadamente vivido (Cruz, 2018, p. 11).

Sobre o processo de desvendar essas histórias, produzir novas narrativas, reformular análises violentas e também trazer humanidade para nossa leitura social, a obra de Eliana Alves nos ensina diretamente. Os constantes “indivíduos”, “sujeitos”, são pessoas vivas que carregam em si uma série de complexidades e que devem ser consideradas em diálogo com seu tempo, condições sociais, materiais e simbólicas. Ao pensar o papel de uma sociologia que trabalhe em menor escala, esse cuidado torna-se de grande importância, bem como, para uma sociologia que pretende observar em maior escala, cabe refletir sobre o impacto que o conjunto dessas histórias pode gerar em nossa leitura sobre a dimensão estrutural.

É sabido que o período escravista foi de grande violência para população negra, entretanto, quais estratégias essa população construiu para resistir, amar e permanecer nesse processo? E, talvez, a gente possa se perguntar: qual impacto disso no fazer sociologia? Se a Sociologia não pensa acerca dos tempos, não enxerga a estreita relação entre o sujeito e o contexto, se não avalia os aspectos históricos e temporais dos fenômenos atuais, como podemos construir uma ciência social que se atente à complexa relação estabelecida entre nós e nosso passado?

Um trabalho bem próximo ao desenvolvido por Eliana Alves encontra fortes raízes na produção da pesquisadora e escritora afro-estadunidense Saidiya Hartman, com seu trabalho “Vênus em dois atos” (2020). Seu interesse pelas histórias de sujeitos apagados ou invisibilizados, durante o período escravista e pós-escravista nos Estados Unidos, mobiliza inúmeras reflexões sobre como devemos nos voltar aos registros historiográficos e repensar suas narrativas sobre os negros e a diáspora. Seus livros têm chegado ao Brasil recentemente e ganhado cada vez mais espaço entre os intelectuais negros que desejam ressignificar e produzir novas análises sobre as relações raciais.

De fato, esse movimento literário e intelectual não é visto apenas nos últimos anos. Já no século XX, a antropóloga e historiadora Lélia Gonzalez (2021) tecia críticas sobre esse tema, ao afirmar que

Em termos de movimento negro e no movimento de mulheres se fala muito em ser o sujeito da própria história: nesse sentido eu sou mais lacaniana, vamos ser os sujeitos do nosso próprio discurso. O resto vem por acréscimo. Não é fácil, só na prática é que vai se percebendo e construindo a identidade, porque o que está colocado em questão também é justamente uma identidade a ser construída, reconstruída, desconstruída, num processo dialético realmente muito rico (Gonzalez, 2021, p. 312).

O debate proposto por Lélia Gonzalez evidencia a estreita relação entre a construção dos discursos sociais e a identidade, de modo que, a partir das discussões sobre identidade, uma série de questões pode ser trabalhada, dentre elas, as políticas de representação. Ao avaliar o trabalho desenvolvido por Eliana Alves, podemos evidenciar como o desvelamento de histórias constantemente apagadas pode ser uma ponte entre produções teóricas que visam abrir espaço para um olhar mais humanizador sobre os negros.

A partir de seu trabalho literário, é possível refletir sobre o caráter coletivo e representativo que tais histórias podem ter. Assim, a história que é ficcional está diretamente relacionada a demandas e contextos sociopolíticos, fazendo com que, em uma análise mais ampla, ao contar a história de sua família, Eliana Alves abra espaço para pensar as histórias

de toda população negra. Sobre esse tema, a autora comenta em uma entrevista:

Ainda falta muita coisa pra gente falar. O Brasil é tão diverso, tão enorme, é um continente. São realidades tão diferentes, realidades regionais, enfim, territórios muito diversos. Falta muita coisa pra gente falar, pra gente contar, ficcionalizar. E é um assunto que não vai se esgotar nem tão cedo, se é que vai se esgotar. Porque a gente tem uma sociedade que vai sofisticando formas de exclusão, vai apenas mudando a roupagem, o tempo, a forma, ela vai se apropriando de determinados símbolos, nos mudando, invisibilizando. Enfim, são sempre vozes que vão precisar reafirmar muita coisa (Euzébio, 2022).

Sua fala aponta para uma realidade já discutida na produção sociológica contemporânea. Seu livro e o trabalho desenvolvido por Saidiya Hartman (2020), por exemplo, se alinham às reivindicações por transformações nas metodologias de pesquisa, nas leituras das disciplinas e também deixam evidente a urgência por uma produção sociológica mais plural. Além de investigar essas histórias, elas precisam ser contadas com todo cuidado e comprometimento ético necessário, deixando de lado a objetificação e a desumanização. Ao final, observo que, ainda que o trabalho desenvolvido pela autora seja fabular sobre essas histórias, cabe à Sociologia extrair os diálogos com a realidade brasileira.

Para conhecer mais sobre Eliana Alves:

[Eliana comenta sobre um projeto libertador de literatura – Entrevista ao Portal Continente](#)

Recomendações:

Se você gosta de obras que falem sobre gerações de famílias negras e sua relação com a história do Brasil, vai gostar de conhecer um dos livros mais aclamados do gênero da autora Ana Maria Gonçalves, chamado *Um defeito de cor*. A obra conta a história de Kehinde, uma jovem que foi escravizada e participa da Revolta dos Malês na Bahia; ao que tudo indica, a protagonista é inspirada na revolucionária negra Luiza Mahin.

Conclusão

Em termos sociológicos, a literatura pode ser um espaço frutífero de análise, compreensão da realidade e uma forte aliada para o ensino de Sociologia aos jovens estudantes. Ainda que a literatura não siga as métricas sociológicas para o seu fazer, ela tem um poder de transmitir essas narrativas com maior impacto. Quando falamos sobre as produções de autoras negras, esse impacto se torna mais evidente. Dado o contexto histórico de estruturação do racismo e patriarcado brasileiro, essas autoras têm muito a nos contar e contribuir.

O diálogo estabelecido entre essas três obras e o aspecto sociológico que elas podem nos mostrar estão diretamente ligados às reivindicações sociais contemporâneas, bem como ao esforço histórico que intelectuais negros travaram no campo da Sociologia para validação de suas produções de pesquisa. Nesse sentido, as três gerações de escritoras possuem um forte diálogo com as discussões tidas em sala de aula, em artigos e em seminários por todo país. Estamos falando do impacto da literatura de autoria negra em nossa forma de pensar a Sociologia, em nosso trabalho ético de pesquisa, e nossa urgência por reverberar todas essas questões em novos espaços de reflexão.

O olhar social sobre a literatura é uma das heranças que tivemos da vasta produção do pesquisador Antônio Candido. Sua atenção a essa dimensão possibilitou uma conversa íntima entre as áreas da Sociologia e os produtos artísticos e literários que delas podemos beber. Há ainda o desejo para que essas obras não sejam apenas objetos de análise, mas que possam compor diretamente ementas de nossas disciplinas e se tornarem base para nossas reflexões. Compreendo que boa parte de nós teve uma formação baseada em outros moldes, mas vejo que caminhamos para um futuro transformador no que tange à valorização dessas produções, de suas autoras e dos temas que elas nos apresentam. Nesse sentido, convido você a ler essas obras e, quem sabe, aprender um pouco mais sobre Sociologia através delas.

Referências bibliográficas

ALVES, Miriam. A literatura negra feminina no Brasil – pensando a existência. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, v. 1, n. 3, p. 181-190, 2011.

ANDRADE, Lucas Toledo de. Ancestralidade, memória e autorrepresentação da mulher negra na literatura afro-brasileira contemporânea em “Olhos d’ água”, de Conceição Evaristo. *Revista Entrelaces*, v. 1, p. 159-174, 2018.

CANAL CURTA!. *Quem foi Carolina de Jesus?* YouTube, 14 jun. 2018. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=6P_q9O3VtIU&ab_channel=CanalCurta%21. Acesso em: jan. 2024.

CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. São Paulo: Todavia, 2023.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within. *Sociedade e Estado*, v. 31, p. 99-127, 2016.

CRUZ, Eliana Alves. **Água de barrela**. São Paulo: Malê, 2018.

EUZÉBIO, Yuri. “É um projeto literário que fala muito sobre liberdade”. *Revista Continente*, 5 dez. 2022. Disponível em: <https://revistacontinente.com.br/secoes/entrevista/re-um-projeto-literario-que-fala-muito-sobre-a-liberdader>. Acesso em: jan. 2024.

EVARISTO, Conceição. Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade. *Scripta*, v. 13, n. 25, p. 17-31, 2009.

EVARISTO, Conceição. *Olhos d’água*. São Paulo: Pallas Editora, 2016.

EVARISTO, Conceição; JESUS, Vera Eunice de. Outras letras: tramas e sentidos da escrita de Carolina Maria de Jesus. In: JESUS, Carolina Maria de. *Casa de alvenaria – Volume 1: Osasco*. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

FARIAS, Tom. *Carolina: uma biografia*. São Paulo: Malê, 2017.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano*. São Paulo: Schwarcz/Companhia das Letras, 2020.

HARTMAN, Saidiya. Vênus em dois atos. *Revista Eco-Pós*, v. 23, n. 3, p. 12-33, 2020.

hooks, bell. *Ensinando pensamento crítico: sabedoria prática*. São Paulo: Elefante, 2020.

JESUS, Carolina Maria de. *Casa de alvenaria – Volume 1: Osasco*. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

LEITURAS BRASILEIRAS. *Conceição Evaristo – Escrivivências*. YouTube, 6 fev. 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=QXopKuvxevY&ab_channel=LeiturasBrasileiras. Acesso em: jan. 2024.

MIRANDA, Fernanda Rodrigues de. *Silêncios prescritos: estudo de romances de autoras negras brasileiras (1859-2006)*. São Paulo: Malê, 2019.

Sociologia brasileira para quê?

A modernidade em Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda

Mateus Lôbo

Sociologia e modernidade

Dos lugares-comuns na Sociologia, há dois muito recorrentes. O primeiro é o de que a desagregação das sociedades feudais na Europa resultou no fenômeno histórico da modernidade. O segundo é o de que a Sociologia surgiu para compreender esse processo histórico, descrito, via de regra, como composto pelos seguintes aspectos essenciais: capitalismo como modo de vida, urbanização, secularização, democratização social e política e o império da ciência como ferramenta de explicação do mundo (cf. Giddens, 2002; Giddens; Sutton, 2017).

A disciplina teria surgido, portanto, com a intenção de oferecer entendimentos às transformações trazidas pelas instituições e práticas sociais ditas modernas. Daí serem constantes na Sociologia afirmações como as seguintes:

Os temas originais da sociologia foram marcados pelas questões que assombraram os primeiros habitantes das emergentes sociedades modernas. Ao menos em grande medida, a modernidade se destaca de épocas históricas anteriores por apresentar instituições e um ritmo de mudança muito particulares (Domingues, 2005, p. 10).

A Sociologia nasce e desenvolve-se com o mundo moderno. Reflete as suas principais épocas e transformações. Em certos casos, parece apenas a sua crônica, mas em outros desvenda alguns dos seus dilemas fundamentais (Ianni, 1989, p. 7).

Podemos entender a sociologia como uma das manifestações do pensamento moderno. A evolução do pensamento científico, que vinha se constituindo desde Copérnico, passa a cobrir, com a

sociologia, uma nova área do conhecimento ainda não incorporada ao saber científico, ou seja, o mundo social (Martins, 2011, p. 9).

Seguramente, autores tidos como os fundadores da disciplina, Émile Durkheim (1858-1917), Karl Marx (1818-1883) e Max Weber (1864-1920), trataram em seus trabalhos das novas e múltiplas situações trazidas por uma sociedade que não era mais feudal, mas crescentemente moderna.¹ Além disso, cientificamente o pensamento que os unificava era a crença de que era preciso apreender o mundo não pela filosofia, mas sim por meio de princípios metodológicos claros e empiricamente aplicados. Como aponta Carlos Eduardo Sell:

A sociologia é uma ciência que surge apenas no século XIX. Seu surgimento poderia nos dar a ingênua impressão de que até aquela época os intelectuais não estavam preocupados com a reflexão sobre a vida social e coletiva. No entanto, naquele momento histórico, as questões que diziam respeito ao que hoje chamamos de sociedade eram pensadas sob a ótica da filosofia [...]. Ao aplicar os princípios da ciência ao estudo dos fenômenos sociais, os intelectuais mudaram a maneira de explicar a própria vida social. Na visão dos fundadores da sociologia, os fenômenos que caracterizaram a modernidade, seja no aspecto econômico, político ou cultural, não podiam mais ser explicados a partir de uma visão filosófica do mundo. Sustentavam que era preciso partir do método experimental e da observação da realidade empírica (Sell, 2015, p. 21).

Contudo, se as reflexões dos “fundadores da Sociologia” convergiram acerca da necessidade de se explicar a modernidade partindo de uma experiência metodicamente controlada, eles igualmente possuíram leituras opostas da realidade social que os cercava. Em Marx, a modernidade é vista a partir de uma concepção de lei da história na qual a humanidade se orienta em direção à completa dualidade capital-trabalho. Característica que seria expressa no embate antagônico entre a burguesia e os trabalhadores, como esmiuçado por ele e Friedrich Engels no *Manifesto comunista* (1848).

1 Para perspectivas críticas ao processo de consagração dos “fundadores” da Sociologia e sugestões de ampliação do cânone da disciplina, ver: Castro (2022); Connell (2012); Daflon; Sorj (2021).

Já para Durkheim, a vida moderna é composta de um grande corpo unitário com grupos se intercambiando para garantir o equilíbrio societal. Nessa ótica, descrita em *Da divisão do trabalho social* (1893), o conflito social poderia ser evitado por normas que garantiriam direitos e deveres a cada parte do todo social. Finalmente, em Weber o mundo moderno é simbolizado como sendo aquele onde os assuntos humanos são caracterizados por uma racionalidade decisória distanciada de questões transcendentais (Pierucci, 1998). Todavia, pensar a modernidade não foi uma exclusividade de Marx, Durkheim nem Weber. A Sociologia brasileira também se voltou para os efeitos do mundo moderno. É o que veremos na próxima seção.

O tema da modernidade na Sociologia brasileira: breve retrospectiva

No Brasil, o pensamento sociológico é permeado pelo imaginário moderno e sua relação com o desenvolvimento nacional. Nesse particular, a socióloga Glaucia Villas Bôas afiança, por exemplo, que “a busca de compreensão da sociedade brasileira e o desejo de intervir nos rumos de seu desenvolvimento” têm motivado “há mais de um século a construção de modelos interpretativos da modernidade no Brasil” (Bôas, 2004, p. 115). Também adentrando tal questão, Sérgio Tavolaro (2005) observa que os mais proeminentes sociólogos brasileiros refletiram se existiria uma modernidade brasileira e sobre qual seria seu *status*. Em suas palavras:

[...] toda a história do pensamento social brasileiro foi e continua sendo fortemente marcada pela tarefa de explicar, compreender e interpretar a modernidade no Brasil. Nossos mais renomados sociólogos, assim como as contribuições nacionais que alcançaram lugar de maior destaque dentro e fora do Brasil, foram exatamente aqueles que se debruçaram sobre tal tema. Parece-me legítimo, pois, afirmar que um dos principais dilemas da sociologia brasileira desde seus primórdios foi e continua sendo “qual o *status* da modernidade no Brasil? Existiria uma modernidade brasileira?” (Tavolaro, 2005, p. 5).

A respeito dessa interação entre Sociologia e modernidade no Brasil, Enno Liedke Filho (2005) observa, inclusive, que a própria

institucionalização acadêmica da área no Brasil, bem como na América Latina, foi acompanhada da noção compartilhada de que era necessário, para se fazer uma ciência social em pé de igualdade com a de países política e economicamente centrais, a completa adesão à modernidade e a seus pressupostos. Como consequência dessa visão, frisa Liedke Filho, foi que a “Teoria da Modernização” ganhou espaço na Sociologia nacional. Tratava-se de uma teoria que concebia as sociedades latino-americanas como uma dualidade entre estruturas industriais modernas e arranjos sociais arcaicos, os quais deveriam ser abolidos inteiramente.

Além disso, Élide Rugai Bastos (2014) nos recorda que houve um momento em que a Sociologia no Brasil ganhou lugar de destaque como área não só de pesquisa, mas como uma disciplina responsável por propor soluções aos fatores estruturais econômicos e políticos que impediam a realização de uma nação moderna. Um crítico destacado de muitos dos receituários resultantes dessa sociologia é o cientista social Jessé Souza. Ele aponta, em *A modernização seletiva* (2000), que não é incomum ainda hoje o Brasil ser examinado sociologicamente como carente de instituições modernas. Para Souza (2000), na busca por saber se o Brasil é moderno ou não, a Sociologia nacional frequentemente situou a sociedade brasileira como inautêntica e aquém da “modernidade ocidental”. Senso no âmbito dos estudos a respeito da relação entre modernidade e Sociologia, sobretudo aqueles que falam do Brasil, a próxima seção abordará comparativamente dois autores caros às Ciências Sociais nacionais: Gilberto Freyre (1900-1987) e Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982).

O Brasil em Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda

Entender a sociedade brasileira não é um esforço recente. Por exemplo, na década de 1840, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) promoveu um concurso para premiar o melhor plano de estudos sobre como se deveria estudar o Brasil, seu povo e costumes.²

2 O texto vencedor desse concurso foi o de Carl Friedrich Philipp von Martius (1794-1868), sob o título “Como se deve escrever a história do Brasil”.

Contudo, há aquelas análises e autores que balizam perenemente muitas das discussões sobre o país e sua sociedade. Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda pertencem a esse rol, principalmente nos temas concernentes à formação da sociedade e do Estado moderno nacional em uma nação com passado escravocrata e patriarcal.

Tanto um quanto o outro são personagens que vivenciaram o contexto das transformações políticas e sociais desencadeadas pela “Revolução de 1930”, bem como o momento de surgimento da Sociologia acadêmica no Brasil.³ As obras que os projetaram no debate público nacional são da década de 1930, Freyre com *Casa-grande & senzala* (1933) e *Sobrados e mucambos* (1936), Holanda com *Raízes do Brasil* (1936). Do ponto de vista temático, são autores inaugurais no pensamento sociológico brasileiro ao localizarem as especificidades pátrias no campo cultural e não no racial.⁴ Sendo essa uma inovação que Mariza Veloso (2000) atribui ao fato de Freyre e Holanda terem sido personagens influenciados pelo Modernismo, movimento intelectual que privilegiou no país um olhar para os hábitos e costumes estruturantes da sociedade nacional e não para “composição racial” de seu povo.

Nesse particular, é preciso lembrar que era comum na época a tentativa de explicar o Brasil inserido na lógica racista de que um povo só poderia ser protagonista da história universal quando gozasse de “pureza racial”. Tal doutrina fez com que muitos intelectuais brasileiros estivessem constantemente às voltas com a questão de como o Brasil, um país com forte miscigenação, ou seja, com ampla mistura de povos

3 Datam dos anos 1930 os primeiros cursos universitários de Ciências Sociais no Brasil, instituídos na Escola Livre de Sociologia e Política, em 1933 e em 1934 na Universidade de São Paulo e na Universidade do Distrito Federal no Rio de Janeiro. Apesar disso, notam Bariani e Segatto (2010), já eram ministradas aulas de Sociologia desde 1912 na Faculdade de Direito do Ceará, e a disciplina foi efetivada, por exemplo, como cadeira no Rio de Janeiro no Colégio Pedro II e na Escola Normal de Recife no ano de 1928.

4 Araújo (2005) esclarece que Freyre não abdica totalmente da noção de que a humanidade é constituída de “raças”, no entanto, sua concepção racial se dá numa abordagem *neolamarckiana*, ou seja, fundamenta-se na ideia de que contingentes humanos possuem capacidade de adaptação a diferentes meios físicos, sendo capazes de incorporar e transmitir características adquiridas na sua interação com esses meios, o que daria origem a uma “raça histórica”. Para Passos e Silva (2007), Freyre trabalha com noções de raça e cultura, às vezes trocando um termo pelo outro, mas sem que isso resulte em uma indistinção entre os fenômenos genéticos e os culturais.

de diferentes etnias, poderia formar um conjunto coeso, de preferência branco, e que fosse ao mesmo tempo internacionalmente relevante (cf. Ortiz, 1986; Schwarcz, 1993; Ventura, 1991).

Na contracorrente dessa doutrina, Freyre e Holanda foram seminais para Antonio Candido, e exprimiram, juntamente com Caio Prado Júnior, a “mentalidade ligada ao sopro de radicalismo e análise social que eclodiu depois da Revolução de 1930” (Candido, 2010, p. 9). Freyre por, com sua linguagem, revelar a influência positiva da África em uma sociedade que até então só valorizava o branco europeu; Sérgio Buarque por fornecer elementos para a compreensão das nossas raízes e uma saída democrática para o Brasil. Também segundo Candido, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque, juntamente com Caio Prado, trouxeram ao pensamento social brasileiro “a denúncia do preconceito de raça, [...], a crítica dos fundamentos ‘patriarcais’ e agrários, o discernimento das condições econômicas, a desmistificação da retórica liberal” (Candido, 2010, p. 11).

Em *Raízes do Brasil*, Sérgio Buarque de Holanda define o Brasil como perpassado pela cópia de instituições estrangeiras e por um personalismo herdado dos colonizadores portugueses. Nessa perspectiva, a democracia no Brasil foi sempre “um lamentável mal-entendido. Uma aristocracia rural e semifeudal importou-a e tratou de acomodá-la, onde fosse possível aos seus direitos e privilégios [...]” (Holanda, 2010, p. 160). De sorte que a ideia-força que conduz a obra é a de que há uma cultura personalista na sociedade brasileira encarnada no “homem cordial”, com a cordialidade significando uma atitude de sempre trazer para o âmbito privado, para o âmbito das conveniências particulares, as relações que deveriam ser marcadas pelo ideal de isonomia característico da democracia moderna.

Assim, as preocupações do paulista Sérgio Buarque se dão substancialmente em torno de quais seriam as repercussões do passado na nossa vida democrática moderna (Ferreira, 1996). Diversamente, no pernambucano Gilberto Freyre, em *Casa-grande & senzala*, o foco está direcionado ao sistema patriarcal de família poligâmico, latifundiário e escravocrata como principal agente definidor da sociedade brasileira em seus anos de formação.

Em sua outra obra da década de 1930, *Sobrados e mucambos*, de 1936, esse sistema é descrito como em estado de desagregação, especialmente a partir da transferência da Família Real em 1808 para o Brasil. Acontecimento histórico que Freyre chamou de “europeização” da sociedade brasileira, posto que representava cotidianamente a influência de uma corte da Europa moderna no país. E com o componente negativo de acentuar no Brasil a “supremacia ou a superioridade do elemento europeu, senhoril e urbano, agora com um sentido nitidamente burguês, capitalista, francês e inglês de dominação” (Freyre, 2006b, p. 517).

Nesse sentido, Ricardo Benzaquen de Araújo (2000, p. 45) argumenta que, embora haja algum tipo de saudade do passado na crítica que Freyre faz da modernidade europeia, da “europeização” do país, o que está em jogo, para Freyre, é “chamar a atenção para uma modernidade que impõe, entre nós, por via estetizante e excludente, uma regra única que não aceita variedade e que, portanto, envolve a permanente eliminação daquilo que é diferente”.

De mais a mais, na perspectiva gilbertiana, um dos maiores equívocos que a sociedade nacional poderia cometer, em nome do moderno, era rejeitar a miscigenação. Isso porque teria a mestiçagem possibilitado ao Brasil a criação de um sentimento de coletividade nacional pela interpenetração de experiências culturais diversas. Caso da própria língua portuguesa, que ele descreve como tendo se desenvolvido deste modo:

Sucedeu, porém, que a língua portuguesa nem se entregou de todo à corrupção das senzalas, no sentido de maior espontaneidade de expressão, nem se conservou acalafetada nas salas de aula das casas-grandes sob o olhar duro dos padres-mestres. A nossa língua nacional resulta da interpenetração das duas tendências. [...] A força, ou antes, a potencialidade da cultura brasileira parece-nos residir toda na riqueza de antagonismos equilibrados. (Freyre, 2006a, p. 417-418).

No entanto, se por um lado ele teria se distanciado do racismo, predominante nas Ciências Sociais do início do século XX, pela admissão da influência do indígena e do africano na formação da cultura brasileira, por outro, para muitos autores, Freyre igualmente criou a imagem do Brasil como uma “democracia racial”, definida pela forte

presença de interações inter-raciais e pela ausência de racismo no país (cf. Bernardino, 2002; Costa, 2001; Guimarães, 2006; Nascimento, 2017). Com efeito, apesar de a sociedade racial e culturalmente híbrida descrita em *Casa-grande* e em *Sobrados* ter origem em relações de senhores e escravos, nas obras, o interesse de Freyre recai quase sempre nas zonas de aproximação entre heranças étnicas e culturais tão diversas como a portuguesa e a africana.

Assim, o mesmo autor que afirma que a “tradição conservadora” no Brasil se sustenta a partir de um sadismo próprio a uma sociedade com origem escravocrata, estando sempre “disfarçado em ‘princípio de Autoridade’ ou ‘defesa da Ordem’” (Freyre, 2006a, p. 114), é o que vai exaltar os brasileiros como “duas metades confraternizantes [o ex-senhôr e o ex-escravo] que se vêm mutuamente enriquecendo de valores e experiências diversas; quando nos completamos em um todo, não será com o sacrifício de um elemento ao outro” (Freyre, 2006a, p. 418).

Voltando a *Raízes do Brasil*, Sérgio Buarque assume o pressuposto defendido em *Casa-grande & senzala* por Freyre de que o português seria um contemporizador. Para ele, o colonizador luso, como nenhum outro, “cedia com docilidade ao prestígio comunicativo dos costumes, da linguagem e das seitas dos indígenas e negros. Americanizava-se ou africanizava-se, conforme fosse preciso. Tornava-se negro, segundo expressão consagrada da costa da África” (Holanda, 2010, p. 64).

De mais a mais, para Holanda, o português foi um comodista que se adaptou ao Brasil sem grande atividade empreendedora. O que está evidente na afirmação que esse autor faz do português como apenas tendo absorvido as técnicas de domínio do solo tropical que os indígenas já ostentavam. Para ele, os colonizadores foram “instrumentos passivos” que com facilidade cederam “às sugestões da terra e de seus primeiros habitantes, sem cuidar de impor-lhes normas fixas e indeléveis”, sendo um traço dos lusitanos, prossegue, somente “repetir o que estava feito ou o que lhes ensinara a rotina” (Holanda, 2010, p. 52).

Outro exemplo desse comodismo do português seria a característica de os colonizadores terem se valido da miscigenação unicamente para realizar o povoamento do Brasil sem grandes esforços. Como dito em *Raízes*: “a mestiçagem [...] não constituiu, na América portuguesa,

fenômeno esporádico, mas, ao contrário, processo normal. Foi, em parte, graças a esse processo que eles puderam, sem esforço sobre-humano, construir uma pátria nova longe da sua” (Holanda, 2010, p. 66). Em Freyre, a miscigenação era uma característica positiva da nossa formação nacional, pois ela teria transcendido o intercuro sexual e se espraído para a cultura brasileira para forjar uma identidade nacional mestiça e de poucos sectarismos étnicos.⁵ Levando-o a certificar:

A miscigenação que largamente se praticou aqui corrigiu a distância social que de outro modo se teria conservado enorme entre a casa-grande e a mata tropical; entre a casa-grande e a senzala. O que a monocultura latifundiária e escravocrata realizou no sentido de aristocratização, extremando a sociedade brasileira em senhores e escravos, com uma rala e insignificante lambujem de gente livre sanduíchada entre os extremos antagônicos, foi em grande parte contrariado pelos efeitos sociais da miscigenação (Freyre, 2006a, p. 33).

Ainda como parte de um exercício comparativo entre os dois autores, para Sérgio Buarque, o colonizador do Brasil foi um tipo aventureiro, interessado antes em feitorizar do que colonizar o território nacional. Para Gilberto Freyre, diferentemente, a colonização levada a cabo pelo português foi original, pois criou uma nacionalidade diversa da portuguesa. Para o pernambucano, o Brasil foi “a primeira sociedade moderna constituída nos trópicos com característicos nacionais e qualidades de permanência” (Freyre, 2006a, p. 73). Idiossincrasia notória para ele na arquitetura das casas-grandes adaptadas às condições tropicais. Argumento descrito assim em *Casa-grande*:

A casa-grande de engenho que o colonizador começou, ainda no século XVI, a levantar no Brasil grossas paredes de taipa ou de pedra e cal, coberta de palha ou de telha-vã, alpendre na frente e dos lados, telhados caídos em um máximo de proteção contra o sol forte e as chuvas tropicais – não foi nenhuma reprodução das casas portuguesas, mas uma expressão nova, correspondendo ao nosso ambiente físico e a uma fase surpreendente, inesperada, do imperialismo português: sua atividade agrária e sedentária nos trópicos; seu

5 Para uma análise crítica contundente a Freyre e ao processo de miscigenação como ele relatou, ver Nascimento (2016).

patriarcalismo rural e escravocrata. [...]. Basta comparar-se a planta de uma casa-grande brasileira do século XVI com a de um solar lusitano do século XV para sentir-se a diferença enorme entre o português do reino e o português do Brasil. Distanciado o brasileiro do reinol por um século apenas de vida patriarcal e de atividade agrária nos trópicos já é quase outra raça, exprimindo-se em outro tipo de casa (Freyre, 2006a, p. 35).

Contudo, se para Freyre até mesmo a arquitetura das casas demonstrava que os comportamentos culturais europeus foram ressignificados desde o princípio no país em interação com os valores indígenas e africanos, ele sabia que isso se deu dentro de uma estrutura de mando inegavelmente latifundiária, monocultora e escravocrata. Em suas palavras:

No Brasil, as relações entre os brancos e as raças de cor foram desde a primeira metade do século XVI condicionadas, de um lado pelo sistema de produção econômica – a monocultura latifundiária; do outro, pela escassez de mulheres brancas, entre os conquistadores. O açúcar não só abafou as indústrias democráticas de pau-brasil e de peles, como esterilizou a terra, em uma grande extensão em volta aos engenhos de cana, para os esforços de policultura e de pecuária. E exigiu uma enorme massa de escravos. A criação de gado, com possibilidade de vida democrática, deslocou-se para os sertões. A zona agrária desenvolveu-se, com a monocultura absorvente, uma sociedade semifeudal – uma minoria de brancos e brancarões dominando patriarcais, polígamos, do alto das casas-grandes de pedra e cal, não só os escravos criados aos magotes nas senzalas como os lavradores de partido, os agregados, moradores de casas de taipa e de palhas vassalos das casas-grandes em todo o rigor da expressão (Freyre, 2006, p. 32-33).

Em conclusão, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda tratam da interação entre a modernidade e o Brasil, mas o fazem de maneira diversa. Seus estudos, como nos diz Antonio Candido, representaram um sopro de inovação em seu tempo. Eles informam a Sociologia brasileira permanentemente, seja por possuírem indicações que sobreviveram ao teste do tempo, seja porque fomentam estudos críticos às suas obras. E se em Sociologia é rotineiro se dizer que a disciplina nasceu a partir da necessidade de se compreender o mundo moderno, no Brasil,

o pensamento sociológico também irrompeu ligado às reflexões no tocante à saída do país de uma sociedade tradicional, patriarcal e escravocrata, para um país em vias de modernização. Foi a partir dessa temática que este trabalho discutiu Freyre e Holanda, dois autores que fornecem um ponto de partida a respeito de como a modernidade é investigada na Sociologia brasileira.

Referências bibliográficas

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Guerra e paz: Casa-grande & senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. São Paulo: Editora 34, 2005.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. Sobrados e mucambos e Raízes do Brasil. In: MIRANDA, Maria do Carmo Tavares de (org.). *Quem somos nós? 60 anos Sobrados e mucambos*. Recife: Massangana, 2000.

BARIANI Júnior, Edison; SEGATTO, José Antônio. As Ciências Sociais no Brasil: trajetória, história e institucionalização. *Em Pauta*, v. 7, n. 25, p. 201-213, 2010.

BASTOS, Élide Rugai. A construção do debate Sociológico no Brasil. *Ideias*, 4, p. 287-300, 2014.

BERNARDINO, Joaze. Ação afirmativa e a rediscussão do mito da democracia racial no Brasil. *Estudos afro-asiáticos*, v. 24, p. 247-273, 2002.

BÔAS, Glaucia Villas. Casa-grande e terra grande, sertões e senzala: duas interpretações do Brasil. *Iberoamericana* (2001-), p. 23-37, 2004.

CANDIDO, Antônio. Prefácio. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

CASTRO, Celso. *Além do cânone: para ampliar e diversificar as ciências sociais*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2022.

CONNELL, Raewyn. O Império e a criação de uma Ciência Social. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 2, n. 2, p. 309-309, 2012.

COSTA, Sérgio. A mestiçagem e seus contrários: etnicidade e nacionalidade no Brasil contemporâneo. *Tempo soc.*, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 143-158, 2001.

DAFLON, Verônica Toste; SORJ, Bila. *Clássicas do pensamento social: mulheres e feminismos no século XIX*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2021.

DOMINGUES, José Maurício. *Sociologia e modernidade. Para entender a sociedade contemporânea*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FERREIRA, Gabriela Nunes. A formação nacional em Buarque, Freyre e Vianna. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, p. 229-247, 1996.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. São Paulo: Global, 2006a.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos*. São Paulo: Global, 2006b.

GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo, Editora Unesp, 2002.

GIDDENS, Anthony; SUTTON, Philip W. *Conceitos essenciais da sociologia*. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Depois da democracia racial. *Tempo social*, v. 18, p. 269-287, 2006.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

IANNI, Octavio. A sociologia e o mundo moderno. *Tempo Social*, v. 1, n. 1, p. 7-27, 1989.

LIEDKE FILHO, Enno D. A Sociologia no Brasil: história, teorias e desafios. *Sociologias*, Porto Alegre, n. 14, p. 376-437, 2005.

MARTINS, Carlos Benedito. *O que é sociologia*. São Paulo: Brasiliense, 2011.

NASCIMENTO, Abdias. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. São Paulo: Perspectiva, 2016.

NASCIMENTO, Paulo César. Identidade nacional e raça no Brasil: reavaliando o “mito da democracia racial”. In: BUARQUE, Cristovam; ALMEIDA, Francisco; NAVARRO, Zander (org.). *Brasil, brasileiros. Por que somos assim?*. Brasília: Verbena, 2017.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

PASSOS, José Luiz; SILVA, Valéria Costa e. O significado de cultura em Casa-grande & senzala. In: LAUERHASS, Ludwig; NAVA, Carmen (org.). *Brasil uma identidade em construção*. São Paulo: Ática, 2007.

PIERUCCI, Antônio Flávio. Secularização em Max Weber: da contemporânea serventia de voltarmos a acessar aquele velho sentido. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 13, p. 43-73, 1998.

TAVOLARO, Sergio B. F. Existe uma modernidade brasileira? Reflexões em torno de um dilema sociológico brasileiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 20, p. 5-22, 2005.

SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SELL, Carlos Eduardo. *Sociologia Clássica: Marx, Durkheim, Weber*. Rio de Janeiro: Vozes, 2015.

SOUZA, Jessé. *A modernização seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

VELOSO, Mariza. Gilberto Freyre e o horizonte do modernismo. *Sociedade e estado*, v. 15, p. 361-386, 2000.

VENTURA, Roberto. *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

Sugestões de materiais filmicos

BENZAQUEN, Ricardo. Reinventando os Clássicos Brasileiros: A sociologia de Gilberto Freyre. YouTube, 11 abr. 2012. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jV5O5b5GOGY&t=812s>. Acesso: 3 ago. 2023.

RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro (Cap. 10 A invenção do Brasil). YouTube, 14 maio 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3tNxGGT>. Acesso em: 4 ago. 2023.

SANTOS, Nelson Pereira. Raízes do Brasil, uma cinebiografia de Sérgio Buarque de Holanda. 74 min. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=etUES-guoUx4>. Acesso em: 4 ago. 2023.

Segunda seção

Trabalho, desigualdades e diferenças

Sociologia das relações raciais para quê?

Quilombos e seus territórios

Eduardo Rodrigues Santos

Definindo quilombo

A primeira tarefa neste texto, que é definir quilombo, já é bem complicada. Os quilombos estão presentes em praticamente toda a história do Brasil desde a invasão portuguesa. E, apesar das mudanças nos regimes e nas formas de administração do país, as populações quilombolas sempre estiveram procurando as melhores formas para viver. Além disso, essas comunidades estão por todo o território brasileiro, apresentando uma diversidade geográfica, ambiental e de modos de vida complexa demais para tentar arriscar uma definição geral para quilombo. O Censo Demográfico de 2022 é o primeiro em que houve a identificação das/os quilombolas, e nele observou-se uma população de 1,3 milhão de quilombolas presentes em todas as cinco regiões do país (Gomes, 2023). Mas vamos à conceituação de quilombo.

A primeira definição oficial que temos é de 1740. O Conselho Ultramarino, órgão criado pelo regime português quase cem anos antes para organizar o governo de suas colônias, apresentou a seguinte definição de quilombo: “toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele” (Schmitt; Turatti; Carvalho, 2002).

Ou seja, foi criada uma noção de que quilombo seria um lugar distante e de habitação de pessoas negras escravizadas. Essa visão orientou durante o período escravista a maneira como eram entendidos os quilombos. Após a abolição da escravatura, em 1888, essa visão ainda teve por muito tempo o protagonismo na história oficial do país. Criou-se o imaginário de um lugar em meio à mata e de difícil acesso.

Durante o século XX, alguns historiadores e escritores, como Décio Freitas e Edison Carneiro, se esforçaram em realizar um trabalho

mais detalhado na descrição de como se organizou o Quilombo dos Palmares. Mesmo após a expedição liderada por Domingos Jorge Velho em 1695, em que o regime colonial conseguiu desestruturar esse quilombo e assassinar o líder Zumbi, o protagonismo de Palmares no imaginário nacional continuou. As imagens de Zumbi e de Palmares foram sendo consolidadas como símbolos de resistência e luta pelos direitos do povo negro. Essa combinação de fatores levou o protagonismo do Quilombo dos Palmares nas produções intelectuais do século passado. Mas isso trouxe um problema, que foi a elaboração de um entendimento de que quilombo era coisa do passado. A visão era de que essas comunidades eram resistências ao escravismo. Com o fim da escravidão, supostamente teríamos o fim dos quilombos.

Nas últimas décadas do século XX, houve mais uma movimentação marcante em torno dessa definição de quilombo. Intelectuais como Beatriz Nascimento e Abdias Nascimento encabeçaram uma interpretação de que os quilombos ainda estavam presentes no Brasil. A partir disso, houve uma agitação dos movimentos negros, em um contexto de redemocratização do país, no sentido de tornar o quilombo símbolo de um projeto antirracista. Não vou entrar mais nos desdobramentos desse momento – o que é importante para nós aqui é ter ciência dessa complexidade em torno da conceituação do quilombo ao longo dos séculos.

Nesse sentido, a definição proposta por Beatriz Nascimento, a meu ver, parece dar uma acalmada em nossas ansiedades conceituais. A autora entende que o quilombo é um momento histórico brasileiro de longa duração (Nascimento, 2021). A partir disso, entendemos a dimensão da presença histórica dessas comunidades na formação do país, e deixamos em aberto nossa interpretação no entendimento de que cada quilombo se organiza da forma mais adequada para suas necessidades. Quilombos podem ser rurais, e a maioria realmente é, mas podem ser urbanos. Podem ser amazônicos, da caatinga, do cerrado etc. Podem ser pequenos povoados, mas também podem ser grandes comunidades. Podem ser das águas, dos rios. Podem ser do semiárido. O importante é termos em mente que cada quilombo traça suas estratégias para sua continuidade histórica. Continuidade física e simbólica.

Entendido esse ponto, passamos para o tratamento que quilombo e quilombolas têm na Constituição Federal de 1988. E, indo direito ao ponto, vamos ao artigo 68 do Ato de Disposições Transitórias Constitucionais: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (Brasil, 1988, art. 68). A primeira coisa importante a ser destacada é como aquela visão destacada como a protagonista em relação aos quilombos no século XX influencia o texto. As populações quilombolas são entendidas como remanescentes das comunidades dos quilombos. Ao serem definidas como remanescentes, essas populações são interpretadas como uma espécie de resquício cultural de um passado deixado para trás. Mostra, em alguma medida, a relevância das conceituações que a academia elabora na vida prática das pessoas.

E segundo ponto importante a ser ressaltado é que as/os quilombolas se tornaram sujeitos de direito diante do Estado Brasileiro por meio do território. Falando de outra forma, as/os quilombolas conseguiram reconhecimento oficial como sujeitos de direito por meio dos direitos territoriais. Daí percebemos a centralidade do território nos debates sobre as comunidades quilombolas no Brasil. Falar de um território quilombola é estar falando da vida quilombola. É nesse sentido que a nossa discussão vai caminhar. As conexões entre quilombolas e seus territórios não são algo fundado com o artigo 68, apesar de esse ser um momento em que os olhares se voltaram ainda com mais força para essas relações. Essas conexões constituíram as dinâmicas de formação e manutenção dos quilombos ao longo da história. O que se tem com maior potência a partir dos anos 1980 é um olhar mais atento das Ciências Sociais para as relações territoriais quilombolas. Com isso, aquela definição do quilombo ser um momento histórico de longa duração passa a ser articulada com as dinâmicas territoriais estabelecidas nas comunidades quilombolas.

Mas é importante voltarmos no tempo para que a relevância do território seja mais bem compreendida. Vamos voltar à Lei n. 601/1850, mais conhecida como Lei de Terras de 1850. Essa lei, de maneira geral, estabeleceu uma organização fundiária que privilegiava os grandes

fazendeiros. Ou seja, a propriedade das terras devolutas se deu exclusivamente pela compra. A terra passa a ser reconhecida juridicamente exclusivamente como mercadoria (Silva, 2019). Mas o que seria uma terra devoluta? No texto da Lei de Terras, a definição de terras devolutas era a seguinte:

Art. 3º São terras devolutas:

§ 1º As que não se acharem applicadas a algum uso publico nacional, provincial, ou municipal.

§ 2º As que não se acharem no dominio particular por qualquer titulo legitimo, nem forem havidas por sesmarias e outras concessões do Governo Geral ou Provincial, não incursas em commissio por falta do cumprimento das condições de medição, confirmação e cultura.

§ 3º As que não se acharem dadas por sesmarias, ou outras concessões do Governo, que, apesar de incursas em commissio, forem revalidadas por esta Lei.

§ 4º As que não se acharem occupadas por posses, que, apesar de não se fundarem em titulo legal, forem legitimadas por esta Lei. (Brasil, 1850)

Assim, tentando simplificar: toda terra que não tinha dono era de posse do Império. Com a Lei, essas terras só poderiam ser adquiridas por pessoas pela compra. Desse modo, quem já tinha propriedades conseguiu estabelecer e aumentar seus latifúndios. Tratava-se de uma elite agrária de descendência europeia e que havia recebido grandes extensões de terra por parte da Coroa Portuguesa, que viu a oportunidade na Lei de Terras para estabelecer critérios que colocassem ainda mais o poder político e econômico do país sob seu controle. E quem não tinha recursos financeiros para adquirir terras e para registrá-las em cartório — em grande medida a população negra livre ou ainda escravizada — não conseguiu a propriedade de terras. A concentração fundiária nas mãos dos grandes fazendeiros, sujeitos brancos, ficou ainda evidente. Isso significou um controle político e econômico do país exercido historicamente por uma elite branca. Nesse cenário, o contraponto territorial se dava pela resistência dos quilombos. A conclusão que tiramos é: falar de terra no Brasil é falar das relações e desigualdades raciais. Daí a relevância das comunidades quilombolas na defesa e luta pela titulação de seus territórios.

Territórios quilombolas e os grandes empreendimentos

Vivemos em um país que aposta em um tal de desenvolvimento para solucionar nossos problemas, como a pobreza, a fome e as desigualdades. Mas o que é esse negócio chamado desenvolvimento? Minha rápida resposta seria: uma linguagem que elabora um modo de vida. Vamos pensar nisso com um pouco mais de calma.

O discurso do desenvolvimento constrói uma situação. É um discurso elaborado por mineradoras, representantes do agronegócio, madeireiras e até pelo Estado. Geralmente percebemos a construção de uma situação de pobreza em uma determinada região, de estagnação econômica e de falta de alternativas para sair desse problema. Aí vem um determinado empreendimento prometendo desenvolver essa região, gerar emprego e renda, explorando terras desocupadas e recursos naturais que ninguém está utilizando. Ora, se são terras vazias e recursos que nenhuma pessoa está utilizando para sair da pobreza, esses grandes projetos teriam a legitimidade necessária para explorar essas coisas. Seria tudo lindo, mas acontece que, em muitos casos, o que é visto como vazio são territórios quilombolas ou indígenas. E o que são recursos naturais que ninguém explora são os meios como essas populações elaboram seus modos de vida. Onde esses empreendimentos enxergam falta de alternativas existe uma complexidade de modos de vida.

O que quero dizer com isso é que a linguagem do desenvolvimento elabora um modo de vida em que os territórios e o que tem neles são coisas a serem exploradas em prol desse tal desenvolvimento. Mas, por outro lado, temos as comunidades quilombolas que formulam suas continuidades históricas a partir de relações harmônicas e orgânicas com o que entendemos como natureza. O intelectual quilombola Antônio Bispo dos Santos (2019) chama isso de biointeração. Há aí um conflito entre modos de se relacionar com o território.

Antônio Bispo dos Santos, ou Nego Bispo, é um intelectual quilombola que entende a biointeração como a contracolonização do desenvolvimento, em especial do desenvolvimento sustentável. Além da noção de biointeração, ele discute outros conceitos que nos fazem pensar, como a noção de confluência.

Desde meados do século passado percebe-se um aparecimento em maior escala de megaprojetos desenvolvimentistas pelo país. Nas últimas décadas, notou-se a escalada desses empreendimentos na direção de territórios quilombolas. Nesse momento, convido quem está lendo a visitar o Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil.¹ Nele, podemos observar a descrição de parte dos conflitos entre comunidades e grandes empreendimentos. Isso envolve o entendimento de quais são as populações que estão sendo afetadas por um projeto desenvolvimentista, qual é o tipo de empreendimento, quais serão os danos à saúde e os impactos socioambientais. Nesse sentido, podemos filtrar a busca para as comunidades quilombolas. Para quem continua em dúvida sobre acessar esse material, segue uma imagem do mapa já com o filtro dos dados referentes à quantidade de conflitos envolvendo a população quilombola.

Figura 1 – Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil (envolvendo a população quilombola)



Fonte: Fiocruz

1 <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/>

É impossível tratar de todos os conflitos listados neste levantamento, além de outros que não foram listados aí. Diante disso, para exemplificar a diversidade de projetos e atividades entendidas como agentes do progresso econômico afetando territórios quilombolas, irei destacar quatro casos. São eles: Quilombos de Alcântara, no Maranhão; Quilombo Lagoas, no Piauí; Quilombo Contente e Quilombo Barro Vermelho, também no Piauí; e Quilombo Kalunga, em Goiás.

O primeiro, o caso de Alcântara, é um dos conflitos de maior tempo de duração e um dos mais conhecidos. É uma situação emblemática, pois se trata de um conflito entre o Estado brasileiro e o Quilombo. Na década de 1980, se iniciou o programa aeroespacial brasileiro naquela região, mais especificamente o Centro de Lançamento de Alcântara. Este Centro é operado pelo Comando da Aeronáutica da Força Aérea Brasileira, sendo o único do país e com capacidade de lançar foguetes e satélites. Com a construção desse centro de lançamento, houve a expulsão de quilombolas que ocupavam aquele território. Consequentemente, essa ação trouxe insegurança alimentar, desmantelamento de laços territoriais e culturais, entre outras situações. São pelo menos 40 anos de conflitos sobre o direito ao território quilombola de Alcântara. Não pretendo aqui fazer uma explicação que dê conta de todos os processos envolvendo esse caso, mas é importante termos em mente a relevância do conflito. Para um melhor entendimento dos modos de vida quilombolas em Alcântara e como o projeto espacial afeta a vida dessa população, sugiro o documentário *Terras de Quilombo – Uma dívida Histórica*.² Apesar de ser um filme produzido em 2005, as questões tratadas nele servem de base para pensarmos a atualidade desse e de demais conflitos.

O segundo caso que destaco aqui é o do Quilombo Lagoas. Se no quilombo maranhense o conflito gira em torno de um Centro de Lançamento, de um projeto espacial, em Lagoas passa por empreendimentos de mineração. Desde a primeira década deste século, empresas realizam estudos para a viabilização de exploração de minério de ferro na região do território quilombola. Nesse sentido, a empresa SRN Mineração conseguiu em 2021 a Licença Prévia para operação

2 Link para acesso via Youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=63ys-OqFDEE>.

do projeto, apesar de ausências significativas nos Estudos de Impacto Ambiental da mineradora, como a negativa de que ali existam comunidades quilombolas. Ou por má-fé, ou por desconhecimento, essa é uma afirmativa presente nos documentos que subsidiaram a concessão da Licença Prévia por parte do governo do estado do Piauí. Aí, novamente, nós percebemos como o Estado atua de forma relevante nesses conflitos. Ou seja, mesmo com irregularidades e ausências no rito dos procedimentos para a obtenção da licença, o governo piauiense a concedeu para a mineradora em questão. Há uma agência estatal direta na operação de empreendimentos extrativistas e que impactam negativamente na vida da população quilombola. Isso nos possibilita perceber que o Estado não atua de maneira neutra e imparcial, e que quem o administra está contribuindo na elaboração ou no desmantelamento de projetos de vida e de futuro. Mesmo com a informação equivocada de que ali não exista uma comunidade quilombola, mesmo com a não realização da Consulta Prévia, mesmo com a ausência do Estudo de Componente Quilombola, todas essas etapas necessárias, a Licença Prévia foi concedida pelo governo piauiense.

A mineração não é uma exclusividade da SRN Mineração naquela região. A poucos quilômetros do Quilombo Lagoas, em uma região de fronteira entre Piauí e Bahia, existe a mineração de fosfato por parte da empresa Galvani. E esse projeto já está deixando marcas na vida de quem vive naquela parte da caatinga. Desse modo, sugiro o documentário *Ninguém observa? Sufocados pela poeira e ameaçados pelos grileiros*.³ Apesar de não tratar diretamente de Lagoas, o filme retrata a situação de uma comunidade próxima que convive com a mineração e nos ajuda a imaginar os modos de vida naquela região e como a exploração mineral cria problemas para aquela população.

O terceiro caso é o dos quilombos de Contente e de Barro Vermelho, também piauienses. Neste, o conflito se dá por conta da construção de uma ferrovia. Mais especificamente, trata-se do projeto da Nova Ferrovia Transnordestina, uma parceria público-privada que pretende ligar o sertão piauiense a portos em Pernambuco e Ceará. É bom

3 Link para acesso via Youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=-meHApZ0jV4>.

lembrar o projeto de mineração apresentado anteriormente, e é importante também perceber como esses empreendimentos estão conectados. A ferrovia seria a via para escoar e vender o minério de ferro explorado. Como exemplo dos impactos causados pela construção da ferrovia, a colocação de trilhos e cercas por parte da empresa Transnordestina Logística separou a população quilombola do açude, que era a principal forma de acesso à água. Essa ferrovia atravessa parte do território dos estados do Piauí, Ceará e Pernambuco. É possível imaginar que os impactos sobre comunidades negras e indígenas não ficaram restritos aos quilombos de Contente e Barro Vermelho.

Já observamos projetos em diferentes frentes: centro de lançamento espacial, mineração e ferrovia. Para finalizarmos os exemplos de conflitos territoriais, destaco agora o caso do Quilombo Kalunga e a expansão de áreas destinadas ao agronegócio no cerrado brasileiro. Essa atividade, apesar de ser colocada como protagonista para o desenvolvimento econômico do país, ao ser expandida exaustivamente, está destruindo o cerrado, contribuindo para a erosão e contaminação do solo. Ao se tratar de um quilombo em que a população vive em boa medida por meio da agricultura familiar, esses impactos na terra acabam por desestabilizar os modos de vida quilombola. Nesse sentido, sugiro o documentário *Ser tão velho Cerrado*.⁴ O filme trata do desmatamento e da destruição da natureza, além das mobilizações políticas da população em defesa de seu território e da biodiversidade.

Se, na primeira parte do texto, entendemos como os quilombos constituem um projeto histórico de ocupação territorial do povo negro, apesar das dificuldades frente ao Estado. Agora, a partir de alguns exemplos, conseguimos observar a diversidade de projetos vistos como desenvolvimentistas e a escalada deles sobre os territórios e as vidas quilombolas. Esses casos nos fazem pensar sobre nossas responsabilidades éticas em nossas áreas profissionais. Meu ponto aqui é que eles nos fazem pensar também sobre que tipo de projeto racial nossa atuação profissional potencializa. Isso é o que vamos discutir adiante.

4 Link para acesso via *Youtube*: <https://www.youtube.com/watch?v=RE99PEuWaEM>.

Algumas pesquisas para nos fazer pensar

O discurso do desenvolvimento pretende mostrar um lugar de neutralidade. Pretende mostrar que seu único objetivo é desenvolver economicamente uma região e pessoas. Mas geralmente esse discurso não mostra como esse tal de desenvolvimento é atravessado por dinâmicas raciais. E esse não é um lugar de neutralidade. Desse modo, é preciso entendermos que nossas atuações profissionais também não estão em um lugar de neutralidade em relação às dinâmicas territoriais no Brasil, que, como vimos, são dinâmicas raciais. Para refletirmos com mais tranquilidade sobre isso, passaremos agora por algumas pesquisas com quilombos e quilombolas produzidas nas universidades e/ou em articulações com a academia, de maneira geral, e com diálogos com a Sociologia, de maneira mais específica.

Vamos voltar aos casos de conflitos citados anteriormente para realizar essas reflexões. No caso do Quilombo Lagoas, destaco pesquisas de mestrado que, em alguma medida, discutiram a questão da mineração no território quilombola. Em Lima (2019) e Santos (2022), mesmo que com recortes distintos, há um esforço em estabelecer uma discussão orientada pela descrição do empreendimento da SRN Mineração e, principalmente, pela atuação da população quilombola no enfrentamento frente à ameaça de destruição ambiental. São pesquisas das áreas de Ciências Sociais, Antropologia e Sociologia, respectivamente. E elas, de alguma maneira, ajudam a dar subsídios para a Associação Territorial do Quilombo Lagoas e para os parceiros na elaboração de estratégias de defesa do território. A partir desses trabalhos, percebe-se um esforço em conjunto com as/os quilombolas na construção de uma contra-argumentação em relação ao discurso do desenvolvimento. Se a mineradora constrói a narrativa de aquela ser uma região estagnada economicamente, sem perspectivas de progresso e com uma área vazia disponível para a exploração mineral, essas pesquisas sinalizam a contra-argumentação quilombola que mostra suas atividades econômicas, seus modos de vida, suas cosmovisões em que o suposto lugar vazio tem importância para a manutenção da vida quilombola. E como veremos com os outros casos, os conhecimentos produzidos a partir das articulações das Ciências

Sociais têm capacidade transdisciplinar, ao ponto que essas reflexões sobre a mineração podem fazer estudantes e profissionais de áreas como das próprias Ciências Sociais, da Geologia ou Engenharias, a repensar as dimensões éticas e políticas em suas atividades.

Voltando aos quilombos Contente e Barro Vermelho, destaca-se o livro *Constitucionalismo e quilombos: famílias negras no enfrentamento ao racismo de Estado*, de Rodrigo Portela Gomes. Em uma pesquisa a partir do Direito, mas com diálogos com as Ciências Sociais, ele busca compreender as dinâmicas raciais nos processos judiciais que tratam da afirmação ou negação de direitos, com ênfase nas disputas em torno dos direitos territoriais a partir dos quilombos de Contente e Barro Vermelho e a construção da ferrovia Transnordestina. Esse trabalho nos mostra de forma evidente, e até certo modo incômoda, como a população quilombola é tratada nesse processo que ocorre em nome de desenvolvimento. São pessoas que tiveram suas terras invadidas, suas vidas atravessadas por trilhos, literalmente. É impactante como o discurso é de indenizar pessoas atingidas por um bem maior, o tal do desenvolvimento, mas a prática percebida, a partir das falas e da pesquisa do autor, é bem contraditória. A população quilombola teve seu acesso à água prejudicado por conta desse progresso. Esse trabalho, mais uma vez digo isso, nos faz pensar sobre como as nossas ações profissionais têm impactos sobre as vidas das pessoas. Impactos esses que vão em direção de um projeto político de futuro para um país e para as pessoas que nele moram.

O caso do Quilombo Kalunga nos faz pensar como a expansão das atividades mostradas como representantes do progresso traz outros problemas para as comunidades. Em Chianca (2010), percebemos que a expansão do agronegócio, por exemplo, vem trazendo a especulação imobiliária para perto e para dentro do território Kalunga. E consequentemente traz a grilagem. Com a grilagem, vem o aumento da violência. A partir do trabalho da autora, percebe-se como a atuação de cientistas sociais ajuda a tornar público e a denunciar a violência estabelecida por grileiros. Ou seja, para além dos impactos ambientais diretamente relacionados ao empreendimento, como o desmatamento e a destruição do cerrado, o trabalho com o Quilombo Kalunga nos dá a dimensão de

como problemas adjacentes podem surgir e afetar a vida das/os quilombolas. Isso nos faz pensar para além das dimensões éticas do nosso trabalho em si, mas sobre as dimensões políticas e éticas das consequências possíveis que nossa atuação profissional pode ter.

Já o caso das comunidades quilombolas de Alcântara é marcante. O Estado brasileiro construiu uma base espacial para lançamento de foguetes, expulsando quilombolas de suas terras tradicionalmente ocupadas. São diversas as pesquisas que descrevem as ações estatais, como a expulsão da população quilombola e a construção de agrovilas por parte da Força Aérea Brasileira para remanejar essas pessoas, e que descrevem também as ações políticas quilombolas e o estabelecimento de parcerias para buscar defender o território e seus modos de vida (Araújo; Domingos, 2006; Almeida, 2006; Pereira Junior, 2012). Esse caso nos leva a refletir sobre a centralidade da formação e da ação de movimentos sociais nessas relações territoriais e raciais. Em abril de 2023, o Brasil começou a ser julgado na Corte Interamericana de Direitos Humanos por conta de violações de direitos das populações quilombolas de Alcântara. Tudo isso para alcançar o desenvolvimento?

Após essa leitura, a questão que podemos nos fazer é: como nossas atividades profissionais e acadêmicas se relacionam e afetam diretamente os territórios e as populações quilombolas? O primeiro passo para refletir sobre essa questão é entender que nossa área de atuação não está em um lugar intocável de neutralidade. O esforço aqui foi de trazer estudos com diálogos próximos das Ciências Sociais, mas isso não significa que seria exclusividade dessas disciplinas uma conversa mais intensa sobre o que é o desenvolvimento, o que são as comunidades de quilombos, o que são esses impactos que o progresso traz para a vida das populações quilombolas. Essa questão está posta para estudantes e profissionais de áreas como das engenharias, das ciências agrárias, das ciências naturais, da saúde, entre outras. Se voltarmos ao início do texto, em que percebemos como a questão da propriedade e gestão do território está atravessada pelas relações e desigualdades raciais estruturantes da nossa sociedade, podemos nos questionar: como nossa atuação profissional se insere nesse cenário?

São perguntas espinhosas e cujas respostas não teremos prontamente. Mas o objetivo neste texto é que possamos sair refletindo sobre esses pontos, e não deixar cair em um lugar-comum de suposta neutralidade desse negócio chamado desenvolvimento. Esse processo tem interesse de pessoas, beneficia certos grupos em detrimento de outros. Às vezes perdemos a dimensão de que estamos produzindo a história, estamos elaborando o futuro com que as próximas gerações vão ter que lidar. Meu convite é que possamos pensar sobre como podemos contribuir na construção de um projeto antirracista para nosso futuro. E aí podemos pensar sobre o papel da Sociologia mais especificamente. A partir da junção das ferramentas teóricas e metodológicas que essa disciplina nos oferece e de nossas experiências e preocupações políticas, é possível elaborar um entendimento qualificado e engajado sobre a realidade em que vivemos. Por meio de pesquisas sociológicas, podemos evidenciar os quadros de desigualdades em nossa sociedade, podemos observar os efeitos que o racismo tem na vida das pessoas. E, para além disso, ao perceber os problemas, podemos imaginar soluções. A partir de pesquisas e de um esforço de imaginação teórica, podemos elaborar e pensar conceitos, como a noção de racismo ambiental. Por exemplo, depois dessa série de casos de conflitos, fica mais fácil percebermos como existe uma distribuição racial desigual dos benefícios e riscos na relação humana com a natureza, o que caracterizaria em alguma medida essa noção de racismo ambiental. Perceber e entender o problema é o primeiro e importante passo para buscarmos soluções. E isso significa que o fazer sociológico repercute na vida prática das pessoas.

Se, por um lado, temos um grupo majoritariamente negro que luta para defender seus territórios e, consequentemente, a biodiversidade, por outro lado, temos um grupo de megaempresários e grandes latifundiários majoritariamente brancos, apesar de serem quase invisíveis ao olhar público, que buscam explorar inesgotavelmente esses territórios e a biodiversidade para aumentar ainda mais seus lucros, propriedades e riqueza. Parece que, para chegarmos ao desenvolvimento e ao progresso, temos que passar por dificuldades, problemas e sacrifícios. E parece também que os corpos quilombolas, negros e indígenas estão sendo mais colocados para passar pelo sacrifício que levará, supostamente, ao

progresso. O que devemos pensar é: para qual projeto de nação estamos trabalhando?

Considerações finais

Chegando ao fim do texto, espero que nós possamos elaborar melhor e de forma transdisciplinar as reflexões e questões propostas nas páginas anteriores. Para quem não é familiarizado com o tema, passamos por uma definição de quilombo. Nesse sentido, entendemos que se trata de comunidades negras em que a formação de seus modos de vida é territorial. Ou seja, a continuidade histórica das populações quilombolas passa por relações orgânicas com o território. Isso descola de uma imagem do quilombo como espaço de fuga da escravidão, em que hoje seria resquício cultural desse passado. Assim, entendemos as populações quilombolas como parte formadora da sociedade brasileira. Sendo que essa formação nacional passou por um processo de concentração de terras que colaborou de forma consistente com as desigualdades raciais estruturantes de nossa sociedade. Os quilombos, nesse cenário, são contrapontos históricos. Após essa compreensão, percebemos como a ideia de desenvolvimento constrói legitimidade para grandes projetos que ameaçam territórios quilombolas. Com isso, passamos por alguns de muitos casos em que quilombos estão passando por insegurança territorial. Por fim, o ponto que fica para refletirmos é sobre as dimensões políticas, éticas e raciais de nossas atuações profissionais nas diversas áreas, passando das humanidades às engenharias, chegando às ciências agrárias. Para pensarmos um projeto antirracista de sociedade para o Brasil, precisamos repensar as desigualdades territoriais históricas e os modos como nos relacionamos com a biodiversidade. Daí a relevância das sociologias das relações raciais na compreensão desse quadro geral de desigualdades e no entendimento dos possíveis caminhos que podemos trilhar.

Para quem se interessar pelas reflexões sobre quilombos, sugiro alguns textos clássicos sobre o tema:

CARNEIRO, Edison. *O Quilombo dos Palmares*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011 [1947].

MOURA, Clóvis. *Quilombos: resistência ao escravismo*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1993.

NASCIMENTO, Abdias. *O quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista*. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2019 [1980].

NASCIMENTO, Beatriz. *Uma história feita por mãos negras: relações raciais, quilombos e movimentos*. Org. de A. RATTS. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

Também sugiro alguns textos contemporâneos:

ALMEIDA, Mariléa de. *Devir quilombola: antirracismo, afeto e política nas práticas de mulheres quilombolas*. São Paulo: Elefante, 2022.

DEALDINA, Selma (org.). *Mulheres quilombolas: territórios de existências negras femininas*. São Paulo: Jandaíra, 2020.

GOMES, Flávio. *Mocambos e Quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil*. São Paulo: Claro Enigma, 2015.

SANTOS, Antonio Bispo. *Colonização, quilombos: modos e significações*. 2. ed. Brasília: Ayô, 2019.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Os quilombolas e a base de foguetes de Alcântara, vol I*. Brasília: MMA, 2006.

ARAÚJO, Maria do Socorro Gomes; DOMINGOS, Leite Lima Filho. “Tecnologia aeroespacial e desestruturação sociocultural nas comunidades quilombolas de Alcântara. *Revista Tecnologia e Sociedade*, v. 2, n. 2, p. 209-225, 2006.

BRASIL. *Ato das Disposições Constitucionais Transitórias*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Art. 68.

BRASIL. *Lei n. 601, de 18 de setembro de 1850*. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 set. 1850.

CHIANCA, Priscila Pessoa. *Nas vias do reconhecimento: emergência étnica e territorialização Kalunga*. 2010. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília (UnB), Brasília DF.

FIOCRUZ. *Mapa de Conflitos: Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil*. [S. l.]. Disponível em: <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/>. Acesso em: 17 set. 2023.

GOMES, Irene. Brasil tem 1,3 milhão de quilombolas em 1.696 municípios. *Agência IBGE Notícias*, 27 de julho de 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37464-brasil-tem-1-3-milhao-de-quilombolas-em-1-696-municipios> Acesso em: 21 Ago. 2024.

GOMES, Rodrigo Portela. *Constitucionalismo e quilombos: famílias negras no enfrentamento ao racismo de Estado*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019.

IBGE. *Brasil tem 1,3 milhão de quilombolas em 1.696 municípios*. [S. l.]: IBGE, 27 jul. 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37464-brasil-tem-1-3-milhao-de-quilombolas-em-1-696-municipios>. Acesso em: 17 set. 2023.

LIMA, Thais Mayara Paes de. “*Nas entranhas do sertão, nossa riqueza é nosso chão*”: um estudo sobre a mineração no Território Quilombola Lagoas (PI). Dissertação de Mestrado, UFPI, Teresina, 2019.

PEREIRA JÚNIOR, Davi. *Territorialidades e identidades coletivas: uma etnografia de Terra de Santa na Baixada maranhense*. 2012. 151 f. 2012. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Antropologia), Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

SANTOS, Antônio Bispo. *Colonização, quilombos: modos e significações*. 2. ed. Brasília: Ayô, 2019.

SANTOS, Eduardo Rodrigues. “*O futuro do mundo está no mato*”: conexões entre o Quilombo Lagoas e a terra. 2022. 168 f., il. Dissertação (Mestrado em Sociologia) –Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

SCHMITT, A.; TURATTI, M. C. M.; CARVALHO, M. C. P. DE. *A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas*. *Ambiente & Sociedade*, n. 10, p. 129–136, jan. 2002.

SILVA, Jean Michel. *Uso comum ou propriedade privada?: o processo de construção e regulamentação do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias*. 295 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

Referências audiovisuais

NINGUÉM OBSERVA? SUFOCADOS PELA POEIRA E AMEAÇADO PELOS GRILEIROS. Direção: Thomas Bauer. Brasil: [s. n.], 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-meHApZOjV4>. Acesso em: 17 set. 2023.

SER TÃO VELHO CERRADO. Direção: André D'Elia. Brasil: [s. n.], 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RE99PEuWaEM><https://www.youtube.com/watch?v=RE99PEuWaEM>. Acesso em: 17 set. 2023.

TERRAS DE QUILOMBO – UMA DÍVIDA HISTÓRICA. Direção: Murilo Santos. Brasil: [s. n.], 2005. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=63ys-OqF-DEE>. Acesso em: 17 set. 2023.

Sociologia do trabalho para quê?

O trabalho em plataformas digitais e as contribuições da teoria do valor para a interpretação do fenômeno

Laura Valle Gontijo
João Pedro Inácio Peleja

Introdução

Este artigo tem o intuito de apresentar algumas categorias fundamentais da obra e do pensamento de Karl Marx (1818-1883) e como elas podem ser utilizadas para a compreensão das relações de trabalho na contemporaneidade, particularmente, do trabalho em plataformas digitais. Marx, autor clássico da Sociologia, possui algumas ideias fundamentais e estruturantes do pensamento social da atualidade, como as de luta de classes, exploração, trabalho assalariado e capital.

Em *O capital*, Marx analisa o surgimento do capitalismo e sua essência: a produção de valor. O autor (Marx, 1984) argumenta que a **mercadoria** – unidade básica do sistema capitalista – existe sob duas formas: como **valor de uso**, que se refere à sua utilidade, aquilo pela qual ela é considerada útil, e como **valor de troca**, ou seja, o seu valor em relação às outras mercadorias. O valor da mercadoria é imperceptível aos sentidos e as mercadorias só encarnam valor na medida em que são expressões do trabalho humano. O mistério que envolve a mercadoria, no capitalismo, consiste em que os produtos do trabalho humano ficam disfarçados sob a forma de mercadorias e parece, à primeira vista, que o que se troca não é trabalho humano incorporado às mercadorias, mas somente coisas. A igualdade dos trabalhos humanos fica disfarçada sob a forma de igualdade dos produtos do trabalho como valores (Marx, 1984).

O trabalhador assalariado, na análise marxista, é o antigo camponês desapropriado de suas terras. A terra era seu meio de produção,

a partir da qual podia produzir alimentos à sua própria subsistência. Expropriado da sua terra, esse trabalhador precisa vender sua força de trabalho para obter seus meios de subsistência. Ele vende a única mercadoria que possui, sua **força de trabalho**, durante determinado período de tempo – que Marx denominou **jornada de trabalho** (diária, semanal, mensal ou vital) –, pela qual ele ganha um **salário**. Em uma parte desse período de tempo ele produz os meios necessários à sua própria sobrevivência (pelo qual é pago na forma de salário), na outra ele produz trabalho excedente não pago ou **mais-valia** (ou mais-valor, a depender da tradução), que será apropriado pelo capitalista.

O salário é uma categoria fundamental da teoria do valor. Ele é determinado pelo tempo necessário à sua própria reprodução social como trabalhador, ou seja, é o valor destinado aos meios de subsistência necessários para sua sobrevivência. “O salário pressupõe sempre fornecimento de determinada quantidade de trabalho não pago” (Marx, 1984, p. 720). O processo de consumo da força de trabalho é ao mesmo tempo processo de produção de mercadoria e de trabalho excedente, ou seja, **mais-valia**. A mais-valia é, portanto, parte do valor adicionado no processo de produção pelo trabalhador que é, então, apropriado pela classe capitalista (Saad Filho, 2001).

Dessa forma, parte do valor que o trabalhador produziu é apropriado pelo capitalista e destinado à produção de capital: o capitalista adquire máquinas, insumos, equipamentos e mais força de trabalho. O consumo desses elementos permite a criação de mais-valia, a partir do trabalho excedente e não pago, incorporado nas mercadorias, que, por sua vez, serão vendidas e resultarão em dinheiro. Esse dinheiro, por fim, será transformado em mais dinheiro, ou seja, em capital. Parte da mais-valia é consumida como renda e outra parte é acumulada ou empregada como capital. Esse movimento dá origem à **acumulação de capital** (Marx, 1984).

Marx (1984) afirma que o capital pode aumentar intensiva ou extensivamente a exploração dos trabalhadores já empregados ou incorporar anualmente forças de trabalho adicionais fornecidas pela própria classe trabalhadora (seus descendentes) aos meios de produção. Assim, “a classe trabalhadora cria com o trabalho excedente do corrente ano,

o capital que empregará, no próximo ano, trabalho adicional” (Marx, 1984, p. 678). O processo de acumulação capitalista envolve, assim, “a acumulação de miséria, o suplício do trabalho, a escravidão, a ignorância, a brutalização e a degradação moral [...] da classe que produz seu próprio produto como capital” (Marx, 1984, p. 721).

O desenvolvimento da produtividade do trabalho social, dado pelas inovações tecnológicas, se torna a mais poderosa alavanca da acumulação, afirma Marx. Com a acumulação cresce o número de capitalistas e há uma concentração crescente dos meios sociais de produção nas mãos de capitalistas individuais. O desenvolvimento da **concentração de capitais**, por sua vez, conduz ao **monopólio** (Lenin, 2021). Ocorre também a **centralização de capitais**, que é quando certos capitais se tornam centros de gravitação tão poderosos que quebram a coesão individual de outros capitais (Marx, 1984).

Com o surgimento do capital, tem-se a transformação deste em capital mercantil,¹ posteriormente em capital industrial² e bancário³ e, por fim, em capital financeiro. O capital financeiro é a unificação do capital industrial, comercial e bancário, que passam a ficar sob o controle da alta finança (Hilferding, 1985; Lenin, 2021). Sob a financeirização, a valorização do capital está descolada da produção das mercadorias, ou seja, da geração de valor. Como afirma Molloy (2011), o capital fictício não cria valor novo, nem compra força de trabalho, nem meios de produção. Trata-se de uma valorização de ações e de títulos da dívida pública ou das empresas que são negociados nas bolsas de valores. Uma vez que a lei do valor organiza a economia capitalista e determina que as mercadorias precisam se converter em dinheiro, o deslocamento do

1 O capital mercantil é decorrente da simples troca de mercadorias; compra-se para vender mais caro.

2 O capital industrial ou produtivo é “o único modo de existência do capital em que este tem por função não só apropriar-se da mais-valia ou do produto excedente mas também criá-la” (Marx, 1984, p. 56). E “Industrial no sentido de abranger todo ramo de produção explorado segundo o modo capitalista” (Marx, 1984, p. 53).

3 O capital bancário é definido por Marx como composto por dinheiro em espécie e títulos, ambos fictícios (Chesnais, 2010). “Os bancos convertem o capital monetário inativo em ativo, isto é, em capital que rende lucro, coletam todo e qualquer tipo de rendimentos monetários e colocam-nos à disposição dos capitalistas” (Lenin, 2021, p. 51). Com o desenvolvimento dessa atividade, eles se tornam monopolistas, afirma o autor.

capital fictício da produção real de valor é gerador de crises cada vez mais intensas e generalizadas e, portanto, é acompanhado de uma necessidade ainda maior de aumentar a exploração do trabalho para manter esse sistema em funcionamento.

Dada a relevância da teoria marxista para a compreensão do mundo do trabalho, busca-se apontar como tal arcabouço analítico pode fornecer subsídios a pesquisadores das Ciências Sociais na compreensão de fenômenos contemporâneos, sobretudo em relação ao trabalho uberrizado ou plataformizado – cuja forma é representativa nos dias atuais.

A seguir, algumas características do trabalho em plataformas digitais serão analisadas a partir das categorias discutidas até aqui. Em um primeiro tópico, será discutido o caráter monopolista das plataformas digitais, característica da etapa atual do capitalismo. No segundo tópico, propomos uma interpretação de como se dá a extração de mais-valia no trabalho de transporte de mercadorias. Nos tópicos seguintes, são observadas pesquisas empíricas sobre esse tipo de trabalho à luz das três magnitudes de extração de mais-valia: o prolongamento da jornada de trabalho, a intensificação do trabalho e o aumento da produtividade. Uma vez que o salário é parte fundamental da extração de mais-valor, relacionamos, no tópico seguinte, o trabalho em plataformas digitais com o salário por peça, “a forma mais adequada ao modo capitalista de produção” (Marx, 1984, p. 642). O salário por peça incide de forma negativa na subjetividade dos trabalhadores, proporcionando-lhes um falso sentimento de liberdade, independência e autonomia e permitindo, ao mesmo tempo, o aumento das três magnitudes de extração de mais-valia acima descritas. Por fim, é feita uma discussão sobre as novas ferramentas tecnológicas, como os algoritmos, a gamificação, o Sistema de Posicionamento Global (GPS, na sigla em inglês), dentre outras, que, tornam mais sofisticados o controle e a supervisão do trabalho, tendo como base a remuneração por peça.

O caráter monopolista das plataformas digitais

Segundo Grohmann (2020), existem três categorias de trabalho em plataformas digitais: a) o de transporte de mercadorias e passageiros

exercido em plataformas como Uber, iFood, Rappi; b) o microtrabalho ou *crowdwork*, que são atividades de refinamento da Inteligência Artificial (moderação de bate-papo, ordenação de *tweets* etc.) e c) o *cloudwork*, trabalho realizado virtualmente por trabalhadores que se dispõem a realizar os mais diversos tipos de serviços, como *design*, programação e até cuidado com animais.

Nesses três tipos de trabalho, a esmagadora maioria dos trabalhadores trabalha para algumas poucas empresas. Pesquisa empírica com 87 entregadores em plataformas digitais de entrega e transporte de mercadorias permitiu observar que a maioria trabalha para várias plataformas ao mesmo tempo, mas 65% deles trabalhavam para o iFood (Gontijo, 2021). Essa plataforma é a maior do segmento alimentício na América Latina.

As plataformas digitais são, portanto, grandes monopólios ou oligopólios⁴ que contratam trabalhadores em todo o mundo. Desde o seu surgimento, elas estão em associação direta com grandes capitais, como conglomerados financeiros, fundos de investimento de risco, operadoras de cartões de crédito, montadoras e empresas de aluguéis de automóveis (Fontes, 2017). Ao mesmo tempo, elas centralizam o capital de pequenos negócios, como é o caso dos restaurantes que pagam uma taxa ao iFood, ou das “*dark kitchens*”, cozinhas criadas exclusivamente para atender a essa plataforma e que representam 30% dos restaurantes credenciados em São Paulo (Hakim *et al.*, 2023).

A concorrência entre trabalhadores se dá em escala mundial (Husson, 2010), uma vez que as plataformas possuem hoje uma força de trabalho disponível em tempo integral, 24 horas por dia, sete dias da semana. Os trabalhadores trabalham de qualquer lugar e são monitorados em tempo real por meio dos seus aparelhos telefônicos e dos algoritmos que facilitam o seu agenciamento. O processo de admissão e desligamento é o mais simples possível. Uma frase de um *CEO* da

4 O oligopólio é um desenvolvimento do monopólio, quando um número pequeno de empresas detém parcela significativa de determinado mercado de bens e serviços. São grandes grupos transacionais que, por meio de fusões e aquisições, aumentam a concentração da produção (Chesnais, 2004). Valente (2019) utiliza o termo “monopólios digitais” para classificar as plataformas digitais.

Amazon Mechanical Turk (a principal plataforma de *crowdwork*), colhida por Marvit e citada por Stefano (2016, p. 71), define muito bem essa realidade:

Antes da Internet, seria muito difícil encontrar alguém, sentar-se com ele por dez minutos e fazer com que trabalhasse para você e, em seguida, despedi-lo após esses dez minutos. Mas com a tecnologia, você pode realmente encontrá-los, pagar-lhes uma pequena quantia em dinheiro e, em seguida, se livrar deles quando não precisar mais.

A declaração demonstra como em muitos aspectos parece haver um retorno, sob uma nova realidade do capitalismo, das condições laborais a que eram sujeitos os trabalhadores na segunda metade do século XVIII e primeira do século XIX, durante a Revolução Industrial. Também naquela época, não havia uma legislação que regulamentasse o trabalho.⁵ É claro que as condições atuais são muito distintas, no entanto, é possível traçar alguns paralelos. Os trabalhadores em plataformas digitais não possuem formalmente um contrato de trabalho que limite sua jornada de trabalho e estabeleça uma remuneração mínima. Há uma batalha jurídica em tribunais do mundo inteiro em torno da caracterização dessa relação de subordinação.⁶

É perceptível que a relação empregatícia está caracterizada, uma vez que os trabalhadores não podem definir as taxas que irão receber pelos serviços prestados e estão passíveis de sofrer penalidades (Kalil, 2020; Gauriau, 2021). Em pesquisa empírica (Gontijo, 2021, p. 147-148), foi possível constatar que os trabalhadores⁷ percebem essa subordinação:

Os aplicativos estão escravizando os motoboys (Entregador U).
A fábria de que somos empreendedores livres é a maior mentira e pra piorar a categoria é desunida. Não há regulamentação e qualquer

5 Marx (1984) e Engels (2010) narram como os capitalistas se aproveitavam do trabalho de crianças e mulheres, remunerando-os com salário bastante inferior aos homens adultos, e transgrediam todos os limites possíveis na exploração dos trabalhadores de modo geral.

6 Em alguns países, como no Reino Unido, os trabalhadores conquistaram o direito ao salário mínimo local e às férias remuneradas (United Kingdom Supreme Court, 2021). Mas esta não é a realidade da maioria dos países.

7 Foram conferidas letras aos entregadores que responderam ao questionário, uma vez que o mesmo foi aplicado de forma anônima.

um pega uma motocicleta e sai entregando, correndo risco de acidentes, morte e precarizando ainda mais a atividade (Entregador Y).

A não regulação do trabalho permite que as plataformas digitais sigam superexplorando os trabalhadores, submetidos a condições degradantes de trabalho e sem acesso a direitos básicos, como auxílio-acidente, auxílio-doença, aposentadoria, dentre outros. As plataformas não arcam com nenhum direito trabalhista, de forma que o custo com a força de trabalho é extremamente baixo, o que lhes coloca em posição de privilégio em relação a outros capitalistas. Isso reforça seu caráter monopolista e permite que essas empresas obtenham grandes **lucros**⁸. A *Amazon*, um gigante do setor do comércio eletrônico e a principal plataforma de *crowdwork* é a segunda maior empresa do mundo, com 1,3 milhões de trabalhadores e um valor de mercado de 1,7 trilhões de dólares, maior do que o PIB do Brasil em 2020 (Lavado, 2021).

A extração de mais-valia nas plataformas digitais

Existem várias formas de extrair mais-valia do trabalho em plataformas digitais. Como já mencionado, o valor é gerado pelo trabalho humano incorporado nas mercadorias. No trabalho em plataformas digitais, podemos identificar o transporte de mercadorias como uma atividade que produz valor. O transporte agrega valor à mercadoria e permite que ela seja efetivamente consumida.

Na produção de mercadorias, durante a transição do século XVIII para o XIX, cabia ao capitalista prover todos os insumos e meios necessários à produção (máquinas, terra, capital). No trabalho em plataformas digitais, ele transfere boa parte dos custos do trabalho para o trabalhador. É ele que, ao ingressar na plataforma, assume os custos para a sua realização (veículo, celular, internet, gasolina) e os custos com a sua

8 O lucro é definido da seguinte forma pelo Manual de Ciências da URSS (1961, [s.p.]): “Quando o capitalista vende a mercadoria produzida em sua empresa, a mais-valia aparece como um determinado excedente em relação ao custo capitalista de produção. Para determinar a rentabilidade de sua empresa, o capitalista confronta este excedente com o capital adiantado, isto é, com todo o capital que ele inverteu na produção. A mais-valia confrontada com todo o capital toma a forma de lucro”.

própria manutenção (alimentação, roupa, deslocamento até o trabalho, lazer). Fontes (2017) classifica esse processo como uma expropriação dos trabalhadores. Ou seja, além de explorados, eles também estão sendo expropriados nos poucos bens que possuem.

No microtrabalho e no *cloudwork*, são necessários estudos para verificar de que forma se dá essa extração de valor.⁹ Pesquisas mostram que, nesse tipo de trabalho, há ofertas de vagas nas quais o trabalhador é obrigado a pagar para “concorrer” por uma tarefa e cerca de 8 horas de trabalho semanais não são remuneradas (Fairwork, 2023; 2022).

Como afirma Marx (1984), a mais-valia já representa em si o valor que o capitalista obtém pelas horas de trabalho excedente e não pago. Neste caso, a exploração se daria em um grau ainda maior. “O motivo que impele o capital é a maior exploração possível da força de trabalho, a maior produção possível de mais-valia” (Marx, 1984, p. 381). E isso será possível a partir do que Marx denomina de três magnitudes relativas do preço da força de trabalho e da mais-valia: a jornada de trabalho, a intensidade do trabalho e a produtividade do trabalho. Veremos a seguir como essas três magnitudes aparecem no trabalho em plataformas digitais.

O prolongamento da jornada de trabalho

A jornada de trabalho significa o tempo dedicado à atividade humana do trabalho. No capitalismo, o trabalho assalariado transforma essa atividade, que é característica fundamental do ser social, em uma atividade estranha, que lhe subordina. Acrescenta-se a esse quadro o conceito de tempos de não trabalho. O conjunto de atividades humanas inteiramente excluídas das jornadas laborais remete aos momentos de não trabalho, como o descanso, o lazer e as atividades criativas habitualmente edificantes. Dado isso, pode-se afirmar que o tempo é

9 Fuchs (2019) afirma que os dados gerados pelos microtrabalhadores produzem valor, uma vez que são vendidos, no entanto, outros autores, como Kangal, Bastos e Bernardi (2020) defendem que essa tese não se ancora na teoria do valor. Seria necessário se aprofundar sobre os produtos criados a partir do refinamento da inteligência artificial para verificar se há criação de valor.

inerentemente dividido em tempos de trabalho e de não trabalho na sociedade (Dal Rosso, 1996; 2012).

A jornada de trabalho possui três propriedades: a duração, a distribuição (rígida e flexível) e a intensidade. A primeira propriedade representa a quantidade de horas que formam as jornadas diárias, semanais, mensais, anuais ou de uma vida inteira. Além disso, o número de horas de trabalho constitui um dos componentes essenciais à produção de valor no capitalismo. Na segunda propriedade, o trabalho ordenado de tempos em tempos representa a distribuição de horas, expressa de modo rígido e repetitivo, dia após dia, ou de modo flexível e variável. Portanto, nessa perspectiva, a categoria anteriormente mencionada se vincula à flexibilidade de tempo. “Quando?” e “em que horário” são questões que dizem respeito a essa segunda propriedade (Dal Rosso, 2012).

A flexibilidade das horas de trabalho é um aspecto que incide na extração de mais-valor também nesse tipo de trabalho. Segundo Sadi Dal Rosso (2017, p. 270):

O trabalho flexível está inextricavelmente vinculado à teoria do valor. A chave do segredo consiste em que ele propicia, ao mesmo tempo, o aumento dos valores produzidos pela força de trabalho em horários flexíveis e a redução dos gastos do empregador com o pagamento da reprodução da força de trabalho [...].

Em pesquisa empírica (Peleja, 2022), foi possível constatar que, entre os anos 2012 e 2019, quase a metade dos assalariados brasileiros relatou trabalhar em jornadas parciais de até 39 horas e em horários excessivos de 45 horas ou mais. Constata-se que há, na contemporaneidade, uma perda da própria noção de jornada de trabalho. Qualquer hora é uma hora possível de se realizar um trabalho. A flexibilidade nas horas de trabalho está associada também à flexibilidade na remuneração, como será visto a seguir.

A flexibilidade das horas de trabalho fica visível quando “o tempo livre, o tempo de não trabalho, passa a ser engolido pelo trabalho” (Dal Rosso, 2017, p. 71). É assim que as plataformas lançam suas “promoções”

(ofertas de trabalho) em dias de feriado e aos finais de semana, quando a demanda é maior pelo serviço, ou em dias chuvosos.

Vianna (2021) mostra que as plataformas de microtrabalho lançam as tarefas a serem “ofertadas” aos trabalhadores no fuso horário da região onde elas estão localizadas. Dessa forma, a pesquisa mostra que muitos trabalhadores no Brasil se programavam para acordar às duas da manhã. Esses trabalhadores também relataram receber tarefas “inferiores” ou de pior remuneração em relação aos trabalhadores norte-americanos.

Nessa toada, o trabalhador se torna um “um autogerente subordinado que já não é contratado, mas que se engaja no trabalho via adesão às plataformas” (Abilio, 2019, p. 2), que precisa administrar a venda da sua força de trabalho para várias plataformas ao mesmo tempo e administrar seu próprio salário, que se torna também flexível e variável. Os trabalhadores de plataformas digitais de entrega de alimentos e produtos e de transporte privado, por exemplo, geralmente perfazem jornadas superiores a doze horas diárias (duração), e em horários diurnos e noturnos, aos finais de semana e feriados (distribuição) (CUT/ Instituto Observatório Social, 2021; Antunes, 2020). Isso porque não se sabe quando se trabalha mais e quando se trabalha menos para atingir as metas individuais de remuneração impostas pelas empresas-plataformas e seus algoritmos (Cant, 2021; Woodcock, 2020; Oliveira, 2021).

A intensificação do trabalho

A **intensidade** do trabalho se define pelo esforço físico, mental e emocional gasto na atividade humana do trabalho. Essa medição cronológica do trabalho se traduz na aceleração intensa de ritmos e movimentos de trabalhadores, que tem como consequência o cansaço e adoecimento (Marx, 2017). Torna-se necessário desfazer interpretações equivocadas. Apesar de serem correlacionadas, a produtividade e a intensidade são conceitualmente distintas na teoria do valor-trabalho (Dal Rosso, 1996; 2012; 2008). Para Marx (2017, p. 587), a capacidade produtiva ou **produtividade** refere-se ao “grau de desenvolvimento das condições de produção, a mesma quantidade de trabalho [que]

fornece uma quantidade maior ou menor de produto no mesmo tempo”. A produtividade é dada fundamentalmente pelas inovações tecnológicas. Também é possível tornar determinado trabalho mais produtivo intensificando-o, ou seja, diminuindo o tempo que o trabalhador gasta para produzir determinada mercadoria ao empregar mais energia física e psíquica no processo de trabalho.

A crescente carga de trabalho exige mais do que as horas extraordinárias numericamente quantificáveis. As formas de energia física e psíquica se dissipam na execução do trabalho condensado durante o mesmo intervalo de tempo. Assim, os trabalhadores executam suas atividades com maior densidade e com menos poros de tempos improdutivos para o capital¹⁰. É nessa alvorada de ideias que surgem os conceitos de mais-valor absoluto e mais-valor relativo.

Em linhas gerais, a produção de **mais-valor absoluto** é aquela que implica o prolongamento da duração do trabalho. E o **mais-valor relativo** é a forma que decorre da aceleração intensa de ritmos e movimentos de trabalho em jornadas reduzidas sobre o maquinário capitalista (Marx, 2017).

À vista disso, pode-se afirmar que Marx (2017) consegue prognosticar tendências do capital que remetem aos dias atuais – como o alongamento máximo das jornadas de trabalho e a intensificação laboral através da incorporação de tecnologias no local de trabalho. Por efeito de comparação, durante o século XIX, os capitalistas adquiriram máquinas com o propósito de reduzir os custos de reprodução da força de trabalho e aumentar o nível de intensidade laboral em suas fábricas. Isso implicou um encurtamento das horas laborais, sem a diminuição do grau de esforço gasto pelos trabalhadores na produção mecanizada. O pensador alemão assim resume a intensificação do trabalho por meio da metáfora da porosidade:

[...] a redução forçada da jornada de trabalho, juntamente com o enorme impulso que ela imprime no desenvolvimento da força

10 Em relação ao uso desse termo, referimo-nos aos hiatos improdutivos para o capital, que ocorrem na execução da jornada de trabalho. Esses “poros” podem ser os intervalos para as refeições e para o descanso no ambiente laboral, os quais tendem a ser preenchidos com mais-trabalho, intensificando assim a rotina dos trabalhadores.

produtiva e à redução de gastos com as condições de produção, impõe, no mesmo período de tempo, um dispêndio aumentado de trabalho, uma tensão maior da força de trabalho, um preenchimento mais denso dos poros do tempo de trabalho, isto é, impõe ao trabalhador uma condensação do trabalho num grau que só pode ser atingido com uma jornada de trabalho mais curta. Essa compressão de uma massa maior de trabalho num dado período de tempo mostra-se, agora, como ela é: uma quantidade maior de trabalho (Marx, 2017, p. 482).

O trabalho em plataformas digitais combina essas duas formas. Ele tanto produz um prolongamento da jornada de trabalho quanto uma intensificação do trabalho, já sendo fruto de inovações tecnológicas que propiciaram o aumento da produtividade do trabalho, conforme será visto no próximo subitem. É inegável que o trabalho dos *motoboys* nos aplicativos é mais intenso do que quando estes estavam subordinados aos gerentes nos pequenos estabelecimentos. Em pesquisa empírica em andamento com entregadores de plataformas de *delivery* no Distrito Federal e entorno (Festi *et al.*, 2023), constatou-se que o iFood, por exemplo, estabelece um tempo para o *motoboy* aguardar o pedido no restaurante. Todo o seu tempo é cronometrado e ele é vigiado pela plataforma, conforme abordaremos a seguir.

O aumento da produtividade do trabalho

O desenvolvimento das plataformas digitais trouxe aumento na produtividade do trabalho de motoristas e ampliou, com o impulso da pandemia da Covid-19, um novo tipo de trabalho: o da entrega de alimentos. As antigas empresas de táxis, que eram inúmeras, foram quase todas substituídas por alguns oligopólios, com destaque para a Uber, que consegue gerenciar um número gigantesco de trabalhadores em todo o mundo graças à tecnologia que desenvolveu. A plataforma traça as rotas e conecta de forma mais rápida cliente e motorista. Não é mais necessário, como era comum nas empresas de táxi, um trabalhador para receber a chamada, localizar o motorista e o encaminhar ao destino do cliente. Fica também bastante difícil, hoje, ao motorista, com recursos

de Sistema de Posicionamento Global (*GPS*, na sigla em inglês), disponível no aplicativo, se perder ou confundir a rota.

A produtividade é outro mecanismo utilizado para aumentar a extração de mais-valia, como explica Marx. Ela é dada pelas inovações tecnológicas, que reduzem os custos com a força de trabalho por meio da automatização de certas atividades, o que promove um aumento do desemprego e do exército industrial de reserva.¹¹

Desse modo, a imposição de ritmos e movimentos intensos de trabalho e o aumento do grau de produtividade são estratégias utilizadas pelo capital para superexplorar os trabalhadores e maximizar a lucratividade das empresas. Importante salientar que o problema não está precisamente nas tecnologias, mas sim no uso que o capital faz dessas ferramentas para atender a seus interesses. Por meio dessas pistas, entende-se que as grandezas extensiva e intensiva do trabalho retratam o cotidiano de milhões de entregadores e motoristas por aplicativos.

O salário por peça

Colli (1998) identifica que o capitalismo contemporâneo se utiliza das inovações tecnológicas para recriar formas arcaicas de trabalhos “externos” e que exigem relações de trabalho cada vez mais individualizadas. Para superar a crise do esgotamento do padrão taylorista/fordista de acumulação, os capitalistas têm estimulado a descentralização das atividades produtivas através da terceirização, do trabalho domiciliar, temporário. E buscam também, junto com os riscos produtivos, se livrar de todos os encargos sociais conquistados através das conquistas trabalhistas. É então que passa a ser estimulado o salário por peça como forma de individualizar as relações de produção. “Uma nova forma de

11 Marx afirma que na sociedade capitalista será sempre necessário ter um exército industrial de reserva. Ou seja, é necessário manter sempre um determinado número de pessoas desempregadas, cuja existência pressiona os salários dos demais empregados para baixo. Tendo em vista o grau elevado de produtividade do trabalho dado pelas inovações tecnológicas até os dias atuais, seria factível dividir as horas de trabalho entre todos, de modo que todos trabalhassem, mas em menos horas. É a proposta de muitos intelectuais da atualidade (Dal Rosso *et al.*, 2022).

contrato de trabalho regido agora exclusivamente pelas leis do mercado” (Colli, 1998, p. 75).

Apesar de ainda não ser um consenso na literatura especializada, alguns autores (Dubal, 2020; Cant, 2021; Alkhatib; Bernstein; Levi, 2017) identificam que uma das estratégias das plataformas digitais para aumentar a extração de mais-valia é o salário por peça.¹² Essa forma de remuneração permite que o trabalhador seja pago apenas pelo tempo incorporado na mercadoria produzida. Ela propicia que o trabalhador sinta como seu interesse pessoal intensificar ao máximo seu trabalho e estender ao máximo suas horas de trabalho. Isso porque considera que, quanto mais ele trabalhar, mais será remunerado.

Vianna (2021) mostra que a plataforma de *crowdwork* *GanharNoInsta* paga 0,006 centavo para cada ação de “seguir” e 0,003 centavo para cada ação de “curtir” perfis no *Instagram*. “Para receber R\$ 60,00 em um dia, o trabalhador precisa fazer 10 mil ações de seguir e 20 mil de curtir” (Vianna, 2021, p. 150). Um clássico exemplo de trabalho por peça ou tarefa.

Em pesquisa empírica com entregadores (Gontijo, 2021), constatou-se que mais de 70% deles já haviam trabalhado um mês inteiro todos os dias da semana sem nenhum dia de folga. No campo deixado em aberto para complementação da resposta, um trabalhador respondeu “teve sim, *por opção minha*, já que não tinha alcançado minha meta nos dias anteriores e precisava cobrir essa *falha*” (Gontijo, 2021, p. 137). Essa resposta mostra que o trabalhador identifica o fato de estar trabalhando como uma opção por falha pessoal.

Essa forma de remuneração incide de forma bastante negativa na subjetividade do trabalhador também no sentido de ele acreditar que é seu próprio patrão, ou seja, que sua remuneração depende apenas de seu esforço individual. Ao mesmo tempo, ela permite que os capitalistas utilizem a força de trabalho apenas nos momentos em que lhes é conveniente. Como as plataformas digitais não remuneram o trabalhador pelo tempo que ele está à disposição para a realização do trabalho,

12 Marx (1984) afirma que o salário por peça é uma forma de remuneração que vigorou de forma predominante entre os séculos XVI e XVIII.

apenas pelas entregas realizadas, essa forma de remuneração é extremamente vantajosa para os capitalistas e reduz em muito os custos com o salário, aumentando a extração de mais-valia.

A forma de remuneração por peça permite também uma enorme flexibilidade de horas para o trabalho, já que o trabalhador é incentivado a trabalhar a qualquer hora. Na transição do século XVIII para o XIX, a remuneração por peça era combinada com uma variante sua, a remuneração por hora, na qual o trabalhador era pago apenas pela hora trabalhada, sem ter em conta a noção de uma jornada de trabalho ou do tempo em que o trabalhador ficou à disposição para a realização do trabalho. Assim afirma Marx sobre essas formas de remuneração:

[...] pode destruir toda regularidade da ocupação e fazer alternarem-se de acordo com sua comodidade, arbítrio e interesse momentâneo, o mais monstruoso trabalho excessivo com a desocupação relativa ou absoluta. Pode, sob o pretexto de pagar o “preço normal do trabalho”, prolongar anormalmente a jornada de trabalho sem qualquer compensação correspondente para o trabalhador [...]. A limitação legal da jornada de trabalho pôs fim a este abuso (Marx, 1984, p. 630).

A forma de remuneração por peça permite também o aumento da intensidade do trabalho, uma vez que a qualidade do trabalho é controlada pelo próprio resultado, que tem que possuir uma qualidade média para que o salário seja pago integralmente. Assim afirma Marx (1984, p. 639): “desse modo, o salário por peça se torna terrível instrumento de descontos salariais e de trapaça capitalista”. Em pesquisa empírica, mais de 40% dos trabalhadores relataram que sentem que o aplicativo trapaceia no valor das taxas de remuneração (Gontijo, 2021). Vianna (2021) mostra que é frequente o trabalho não pago nas plataformas de *crowd-work*. O autor relata que, durante sua pesquisa, uma dessas plataformas de impulsionamento, supostamente devido um problema técnico em seus algoritmos, zerou o saldo de vários trabalhadores e os deixou sem pagamento.

Enquanto no regime de salário por tempo a remuneração é igual para todos os trabalhadores, com poucas exceções, no salário por peça ela é diária ou semanal e pode variar com as diferenças individuais dos

trabalhadores, como sua habilidade, força, energia e persistência. Marx (1984) afirma que essa forma de remuneração permite desenvolver um sentimento de liberdade e independência nos trabalhadores, bem como incentivar a concorrência entre eles. Pesquisa empírica em andamento com entregadores de plataformas de *delivery* no Distrito Federal e entorno (Festi *et al.*, 2023) mostra que o sentimento de concorrência entre entregadores aparece na comparação entre os *scores* e a quantidade de pedidos que cada um recebe.

Sendo a qualidade e a intensidade do trabalho controladas pela forma de salário, torna-se desnecessário o trabalho de inspeção e se permite que se insiram intermediários entre o capitalista e o trabalhador, a fim de subalugar o trabalho e auferir ganhos sobre a diferença entre o preço do trabalho pago e o efetivamente recebido pelo trabalhador.

As plataformas digitais atuam tanto como contratantes diretos desses trabalhadores, apesar de essa relação contratual estar escondida, como agenciadores deles.¹³ O iFood, por exemplo, possui o Operador Logístico, que é “uma empresa contratada pelo iFood para administrar grupos de entregadores disponíveis em dias e horários preestabelecidos. Todos os valores de rotas e gorjetas são repassados para o OL e este é responsável pelos valores devidos aos seus entregadores” (iFood, 2020).¹⁴ Isso se trata de uma subcontratação ou quarteirização, se considerarmos a própria plataforma como um agenciador ou intermediador. Essas empresas contribuem atendendo a regiões específicas e complementando a frota em determinados dias e horários (Machado, 2020).

13 Drahokoupil e Piasna (2017) e Moore e Joyce (2019) classificam as plataformas digitais como intermediárias de mão de obra. As próprias plataformas se autoafirmam como intermediárias, apesar de não reconhecerem a relação de subordinação que estabelecem com seus trabalhadores.

14 Em decisão, os desembargadores da 11ª Câmara do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região afirmaram que se trata de uma lógica muito parecida com a de agenciadores do trabalho da construção civil e do ramo têxtil: “A empresa de transportes alegava que o motoboy era trabalhador autônomo, que não existia exclusividade na prestação de serviços e que ele teria realizado por iniciativa própria o cadastro no aplicativo da empresa. Já a iFood alegou que não atua na atividade de *delivery*, serviço que seria objeto social da primeira reclamada. Para a multinacional, sua atividade econômica consiste exclusivamente no fornecimento de plataforma digital, que faz a intermediação entre clientes, restaurantes e entregadores” (TRT 15ª Região, 2020).

Novas ferramentas de controle e supervisão do trabalho

O salário por peça permite que as plataformas utilizem ferramentas novas para o controle e a supervisão do trabalho. Os algoritmos e a gamificação são exemplos disso. A gamificação é um conjunto de elementos de jogos eletrônicos aplicados ao mundo do trabalho (Woodcock; Johnson, 2018). E, pelos algoritmos, as empresas aplicam mecanismos para prolongar a jornada de trabalho desses trabalhadores.

Jamie Woodcock (2020, p. 42) demonstra como o processo de mensuração e supervisão do trabalho é combinado com o sistema de pagamento por peça nas plataformas digitais:

Para que haja uma ilusão de controle na *Deliveroo*, o processo de mensuração é combinado com o sistema de pagamento por peça. Essa ilusão é uma tentativa de inculcar nos trabalhadores os imperativos de gestão. Diferentemente de uma fábrica ou *call-center*, o supervisor não está mais presente, o que remove o aspecto físico. O controle vai além da supervisão dos trabalhadores para garantir que estejam trabalhando de forma efetiva. O controle está relacionado à superação da resistência do trabalhador.

Dubal (2020) afirma que os algoritmos usam incentivos psicológicos para manipular o preço por peça e incentivar os trabalhadores a trabalharem mais, por salários reduzidos. Stefano e Aloisi (2018) relatam um conjunto de ferramentas utilizadas para controle dos trabalhadores que envolve um sistema de vigilância estrito, com base nas avaliações do cliente, *GPS*, tecnologia de código de barras, restrições de tempo, métricas constantes, capturas de telas regulares, taxas de respostas e algoritmos obscuros ou a possibilidade de determinar a localização do desempenho e a alocação de tempo.

Em pesquisa empírica em andamento com entregadores de plataformas de *delivery* no Distrito Federal e entorno, foi possível constatar os impactos desses métodos de gestão na saúde mental desses trabalhadores, que, por sua vez, classificaram o aplicativo como um vício e uma “droga” que os estimula a trabalhar sempre mais – segundo aponta um dos diários de campo (Festi *et al.*, 2023).

Wagner Oliveira, o primeiro motorista a ser expulso da Uber no Brasil, afirmou sobre o sistema de vigilância exercido pela plataforma, conforme relatado por jornalista:

O algoritmo substitui o gerente da empresa, que fica no pé do funcionário, e substitui o capataz da fazenda, que dava chicotadas nos escravos. E ele não dorme. É uma máquina, uma função do computador, e faz uma vigilância implacável do motorista 24 horas por dia. [...] A Uber é um negócio de espionagem, no segundo plano. Eles estavam me espionando. Eles ligam a câmera e o áudio do motorista dentro do carro, escutam a conversa e filmam tudo, sem o passageiro saber (Giovanaz, 2021).

Os bloqueios que as plataformas digitais infligem contra os trabalhadores também são uma forma de controle e supervisão do trabalho e uma forma de punição. São realizados por uma avaliação malfeita por um cliente ou pela participação em movimentos grevistas. As plataformas também atuam de forma bastante contundente contra os movimentos grevistas dos trabalhadores.¹⁵

São milhões de trabalhadores plataformizados disponíveis nos aplicativos, motivados e sutilmente engajados pelas estratégias da gamificação, que assumem os riscos e custos de sua atividade no processo de trabalho, sem quaisquer direitos ou assistência. Como todos os ritmos e movimentos efetuados pelos trabalhadores são quantificados e transformados em dados, as possibilidades de implementação da gamificação no trabalho plataformizado ou uberizado tornam-se ilimitadas (Oliveira, 2021). Dessa maneira, as empresas-plataforma exigem do trabalhador um maior grau de esforço psicofísico durante a sua jornada de trabalho.

15 Recentemente, o iFood e as agências de comunicação Benjamin e Social QI assinaram um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o Ministério Público do Trabalho (MPT) se comprometendo a realizar ações em favor dos direitos trabalhistas dos entregadores. Isso porque elas atuaram nas redes sociais difundindo notícias falsas e criando perfis e páginas na internet falsas com o objetivo de desmobilizar os movimentos grevistas dos entregadores (Teixeira, 2023).

Conclusão

Por ser um intérprete do capitalismo, Marx descortinou a essência de funcionamento desse sistema, qual seja, a produção de valor. O pensador alemão observou que os capitalistas estarão sempre à procura do lucro máximo e, para tanto, da superexploração dos trabalhadores. Os momentos em que o capitalismo conheceu certos limites à exploração desenfreada foram aqueles em que esteve ameaçado pelos movimentos dos trabalhadores, seja com revoluções ou greves.

O advento das plataformas digitais enseja mudanças grandes na forma de exploração do capital sobre o trabalho humano. E, como pudemos ver, há uma combinação de formas arcaicas de gestão da força de trabalho, como o salário por peça, com ferramentas tecnológicas altamente sofisticadas. O trabalho de plataforma é realizado por trabalhadores sem direitos trabalhistas, com todos os seus gastos sendo custeados por eles mesmos, em horários e remuneração extremamente flexíveis (ora se trabalha mais, ora se trabalha menos, conforme as demandas dos aplicativos), com dificuldades de organização sindical e concorrendo em escala mundial. As plataformas digitais são grandes oligopólios, que operam em vários países do mundo e para os quais o trabalhador é apenas um avatar ou um dígito.

Este artigo buscou apresentar elementos introdutórios para a compreensão do trabalho em plataformas digitais na contemporaneidade a partir de alguns conceitos da teoria do valor. Foi analisado que o trabalho em plataformas digitais surge em um contexto de financeirização do capitalismo e de uma ofensiva do capital sobre o trabalho. Foram identificados elementos que permitem a extração de mais-valia nesse tipo de trabalho. Em primeiro lugar, as plataformas digitais se aproveitaram da ausência de regulação pública desse tipo de trabalho. Elas não garantem direitos trabalhistas nem previdenciários, e não possuem obrigações fiscais nem tributárias com o Estado nos países onde operam. As empresas-plataforma transferem todos os custos do trabalho aos seus empregados, reduzindo muito os gastos com a força de trabalho, conforme denunciou Marx (2017) no contexto das fábricas mecanizadas na

transição do século XVIII para o XIX. Elas fazem parte também de um processo de concentração de capital.

Dessa forma, as plataformas se valem de trabalhadores que realizam jornadas de trabalho que chegam às praticadas no auge da Revolução Industrial, entre 60 e 80 horas por semana, muito além das 44 horas semanais estabelecidas na legislação trabalhista brasileira. Nessa forma de remuneração por peça, a intensidade do trabalho também é controlada pelas plataformas. As plataformas possuem, portanto, um controle da força de trabalho em escala mundial, trabalhando 24 horas por dia, nos 7 dias da semana. Elas estimulam esse trabalhador a ultrapassar seus limites e o fazem trabalhar a qualquer hora do dia.

Têm-se as principais dimensões necessárias para extração de valor operando de forma bastante visível nesse tipo de trabalho: o prolongamento da jornada de trabalho, a intensificação do trabalho e a produtividade do trabalho. Conclui-se, portanto, que estamos diante de um modelo de trabalho que produz uma enorme mais-valia e torna extremamente difícil a vida de camadas cada vez mais amplas da população. Essas são algumas das contribuições que observamos do pensamento marxista e da teoria do valor para a interpretação do trabalho em plataformas digitais na contemporaneidade. Podemos ver o quanto o conhecimento de um dos clássicos do pensamento sociológico pode ser utilizado para a compreensão de um novo fenômeno, que vem desafiando os pesquisadores na sua interpretação.

Referências bibliográficas

ABILIO, Ludmila Costhek. Uberização: Do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. *Psicoperspectivas*, v. 18, n. 3, p. 41-51, 2019.

ANTUNES, Ricardo. *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

ALKHATIB, A.; BERNSTEIN, M.; LEVI, M. Examining Crowd Work and Gig Work Through The Historical Lens of Piecework. *Proceedings of The 2017 Chi Conference on Human Factors in Computing Systems*, Denver, p. 4599-4616, maio 2017.

CANT, Callum. *Delivery fight! A luta contra os patrões sem rosto*. São Paulo: Veneta, 2021.

CHESNAIS, F. A proeminência da finança no seio do ‘capital em geral’, o capital fictício e o movimento contemporâneo de mundialização do capital. In: BRUNHOFF, S. de et al. *A finança capitalista*. São Paulo: Alameda, 2010.

CHESNAIS, François. *A finança mundializada*. São Paulo: Boitempo, 2004.

COLLI, J. M. “O “salário por peça” e sua reposição nas novas formas de trabalho à fração”. *Estudos de Sociologia*, São Paulo, v. 3, n. 5, p. 75-86, jun. 1998.

CUT/INSTITUTO Observatório Social. *Condições de trabalho, direitos e diálogo social para trabalhadoras e trabalhadores do setor de entrega por aplicativo em Brasília e Recife*. São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2021.

DAL ROSSO, S. *A jornada de trabalho na sociedade: o castigo de prometeu*. São Paulo: LTr, 1996.

DAL ROSSO, S. *Mais trabalho! A intensificação do labor na sociedade contemporânea*. São Paulo: Boitempo, 2008.

DAL ROSSO, S. *O ardil da flexibilidade: os trabalhadores e a teoria do valor*. São Paulo: Boitempo, 2017.

DAL ROSSO, S. Tempo de trabalho. In: CATTANI, Antonio David; HOLZMANN, Lorena (org.). *Dicionário de trabalho e tecnologia*. 3 ed. Porto Alegre: Zouk, 2012. E-book (não paginado).

DAL ROSSO, S.; CARDOSO, A. C. M.; CALVETE, C. da S.; KREIN, J. D. (org.). *O futuro é a redução da jornada de trabalho*. Porto Alegre: CirKula, 2022.

DRAHOKOUPIL; PIASNA. Work in the platform economy: beyond lower transaction costs. *Intereconomics*, Bruxelas, v. 52, n. 6, p. 335-40, 2017.

DUBAL, V. B. The time politics of home-based digital piecework. *Centre for Ethics University of Toronto*, 2020. Disponível em: <https://c4ejournal.net/2020/07/04/v-b-dubal-the-time-politics-of-home-based-digital-piecework-2020-c4ej-xxx/>. Acesso em: 28 abr. 2021.

ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Tradução: B. A. Schumann. São Paulo: Boitempo, 2010.

FAIRWORK. *Work in the Planetary Labour Market: Fairwork Cloudwork Ratings* 2022. Oxford, United Kingdom, 2022. Disponível em: <https://fair.work/wpcontent/uploads/sites/131/2022/08/Fairwork-Cloudwork-Ratings-2022-FINALEN.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2022.

FAIRWORK. *Cloudwork Ratings: Working in the Planetary Labour Market*. Oxford, United Kingdom, 2023. Disponível em: <https://fair.work/wp-content/uploads/sites/17/2023/07/Fairwork-Cloudwork-Ratings-2023-Red.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2023.

FESTI, R.; GONTIJO, L.; GONÇALVES, N.; FRAGOSO, L. O que pensam os entregadores sobre a regulação laboral? *Outras Palavras*, 2023. Disponível em: <https://outraspalavras.net/trabalhoeprecariado/o-que-pensam-os-entregadores-da-regulacao-laboral/>. Acesso em: 25 ago. 2023.

FONTES, Virgínia. Capitalismo em tempos de uberização: do emprego ao trabalho. *Marx e o marxismo*, v. 5, n. 8, p. 45-67, 2017.

FUCHS, C. *Rereading Marx in the Age of Digital Capitalism*. London: Pluto Press, 2019.

GAURIAU, R. Breves considerações sobre a regulação do trabalho em plataformas digitais na União Europeia, na França e no Brasil. *TST*, São Paulo, n. 87, n. 3, jul./set. 2021.

GIOVANAZ, D. Primeiro motorista a processar a Uber no Brasil: “O algoritmo é o novo capataz”. *Brasil de Fato*, 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/04/30/primeiro-motorista-a-processar-a-uber-no-brasil-o-algoritmo-e-o-novo-capataz>. Acesso em: 18 maio 2021.

GONTIJO, L. V. *Intermitência e trabalho em plataformas digitais: o retorno do salário por hora e por peça?* Dissertação de Mestrado. Brasília, Universidade de Brasília, 2021.

GROHMANN, R. Plataformização do trabalho: características e alternativas. In: ANTUNES, R. *Uberização, trabalho digital e indústria 4.0*. São Paulo: Boitempo, 2020.

HAKIM, M. P. *et al.* Exploring dark kitchens in Brazilian urban centres: A study of delivery-only restaurants with food delivery apps. *Food Research International*, v.

170, ago. 2023. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0963996923005148?via%3Dihub>. Acesso em: 25 jul. 2023.

HILFERDING, R. *O capital financeiro*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

HUSSON, M. Finança, hiperconcorrência e reprodução do capital. In: BRUNHOFF, S. de et al. *A finança capitalista*. São Paulo: Alameda, 2010.

IFOOD. Como funciona a relação do iFood com o entregador?. *iFood*, 2020. Disponível em: <https://institucional.ifood.com.br/abrindo-a-cozinha/ifood-entregadores>. Acesso em: 28 abr. 2021.

KALIL, R. B. *A regulação do trabalho via plataformas digitais*. São Paulo: Blucher, 2020. 308 p.

KANGAL, K.; BASTOS, M. D.; BERNARDI, G. China. *Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura*, v. 22, n. 2, p. 67-82, 2020. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brap-ci/155468>. Acesso em: 22 ago. 2023.

LAVADO, T. Transformation, a hallmark of Bezos and Amazon, should define the company's future. *Exame*, 2021. Disponível em: <https://exame.com/tecnologia/transformacao-marca-de-bezos-e-da-amazon-deve-definir-futuro-da-empresa/>. Acesso em: 22 ago. 2023.

LENIN, V. I. *Imperialismo – Estágio Superior do Capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2021

PELEJA, J. P. I. *As veredas dos tempos de trabalho flexíveis no Brasil: insegurança, desconstrução de direitos e precarização (2012-2019)*. 2022. 198 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

MACHADO, L. A rotina de ameaças e expulsões de entregadores terceirizados do IFood. *BBC News Brasil*, 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-53521791>. Acesso em: 28 abr. 2021.

ACADEMIA DE CIÊNCIAS DA URSS. *Manual de Economia Política*. Tradução: Jacob Gorender e Josué de Almeida. Rio de Janeiro: Editorial Vitória Ltda, 1961.

MARX, K. *O capital*. 9. ed. São Paulo: Difel, 1984. v. I, II e III.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2017. Livro I: O processo de produção do capital.

MOLLO, M. L. R. Crédito, capital fictício, fragilidade financeira e crises: discussões teóricas, origens e formas de enfrentamento da crise atual. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 20, n. 3, 43, p. 449-474, dez. 2011.

MOORE, P. V.; JOYCE, S. Black box or hidden abode? The expansion and exposure of platform work managerialism. *Review of International Political Economy*, United Kingdom, v. 27, n. 4, p. 926-48, ago. 2019.

OLIVEIRA, Renata Couto de. Gamificação e trabalho uberizado nas empresas-aplicativo. *Revista de Administração de Empresas*, v. 61, n. 4, p. 1-10, 2021.

SAAD FILHO. A. Salários e exploração na teoria marxista do valor. *Economia e Sociedade*. Campinas, 16, p. 27-42, jun. 2001.

STEFANO, V. de. The rise of the “just-in-time workforce”: On-demand work, crowdwork and labour protection in the “gig-economy”. *Conditions of Work and Employment Series*, Geneva, n. 71, p. 1-32, 2016.

STEFANO, V. de; ALOISI, A. *European legal framework for “digital labour platforms”*. Luxemburg: Publications Office of the European Union, 2018.

TEIXEIRA, I. Em acordo com MPs, iFood se compromete a pagar R\$ 6 mil em pesquisas. *Metrópoles*, 2023. Disponível em: <https://www.metropoles.com/columnas/grande-angular/em-acordo-com-mps-ifood-se-compromete-a-pagar-r-6-mil-em-pesquisas>. Acesso em: 25 jun. 2023.

TRT 15ª REGIÃO. *Recurso Ordinário Trabalhista 0010900-48.2019.5.15.0094*. Campinas: Poder Judiciário, 2020.

UNITED KINGDOM SUPREME COURT. Supreme Court of the United Kingdom. The case [2021] WLR(D) 108, 2021. ICR 657, [2021] UKSC 5. Uber BV & Ors v Aslam & Ors. Relator: Lord Leggatt. *British and Irish Legal Information Institute*. London, 19 fev. 2021. Disponível em: <http://www.bailii.org/uk/cases/UKSC/2021/5.html>. Acesso em: 22 ago. 2023.

VALENTE, J. *Tecnologia, informação e poder: das plataformas online aos monopólios digitais*. Orientador: Michelangelo Giotto Santoro Trigueiro. 2019. 399 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

VIANNA, M. V. Heteromação e microtrabalho no Brasil. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 23, n. 57, maio-ago. 2021.

WOODCOCK, Jamie; JOHNSON, Mark R. “Gamification: what it is, and how to fight it”. *The Sociological Review*, v. 66, n. 3, p. 542-558, 2018.

WOODCOCK, Jamie. O panóptico algorítmico da Deliveroo: mensuração, precariedade e a ilusão do controle. In: ANTUNES, Ricardo (org.). *Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0*. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 23-45.

Sociologia da estratificação social para quê?

Desigualdades no ensino superior público federal no Brasil

Daniel de Freitas Nunes

Introdução

O presente capítulo de livro perpassa um tema clássico e perene na Sociologia: a desigualdade social (Medeiros; Lacerda, 2010). Trata-se de um assunto que atravessou gerações de sociólogos e que continua a produzir estudos de ampla disseminação nesse campo de pesquisa. No Brasil, a temática tem uma importância *mister* derivada de um dado bastante incômodo: somos um país que apresenta níveis extremos de desigualdade, situando-se dentre aqueles com os piores indicadores em nível global (Medeiros, 2004; Palomo; Komatsu; Menezes-Filho, 2021).

Para tal, o assunto é discutido a partir da normalização (padronização) e mineração de microdados (dados coletados a nível de indivíduo) socioeconômicos de estudantes do ensino superior público federal no Brasil. Esse procedimento possibilitou a construção de um *dataset* com 306.657 estudantes matriculados nas universidades federais brasileiras compreendendo um intervalo de tempo que vai do ano de 2011 até o de 2019.¹

Os objetivos que dirigiram esta pesquisa pautaram-se no interesse em verificar como a aquisição de um ativo cultural (formação superior) pode ser explicado pelo histórico familiar (renda familiar e escolaridade dos genitores) e cultural (tipo de escola em que cursou o ensino médio) dos estudantes do ensino superior público federal. A discussão dos resultados foca a resiliência de desigualdades nas “oportunidades de vida”

1 O *dataset* utilizado por essa pesquisa não contém as edições de 2015 e 2016 do Enade. Isso ocorreu devido a uma mudança da política de divulgação de microdados do Inep baseada na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), o que inviabilizou a junção dessas duas edições no *dataset* utilizado.

considerando-se os salários médios correspondentes às formações que compõem a amostra (melhores e piores remunerações).

O texto que segue está organizado em quatro seções. Na primeira, intitulada “Ensino superior e desigualdade no Brasil”, traz-se uma revisão da literatura especializada no assunto buscando destacar como o tema da desigualdade no ensino superior tem sido analisado no Brasil. É objetivo dessa fração do texto explicar por que o ensino superior é um importante marcador da desigualdade de oportunidades de vida.

A segunda seção do texto, que leva o título de “Aspectos metodológicos”, traz o desenho da pesquisa, apresentando o recorte teórico e metodológico. Nesse trecho do texto, o leitor encontrará informações sobre as bases de dados utilizadas, os critérios de tratamento dos dados, o *software* e a técnica estatística que produziu os resultados apresentados.

A seção “Resultados e discussão” divide-se em duas subseções: “Características gerais da amostra” e “Análise multivariada (ACM) dos dados compilados”. A primeira subseção apresenta as informações gerais dos sujeitos da pesquisa a partir dos critérios utilizados para qualificação dessa amostra. Na segunda subseção, temos disponíveis a análise aplicada e a discussão dos seus resultados à luz da literatura que trata do tema.

Por fim, na seção intitulada “Considerações finais”, apresenta-se um sumário dos resultados discutidos apontando possibilidades futuras de pesquisa para aqueles que querem se dedicar ao tema, destacando as lacunas que fatalmente não couberam dentro do recorte da pesquisa ora apresentada.

Ensino superior e desigualdade no Brasil

Um dos modelos de análise da desigualdade de mais ampla utilização na Sociologia está no estudo das “oportunidades de vida”. Esse conceito tem origem na Sociologia de Max Weber (1864-1920) e é utilizado para explicar, primordialmente, “as chances que um indivíduo tem de usufruir dos ‘bens’ econômicos ou culturais socialmente produzidos que normalmente existem em qualquer sociedade” (Giddens, 1973, p. 130-131 *apud* Breen, 2005, p. 32, tradução nossa). Colocando de maneira mais simples, quando se fala em “oportunidades de vida”, fala-se

“das chances que os indivíduos têm de ter acesso a recursos escassos e valiosos” (Breen, 2005, p. 32, tradução nossa).

Sendo a educação superior um recurso escasso e valioso em toda e qualquer sociedade, “o diploma universitário tem papel fundamental na estruturação de sistemas de estratificação e mobilidade social nas sociedades modernas” (Honorato; Zuccarelli; Vieira, 2019, p. 29). Analisar o ensino superior significa, portanto, a possibilidade de verificar como esse ativo social contribui para a superação ou resiliência da desigualdade social baseada nas “oportunidades de vida”.

Conforme argumenta Rodrigues (2024, p. 11), analisar a estratificação do ensino superior implica inicialmente a distinção “entre aqueles que têm acesso ao ensino superior e aqueles que não têm (estratificação vertical) e entre os que acessam as melhores posições nesse nível de ensino e o restante (estratificação horizontal)”. Partindo dessa premissa, este capítulo intentou analisar a estratificação horizontal do ensino superior público federal no Brasil a partir de dados socioeconômicos de estudantes concluintes de seus respectivos cursos.

A estratificação social consiste em um recurso metodológico de amplo uso nos estudos sobre desigualdade social. Estratificar significa dividir em estratos, grupamentos, que podem ser indivíduos, profissões, grupos raciais, sexo biológico, faixa etária, dentre outros. Tal recurso metodológico é especialmente útil quando se parte da premissa de que o conjunto de indivíduos que se quer analisar aglomera-se em grupos, e que, em tais grupos, os indivíduos tendem a ter um comportamento individual e/ou coletivo com algum nível de concorrência para o mesmo fim (Medeiros, 2004).

Dividir sujeitos em grupos (estratos) envolve a separação de “tipos”, isto é, o uso de uma tipologia. O conceito de tipo enquanto indivíduo com características específicas e minuciosamente descritas tem origem na taxonomia e é utilizado como modelo para fins de comparação e confirmação de espécies ou indivíduos com as mesmas características. Trocando em miúdos, “tipo” consiste no elo entre o conceitual (nomenclatura) e o empírico (natureza) (Oswald, 2020).

Na sociologia da desigualdade, as tipologias constituem um recurso importante por permitirem verificar a adequação de dado constructo teórico à realidade empírica. Nesse sentido, um esquema de

estratificação tem como princípio básico a intenção de descrever “algo” usando como referência uma dada tipologia (conjunto de “tipos”) que explique ao máximo o fenômeno social que se quer descrever (Breen, 2005).

Para entender a tipologia utilizada neste estudo, precisamos esclarecer o contexto recente do ensino superior no Brasil. Nas primeiras décadas do século XXI, essa modalidade de ensino passou por uma significativa transformação. As pesquisas nesse campo têm mostrado que esse processo de transformação foi marcado por profundas desigualdades e distorções que dificultam a visualização de um fenômeno verdadeiramente equitativo de acesso (Costa *et al.*, 2021). Conforme Honorato, Zuccarelli e Vieira (2019, p. 29) apontam, embora seja possível notar a redução da desigualdade de acesso ao sistema nesse processo, esse fenômeno “combina-se com a persistência ou aumento nas desigualdades horizontais na permanência e conclusão de cursos”.

No auge desse processo de expansão do sistema, Ristoff (2014) observou que, embora seja verificável algum avanço na entrada de estudantes mais pobres em cursos de alto prestígio social, como as engenharias, esse progresso é muito menor quando comparado ao que ocorre em cursos de menor prestígio social, como as licenciaturas, que habilitam para a atividade docente.

Nunes (2015) confirma essa tese ao apontar que há uma significativa distorção no acesso e permanência em cursos de alto e baixo prestígio social nas universidades públicas brasileiras. Segundo esse pesquisador, quando se analisa o perfil socioeconômico dos estudantes do ensino superior brasileiro, constata-se uma super-representação de estudantes mais pobres em cursos de menor prestígio social (licenciaturas) e uma sub-representação desses estudantes em cursos de maior prestígio social, como as engenharias e medicina.

No mesmo caminho analítico, Knop e Collares (2019) apontam que, apesar de haver estudantes menos favorecidos socioeconomicamente em cursos superiores de universidades públicas e privadas no Brasil, uma origem socioeconômica privilegiada continua sendo fator influente no processo de ingresso e conclusão de um curso superior. Segundo as autoras, esse fator tem mais peso sobretudo em formações

de maior retorno econômico no mercado de trabalho, isto é, que oferecem as melhores “oportunidades de vida”.

O que os estudos citados apontam, portanto, é a resiliência de desigualdades horizontais que historicamente marcaram o espaço social do ensino superior. A persistência dessas desigualdades encontra solo fértil em um ambiente assimetricamente estratificado que é irrigado pela distribuição desigual de oportunidades de vida ideais (acesso a cursos de alto prestígio e boa remuneração no mercado de trabalho) e possíveis (cursos de baixo prestígio e remuneração no mercado de trabalho).

Para entendermos o peso desse processo enquanto *proxy* da desigualdade no Brasil, precisamos dimensionar melhor o papel exercido pela educação superior. A sociologia das profissões considera essa modalidade de ensino “[...] como um espaço fundamental para a seleção, a exclusão e o controle do acesso às carreiras” (Rodrigues, 2024, p. 4). Isso ocorre porque, segundo a literatura especializada, em sociedades capitalistas é através do mercado de trabalho que determinados estratos sociais monopolizam o acesso a profissões que podem garantir os melhores ganhos sociais (profissões de prestígio) e econômicos (salários) (Rodrigues, 2024).

Aspectos metodológicos

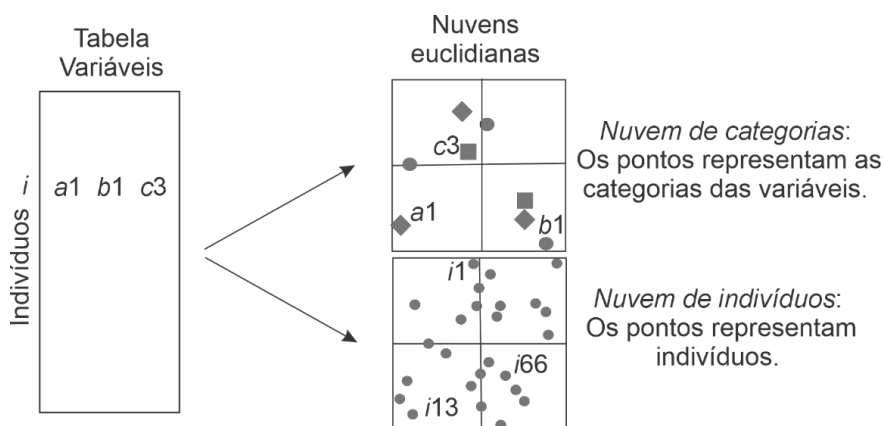
A pesquisa apresentada neste capítulo caracteriza-se como uma pesquisa quantitativa. Conforme Giddens e Sutton (2014), os estudos quantitativos na Sociologia, em geral, envolvem a produção e análise de informações numéricas “a fim de avaliar o tamanho de um problema social ou o percentual de uma determinada população que compartilha atitudes similares” (Giddens; Sutton, 2014, p. 73).

O instrumental utilizado foi o da técnica estatística de Análise de Correspondência Múltipla (ACM). De ampla difusão na literatura francesa (Le Roux; Rouanet, 2010), a ACM é uma ferramenta de amplo uso, tendo sido popularizada pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu no livro *A distinção: crítica social do julgamento* (Greenacre; Blasius, 2006). Metodologicamente, essa técnica caracteriza-se como um procedimento

estatístico multivariado que envolve a análise gráfica e numérica de dados a partir de tabelas de frequência cruzada (Greenacre, 2007).

Matematicamente, a ACM se insere no conjunto das Análises Geométricas de Dados (Rouanet, 2006). O fundamento geométrico da modelagem dessa técnica está na construção de “nuvens euclidianas” em um plano cartesiano cuja representação consiste no agrupamento coordenado dos elementos da tabela (variáveis ou sujeitos) considerando a variância (Le Roux; Rouanet, 2010). O fundamento filosófico dessa técnica é a filosofia indutiva, isto é, parte do pressuposto de que a análise descritiva deve preceder a modelagem probabilística.

Figura 1 – Exemplos de “nuvens euclidianas”



Fonte: Exemplo adaptado de Le Roux; Rouanet (2010), p. 2, elaboração do autor.

Como demonstra o exemplo acima, na MCA os gráficos podem ser representados de duas maneiras: a partir dos casos (indivíduos) ou das categorias (variáveis). O primeiro exemplo é o mais apropriado quando se tem um número menor de casos e a intenção é a representação gráfica por indivíduo. Já a segunda opção é a mais apropriada quando se tem um grande *dataset*. Nesse formato, a representação se dá a partir das interações entre as categorias das variáveis (Le Roux; Rouanet, 2010). Considerando que no caso em tela o *dataset* corresponde a um conjunto de mais de 300 mil indivíduos, a representação gráfica apresentada se dá por variáveis.

Levando em conta que estamos trabalhando com dados de um questionário socioeconômico, quando se fala em variáveis está se falando das características dos estudantes coletadas através desse questionário. No caso em tela, trata-se do estudante concluinte de um curso de graduação matriculado em qualquer universidade pública brasileira no intervalo de 2011 a 2019 (excetuando-se 2015 e 2016) e que foi selecionado para fazer o Exame Nacional de Desempenho do Estudante (Enade).

Esse exame aplica um teste – através da utilização de amostragem estratificada proporcional – de conteúdos pertinentes a cada formação que é utilizado para produzir o Conceito Preliminar de Curso (CPC) e o Índice Geral de Cursos (IGC) do Ministério da Educação. O fato de essa prova ser aplicada por amostragem estratificada proporcional significa que ela não é aplicada a todos os estudantes matriculados no ensino superior brasileiro, mas sim para um conjunto de indivíduos selecionados aleatoriamente com base em estratos (cor/raça, sexo biológico, idade). Esses estratos são utilizados para retirar uma amostra (conjunto de indivíduos) que seja maximamente representativa do conjunto de sujeitos (Pereira, 2015), o que, no caso em tela, são os alunos matriculados no curso que é testado pelo exame.

Para além da aplicação dessa prova, o Enade também aplica um questionário socioeconômico aos estudantes selecionados. Esse instrumento sumariza, em forma de microdados (dados a nível de indivíduo), informações referentes à vida pessoal, familiar, escolar e profissional dos envolvidos, tais como sexo, raça e cor, nacionalidade, escolarização dos responsáveis, residência, núcleo familiar, renda familiar, trajetória acadêmica, instituição de ensino atual, dentre outras (Inep, 2018).

Para este estudo, foram selecionadas as variáveis “área de enquadramento de curso”, “cor/raça”, “renda familiar média”, “escolaridade do pai”² e “tipo de escola do ensino médio” (se pública ou privada). A

2 No pré-teste da análise foram testadas as variáveis “escolaridade do pai” e “escolaridade da mãe”, contudo, a variável “escolaridade da mãe” apresentou mais valores *outliers*, que não apresentavam o mesmo grau de associação com as outras variáveis em análise. A variável “escolaridade do pai” apresentou um padrão de associação maior, provando que é uma variável mais explicativa, no caso em questão, do que a variável “escolaridade da mãe”.

amostra aqui apresentada consiste em um conjunto de 306.647 estudantes (tabela 2). Para chegar a estudantes do ensino superior público federal, utilizamos como filtro os códigos de identificação de todas as 63 universidades federais brasileiras inscritas no Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior do Ministério da Educação (E-mec). Tal código consiste no “Cadastro de Pessoa Física (CPF)” da universidade e permite localizar as instituições de Ensino Superior em bases de dados oficiais. Como critério primário de elegibilidade para composição da amostra, utilizamos a variável “tipo de presença” para selecionar aqueles estudantes que estiveram presentes na realização do exame e que tiveram seus resultados considerados válidos.

A partir da delimitação dessa amostra, os estudantes foram divididos em quatro estratos de cursos. Cada estrato (tipo) foi definido de acordo com a formação e o valor médio de remuneração no mercado de trabalho após a conclusão do curso (tabela 1).

Tabela 1 – Distribuição dos estratos considerando a remuneração média no mercado de trabalho em termos de salários mínimos (SM)

Área	Rendimento médio (em R\$) de ocupação típica	Rendimento médio (em R\$) de ocupação não típica	Estratos de rendimento	Intervalo dos estratos em salários mínimos (2017)
Medicina	9.435,44	8.530,32	Estrato I ³	Entre 7 e 10 salários mínimos
Eng. – Grupo III	8.649,32	6.964,04		
Eng. – Grupo VI	8.027,55	5.871,86		
Eng. – Grupo IV	7.635,97	5.098,80		
Eng. – Grupo II	7.485,65	6.672,97		
Eng. – Grupo VII	7.358,86	4.638,63		
Eng. – Grupo I	7.297,17	6.178,91		
Eng. – Grupo V	7.007,90	6.317,79		

3 O detalhamento dos cursos que compõem cada grupo das engenharias encontra-se no apêndice “A” do texto.

Ciências Econômicas	5.605,04	3.943,55	Estrato II	Entre 5 e 7 salários mínimos
Agronomia	5.503,91	3.514,57		
Eng. – Grupo VIII	5.045,82	3.609,66		
Arquitetura/Urbanismo	5.040,87	3.465,45		
Computação	4.548,14	3.577,32	Estrato III	Entre 3 e 5 salários mínimos
Odontologia	4.197,21	3.422,68		
Administração	4.147,48	2.945,16		
Direito	4.037,06	4.004,25		
Ciências Contábeis	4.014,68	2.843,82		
Medicina Veterinária	3.894,70	3.136,73		
Relações Internacionais	3.822,72	3.895,60		
Enfermagem	3.616,66	2.390,17		
Farmácia	3.356,19	3.544,64		
Publicidade/Propaganda	3.236,44	2.850,28		
Secretariado Executivo	3.212,55	2.547,99		
Jornalismo	3.153,38	2.712,90		
Zootecnia	2.997,60	2.537,93		
Design	2.797,72	2.616,87	Estrato IV	Entre 1,5 e 3 salários mínimos
Psicologia	2.755,27	2.622,65		
Química	2.748,94	3.145,53		
Biomedicina	2.684,31	2.359,46		
Serviço Social	2.662,72	1.992,55		
Nutrição	2.552,03	2.273,39		
Artes Visuais	2.538,20	2.235,51		
Turismo	2.474,60	2.228,73		
Física	2.418,53	3.011,16		
Ciências Sociais	2.308,82	2.764,52		
Música	2.308,72	2.324,41		
Filosofia	2.303,68	2.481,60		
Matemática	2.281,57	2.493,63		
Pedagogia	2.278,34	2.023,65		
Geografia	2.242,56	2.337,27		
Fonoaudiologia	2.224,72	2.462,96		
Letras	2.214,09	2.165,10		

Terapia Ocupacional	2.205,09	1.961,11		
Fisioterapia	2.180,85	2.096,34		
Biologia	2.177,33	2.153,67		
História	1.946,59	2.173,20		
Educação Física	1.634,76	2.032,09		

Fonte: Adaptado a partir do trabalho de VAZ, K. C. da S. *Trajetórias ocupacionais dos egressos do ensino superior*. 2022. 207 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2022. p. 204. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/45308> Acesso em: 5 jul. 2023.

Os estratos apresentados na tabela 1 são ordinais. Classificar um modelo de estratificação como ordinal significa dizer que ele estabelece uma hierarquia de ordens (categorias) sem a pretensão de determinar o quanto uma categoria é superior às demais. Falando em outras palavras, “determina uma ordem, mas não a distância entre as pessoas nessa ordem” (Medeiros; Lacerda, 2010, p. 4). Assim, o esquema utilizado comporta quatro estratos (I, II, III e IV) que representam quatro grandes grupos de curso separados de acordo com seu prestígio em termos de remuneração média, sendo o primeiro estrato aquele que apresenta maior prestígio e o último, o menor. Os microdados utilizados foram normalizados (padronizados) e tratados no *software* SPSS (*Statistical Package for Social Sciences*) versão 26, que é um *software* de ampla utilização nas Ciências Sociais.

Resultados e discussão

Características gerais da amostra

Em uma pesquisa quantitativa, uma seção muito importante do texto é a descrição da amostra, isto é, as características gerais dos indivíduos cujos dados são apresentados. Em um estudo de estratificação como este, tal procedimento permite ao leitor identificar se os parâmetros utilizados para dividir os grupos fazem sentido. Esse sentido é traduzido em homogeneidade interna (dentro de cada estrato) e heterogeneidade externa (entre estratos).

No caso da nossa amostra, a primeira característica que separa nossos estratos é a idade média (tabela 2), sendo o estrato I o mais jovem e homogêneo internamente (média de idade de 25 anos com desvio-padrão de 3,1) e o estrato IV o mais “velho” e heterogêneo internamente quando se falta em idade (28 anos de idade média com 7,7 de desvio-padrão). Esse dado da heterogeneidade interna da idade, no caso do estrato IV, *a priori*, poderia contradizer a afirmação do parágrafo anterior, que afirma que os estratos devem ter “homogeneidade interna”. Contudo, no caso específico, veremos mais adiante que o estrato IV tem outras características internas homogeneizantes para além da idade.

Adicionalmente, cabe ainda registrar a diferença de tamanho entre os estratos (a rigor, quanto maior um estrato, maior heterogeneidade internada ele apresenta). Por fim, como veremos adiante, as características socioeconômicas do estrato IV permitem deduzir o porquê dessa heterogeneidade interna mais acentuada quando comparada ao estrato I.

Tabela 2 – Estatística descritiva dos estratos

		Idade do inscrito				
		Média	Mínima	Máxima	Desvio-padrão	Total
Estratos	Estrato 1	25	18	67	3,1	79.962
	Estrato 2	26	19	72	4,4	25.898
	Estrato 3	26	18	72	5,2	65.659
	Estrato 4	28	18	75	7,7	135.128
	Total	27	18	75	6,2	306.647

Fonte: Microdados do Enade, edições 2011, 2012, 2013, 2014, 2017, 2018, 2019, elaboração do autor.

A segunda característica utilizada foi o sexo biológico, sendo o estrato I o mais masculino e o estrato IV o mais feminino (tabela 3). Como veremos, essa homogeneidade interna (estratos com maior presença de homens e estratos com maior presença de mulheres) tem tudo a ver com um dos parâmetros utilizados para separar os estratos: o prestígio de cada formação em termos de remuneração média no mercado de trabalho. Dado o caráter ordinal dos estratos, sabemos que o estrato I é o mais prestigiado (maior remuneração) e o IV o menos prestigiado (menor remuneração).

Tabela 3 – Estratos por percentuais de sexo biológico

			Sexo do inscrito		Total
			F	M	
Estratos	Estrato 1	n	27.866	52.096	79.962
		%	34,8%	65,2%	100,0%
	Estrato 2	n	13.633	12.265	25.898
		%	52,6%	47,4%	100,0%
	Estrato 3	n	35.761	29.898	65.659
		%	54,5%	45,5%	100,0%
	Estrato 4	n	89.617	45.506	135.128
		%	66,3%	33,7%	100,0%
Total		n	166.877	139.765	306.647
		%	54,4%	45,6%	100,0%

Fonte: Microdados do Enade, edições 2011, 2012, 2013, 2014, 2017, 2018, 2019, elaboração do autor.

A terceira característica utilizada foi a “cor/raça”. Mais uma vez, como podemos ver na tabela 4,⁴ dado o caráter ordinal dos estratos, no estrato I temos como elemento homogeneizante interno a cor/raça branca e no estrato IV a cor/raça negra (que soma pretos e pardos). Podemos inferir, já a partir dessas características descritivas, que sexo biológico e cor/raça são fatores que evidenciam a heterogeneidade externa dos estratos apresentados, sendo os estratos de maior prestígio brancos e masculinos e os de menor prestígio negros e femininos.

4 Os outros dois grupos raciais (“amarelo/origem asiática” e “indígena ou de origem indígena”) apresentaram muitos *outliers*, isto é, valores com características muito únicas quando se considera o resto da amostra, por isso mesmo foram excluídos. De todo modo, registra-se que esses dois grupos corresponderam a menos de 2% da amostra no período selecionado, o que não compromete os resultados.

Tabela 4 – Estratos por percentuais de cor/raça para os dois maiores grupos raciais brasileiros

			Cor/raça		Total
			Branco(a)	Negro(a)	
Estratos	Estrato 1	n	52.843	27.119	79.962
		%	66,1%	33,9%	100,0%
	Estrato 2	n	15.120	10.778	25.898
		%	58,4%	41,6%	100,0%
	Estrato 3	n	37.954	27.705	65.659
		%	57,8%	42,2%	100,0%
	Estrato 4	n	61.812	73.316	135.128
		%	45,7%	54,3%	100,0%
Total		n	167.729	138.918	306.647
		%	54,7%	45,3%	100,0%

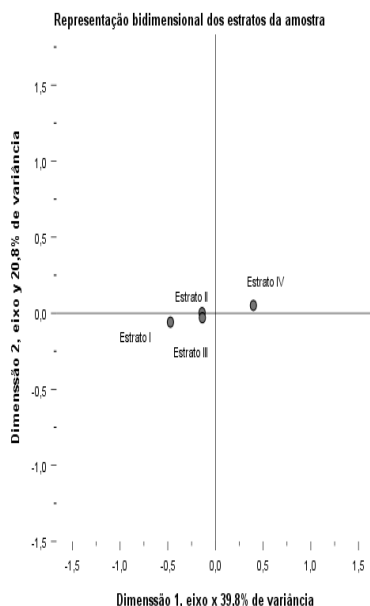
Fonte: Microdados do Enade, edições 2011, 2012, 2013, 2014, 2017, 2018, 2019, elaboração do autor.

A partir desse procedimento de apresentação das características gerais da amostra (estratos), podemos afirmar, portanto, que os estratos apresentam homogeneidade interna e heterogeneidade externa. Isso significa que podemos afirmar que esses indicadores constituem as características distintivas quando comparamos os grupos. Na próxima seção do texto, apresenta-se a análise multivariada dos estratos, buscando verificar como eles se comportam em um espaço bidimensional (plano cartesiano) quando se usam como parâmetros as variáveis selecionadas para compor a análise.

ACM dos dados compilados

Nesta seção do texto, apresentamos a análise de correspondência múltipla (ACM) da amostra. O primeiro gráfico que apresentamos é o dos estratos separados com base na heterogeneidade externa considerando as variáveis em estudo (cor/raça, sexo biológico, escolaridade do pai, tipo de escola no ensino médio e renda familiar média).

Gráfico 1 – Representação bidimensional dos estratos nos eixos x e y

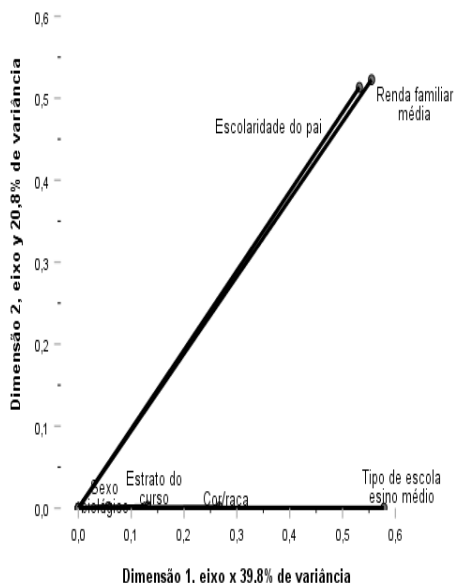


Fonte: Microdados do Enade, edições 2011, 2012, 2013, 2014, 2017, 2018, 2019, elaboração do autor.

A distribuição dos estratos passa pelo entendimento da contribuição de cada variável na construção desse espaço bidimensional. No gráfico 2, temos a descrição dessa contribuição por cada eixo. Como podemos observar, as variáveis que mais explicam a separação dos estratos I e IV em dois extremos ao longo do eixo x são, respectivamente: tipo de escola no ensino médio e renda familiar média. Isso quer dizer que, ao longo desse eixo, essas variáveis são as que mais explicam a amostra do ponto de vista da homogeneidade interna (dentro do estrato) e da heterogeneidade externa (entre os estratos). Falando de maneira mais simples, isso quer dizer que, em termos de renda familiar e do tipo de escola do ensino médio, esses grupos (Estratos I e IV) têm características que preponderam internamente e que os diferenciam externamente.

Estas características, portanto, distinguem essencialmente os estratos. Por sua vez, as variáveis que mais explicam a variação ao longo do eixo y são as variáveis renda familiar e escolaridade do pai (gráfico 2).

Gráfico 2 – Contribuição de variância para cada eixo da ACM⁵



A distância desses dois extremos (gráfico 1) significa que o estrato I e o e o estrato IV são aqueles que mais se diferenciam quando se considera o capital econômico de suas famílias (representado pela renda familiar média), estando os estratos II e III em uma posição mais ou menos intermediária (gráfico 1). Para entendermos melhor o peso desses capitais e sua distribuição desigual entre os estratos analisados, precisamos explicar esse conceito.

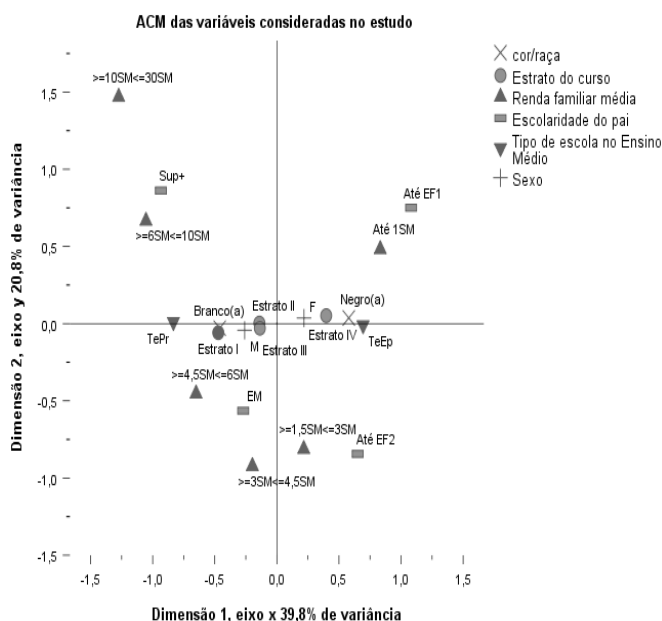
O conceito de “capital” econômico (material) e cultural (simbólico) foi sistematizado pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu (1930-2002). Em linhas gerais, Bourdieu define “capitais” (sejam eles materiais ou simbólicos) como “conjunto de recursos e poderes realmente utilizáveis (Bourdieu, 2002, p. 114, tradução nossa). Para o sociólogo, “A

5 Considerando que as variáveis “sexo biológico”, “estrato do curso” e “cor/raça” explicam pouco a amostra em termos de variância, na construção do gráfico 3 elas foram usadas como “variáveis” suplementares, e o posicionamento apresentado dessas variáveis é “figurativo”. Isso quer dizer que elas não foram consideradas no cálculo da variância de cada eixo para o gráfico de ACM.

distribuição das diferentes classes (e frações de classe) deriva daqueles que são mais bem providos de capital econômico e cultural para aqueles que são mais carentes em ambos os aspectos” (bourdieu, 2002, p. 114, tradução nossa).

Quando conjugamos todas as variáveis consideradas na análise, conseguimos ver com mais detalhes essa diferenciação no conjunto de indivíduos analisados (gráfico 3). Nessa figura, o estrato I apresenta uma maior associação de sujeitos do sexo masculino, brancos, com nível de escolaridade do pai na categoria “Sup+” (ensino superior e/ou pós-graduação), renda familiar média de “4,5 a 6 SM” (salários-mínimos) e o tipo de escola no ensino médio na categoria “TePr” (totalmente em escola privada).

Gráfico 3 – ACM incluindo variáveis consideradas na análise



Fonte: Microdados do Enade, edições 2011, 2012, 2013, 2014, 2017, 2018, 2019, elaboração do autor.

Portanto, o estrato I no conjunto analisado apresenta a maior concentração de capital econômico (renda familiar média) e cultural

(educação). Isso é denotado, sobretudo, pela escolaridade do genitor (pai) e o tipo de escola que o indivíduo cursou no ensino médio. Já o estrato IV possui uma preponderância de sujeitos negros, do sexo feminino, genitores com menor capital cultural (“AtéEF1” – ensino fundamental 1; “AtéEF2” – ensino fundamental 2), menor capital econômico (renda familiar média) e ensino médio público (TePu – totalmente em escola pública).

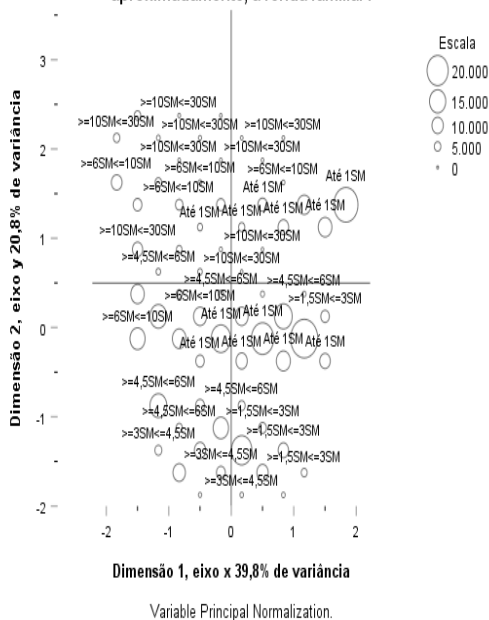
Para tornar a compreensão mais clara, podemos transliterar os estratos apresentados para o espectro das classes sociais. Em Sociologia, quando falamos em classes estamos falando da divisão da sociedade em grupos usando como referência a posse de um conjunto de coisas (tal qual nos estudos de desigualdade em relação a “algo”). Se aqui estivéssemos usando uma tipologia de classes, poderíamos assumir que o estrato I estaria dentro daquilo que se considera classe média e o estrato IV dentro daquilo que se considera classe dos pobres. Podemos verificar isso mais precisamente quando observamos a amostra considerando as variáveis “escolaridade do pai”, “renda familiar média” e “tipo de escola no ensino médio” (gráficos 4, 5 e 6).⁶

Em todos os gráficos, vemos uma distribuição ordinal dos indivíduos da amostra ao longo do eixo x (o que concentra mais variância), com concentração de grupos de indivíduos derivados de famílias com menor faixa de renda familiar média, pais menos escolarizados e que estudaram em piores escolas (escolas públicas) do lado direito de cada gráfico.

6 Os gráficos 3, 4 e 5 foram ajustados para apresentar visualmente a distribuição dos maiores grupos da amostra para cada variável. Esses gráficos permitem verificar como cada variável tensiona a diferenciação dos grupos em análise.

Gráfico 4 – Distribuição da amostra nos eixos x e y considerando a variável “renda familiar média”

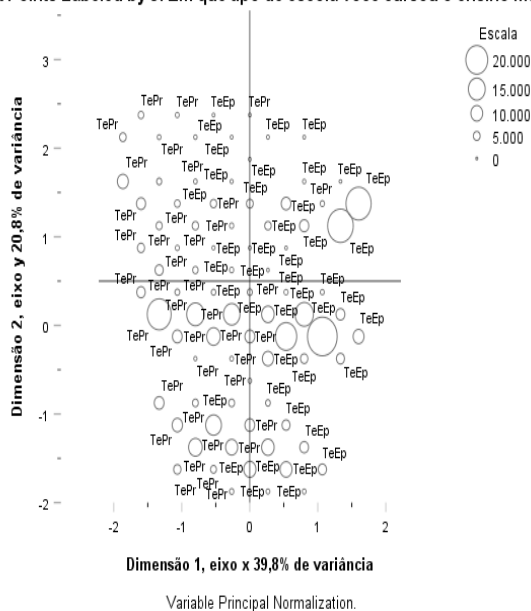
Object Points Labeled by 2. Somando a sua renda com a renda dos familiares que moram com você, quanto é, aproximadamente, a renda familiar?



Fonte: Microdados do Enade, edições 2011, 2012, 2013, 2014, 2017, 2018, 2019, elaboração do autor.

Gráfico 6 – Distribuição da amostra nos eixos x e y considerando a variável “escolaridade do pai”

Object Points Labeled by 9. Em que tipo de escola você cursou o ensino médio?



Fonte: Microdados do Enade, edições 2011, 2012, 2013, 2014, 2017, 2018, 2019, elaboração do autor.

No caso em tela, podemos identificar a transferência do capital econômico (renda familiar média) e capital cultural (escola privada para os filhos) dos genitores, que, na ponta do processo, convertem novamente em capital econômico (melhores salários) e cultural (carreiras de prestígio) para seus filhos. Os resultados a que chegamos colidem com alguma precisão às afirmações de Bourdieu. De acordo com esse sociólogo, em sociedades com alto grau de diferenciação social, “duas instituições sociais são os principais responsáveis por ‘inculcar’ o capital cultural: a família e a escola” (Weininger, 2005, p. 87, tradução nossa).

Os gráficos 4 e 6 são bastante explicativos dessa lógica. Seguindo o pensamento bourdieusiano, famílias de melhor situação financeira tendem a transmitir suas aspirações a seus filhos e o sistema escolar constitui-se em um espaço onde esse capital simbólico acumulado de

maneira desigual (considerando as condições materiais das famílias) operacionaliza a distinção dos sujeitos em estratos que seguirão caminhos diferentes no espaço social. Para o sociólogo brasileiro Jessé Souza, essa lógica opera através daquilo que ele chama de “economia moral de classe”. Essa economia simbólica, segundo Souza, consiste em um “conjunto de predisposições que explicam o comportamento prático de cada um de nós – que leva ao sucesso – disciplina, autocontrole, habilidades sociais etc.” (Souza, 2009, p. 43).

Fora do Brasil (nos Estados Unidos e na Europa), esse processo é tratado em termos de Desigualdade Efetivamente Mantida (*Effectively Maintained Inequality* – EMI) e Desigualdade Efetivamente Expandida (*Effectively Expanded Inequality* – EEI). Os teóricos dessas duas correntes argumentam que, em um contexto de expansão do sistema de ensino, “os grupos privilegiados usam seus recursos (socioeconômicos) para garantir espaço nas melhores posições (cursos e instituições mais prestigiados e com melhores retornos econômicos)” (Rodrigues, 2024, p. 11).

O que podemos concluir a partir dos resultados apresentados e da problematização na seção “aspectos da desigualdade no ensino superior brasileiro” é que o estudo da desigualdade no ensino superior público é fundamental para entender os fatores da desigualdade nas oportunidades de vida no Brasil. Os dados apontam, confirmando a análise de outros pesquisadores, que, apesar de ser notável a expansão do sistema, a desigualdade mostra-se resiliente quando se consideram aqueles que estão dentro da rede de ensino (estratificação horizontal).

Na seção seguinte do texto, teceremos algumas considerações acerca dos resultados apresentados, bem como apresentaremos alguns limites que foram impostos ao recorte apresentado devido ao escopo da pesquisa.

Considerações finais

Os objetivos que pautaram esta pesquisa compreenderam o interesse em verificar como a aquisição de um ativo cultural (formação superior) através das universidades federais brasileiras pode ser explicada

pelo histórico familiar (renda familiar e escolaridade dos genitores) e cultural (tipo de escola em que cursou o ensino médio). A esse respeito, sumariza-se que:

1. Estes critérios permitem dividir os concluintes do ensino superior público federal em quatro grandes grupos, considerando a remuneração média de cada formação no mercado de trabalho;
2. Esses grupos apresentam homogeneidade interna e heterogeneidade externa, sendo o grupo 1 (estrato I) o mais jovem, branco e masculino, e o grupo 4 (estrato IV) o mais velho, negro e feminino;
3. A distância ordinal entre o grupo 1 e 4 é explicada, em grande parte, pelo quinhão de capital econômico (renda familiar média) e cultural (escolaridade do pai e tipo de escola no ensino médio) que os integrantes de cada estrato acumulam.

Do ponto de vista da estratificação horizontal no ensino superior público federal, o que os dados apresentados evidenciam é que a situação financeira da família e o tipo de escola em que o adolescente estuda (se pública ou privada) são elementos definidores do seu lugar social na universidade e, por consequência, no mercado de trabalho. Apresenta-se, portanto, uma leitura do espaço social das universidades federais que combina teoria e empiria (realidade social) e que aponta a transferência e manutenção de capital econômico e cultural quando se considera o topo das carreiras. Portanto, é seguro afirmar que nessa fração dos estudantes do ensino superior público federal (grupo 1), filhos experimentam as mesmas oportunidades de vida dos pais.

Contudo, o mesmo não ocorre no caso do grupo 4. No caso desse grupo, os resultados permitem inferir um salto na escolaridade entre filhos e genitores, ainda que os primeiros venham a acessar uma colocação basal em termos de remuneração no mercado de trabalho. A mobilidade social é outro tema clássico da Sociologia e não foi possível discutir esse fenômeno no texto ora apresentado. Temos noção dessa lacuna e deixamos como provocação a possibilidade de exploração do tema pelos que pretendem dedicar-se à Sociologia.

O(a) leitor(a) mais atento(a) também deve ter observado e provavelmente até se inquietado(a) com o fato de as variáveis “sexo biológico” e “cor/raça” não figurarem com profundidade na discussão dos resultados. Essa ausência deriva não de uma insensibilidade do pesquisador em relação ao tema, mas da intencionalidade do texto. Raça e gênero são temas muito caros à Sociologia, mas dados o recorte e o limite do texto, não foi possível discutir o peso desses fatores em profundidade. Essa ausência se deu sobretudo pelo fato de que, a partir da técnica utilizada (ACM), essas variáveis explicam pouco em termos de variância (gráfico 2). A hipótese que deixamos é que, sendo a ACM uma análise de homogeneidade baseada na variância, “raça” e “sexo” explicam pouco por que no cenário muito específico do ensino superior variáveis de capital cultural (escolaridade dos pais e tipo de escola ensino médio) apresentam maior variância.

A hipótese anterior não significa, sobretudo, que essas variáveis não são relevantes. Registra-se aqui que, no caso apresentado, a oposição de estratos majoritariamente masculinos e brancos e estratos majoritariamente femininos e negros é mais uma evidência material do patriarcalismo e racismo estrutural que organiza a nossa sociedade. Deixamos o convite para os(as) pesquisadores(as) inquietos(as) aprofundarem essa discussão.

Referências bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. *Distinction: a social critique of the judgement of taste*. 11. ed. Cambridge, MASS: Harvard Univ. Press, 2002.

BREEN, Richard. Foundations of a neo-Weberian class analysis. In: WRIGHT, E. O. (ed.). *Approaches to Class Analysis*. New York, NY: Cambridge University Press, 2005. p. 31-50.

COSTA, Joana et al. *TD 2631 – Expansão da Educação Superior e Progressividade do Investimento Público*. Brasília, DF: Ipea, 2021.

GIDDENS, Anthony; SUTTON, P. W. *Conceitos essenciais da Sociologia*. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2014.

GREENACRE, M. J. *Correspondence analysis in practice*. 2ª ed. Boca Raton, FL: Chapman & Hall/CRC, 2007.

GREENACRE, M. J.; BLASIUS, J. (EDS.). *Multiple correspondence analysis and related methods*. Boca Raton, FL: Chapman & Hall/CRC, 2006.

HONORATO, Gabriela; ZUCCARELLI, Carolina; VIEIRA, André. Estratificação horizontal nas licenciaturas das instituições federais brasileiras. *Revista Contemporânea de Educação*, v. 14, n. 29, p. 28-53, 22 maio 2019.

KNOP, Márcia; COLLARES, Ana Cristina Murta. A influência da origem social na probabilidade de concluir os diferentes cursos de ensino superior. *Sociedade e Estado*, v. 34, n. 2, p. 351-380, maio 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS EDUCACIONAIS - INEP. *Microdados do Enade: manual do usuário*. Brasília, DF: INEP/MEC, 2018.

LE ROUX, Brigitte; ROUANET, Henry. *Multiple correspondence analysis*. Los Angeles, CA: SAGE, 2010.

MEDEIROS, Marcelo. As teorias de estratificação da sociedade e o estudo dos ricos. *BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, n. 57, p. 69-89, mar. 2004.

MEDEIROS, Marcelo; LACERDA, Rubens. *Estratificação social e desigualdade de classe*. Brasília, DF, 2010.

NUNES, Daniel de Freitas. *Quem quer ser professor no Brasil: uma análise a partir de variáveis socioeconômicas de estudantes de licenciatura*. Mestrado em Educação, Universidade de Brasília, 6 abr. 2015.

OSWALD, Caroline Batistim. Taxonomia, classificação e nomenclatura. In: OSWALD, Caroline Batistim et al. (org.). *Princípios de sistemática zoológica*. Belo Horizonte: PGZoo UFMG, 2020.

PALOMO, Theo Ribas; KOMATSU, Bruno Kawaoka; MENEZES-FILHO, Naercio. The behavior of poverty and inequality in Brazil the in last forty years. *Policy Paper*, n. 60, p. 1-30, jul. 2021.

PEREIRA, Alexandre da Costa. *Probabilidades e técnicas de amostragem*. Brasília, DF: Enap, 2015.

RISTOFF, Dilvo. O novo perfil do campus brasileiro: uma análise do perfil socioeconômico do estudante de graduação. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, v. 19, n. 3, 2014.

RODRIGUES, Leonardo. Estratificação Horizontal do Ensino Superior Brasileiro e as Profissões Imperiais: Os Concluintes de Medicina, Engenharia e Direito entre 2009 e 2017. *Dados*, v. 67, n. 1, 2024.

ROUANET, Henry. The geometric analysis of structured individuals $\times$ variables tables. In: GREENACRE, M. J.; BLASIUS, J. (eds.). *Multiple correspondence analysis and related methods*. Boca Raton, FLA: Chapman & Hall/CRC, 2006. p. 137-160.

SOUZA, Jessé. Senso comum e justificação da desigualdade. In: SOUZA, J. *A ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. p. 41-48.

WEININGER, Elliot B. Foundations of Pierre Bourdieu's class analysis. In: WRIGHT, Erik Olin. (ed.). *Approaches to Class Analysis*. New York, NY: Cambridge University Press, 2005. p. 82-118.

APÊNDICE – A

Descrição Dos Estratos Por Áreas De Enquadramento Do Enade

GRUPO DO CURSO CONFORME CÓDIGOS DE ÁREA DO ENADE		
ESTRATO I	ESTRATO II	ESTRATO IV
12= MEDICINA	13= CIÊNCIAS ECONÔMICAS	26= DESIGN
5707= ENGENHARIA (GRUPO I) – GEOLÓGICA	17= AGRONOMIA	18= PSICOLOGIA
5709= ENGENHARIA (GRUPO I) – CARTOGRÁFICA	21= ARQUITETURA E URBANISMO	27= FONOAUDIOLOGIA
5710= ENGENHARIA (GRUPO I) – CIVIL	6404= ENGENHARIA (GRUPO VIII) – AGRÍCOLA	36= FISIOTERAPIA
5711= ENGENHARIA (GRUPO I) – RECURSOS HÍDRICOS	6405= ENGENHARIA (GRUPO VIII) – FLORESTAL	38= SERVIÇO SOCIAL
5712= ENGENHARIA (GRUPO I) – SANITÁRIA	6407= ENGENHARIA (GRUPO VIII) – DE PESCA	55= BIOMEDICINA

4003= ENGENHARIA (GRUPO II) – DE COMPUTAÇÃO	ESTRATO III	701= MATEMÁTICA (BACHARELADO)
4007= COMPUTAÇÃO (ENGENHARIA DE COMPUTAÇÃO)	1= ADMINISTRAÇÃO	702= MATEMÁTICA (LICENCIATURA)
5806= ENGENHARIA (GRUPO II) – ELÉTRICA	2= DIREITO	901= LETRAS (BACHARELADO)
5807= ENGENHARIA (GRUPO II) – INDUSTRIAL ELÉTRICA	5= MEDICINA VETERINÁRIA	902= LETRAS (LICENCIATURA)
5808= ENGENHARIA (GRUPO II) – ELETROTÉCNICA	6= ODONTOLOGIA	903= LETRAS-PORTUGUÊS (BACHARELADO)
5809= ENGENHARIA (GRUPO II) – DE COMPUTAÇÃO	19= FARMÁCIA	904= LETRAS-PORTUGUÊS (LICENCIATURA)
5811= ENGENHARIA (GRUPO II) – REDES DE COMUNICAÇÃO	22= CIÊNCIAS CONTÁBEIS	905= LETRAS-PORTUGUÊS E INGLÊS (LICENCIATURA)
5812= ENGENHARIA (GRUPO II) – ELETROÔNICA	23= ENFERMAGEM	906= LETRAS-PORTUGUÊS E ESPANHOL (LICENCIATURA)
5813= ENGENHARIA (GRUPO II) – MECATRÔNICA	29= TURISMO	1401= FÍSICA (BACHARELADO)
5814= ENGENHARIA (GRUPO II) – CONTROLE E AUTOMAÇÃO	51= ZOOTECNIA	1402= FÍSICA (LICENCIATURA)
5815= ENGENHARIA (GRUPO II) – TELECOMUNICAÇÕES	67= SECRETARIADO EXECUTIVO	1501= QUÍMICA (BACHARELADO)
5901= ENGENHARIA (GRUPO III) – INDUSTRIAL MECÂNICA	100= ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	1502= QUÍMICA (LICENCIATURA)
5902= ENGENHARIA (GRUPO III) – MECÂNICA	81= RELAÇÕES INTERNACIONAIS	1503= QUÍMICA (ATRIBUIÇÕES TECNOLÓGICAS)
5903= ENGENHARIA (GRUPO III) – AEROSPACIAL	803= JORNALISMO	1601= BIOLOGIA (BACHARELADO)
5906= ENGENHARIA (GRUPO III) – NAVAL	804= PUBLICIDADE E PROPAGANDA	1602= BIOLOGIA (LICENCIATURA)

6002= ENGENHARIA (GRUPO IV) – ALIMENTOS	4004= COMPUTAÇÃO (BACHARELADO)	2001= PEDAGOGIA (LICENCIATURA)
6008= ENGENHARIA (GRUPO IV) – QUÍMICA	4005= COMPUTAÇÃO (LICENCIATURA)	2401= HISTÓRIA (BACHARELADO)
6009= ENGENHARIA (GRUPO IV) – ALIMENTOS	4006= COMPUTAÇÃO (SISTEMAS DE INFORMACÃO)	2402= HISTÓRIA (LICENCIATURA)
6106= ENGENHARIA (GRUPO V) – MATERIAIS		2501= ARTES VISUAIS (LICENCIATURA)
6108= ENGENHARIA (GRUPO V) – METALÚRGICA		3001= GEOGRAFIA (BACHARELADO)
6208= ENGENHARIA (GRUPO VI) – PRODUÇÃO		3002= GEOGRAFIA (LICENCIATURA)
6209= ENGENHARIA (GRUPO VI) – PRODUÇÃO MECÂNICA		3201= FILOSOFIA (BACHARELADO)
6210= ENGENHARIA (GRUPO VI) – PRODUÇÃO ELÉTRICA		3202= FILOSOFIA (LICENCIATURA)
6211= ENGENHARIA (GRUPO VI) – PRODUÇÃO QUÍMICA		3501= EDUCAÇÃO FÍSICA (BACHARELADO)
6213= ENGENHARIA (GRUPO VI) – PRODUÇÃO TÊXTIL		3502= EDUCAÇÃO FÍSICA (LICENCIATURA)
6214= ENGENHARIA (GRUPO VI) – PRODUÇÃO CIVIL		4301= MÚSICA (LICENCIATURA)
6306= ENGENHARIA (GRUPO VII) – ENGENHARIA		5401= CIÊNCIAS SOCIAIS (BACHARELADO)
6307= ENGENHARIA (GRUPO VII) – AMBIENTAL		5402= CIÊNCIAS SOCIAIS (LICENCIATURA)
6309= ENGENHARIA (GRUPO VII) – DE MINAS		
6310= ENGENHARIA (GRUPO VII) – DE PETRÓLEO		

Fonte: Dicionário de variáveis das edições 2011, 2012, 2013, 2014, 2017, 2018 e 2019 do Enade, elaboração do autor.

Sociologia do gênero e sexualidade para quê?

Conceitos sociológicos e políticos interdependentes

Alberto Luís Araújo Silva Filho

Introdução

A realidade social é fonte de reflexão e pesquisa para as áreas das Ciências Sociais e Humanas. Constitui, portanto, sua base de trabalho e matéria-prima. É a partir do mundo, tal como se encontra objetivado, que antropólogos, sociólogos, cientistas políticos, historiadores, dentre outros, elaboram suas questões de investigação:¹ perguntas que intelectualmente os inquietam e fazem emergir novas hipóteses e teorias acerca dos comportamentos, posicionamentos, práticas e sistemas estabelecidos pelos indivíduos sócio-historicamente. Contudo, essa trajetória não é simples, tendo em vista que a realidade social é marcada por diversas possibilidades teórico-empíricas de análise, o que obriga os estudiosos a parcelarem o “real” a fim de melhor compreendê-lo.² Ainda que a segmentação dessa totalidade possa ser lida como artificial, a bem da verdade é que, sem ela, a compreensão dos fatos que nos circundam não seria técnica nem operacionalmente viável.

Não há apenas uma Sociologia ou uma Antropologia ou uma História – e assim por diante. As áreas do conhecimento subdividem-se, tornam-se mais práticas à medida que os objetos de estudo se afinam tanto quanto o interesse dos pesquisadores. A ciência cumpre assim dois objetivos: permite que fenômenos específicos sejam exaustivamente focalizados por meio de teses, disciplinas, artigos, resenhas e eventos acadêmicos, fornecendo uma visão global sobre os mesmos; e faz com que membros da carreira universitária possam se especializar, dedicando anos de estudo a um tema ou a um pequeno conjunto desses.

1 A subjetivação do mundo social também é objeto de pesquisa da Sociologia.

2 Possibilidade epistemológica não compartilhada por todas as correntes do campo.

Nascem daí os especialistas que ajudam a constituir uma estrutura científica que, com todas as suas contradições, ainda é refúgio para o pensamento criativo e crítico em um cenário global marcado pela eclosão dos negacionismos.

Importa dizer que os interesses de pesquisa não são os mesmos com o decorrer das épocas. Há tempos em que certas problemáticas preocupam mais. Essas oscilações ajudam a definir quais foram, são ou serão as agendas de investigação preponderantes, bem como os trabalhos que irão chamar mais atenção e circular com maior facilidade. Por isso, é comum nos depararmos com dissertações de décadas passadas e considerarmos que seus apontamentos são datados para os dias atuais. A ciência não é estática, mas viva e pulsante, ao acompanhar e analisar criticamente o seu tempo. Frente a essa constatação, na presente conjuntura, a emergência de movimentos sociais que discutem questões de identidade e reconhecimento no Brasil é um dos fatores que tem mobilizado os cientistas sociais, esbarrando em resistências do conservadorismo político e dos próprios pares científicos, dentro e fora do país.

Particularmente, as disputas envolvendo os direitos das mulheres e da população LGBT, principalmente em relação a temas sexuais e reprodutivos, mas também de ocupação dos espaços públicos, têm destinado atenção dos campos legislativo, jurídico, midiático e acadêmico. Quando pensamos na pertinência desse debate, é natural que se recorra ao conhecimento já produzido em múltiplos campos disciplinares. Contudo, alguns destes têm se destacado no volume e na qualidade da produção, em especial a Sociologia, que, por meio da Sociologia de Gênero, tem questionado paradigmas tradicionais e ajudado a compreender as inter-relações entre gênero e demais categorias como raça, classe e sexualidade, sendo essa última crucial, na medida em que não é possível apartar a inteligibilidade do gênero³ da forma como se configura a sexualidade sob a norma heterossexual (Bento, 2017; Butler, 2003).

Os estudos de gênero na Sociologia cumprem algumas funções importantes, como a renovação do *corpus* interno às pesquisas

3 A matriz de inteligibilidade do gênero refere-se ao modo como esse é tornado compreensível socialmente, ou seja, naturalizado: sob os marcos da ordem binária, cisgênero e heterossexual.

produzidas pelas/os sociólogas/os e a análise provocadora de problemas contemporâneos, o que contribui para tensionar as normas produtoras do machismo e da LGBTfobia em nossa sociedade. Vivemos uma era na qual, a todo instante, se fala acerca das discriminações e violências contra grupos subalternos. Entretanto, sob a égide do patriarcalismo, um dos caracterizadores da cultura nacional, os números de assassinatos contra mulheres e pessoas LGBT só têm crescido, a despeito de ações e lutas travadas que concederam a esses alguns direitos nos últimos anos. As motivações pressupostas nesses processos fazem com que o trabalho sociológico seja contínuo, pois somente conhecendo os dados acerca das opressões que estão postas é que teremos subsídios para elaborar políticas públicas e intervir no âmbito de ações da sociedade civil a fim de atenuá-las ou mitigá-las.

Esse trabalho não é neutro, mas marcado por compromissos em prol da dignidade humana. Por mais que as Ciências Sociais, tanto quanto as demais áreas do conhecimento humano, dependam de métodos e critérios para balizar os resultados que delas dependam, isso não indica a dominância de isenção. Há certos temas, inclusive, onde fica latente a tensão entre pesquisa e militância de forma simultânea. Para a Sociologia de Gênero e seus membros, a exemplo, o próprio ato de situar-se como pesquisador envolve uma postura de enfrentamento diante de atores conservadores que têm denunciado a existência de suposta “ideologia de gênero”, isto é, uma distorção do conceito de “gênero” de modo a apresentá-lo como mecanismo conspiratório de dissolução da cultura judaico-cristã (Junqueira, 2018; Lionço, 2018). No Brasil, o termo “gênero” – mesmo descontextualizado – tem sido demonizado; e em alguns países, como a Hungria e nos EUA (em administrações estaduais geridas pelo Partido Republicano), o financiamento a programas universitários de pesquisas sobre gênero e sexualidade tem sido suspenso.

Logo, falar sobre gênero desperta temores. Essa categoria, que emergiu a partir da década de 1970 no mundo anglo-saxão (*gender*), tem sido estratégica ao desvelar a influência da socialização e de demais imposições externáveis na produção daquilo que conhecemos por “masculino” e “feminino”. Homens e mulheres, longe de carregarem identidades fixas e estáveis, dadas pela natureza, são moldados, desde o ventre da mãe ou pessoa gestante, a adotarem uma série de comportamentos e

estilos que adequem-se ao binarismo socialmente vigente. Aqueles que rompem essas fronteiras delimitadas passam a ser problema à ordem hierárquica que sobrevaloriza homens em relação a mulheres e heterossexuais em relação a outras sexualidades. A resposta à “diversidade” ou “diferença” vem, por vezes, no incremento da repressão, a exemplo da aprovação de leis de criminalização da ação política de ativistas ou de condenação da própria existência de sujeitos não cis heterossexuais.

Diante disso, este texto visa problematizar a interdependência entre gênero e sexualidade, demonstrando sua importância teórica para a Sociologia de Gênero e sua centralidade para o entendimento empírico de reivindicações que têm sido feitas na contemporaneidade em relação a temas de identidade e reconhecimento. Por fim, procurar-se-á demonstrar como a Sociologia de Gênero pode ser mobilizada para além dos muros da academia. Afinal, enquanto disciplina, essa tem sido, desde a redemocratização do país, objeto de disputa no âmbito das universidades⁴ e da conversação travada sobre temas coletivos na imprensa e em entidades e órgãos públicos. Ainda que sob tentativa de censura, é inescapável que a subversiva categoria “gênero” acabe por rondar espaços variados.

Gênero e sexualidade: da invisibilidade à emergência

No contexto de início do regime republicano no Brasil, especificamente no ano de 1895, o escritor cearense Adolfo Caminha escandaliza a elite intelectual brasileira ao lançar *Bom crioulo*, clássico da literatura naturalista nacional. Nesse romance, um escravo foragido que presta serviços à Marinha (Amaro) apaixona-se por um grumete adolescente branco (Aleixo), assumindo com ele relacionamento homoerótico que

4 Atualmente, destacam-se, dentre outros, como representantes institucionais dessa subárea de estudos e pesquisas: o Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (UFSC), o Núcleo de Família, Gênero e Sexualidades (UFPE), os Núcleos de Estudos sobre Diversidade Sexual e de Gênero e de Estudos e Pesquisas sobre Mulheres (UnB), o Núcleo de Estudos de Sexualidade e Gênero (UFRJ) e o Ser-Tão – Núcleo de Ensino, Extensão e Pesquisa em Gênero e Sexualidade (UFG). No rol das publicações têm tido centralidade, dentre outros, os periódicos *Cadernos Pagu*, *Revista Estudos Feministas*, *Revista Brasileira de Estudos da Homocultura*, *Cadernos de Gênero e Diversidade*, *Revista Ártemis* e *Revista Gênero*.

desemboca em enredo trágico. A recepção escandalosa de então se dava pela total invisibilidade com que, durante muitos anos, se encarava a homossexualidade, localizada no terreno das patologias (Foucault, 2014). O choque entre a norma heterossexual do Brasil da época e a representação de um amor entre dois homens no livro fez com que acabasse sendo proibido pelas décadas seguintes, sendo redescoberto apenas na segunda metade do século XX (Green, 2019).

Em 1949, outra obra gerava torpor, só que dessa vez na França. Era *O segundo sexo* de Simone de Beauvoir. Ao distinguir os componentes biológico e social do gênero, o texto da filósofa foi precursor para que mais tarde pudessem ser instituídos os estudos feministas e de gênero (Beauvoir, 1980; Scavone, 2008). Esses estudos contribuíram para desnaturalizar ideias como o masculino e o feminino, destituindo-os de seu local de universalidade, e emergiram em um contexto em que a própria Sociologia rompia com dicotomias clássicas como indivíduo × sociedade, natureza × cultura, corpo × mente e razão × emoção, como resultado das abordagens críticas ao estruturalismo (Elias, 1994; Bourdieu, 2004).

Esses dois casos, afastados espacial e temporalmente, mostram que gênero e sexualidade (ainda mais quando problematizados ou sob sua forma contra hegemônica) se constituem, na modernidade, enquanto assuntos causadores de tensionamentos e divisões nas sociedades ocidentais. Seja através de livros, filmes, músicas, gestos ou discursos, a aparição do “sexo” (enquanto ato ou componente biológico) esteve historicamente sob interdição, de tal forma que se constituiu como espécie de tabu. Ao mesmo tempo, o “sexo” é, nessa mesma quadra histórica, aquele que dita a verdade do ser (Foucault, 2014; 2016), na medida em que é auscultado de maneira a definir quais corpos têm legitimidade e quais carecem desse fator.

Ser legítimo e inteligível a um sujeito passa pelo enquadramento em um gênero atribuído desde o ultrassom ou nascimento. Enquadramento esse que não se restringe ao entender-se enquanto “homem” ou “mulher”, mas a reproduzir comportamentos “masculinos” e “femininos” e carregar as insígnias respectivas a esses. Logo, já na infância ao menino buscar-se-á a identificação com brinquedos, brincadeiras, roupas, cores e atividades próprias a um “rapazinho”; similar caso se

dará com a menina, que deverá se identificar com aquilo que é concernente a uma “mocinha” (Belotti, 1975). Esse processo não se dá sem um esforço da família, do Estado, das escolas e do mercado para apresentar tal binarismo como possibilidade existencial única.

A organização lógica da binariedade dos gêneros se dá através da sexualidade. É a heteronormatividade que organiza o “masculino” e o “feminino” na medida em que ambos são constituídos como opostos e, ao mesmo tempo, complementares, que se integralizam por meio da união afetivo-sexual entre homens e mulheres, dada como natural e universal em praticamente todas as culturas. Haja vista que, ao não terem potencial reprodutivo, formas dissidentes de sexualidade são passíveis de condenação moral em diferentes civilizações. Em suma, gênero e sexualidade constituem a mesma matriz de inteligibilidade e, portanto, entrelaçam-se. Na forma de categorias, não podem ser analiticamente apartados um do outro nos estudos acadêmicos à medida que sua interdependência reflete no modo como se manifestam fenômenos sociológicos distintos.

Destarte, importa dizer que a heteronormatividade impele homens a serem aceitos somente enquanto atraem-se pelo gênero oposto, e vice-versa no caso das mulheres; ou enquanto performam a mesma heteronormatividade nas práticas sociais. Sendo assim, tais regras informais são um dos fundamentos das violências LGBTfóbicas, pois trazem consigo a ideia de que a uma genitália corresponde um gênero que corresponde uma orientação sexual específica (Butler, 2003). Logo, a quebra dessa cadeia deve ser motivadora para “correções” por vezes fatais. Não à toa, desde os oitocentos até recentemente, homossexualidade (retirada da CID⁵ em 1990) e transexualidade (retirada da CID em 2018) foram consideradas patologias, motivando internações em clínicas psiquiátricas de homens gays, mulheres lésbicas e pessoas trans.⁶

5 Classificação Internacional de Doenças.

6 As mulheres, de forma geral, sempre foram um dos principais alvos dos tratamentos manicomiais ou dos cárceres em conventos católicos; não apenas as lésbicas, mas também aquelas que engravidavam fora do casamento, as prostitutas, as artistas e mesmo as vítimas de estupro, como materializado pelo longa-metragem *The Magdalene Sisters* (2002), do cineasta escocês Peter Mullan.

Essa concepção, embora abolida pelos manuais oficiais, se mantém sedimentada na cultura e resiste por meio da intervenção de instituições confessionais nacionais e internacionais que buscam anular as dissidências de sexo-gênero como forma de curar moral e espiritualmente sujeitos sob “tratamento”.

Por outro lado, a heteronormatividade mantém-se em paralelo à masculinidade hegemônica enquanto modelo de hombrificação. Os homens, além de heterossexuais, devem ser viris, o que pressupõe rejeitar a “feminilidade” em si e em outros, e em simultâneo ter, sob seu controle, os corpos das mulheres, objetificando-os não só sexualmente como também para o trabalho reprodutivo. Daí decorrem outras formas de violência, particulares ao gênero, e que produzem, em sociedades de matriz colonial e patriarcal como o Brasil, índices consideráveis de feminicídios e agressões físicas, morais, sexuais, patrimoniais e psicológicas por parte dos autores dos crimes (geralmente companheiros atuais ou passados) contra mulheres. Dessa forma, longe de gerarem afeto, muitos relacionamentos heterossexuais, sob o modelo engendrado e enrijecido vigente, são fontes de estresse e trauma para elas, produzindo benefícios psicológicos e materiais em grande medida a eles (Zanello, 2018).

Essa forma do “masculino” que goza de hegemonia, entretanto, não é única. Convivem com ela masculinidades subalternas: negras, homo ou bissexuais, trans, todas elas desprovidas do poder econômico e simbólico necessário ao alcance dos padrões de virilidade socialmente instituídos como ideais (Connell, 2016), o que não significa que também não se baseiam em formas de subjetivação que aspiram ao cumprimento do papel patriarcal esperado, o qual incorpora aspectos violentos, de rejeição às feminilidades, que lhes concedem vantagens socioeconômicas; porém, como contrapartida, lhes acarretam também prejuízos demonstrados estatisticamente: são os homens (predominantemente pretos e pardos) aproximadamente 94% da população carcerária brasileira, sendo esse número percentual próximo (90%) quando se considera a totalidade das vítimas de assassinatos no país; além de 78% das vítimas de suicídios em nível global e 58% dos estudantes que

evadem das escolas em nível nacional;⁷ conforme dados, respectivamente, do Conselho Nacional de Justiça (2021), do *Atlas da Violência* (2023), da Organização Mundial da Saúde (2020) e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2020).

Por outro lado, a interdependência conflituosa entre homens e mulheres, na ordem binária de gênero, é indiscernível da heterossexualidade no imaginário social, ao tratar-se de norma entranhada na cultura. A exemplo disso, homens homossexuais são jogados em lugar de não masculinidade, ocupando o papel dos “viados” ou “bichas” que se contraporiam aos homens de verdade, heterossexuais e integralmente não femininos, como preconizado pela historiadora Elisabeth Badinter (1992), que discorre sobre a fuga do lugar de vulnerabilidade como forma de afirmação do masculino. Na mesma toada, mulheres homossexuais são jogadas em lugar de não feminilidade (“sapatões”), pois não se encontrariam aptas a assumirem relacionamento com homens e consolidarem os dispositivos da maternidade e do amor no âmbito de uma família nuclear socialmente aceitável.⁸

O fato é que se, por anos, esses sujeitos vítimas de discriminações e opressões relativas às dimensões do gênero e sexualidade pouco contavam com voz para ecoar suas demandas a respeito de direitos civis, a partir dos anos 1960 esse quadro começou a se alterar nos Estados Unidos e na Europa, núcleos do chamado Ocidente. Essas mobilizações políticas estiveram ligadas a processos intelectuais que ajudaram a deslocar o foco da esquerda das questões de classe social para outros temas, também marcadores sociais da diferença. Com isso, o chamado das ruas para tornar o “pessoal” “político” desembocou em desafios para as Ciências Sociais e Humanas. Não era mais possível uma teoria antropológica, social e política que ignorasse as especificidades de grupos minoritários do ponto de vista de sua representação. Provocados pela

7 São também 95% das vítimas de acidentes de trabalho e ocupam a maior parte dos postos precarizados do mercado de trabalho (construção civil, segurança patrimonial e pessoal, coleta de lixo, extrativismo etc.).

8 Entretanto, esses mesmos dispositivos definidores da feminilidade (e da masculinidade) acabam sendo reproduzidos nas vivências gays e lésbicas, tendo em conta as influências do processo socializador (Zanella, 2018).

efervescência movimentalista do período, foi na década de 1970 que eclodiram os estudos feministas e de gênero, tendo como um de seus marcos o trabalho da antropóloga estadunidense Gayle Rubin em 1975.

No Brasil, por sua vez, estudos feministas e de gênero⁹ se constituíram como campos de pesquisas independentes (Zirbel, 2007). Apesar dos discursos da neutralidade e da objetividade que cercam o ofício da investigação científica, ambos os terrenos têm se mostrado até os dias atuais intimamente entrelaçados à construção da ação coletiva das mulheres e em um primeiro momento à própria resistência contra a ditadura civil-militar (Blay; Avelar, 2016).¹⁰ Esse fato demonstra a capilaridade das conexões científico-políticas e seus impactos nas lutas sociais, na medida em que o feminismo é um espaço ao mesmo tempo teórico e militante, que promove a oposição às hierarquias de sexo/gênero na mesma linha em que aponta as insuficiências do pensamento iluminista convencional, marcado por dicotomias como razão/emoção e mente/corpo, sendo incapaz de incorporar experiências de pensamento subalternas e/ou marginais (Benhabib; Cornell, 1987; Bordo, 2000).

O “gênero” ingressa definitivamente nos debates acadêmicos a partir dos anos 1980 e na busca de legitimidade tem se apresentado desde então como categoria neutra e cientificamente viável, o que tem sido usado pelas próprias feministas como maneira de sustentar a cientificidade e a objetividade de suas pesquisas ao retomar justamente essa categoria no lugar da ênfase na ideia de “feminismo” (Piscitelli, 1998). No país, boa parte do trânsito das pesquisadoras para o campo dos *estudos de gênero* se deu em função da contradição entre uma política emancipatória e o apartidarismo axiológico exigido pela linguagem acadêmica

9 Enquanto os *estudos de gênero* absorvem uma categoria que adentrou o Brasil com o trabalho da historiadora norte-americana Joan Scott (1989) e que diz respeito à construção social de padrões internalizados, os *estudos feministas* se centram na problemática da emancipação da mulher, entendendo a necessidade ao menos estratégica de demarcar o binarismo (Zirbel, 2007).

10 Mais particularmente a partir dos anos 1970, com a crescente ação política do movimento feminista nacional, correntes de pesquisadoras, críticas à epistemologia convencional, se organizam em núcleos de pesquisa e grupos de reflexão voltados à análise da condição da mulher e à tematização da dominação masculina como um objeto de estudo relevante (Pinto, 2003; Sarti, 2004). Um exemplo é o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher criado em 1985 na Universidade de Brasília (Machado, 2016).

(Zirbel, 2007), pois é inevitável que o feminismo enquanto teoria ou enquanto fundador de uma epistemologia¹¹ tenha pretensões políticas de fundo. O “gênero” se apresentaria assim como o “critério” da ratificação de um grupo de trabalhos muito importante, embora saiba-se que nesse campo a linguagem política foi se tornando indissociável da linguagem científica.

Paralelamente, também no contexto dos anos 1960-1980, caracterizado por reivindicações por reconhecimento, as mobilizações do movimento pela liberação gay nas democracias ocidentais levaram ao impulsionamento dos estudos gays e lésbicos e dos estudos sobre masculinidades nos campi. Com isso, a sexualidade enquanto categoria analítica passou a ser considerada no mesmo patamar do gênero, dados os seus entroncamentos. Mas foi só posteriormente, e como consequência dos impactos da epidemia de HIV Aids, que pesquisas nessa seara chegaram ao ápice. Epidemia essa que fortaleceu a atuação política do movimento LGBT (na época movimento gay ou GLBT), atribuindo a esse maior relevância, haja vista sua entrada mais tardia por aqui (em relação aos EUA), propiciada pela abertura lenta e gradual do regime militar e proliferação de imprensa alternativa (Lima, 2020; Quinalha, 2021).

Os estudos de gênero e sexualidade¹² permitem ver aquilo que antes estava invisível na análise dos fenômenos sociais. Não são, portanto, campos que se fecham em si mesmos. Na Sociologia, a emergência das categorias sociopolíticas aqui focadas impactou estudos sobre o mundo do trabalho, sobre as políticas públicas, sobre a teoria social, sobre a mídia, entre outras dimensões. Nos diferentes departamentos da área espalhados no território nacional e no exterior, é improvável não as encontrar na problematização teórico-empírica de trabalhos que não são diretamente relacionados à população feminina e LGBTQIA+. Já é passado o momento onde estas ficavam resguardadas à marginalidade epistêmica, ainda que permaneça a disputa de fala, voz e titularidade das pesquisas (Miskolci, 2021).

11 Há debate sobre a existência ou não de uma epistemologia propriamente feminista (Bordo, 2000). O que é clara é a existência de uma crítica do feminismo à ciência (Bandeira, 2008).

12 Tais quais os estudos raciais.

Por muito tempo, os estudos sociológicos, influenciados pelo marxismo ortodoxo, ignoraram, por exemplo, a centralidade do trabalho reprodutivo (cuidados domésticos e maternais) na economia política (Delphy, 2015), bem como ignoraram a importância das discriminações raciais e sexuais e sua presença na classe trabalhadora. Não à toa, o “feminismo” e as lutas liberacionistas decorrentes da chamada “revolução cultural” foram considerados, no plano político, pelos partidos comunistas, de menor relevância frente aos anseios em prol da emancipação anticapitalista. Por outro lado, vertentes como o estruturalismo e o funcionalismo na Sociologia, encarnadas em pesquisas e teorias, trabalharam com a ideia de sujeito universal na consecução de suas reflexões. Sujeito esse sem rosto e sem marcas, como se a reprodução das práticas sociais não fosse envolta em formas de subordinação.

Gênero e sexualidade, sob contínuo cruzamento, atravessam a nós todas/os. Na constituição do sujeito, nos seus processos de subjetivação e socialização, no tecer das trajetórias nos estabelecimentos sociais e nas representações que fazemos de nós mesmos diante do mundo (Goffman, 2014), o “masculino” e o “feminino”, pilares da ordem binária generificada, impõem-se como discursos e performances a serem replicados nos atos dos agentes. A ascensão de possibilidades outras à norma como o crescente número de indivíduos que se afirmam enquanto não binários ou agênero soma-se aos desafios já impostos pelas pessoas trans como um todo, na medida em que essas tensionam simultaneamente segmentos tradicionais da sociedade e os próprios movimentos sociais que ainda relutam em incorporar demandas desses grupos.

Frente a esse panorama, os cientistas sociais também se sentem provocados a percorrer o fluxo do seu tempo. Seguindo a já realizada consolidação desse campo, os pesquisadores têm tentado acompanhar as perguntas/os problemas de investigação colocados por tendências contemporâneas. Dessa forma, se posicionam enquanto capazes para fornecer *insights* teórico-empíricos que não se restringem a consensos já conhecidos. Deixam então o papel de meros operários intelectuais e tornam-se também, para usar os termos da antropóloga Rita Segato mencionados em uma de suas conferências recentes, “doadores

de interpretações e palavras”,¹³ pois, no âmbito acadêmico, as categorias centrais desse artigo, ao serem incorporadas a trabalhos sociológicos que se valem de linguagem analítica universalista ou não, tendem a complexificar as interpretações do mundo social, ressaltando que as disparidades decorrentes da ordem binária e cis heteronormativa não são meros recortes de pesquisa, mas estruturas a serem consideradas em sua totalidade.

Considerações finais: usos conceituais na intervenção da realidade

Na presente quadra histórica em que o discurso antigênero tem ganhado cada vez mais espaço como demarcador de divisões culturais e políticas, as categorias gênero e sexualidade continuam tendo potencial subversivo, na medida em que são estratégicas para empreender políticas públicas e ações da sociedade civil que tenham como objetivo a mitigação das desigualdades entre homens, mulheres e detentores de outras identidades sexuais e de gênero. Em 2023, o Brasil permanece como país líder em feminicídios e assassinatos de sujeitos pertencentes à população LGBT. A despeito da redução do número de homicídios desde 2018, há aumento nas taxas de feminicídios, conforme o Monitor da Violência (USP) do ano de 2023. A presença desses fenômenos indica que há uma contradição entre avanços legais (de direitos civis e sociais) e persistência de práticas patriarcais que concebem mulheres como “propriedades” e pessoas LGBT como destituídas de legitimidade e humanidade.

Esse cenário torna urgente a incorporação de formações e capacitações sobre tais problemáticas em sala de aula, primeiramente, mas também em espaços variados. É aqui que a Sociologia entra como ferramenta crucial, na medida em que é disciplina presente em diversas formações profissionais, objetivando introduzir discussões caras às humanidades por meio de sua apresentação também a estudantes de outros campos, como das Ciências da Saúde e Ciências Exatas. Os saberes sociológicos, em sua especificidade, abrangem debates que rompem o

13 Aula pública *online* “Gênero e Colonialidade” proferida em 2021 pela professora Rita Segato à Universidade de Brasília. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VgcSZmwn8I4>

universo de preocupações de professores, pesquisadores e estudantes da área. Por alcançarem temas sociais que fazem parte do cotidiano de quem está fora das Ciências Sociais e Humanas, tornam-se estratégicos na provisão de novo olhar para aquelas e aqueles que ingressarão em instâncias diversas do mercado. Para além dos espaços universitários, a Sociologia também é disciplina obrigatória no ensino médio, onde há tensão maior quanto às discussões aqui levantadas como parte do processo de enfrentamento às desigualdades que começam por vezes nas próprias escolas através da reprodução de práticas violentas e preconceituosas advindas de discentes, docentes e gestores.

Nesse sentido, a inclusão curricular de conteúdos que problematizam formas de discriminação e opressão de gênero e sexualidade pode caminhar lado a lado com atividades extras que abordem a interdependência dessas categorias (com linguagem didática) e a importância de considerá-las enquanto meios de compreensão e desconstrução de práticas que produzem sofrimento físico e psíquico a indivíduos posicionados em desvantagem nas hierarquias de sobrevalorização da masculinidade e da feminilidade hegemônicas, da heteronormatividade e da cisnormatividade. A possível obtenção de resultados nessa empreitada responde com sucesso à forma adaptada da questão norteadora deste livro: *Sociologia de gênero para quê?*

À abordagem desses temas (de modo intra e extracurricular) cabe o alinhamento a estratégias educacionais inovadoras, utilizadas de forma cada vez mais recorrente no período pós-pandemia. Ou seja, a leitura e a resenha de textos teóricos e manuais sociológicos, embora fundamentais, não são mais tão bem-sucedidas como foram outrora nos espaços escolares e universitários. Gênero e sexualidade, enquanto parte da vida das alunas e dos alunos e integrantes das discussões contemporâneas nas redes sociais, podem aparecer em sua concretude a partir: da provocação dialógica com os estudantes; da realização de seminários com expositores convidados; da exibição de filmes, músicas e vídeos curtos com conteúdo problematizador; de práticas interativas *online*; entre outras metodologias. Não há dúvidas de que as tecnologias

audiovisuais¹⁴ e da informação e comunicação (TICs), com todos seus percalços, têm sido janela de esclarecimento para crianças, adolescentes e participantes de outros grupos etários que buscam formas de conhecer a si mesmos e ao outro nas suas singularidades. Sendo assim, se quisermos democratizar a Sociologia de gênero, delas não podemos abrir mão.

Referências bibliográficas

BADINTER, Elisabeth. XY: sobre a identidade masculina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

BANDEIRA, Lourdes. *A contribuição da crítica feminista à ciência*. Estudos Feministas, Florianópolis, 16(1): 288, janeiro-abril/2008

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo: fatos e mitos*. São Paulo: Difusão Europeia, 1980. v. II.

BELOTTI, Elena G. *Educar para a submissão: o descondicionalismo da mulher*. Rio de Janeiro: Vozes, 1975.

BENHABIB, Seyla; CORNELL, Drucilla. *Feminismo como crítica da modernidade*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1987.

BENTO, Berenice. *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Salvador: Devires, 2017.

BLAY, Eva Alterman; AVELAR, Lúcia (org.). *50 Anos de Feminismo: Brasil, Argentina e Chile*. São Paulo: Edusp, 2016.

BORDO, Susan. A feminista como o outro. *Revista Estudos Feministas*, ano 8, n. 10, 1º semestre, 2000.

BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

14 Após a seção de referências bibliográficas, indico alguns filmes (de ficção e documentais) que podem ser utilizados para trabalhar questões relacionadas a gênero e sexualidade em sala de aula – seja para ensino médio, seja para ensino superior.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CONNELL, Raewyn. c São Paulo: nVersos Editora, 2016.

DELPHY, Christine. O inimigo principal: a economia política do patriarcado. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 17, Brasília, p. 99-119, maio-ago. 2015.

ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. v. 1.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

GOFFMANN, E. *A representação do eu na vida cotidiana*. São Paulo: Vozes, 2014.

GREEN, James. Prefácio. In: CAMINHA, Adolfo. *Bom crioulo*. São Paulo: Todavia, 2019.

JUNQUEIRA, Rogério D. A invenção da “ideologia de gênero”: a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. *Revista Psicologia Política*, v. 18, n. 43, set./dez. 2018.

LIMA, Lucas B. *Política sexual do bolsonarismo*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade de Brasília, 2020.

LIONÇO, Tatiana. Ideologia de gênero: estratégia argumentativa que forja cientificidade ao fundamentalismo religioso. *Revista Psicologia Política*, v. 8, n. 43, p. 599-621, 2018.

MACHADO, Lia Z. Feminismos brasileiros nas relações com o Estado. Contextos e incertezas. *Cadernos Pagu*, n. 47, 2016.

MISKOLCI, Richard. *Batalhas morais: Política identitária na esfera pública técnico-midiatizada*. São Paulo: Autêntica, 2021

PINTO, Céli R. J. *Uma História do Feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

PISCITELLI, Adriana. Gênero em perspectiva. *Cadernos Pagu*, n. 11, p. 141-155, 1998.

QUINALHA, Renan. *Contra a moral e os bons costumes: a ditadura e a repressão à população LGBT*. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 264, maio/ago. 2004.

SCAVONE, Lucila. Estudos de gênero: uma sociologia feminista?. *Estudos Feministas*, v. 16, n. 1, p. 288, janeiro-abr. 2008.

SCOTT, Joan. Gender: a useful category of historical analyses. In: SCOTT, Joan. *Gender and the politics of history*. New York: Columbia University Press, 1989.

ZANELLO, Valeska. *Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação*. Appris Editora, 2018.

ZIRBEL, Ilze. *Estudos feministas e estudos de gênero no Brasil: um debate*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, 2007.

Filmes para trabalhar o tema em sala de aula

1) *Eu não sou um homem fácil* (2018)

Direção: Éléonore Pourriat

Sinopse: Um machista inveterado prova de seu próprio veneno ao acordar em um mundo dominado por mulheres, onde entra em conflito com uma poderosa escritora. O filme aborda as desigualdades de gênero sob o paradigma da inversão, posicionando-os no local historicamente ocupado por elas.

Gênero: Comédia

2) *Mexeu com uma mexeu com todas* (2017)

Direção: Sandra Werneck

Sinopse: O filme discorre sobre a história e as reverberações dos gritos de protesto das mulheres. A nova onda feminista da década de 2010 emergiu nas redes sociais, mas ganhou as ruas. Entretanto, diversos depoimentos mostram que a despeito da intensificação das mobilizações a mulher ainda está em situação de vulnerabilidade social.

Gênero: Documentário

3) *(Sobre) Vivências* (2018)

Direção: Gabriel Celestino e Leonidas Taschetto

Sinopse: Catorze pessoas contam suas histórias de vida, todas elas atravessadas por experiências de preconceitos de gênero e sexualidade. *(Sobre)Vivências* é um documentário que busca ampliar as vozes de pessoas LGBTQs e contribuir para a construção de novas ideias frente à forte estigmatização que essa população possui na sociedade.

Gênero: Documentário

Terceira seção
Conhecimento e cultura

Sociologia dos movimentos sociais para quê?

Reflexões sobre experiências de estudantes na Primavera Secundarista

Salles Dimitri Melo Oliveira

Introdução

A Primavera Secundarista foi um conjunto de protestos e mobilizações ocorridos no Brasil entre os anos de 2015 e 2016. A ocupação de escolas aconteceu em mais de mil instituições de ensino por todo o país, especialmente no segundo semestre de 2016. Nesse período, a principal pauta de reivindicação de estudantes foi a oposição às medidas anunciadas pelo Governo Federal, a saber, a Reforma do Ensino Médio e a Proposta de Emenda Constitucional (PEC 241) que estabelecia um limite das despesas públicas por vinte anos, afetando, entre outras áreas, o ensino básico público. Este artigo tem como objetivo discutir e apresentar possibilidades de compreensão da mobilização estudantil e das ocupações como espaços dinâmicos, com possibilidades de aprendizagem a partir da experiência de participação nas ações coletivas, ou seja, ações de determinado grupo de indivíduos que apresentam objetivos em comum.

O texto se organiza da seguinte maneira: na primeira parte, serão apresentadas algumas das interpretações correntes sobre a temática da ação coletiva e dos movimentos sociais, assim como a ideia de “repertório”, importante conceito para esta discussão. A segunda parte contextualiza o caso estudado, apresentando uma definição de ocupação e citando algumas das ocorrências dessa forma de ação. Na última parte, utilizando elementos da análise das narrativas de estudantes que participaram de ocupações, defende-se a centralidade da noção de experiência como forma de defender uma dimensão prática de aprendizado.

Em suma, o texto tem como intenção apresentar as discussões sobre os movimentos contemporâneos de ocupação, dialogando com a questão da experiência dos sujeitos e sua dimensão educativa. Espera-se, com isso, que este trabalho possa servir como instrumento de inspiração, reflexão e diálogo sobre as formas de ação coletiva adotadas pelos estudantes secundaristas brasileiros.

Mobilizar

A produção de teorias de movimentos sociais teve início em meados do século XX, em um momento de observação de muitos acontecimentos históricos que marcaram o período. É possível considerar que essa temática se insere no campo da Sociologia a partir das reflexões oriundas de experiências europeias e norte-americanas (as manifestações de Maio de 1968 e o movimento pelos direitos civis nos Estados Unidos, especificamente) (Bringel, 2010). Ainda que muitas lutas anticoloniais e anti-imperialistas tenham se dado na África e na América Latina nesse mesmo período, não foram elas que embasaram as reflexões iniciais do que hoje se conhece como as teorias “clássicas” dos movimentos sociais (Bringel, 2010). Essa ressalva é importante para destacar que há um local específico de produção das teorias que tem por objetivo descrever esses momentos de mobilização política.

Tratava-se, naquele momento, de novos fenômenos sociais que exigiam novas formas de interpretação, visto que a explicação com foco nas condições materiais, como aquelas oferecidas pelas correntes de influência marxista, não abarcava as diversas manifestações e formas de expressão que foram identificadas. Ainda que o pensamento marxista, em grande medida, tenha contribuído para a discussão sobre os movimentos operários do final do século XIX e início do XX, novos elementos presentes em mobilizações coletivas mostraram que a análise das condições de desigualdade econômica seria insuficiente para apreender a emergência de novas formas de sociabilidade e ação coletiva, não mais centradas somente nas categorias de classe e nas questões materiais de trabalho e relações de produção. Assim, surgiram alguns conjuntos de explicações que poderiam ser agrupados, segundo a

sistematização sugerida por Alonso (2009), em três famílias de interpretação, principalmente a partir da década de 1970. Seriam elas: a Teoria da Mobilização de Recursos, a Teoria do Processo Político e a Teoria dos Novos Movimentos Sociais.

A primeira, tendo como expoentes McCarthy e Zald (1977), ressaltava a dimensão da racionalidade das mobilizações coletivas. Com formulações baseadas no que ficou conhecido como Teoria da Escolha Racional, os autores observariam situações em que seriam pesados os custos e benefícios de uma ação coletiva, assim como a mobilização de recursos materiais e humanos, de modo a possibilitar ações organizadas e com fins específicos. Tal interpretação valorizava a dimensão da organização dos grupos, fazendo com que as dimensões ideológica e cultural fossem pouco consideradas no estudo dos movimentos sociais. Na prática, significa afirmar que a variável que orienta a ação seria a reflexão sobre as possibilidades, vantagens e desvantagens de qualquer mobilização. O conjunto das decisões racionais individuais levaria à identificação da ação coletiva de determinado grupo de pessoas, que agiriam conforme seus interesses e influenciariam o comportamento dos grupos dos quais fazem parte.

A Teoria do Processo Político, por sua vez, propõe explicações sobre o processo de mobilizações. Para tanto, autores como Tilly (1978), Tarrow (1992) e McAdam (1999) construíram estudos de casos históricos, valorizando estudos de longa duração e que consideram tipos de ação acumulados durante determinado período de tempo. Há certa aproximação com a Teoria da Mobilização de Recursos no que diz respeito à valorização das formas de organização e estruturas de mobilização que possibilitam que as ações coletivas sejam articuladas entre os atores. No entanto, incorpora-se o conceito de “estrutura de oportunidades políticas”, que expressa as mudanças que ocorrem no ambiente político, formal ou informal, e que favorecem ou restringem as mobilizações (Tarrow, 1998). O foco da análise são as condições e possibilidades de organização e mobilização de coletividades. Assim, grupos com reivindicações específicas seriam mais ou menos propensos a buscar determinado tipo de ação coletiva, a depender da conjuntura do momento. Em síntese, há um foco maior na história e nos elementos acumulados

que guiam a ação dos movimentos, os conhecimentos que são acessados e reconstruídos durante os próprios momentos de ação coletiva.

A terceira “família” interpretativa, a Teoria dos Novos Movimentos Sociais, teve origem na Europa, ao contrário das duas anteriores. Alain Touraine, Jürgen Habermas e Alberto Melucci seriam os principais nomes dessa interpretação, os quais, apesar de apresentarem diferenças em suas propostas, possuem pontos em comum que permitem a aproximação sob a nomenclatura de uma mesma corrente. Segundo a interpretação de Alonso (2009, p. 67), os três autores enfocam mudanças sociais que teriam deslocado os conflitos sociais para a dimensão cultural, no sentido de que a forma como os sujeitos entendem a sociedade e o contexto em que vivem passa a ser local de disputa e de expressão de conflitos sociais. Assim, podem ser citados como exemplos os movimentos ligados a identidades coletivas, como os movimentos negros, feministas, de jovens, ambientalistas, entre outros.

Importante ressaltar que estas não são as únicas interpretações sobre o fenômeno dos movimentos sociais e que suas respectivas recepções no Brasil se deram de diferentes maneiras, muitas vezes a partir de um elemento de crítica em relação às limitações da teoria para a análise da realidade nacional brasileira. O que importa, neste momento, é avançar para uma reflexão sobre as formas como esses movimentos podem ser compreendidos e, para a proposta deste capítulo, como seria possível um aprofundamento sobre a noção de aprendizado a partir da investigação sobre a ação coletiva. Para tal, será utilizada a noção de “repertório”, central na discussão de algumas das teorias citadas anteriormente, especialmente a Teoria do Processo Político.

O conceito de repertório é hoje amplamente utilizado no campo de estudos de movimentos sociais como ferramenta para identificar e descrever as formas de ação adotadas pelos grupos ou coletivos que realizam algum tipo de ação coletiva ou mobilização, sejam elas marcadas por confrontos ou não. São “formas culturalmente codificadas por meio das quais as pessoas interagem em políticas de contestação” (McAdam; Tarrow; Tilly, 2001, p. 16). Tilly é provavelmente o teórico mais conhecido no campo das Ciências Sociais a utilizar o conceito de repertório, junto a nomes a ele associados, como Tarrow (1998) e McAdam (1999).

Tilly (1978) propõe inicialmente a noção de repertório em sua análise histórica de mobilizações. Para ele, um repertório seria um conjunto de formas de ação que seriam possíveis em dado contexto e determinado período histórico. Assim, existiria um conjunto finito de possibilidades de repertórios, de acordo com os grupos que se mobilizassem e a situação na qual se encontrassem inseridos. Para Tilly (1993), um repertório seria peculiar a uma estrutura de conflito, e não a um grupo específico. Um número limitado de repertórios estaria disponível para os atores em conflito em determinada época, mas poderia ser utilizado por diferentes grupos e em diversas situações.

Em momento posterior, Tilly (2008) propõe a utilização da noção de repertório associada a uma ideia de performance e improviso. Tal proposição de repertórios como elementos performáticos ressalta tanto o caráter simbólico quanto o elemento de criação e aprendizado que se pode associar aos momentos de mobilização coletiva. Os repertórios se aproximariam, dessa maneira, dos momentos de experiência, sendo modificados e por vezes ressignificados nos próprios de ação. Tilly faz referência às performances identificadas em contextos de mobilização e ação de movimentos sociais utilizando a metáfora de um “trio de jazz” ou de um “grupo de teatro de improviso”, no sentido de que as mudanças e o aprendizado ocorrem no próprio momento da ação por parte dos atores em questão (Tilly, 2008, p. 14). Trata-se de uma forma de ação que tem por base um acúmulo sócio-histórico e cultural, mas que é recriada e encenada de maneiras diferentes de acordo com o contexto, os atores e os conflitos existentes.

Em suma, o conceito de repertório pode ser considerado como central para uma interpretação dos movimentos sociais, especialmente no que diz respeito à forma como os sujeitos aprendem a se mobilizar ao se apropriarem das formas de ação existentes. Além disso, a ideia de improviso é algo que pode ser aproximado da reflexão sobre aprendizagem, na medida em que se toma uma definição do que seria aprender de maneira mais ampla do que apenas o que está restrito aos processos formais de ensino-aprendizagem. Isto será tratado de maneira mais aprofundada nas seções seguintes.

Ocupar

A pesquisa que baseou este trabalho diz respeito a um modo de atuação de movimentos sociais, as chamadas ocupações. Estas, como forma de ação em situações de conflito, foram utilizadas por diversos movimentos sociais nos mais diferentes contextos. De modo a definir o que seria esse modo de agir, cabe citar algumas ocorrências e trabalhos realizados sobre ações de ocupação, especialmente em anos mais recentes. Segundo Palacios-Valladares (2016, p. 125),

ocupações, também nomeadas protestos ou acampamentos, são caracterizados por entrada não autorizada e posse forçada em um espaço público ou privado por um determinado período com o objetivo de desafiar o poder ou provocar mudança social, política e/ou cultural.

Ocupações são uma forma de ação disruptiva de alto risco que questionaria valores socialmente aceitos, como a propriedade privada. Elas aprofundam a coesão interna dos grupos envolvidos, ainda que enfraqueçam, por vezes, a solidariedade externa a esse tipo de movimento (Tatagiba; Paterniani; Trindade, 2012, p. 409). As ocupações representariam “uma forma de ação carregada de *forte conteúdo simbólico*, sintetizando *ação, discurso e projeto* de forma simultânea” (Trindade, 2017, p. 159). Obviamente, tais elementos se verificam de maneiras diferenciadas de acordo com o grupo ou coletivo de atores que se utilizam das ocupações. Essa forma de ação específica, portanto, faz parte do repertório de diversos grupos e movimentos sociais.

Palacios-Valladares (2016) afirma que as ocupações têm sido, há um longo tempo, parte dos repertórios de confronto de diversos grupos não hegemônicos, minorias e movimentos de juventude ao redor do globo, tomando formas diversas nos tempos contemporâneos, indo desde a Comuna de Paris até o Movimento de Trabalhadores Rurais Sem-Terra no Brasil, e além (Palacios-Valladares, 2016, p. 150). Entende-se que esta é uma forma de ação e mobilização presente nos mais diferentes contextos, e apropriada de diversas formas.

Ocupações não apresentam uma única concepção ou papel tático que seja universalmente válido; a depender do contexto e dos atores envolvidos, elas podem tomar diversas formas. Segundo Aitchison (2011), é comum que ocorra uma discordância mesmo entre participantes de uma mesma ocupação sobre os objetivos daquela ação coletiva. No caso por ele descrito, seria possível identificar aqueles atores que veriam a ocupação como um fim em si mesma, organizada a partir de uma lógica alternativa e expressando uma prefiguração de ideais políticos do grupo; e aqueles que veriam a ocupação como inserida em um contexto mais amplo de transformação social, uma tática com fins a alcançar objetivos abrangentes. Muitas vezes, ambas perspectivas se fazem presentes e são combinadas no decorrer dos acontecimentos, levando a combinações e redefinições de estratégias (Aitchison, 2011). Portanto, a prática das ocupações como forma de ação coletiva está inserida em um jogo complexo de relações, interações e conflitos, sendo simultaneamente tática e construção de realidades possíveis, passível de transformações no próprio decorrer dos acontecimentos.

De forma global, o ano de 2011 viu a emergência de movimentos que se utilizaram, entre outras formas de ação, da ocupação de espaços públicos como tática de mobilização e discussão. O movimento dos Indignados ou 15-M, na Espanha, surgiu quando pessoas acamparam em praças de diversas cidades do país com reivindicações de democratização do sistema político, assim como questionamentos acerca de condições sociais e econômicas, e foram marcados pela dinâmica da participação direta de qualquer pessoa interessada, além da organização e divulgação das ações via internet. O movimento *Occupy Wall Street*, realizado no centro financeiro da cidade de Nova York, nos Estados Unidos, foi outro exemplo de ocupação de espaços públicos que unia reivindicações de democracia e representatividade política, aliadas à ampla utilização de redes sociais, tendo se espalhado também para outras cidades do país. Além destes, o conjunto de manifestações que tinham como motivação a insatisfação com condições sociais políticas e econômicas de países como Tunísia, Egito, Bahrein, Líbia, Marrocos e Síria, entre outros, por meio da chamada “Primavera Árabe”, foi marcado pelas

imagens da ocupação da praça Tahrir, no Egito, assim como de outros locais nos quais aconteceram mobilizações (Castells, 2013).

No caso da ocorrência de ocupações especificamente realizadas por estudantes secundaristas, considera-se importante citar os acontecimentos que ficaram conhecidos como a Revolução dos Pinguins, movimento de estudantes chilenos, em sua maioria secundaristas,

Maciçamente mobilizados em nível nacional – que entraram em greve, tomaram as escolas, organizaram assembleias e saíram em passeatas, gritando palavras de ordem que sintetizavam um discurso político há muito tempo ausente do cenário estudantil chileno (Zibas, 2008, p. 199).

Tais manifestações se deram em um contexto de discussão de reformas do sistema educacional do Chile, em 2006, e puderam estabelecer amplo diálogo e métodos de pressão junto ao governo e na formulação de políticas públicas. Segundo Aitken (2014), este teria sido o primeiro protesto ativado por meio de redes sociais no mundo, indo ao encontro das características apontadas como marcantes no que diz respeito às mobilizações contemporâneas, especialmente aquelas que se utilizam de ocupação de espaços públicos. Os estudantes no Chile realizaram ocupações em diversas escolas, e o simbolismo desse movimento foi apontado como uma possível referência para as ações que se desenrolaram no Brasil, no que ficou conhecido como “Primavera Secundarista” (Campos; Medeiros; Ribeiro, 2016), a qual será tratada mais adiante neste texto.

Em âmbito brasileiro, existe vasta produção que reflete sobre a prática de ocupações realizadas por movimentos sociais. Os movimentos rurais, que lutam pela reforma agrária, se utilizam de ocupações de terra desde a década de 1960 (Sigaud, 2005; Sigaud; Rosa; Macedo, 2008), sendo que, a partir da década de 1980, por meio da ação do Movimento de Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), essa forma de ação adquiriu proeminência nas disputas realizadas nesse contexto. Entre os movimentos urbanos, é comum a reivindicação por moradia, realizada por meio da ocupação de imóveis ociosos, por vezes em locais centrais de grandes cidades (Tatagiba; Paterniani; Trindade,

2012), por vezes buscando uma ressignificação do próprio espaço ocupado (Trindade, 2017). Ocupações também são comumente utilizadas por movimentos estudantis, majoritariamente universitários, que ocupam instalações universitárias com pautas diversas (Bringel, 2009). A ocorrência de ocupações protagonizadas por movimentos secundaristas, isto é, formados por estudantes de ensino médio, é um fenômeno recente em contexto brasileiro (Tavolari *et al.*, 2018) e tem desafiado as interpretações de pesquisadores que refletem sobre movimentos estudantis e movimentos sociais de maneira geral.

Passando ao caso das ocupações de escolas de ensino médio no Brasil, ocorridas com grande força principalmente em 2015 e 2016, seria possível fazer algumas observações para melhor compreensão da situação. Tais ocupações se deram em um contexto de crescimento de mobilizações de grupos identificados com ideais conservadores, ligados principalmente ao apoio ao processo de *impeachment* da então presidente da República Dilma Rousseff. As pautas de reivindicação variaram, por vezes combinando questões locais, estaduais e nacionais. O primeiro grande ciclo de ocupações teve início no estado de São Paulo, em novembro de 2015, como reação à proposta de “reorganização” do então governador do estado, Geraldo Alckmin (Corti; Corrochano; Silva, 2016; Medeiros; Januário, 2017). A divisão de escolas por ciclos de ensino afetaria até mil instituições, com o fechamento de algumas destas e o remanejamento em grande escala de estudantes. Essa medida foi apresentada aos docentes e gestores de educação para discussão em espaço curto de tempo, e foi tomada sem mais discussões junto à comunidade de estudantes e familiares. A falta de diálogo em relação a uma política pública dessa magnitude é apontada como um dos fatores que gerou a mobilização, protagonizada pelos estudantes (Tavares; Veloso, 2015; Weissbock, 2017).

A inspiração para a forma de ação das ocupações, segundo alguns participantes, foi a “Revolução dos Pinguins” no Chile e, também, a divulgação de uma cartilha que ensinaria os passos necessários para se realizar uma ocupação, compartilhada pelo coletivo O Mal-educado, que tomava como principal exemplo exatamente as mobilizações secundaristas no Chile (Campos; Medeiros; Ribeiro, 2016). A adesão se

deu em grande escala, com uma ampla repercussão na mídia por meio de diversos meios de comunicação, especialmente com os episódios de violência policial que foram registrados. O movimento em São Paulo teria influenciado outros que tomaram por base as ocupações paulistas, especialmente pelo fato de estas terem sido bem-sucedidas na reivindicação de cancelamento da reorganização escolar (Campos; Medeiros; Ribeiro, 2016). Um movimento similar ocorrido em Goiânia, ainda em 2015, tomou o exemplo paulista como motivador para a mobilização, deflagrada logo em seguida:

A estratégia de ocupação de escolas foi claramente inspirada no movimento iniciado em São Paulo um mês antes, reproduzindo-se em solo goiano o protagonismo de jovens estudantes de escolas públicas, e a prevalência de formas organizativas e repertórios de mobilização autonomistas e horizontais (Tavares; Veloso, 2016, p. 15).

No caso goiano, a principal pauta de reivindicação foi a oposição às medidas anunciadas pelo governador Marconi Perillo para delegar a gestão escolar do ensino público para organizações sociais (OSs), que constituiriam uma espécie de terceirização da administração das escolas (Tavares; Veloso, 2016, p. 14). Ao contrário do movimento paulista, as demandas foram apenas parcialmente atendidas, com uma suspensão somente temporária da transferência da gestão das escolas para as OSs, sendo criada posteriormente uma legislação que previa esse tipo de ação por parte do governo (Tavares; Veloso, 2016, p. 16).

Ao longo do ano de 2016, ocorreu uma nova onda de ocupações em diversos estados com demandas variadas: em Minas Gerais, contra a militarização das escolas; no Rio de Janeiro, para reivindicar eleições diretas para o cargo de diretor escolar; no Rio Grande do Sul e em Mato Grosso, contra privatizações; no Ceará, por verba para reformar escolas; e muitos outros que realizaram protestos no primeiro semestre de 2016 (Real, 2017). Já no segundo semestre do mesmo ano, ocorreu a eclosão da grande onda de ocupações que se opunha à Medida Provisória que estabelecia a Reforma do Ensino Médio e à PEC 241, tendo se verificado no Paraná o maior número de escolas ocupadas, cerca de 850 no total (Dombrowski; Minucelli; Santos, 2017; Martins, 2018). São Paulo

também presenciou grande número de ocupações por todo o estado, sendo os estudos sobre as ocupações das escolas paulistas os mais comuns na produção recente (Campos; Medeiros; Ribeiro, 2016; Corti; Corrochano; Silva, 2016; Medeiros; Januário, 2017). Também aconteceram ocupações no Ceará (Rêdes; Nunes, 2017), no Espírito Santo (Real, 2017) e em Goiás (Baldino; Freitas, 2016). Segundo informações da União Brasileira de Estudantes Secundaristas (Ubes), o número de escolas ocupadas em todo o país teria chegado a cerca de 1.200, em mais de 20 estados.

As ocupações de escolas no Distrito Federal, no âmbito da onda de manifestações contra a Reforma do Ensino Médio e a PEC 241, tiveram início no começo do mês de outubro, com a ocupação do Centro de Ensino Médio 414 (CEM 414) na região administrativa de Samambaia. A esta se seguiram ocupações em diversas regiões administrativas: Brasília (Plano Piloto), Planaltina, Recanto das Emas, Cidade Estrutural, Riacho Fundo, Taguatinga, Gama e Brazlândia. Segundo a Ubes, no dia 28 de outubro, o número de ocupações no DF seria de doze instituições de ensino, somando escolas da rede pública distrital e institutos federais. As ocupações tiveram acompanhamento da mídia local e nacional, exercendo pressão sobre os governos distrital e federal e gerando, inclusive, a ameaça de cancelamento da aplicação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) nas escolas ocupadas em todo o país. O movimento de ocupações de escolas no DF durou até o início do mês de novembro, quando, por meio de ação judicial, o governo do Distrito Federal determinou a desocupação das mesmas.

Este breve retrato das ocupações secundaristas no Brasil mostra uma intensa articulação realizada entre estudantes envolvidos nas mobilizações. Além disso, poderia ser ressaltada a dimensão de comunicação existente – foram as redes sociais que permitiram a articulação das práticas de ocupação. O que será destacado, na próxima seção, é a forma como esta reflexão sobre movimentos sociais no Brasil pode também servir a uma compreensão particular de como a participação adquire um sentido prático de aprendizagem pela experiência.

Aprender

Como é feito em todas as ocupações, a gente dividia em comissão, e aí comissão de limpeza, do rango, estrutura, comissão de segurança... e aí tinham as reuniões internas das comissões e tinha assembleia da ocupação, todo dia a gente tinha assembleia. E era isso, a gente ia se organizando, comissão de segurança fazia suas rondas e tal, organizava suas rondas, comissão de estrutura, comida, arranjava, fazia contato pra doação tal não sei que, fazia comida, e era isso. Tinha a articulação, que falava com as outras escolas e tal (M, estudante do Centro de Ensino Médio Setor Leste, Distrito Federal).

A fala acima foi retirada da transcrição de uma das entrevistas que compuseram a pesquisa que embasou este trabalho (Oliveira, 2019). A realização das entrevistas se deu ao longo do primeiro semestre do ano de 2018, pouco mais de um ano após a ocorrência das ocupações no Distrito Federal. É importante explicitar que as ocupações não se deram da mesma maneira em todas as escolas nas quais os entrevistados estiveram presentes. Em duas delas, as ocupações duraram apenas um dia e meio, enquanto, nas outras, entre 7 e 12 dias. As seis pessoas entrevistadas já haviam concluído o ensino médio, e, no momento da realização da pesquisa, todas cursavam algum tipo de formação de nível superior. As falas trazem, de maneira recorrente, a importância da experiência prática como critério de aprendizado. Isso dialoga tanto com as teorias de movimentos sociais apresentadas anteriormente quanto com as abordagens que tratam a educação como elemento construído cotidianamente.

Para desenvolver as articulações entre as temáticas de mobilização, participação e aprendizado, pode ser destacada a obra de Pateman (1992), na qual a autora apresenta uma proposta de teoria democrática participativa segundo a qual a participação das pessoas em espaços decisórios e de conflito se daria de maneira educativa:

A principal função da participação na teoria da democracia participativa é, portanto, educativa; educativa no mais amplo sentido da palavra, tanto no aspecto psicológico quanto no de aquisição de prática de habilidades e procedimentos democráticos (Pateman, 1992, p. 60-61).

A prática da participação seria adquirida através da própria participação, ou seja, quanto mais se desenvolvessem estruturas e espaços participativos nos quais as pessoas pudessem se inserir, mais essas pessoas atuariam nesses espaços e tomariam parte no processo participativo. Aprende-se a participar participando, como uma habilidade adquirida progressivamente. Essa ideia dialoga diretamente com a interpretação que destaca a construção de conhecimento mediado pela prática, na interação dos sujeitos entre si e com o meio em questão. Nas palavras de Cefaï (2017, p. 189): “os atores não são movidos por uma intenção de ‘saber por saber’, mas de saber na medida em que esse saber confere um poder de ação: *‘Doing is knowing, knowing is doing’* (‘Fazer é saber, saber é fazer’)”.

A experiência cresce a partir das atividades e práticas. Essa abordagem sobre a questão da experiência é central para a discussão deste trabalho, por destacar o elemento formado na ação coletiva, simultaneamente ação e aprendizado. Entende-se que, ao utilizar essa definição, é possível ressaltar a dimensão dos conhecimentos que são construídos no decorrer de uma ação, sendo criados e recriados constantemente. O caso estudado das ocupações do DF possibilita perceber as situações que envolvem a inserção de um sujeito em uma dinâmica de protesto, sendo necessária a adaptação constante deste para responder aos problemas surgidos nas escolas, durante a interação com os outros participantes da mobilização e, também, com seus opositores. Logo, se existe uma dimensão de aprendizado de práticas a partir das experiências de participação em ocupações de escolas, essa é passível de ser manifestada pelos sujeitos que ali se mobilizaram, expressando-se pelas narrativas e comunicando elementos comuns aos diversos contextos de escolas que foram palco de ocupações.

Chama atenção o fato de que as condições de apropriação das formas de ação das ocupações se manifestam principalmente por uma adoção de um roteiro relativamente definido, ainda que seja a primeira mobilização de alguns dos entrevistados. As ocupações, com todas as suas atividades e organização, seriam um exemplo de conjunto como este, com o qual os estudantes entram em contato na própria participação. O aprendizado das formas de ação se dá durante a própria ação, em

meio às interações e aos conflitos surgidos no momento. O saber agir, portanto, só é possível por meio de uma experiência específica, voltada à ação e informada pelos elementos discursivos e simbólicos associados ao conflito.

A experiência vivida nas ocupações, e narrada pelos entrevistados posteriormente, serve para uma aproximação da dimensão prática do aprendizado da forma de ação da ocupação. Especialmente no caso estudado, quando ocorreu em grande medida o primeiro contato de muitos dos estudantes com uma discussão política de ação coletiva, essas práticas serviriam como referências posteriores, construindo um acumulado de saberes que poderiam servir para outros contextos de protesto e mobilização. Defende-se, portanto, que a análise das narrativas de experiência pode contribuir: para ampliar o conhecimento acerca das formas de apropriação dos repertórios de ação, especialmente por sujeitos com pouca ou nenhuma experiência de engajamento anterior; para compreender a inserção de sujeitos em contextos que apresentam formas de ação rotinizadas para um conflito político, como as ocupações, e suas interações nesse tipo de conjuntura; e para perceber como os repertórios são performados, improvisados e transformados, adquirindo características particulares em cada caso. Essa discussão, ainda que apresentada de maneira breve, pode fornecer pistas para a compreensão sobre as formas como a participação em uma ação coletiva afeta os indivíduos. Mais uma vez, utiliza-se um trecho de entrevista, que expressa em parte as ideias apresentadas:

Assim, eu acho que, primeiro, que as ocupações de 2016 não tiveram uma vitória efetiva, a EC tá aí e tal. Mas acho que a nossa vitória foi essa, botar estudante pra perceber a escola como seu espaço, sacou? E eu vivi muito isso, tipo, porque [...] a gente é bombardeado a vida inteira por um discurso que [...] precariza a educação pública, fala que a escola é uma merda e tal não sei o que, mas quando você tá ali vivendo naquele lugar, vira sua casa, e ainda mais quando você tem uma pauta que é proteger aquele ambiente de ensino sacou, por mais que ele tenha todas as coisas que a gente acha, sabe, é o espaço que a gente tem hoje de conhecimento [...] Então acho que não só eu, mas isso foi um impacto geral, assim. De você perceber a escola como um espaço seu, como um espaço que você deve cuidar, deve zelar e

deve proteger véi, a todo custo (M, estudante do Centro de Ensino Médio Setor Leste, Distrito Federal).

Considerações finais

Mobilizar, ocupar, aprender. O título do texto, desdobrado nas seções anteriores, expressa uma tentativa de diálogo: como compreender a ação de movimentos sociais que se utilizaram de ocupações, durante a Primavera Secundarista, de modo a refletir sobre a dimensão da experiência e do aprendizado de seus participantes? Ainda que a resposta seja difícil de mensurar, acredita-se que algumas pontes podem ser estabelecidas entre as discussões apresentadas. Há que se compreender, primeiramente, que muitos fenômenos de ocupação são, em si mesmos, momentos educativos. A aprendizagem dos sujeitos se dá durante a própria participação, em uma relação direta de ação-reflexão. A experiência de quem participa, portanto, é também um relato de momentos de aprendizado que se desenrolam de maneira fluida, durante as dinâmicas que ocorrem em um contexto de ação coletiva.

As condições pelas quais os sujeitos expressaram as suas experiências, refletindo sobre as suas vivências e expondo as suas interpretações dos acontecimentos, são exemplos do que se pode conseguir com a abordagem das narrativas: a partir dos relatos situados de indivíduos específicos, é possível construir conhecimentos sobre as formas de ação, as condições de discussão e significação, e os aspectos de inserção de sujeitos nos movimentos sociais ou protestos. Esta é, em suma, uma forma de buscar um conhecimento localizado, e mais, vivido e gerado no decorrer da própria ação coletiva, de modo a refletir de que forma esses conhecimentos podem auxiliar na discussão das próprias formas de categorização e conceituação dos movimentos sociais. A partir do momento em que se busca estabelecer essa forma de diálogo, defende-se que podem ser criadas ferramentas que auxiliem na ampliação do conhecimento sobre a ação coletiva.

De certa maneira, este texto serve a uma tentativa de compreender as formas de inserção de sujeitos em ações coletivas, e como essas pessoas passam a se apropriar, reproduzir ou ressignificar os conhecimentos

práticos ali adquiridos. No entanto, além disso, talvez seja um ponto de partida para construir conhecimentos sobre um tipo de ação que é, também, pedagógica, no sentido de que permite uma aproximação a conhecimentos oriundos de uma experiência vivida.

Referências bibliográficas

AITCHISON, Guy. Reform, Rupture or Re-Imagination: Understanding the Purpose of an Occupation. *Social Movement Studies*, 10, 4, p. 431-439, 2011.

AITKEN, Stuart. Do apagamento à revolução: o direito da criança à cidadania/ direito à cidade. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 35, n. 128, p. 629-982, jul.-set. 2014.

ALONSO, A. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, p. 49-86, 2009.

BALDINO, José Maria; FREITAS, Felipe Silva de. Movimento de ocupação de escolas públicas-jovens estudantes contra a gestão da escola pública por organizações sociais. *Educativa*, Goiânia, v. 19, n. 1, p. 902-926, set./dez. 2016.

BRINGEL, Breno. O futuro anterior: continuidades e rupturas nos movimentos estudantis do Brasil. *Eccos – Revista Científica*, v. 11, n. 1, enero-junio, 2009.

BRINGEL, B. Ativismo transnacional, o estudo dos movimentos sociais e as novas geografias pós-coloniais. *Estudos de Sociologia*, v. 2, n. 16, p. 185-215, 2010.

CAMPOS, Antonia M.; MEDEIROS, Jonas; RIBEIRO, Márcio M. *Escolas de luta*. São Paulo: Veneta, 2016.

CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e de esperança: movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CEFAI, Daniel. PÚBLICOS, PROBLEMAS PÚBLICOS, ARENAS PÚBLICAS... O que nos ensina o pragmatismo (Parte 1). *Novos estudos Cebrap*, São Paulo, v. 36.01, p. 187-213, mar. 2017.

CORTI, Ana Paula de Oliveira; CORROCHANO, Maria Carla; SILVA, José Alves da. “Ocupar e resistir”: a insurreição dos estudantes paulistas. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 37, n. 137, p. 1159-1176, out.-dez. 2016.

DOMBROWSKI, Osmir; MINUCELLI, Conrado Pereda; SANTOS, Jaqueline Aparecida Alves dos. #OcupaParaná – a primavera paranaense. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 18., 2017. *Anais* (on-line). Brasília, 2017. Disponível em: <<http://sbs2017.com.br/anais/resumos/PDF-eposter-trab-aceito-0324-1.pdf>>. Acesso em: 1º dez. 2017.

MARTINS, S. A. O fazer político dos jovens das classes populares: as ocupações estudantis paranaenses. *Revista Pedagógica*, Chapecó, v. 20, n. 43, p. 143-167, jan./abr. 2018.

MCADAM, Doug. *Political process and the development of black insurgency*. Chicago: University of Chicago Press, 1999.

MCADAM, Doug.; TARROW, Sidney.; TILLY, Charles. *Dynamics of contention*. New York: Cambridge University Press, 2001.

MCCARTHY, J. D.; ZALD, M. N. Resource mobilization and social movements: a partial theory. *American Journal of Sociology*, v. 82, n. 6, 1977.

MEDEIROS, Jonas; JANUÁRIO, Adriano. Desrespeito, indignação ou injustiça: o que motivou os secundaristas paulistas a ocuparem suas escolas?. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 18., 2017. *Anais* (on-line). Brasília, 2017. Disponível em: <http://sbs2017.com.br/anais/resumos/PDF-eposter-trab-aceito-0897-1.pdf>. Acesso em 1º dez. 2017.

OLIVEIRA, Salles Dimitri Melo. *Ocupar é aprender: sobre as narrativas de experiência em ocupações de escolas no Distrito Federal*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) —Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

PALACIOS-VALLADARES, Indira. Protest communities and activist enthusiasm: student occupations in contemporary Argentina, Chile and Uruguay. *Interface: a journal for and about social movements*, v. 8, n. 2, p. i-iv, Nov. 2016.

PATEMAN, Carole. *Participação e teoria democrática*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

REAL, Daniely da Costa Vila. *Primavera Secundarista: engajamento estudantil nas ocupações de Vitória – ES em 2016*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2017.

RÊDES, Bárbara Lopes; NUNES, Marcia Vidal. Revolta das Canetas: o papel das redes sociais na ocupação das escolas no Ceará, em 2016. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 40, Curitiba (PR), 2017. *Anais*. Curitiba: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2017.

SIGAUD, L. M. As condições de possibilidade das ocupações de terra. *Revista Tempo Social*, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 255-280, 2005.

SIGAUD, L. M.; ROSA, Marcelo; MACEDO, Marcelo Enriquez. Ocupações de terra, acampamentos e demandas ao Estado: uma análise em perspectiva comparada. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 51, p. 107-142, 2008.

TARROW, Sidney. Mentalities, political cultures, and collective action frames. In: MORRIS, A. D.; MUELLER, C. M. (eds.). *Frontiers in social movement theory*. New Haven/London: Yale University Press, 1992.

TARROW, Sidney. *Power in Movement: Social movements and contentious politics*. Cambridge University Press, 1998.

TATAGIBA, Luciana; PATERNIANI, Stella Zagatto; TRINDADE, Thiago Aparecido. Ocupar, reivindicar, participar: sobre o repertório de ação do movimento de moradia de São Paulo. *Opin. Pública*, Campinas, v. 18, n. 2, p. 399-426, nov. 2012.

TAVARES, Francisco Mata Machado; VELOSO, Ellen Ribeiro. “A gente ainda nem começou”: repertórios de confronto político nas escolas ocupadas em Goiânia (2015). In: ENCONTRO DA ABCP: “Ciência Política e Política: Memória e Futuro”, 10., 2016. Belo Horizonte, 2016.

TAVOLARI, Bianca; LESSA, Marília Rollemberg; MEDEIROS, Jonas; MELO, Rúrion; JANUÁRIO, Adriano. As ocupações de escolas públicas em São Paulo (2015-2016): Entre a posse e o direito à manifestação. *Novos estudos Cebrap*, 37, 2, p. 291-310, 2018.

TILLY, Charles. *From mobilization to revolution*. Newberry Award Records, 1978.

TILLY, Charles. Contentious repertoires in Great Britain, 1758-1834. *Social Science History*, 17, p. 253-280, 1993.

TILLY, Charles. *Contentious performances*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

TRINDADE, Thiago Aparecido. O que significam as ocupações de imóveis em áreas centrais?. *Caderno CRH*, Salvador, v. 30, n. 79, p. 157-173, jan./abr. 2017.

WEISSBOCK, Lara Pires. Territórios da cidadania: os movimentos sociais juvenis no Brasil. *Geographia Opportuno Tempore*, Londrina, v. 3, n. 2, p. 190-203, 2017.

ZIBAS, Dagmar M. L. “A Revolta dos Pinguins” e o novo pacto educacional chileno. *Revista Brasileira de Educação*. v. 13, n. 38, maio/ago. 2008.

Sociologia do audiovisual para quê?
Nação como escritura em *Vidas secas* (1963),
de Nelson Pereira dos Santos

Artur Guimarães Dias Pimentel

Introdução

Observando a filmografia de Nelson Pereira dos Santos, é possível lastrear um esforço e luta por afirmação de uma identidade cultural brasileira e de uma consciência nacional, que está presente desde seu primeiro longa-metragem, *Rio, 40 graus* (1955), até sua última produção, o documentário *A luz do tom* (2013). A filmografia desse cineasta também é caracterizada por inúmeras adaptações cinematográficas baseadas em obras da literatura brasileira, principalmente de uma produção literária que se coloca atenta à questão nacional e aos aspectos políticos e sociais do Brasil. Sobre isso, o escritor baiano Jorge Amado comenta que:

O que é admirável na obra de Nelson é que ele se aprofunda cada vez mais no sentido da realidade brasileira, da evolução da consciência brasileira. Desde seu primeiro filme, ele manteve uma consciência política, ao mesmo tempo em que foi ficando mais amplo. Um paulista que se fez carioca, e depois perdeu qualquer estreiteza regional (Salem, 1996, p. 15).

Além dessas preocupações temáticas, a filmografia de Nelson Pereira dos Santos é marcada por várias inovações formais na maneira de produzir cinema no Brasil. Nesse âmbito, *Vidas secas* (1963) é uma obra que conjuga tanto temáticas sociais importantes quanto formas cinematográficas inovadoras.

De maneira geral, esse filme, adaptado da obra homônima de Graciliano Ramos, retrata a dura vida de uma família de retirantes durante a seca de 1940, na região Nordeste do Brasil. Enfrentando a escassez de água, a fome e a exploração dos latifundiários, a família

– composta por sinhá Vitória, Fabiano, seus dois filhos e a cadela Baleia
– luta pela sobrevivência, em meio à aridez implacável do sertão e à exploração trabalhista dos donos de terras da região.

Nas palavras de Jean-Claude Bernadet, um dos mais importantes críticos e pesquisadores cinematográficos no Brasil, citado por Helena Salem (1996, p. 193), *Vidas secas* (1963) é referido como “o mais alto grau de abstração alcançado pelo cinema no Brasil”. Esse filme foi fundamental por inovar tecnicamente a maneira de fazer cinema no país, ao destacar alguns conteúdos políticos ainda distantes do que até então era apresentado nas telas brasileiras. Dentre as principais adaptações da literatura brasileira para o cinema, realizadas por Nelson Pereira dos Santos, a pioneira foi *Vidas secas* (1963).

Nesse sentido, o processo investigativo deste texto parte da curiosidade acerca dos aspectos nacionais, aqui entendidos enquanto um sistema de significação cultural capaz de construir um discurso sobre nação (Bhabha, 1990), que estejam presentes nessa obra de Nelson Pereira dos Santos, e que pretendam afirmar, questionar, reinventar ou ampliar uma narrativa de nação, um projeto nacional ou mesmo uma identidade cultural brasileira.

A partir disso, fica cada vez mais perceptível que há um movimento por dentro dos filmes desse cineasta que visa inscrever, projetar e construir uma noção de nação, ou melhor, uma narrativa sobre a nação. Para isso, Nelson Pereira dos Santos recorre principalmente à literatura modernista brasileira, mais especificamente àquela definida pela crítica especializada como a “segunda geração modernista” – abarcando os chamados “romances sociais”, cujo advento se deu na década de 1930 –, a fim de pautar essas preocupações sobre o Brasil, ao adaptar diversas obras da literatura brasileira.

Seguindo esse raciocínio, a problemática sociológica geral deste trabalho se apoia na triangulação estabelecida entre literatura, cinema e sociedade, no sentido de investigar como a relação entre literatura e cinema, enquanto suportes artísticos distintos e complementares, é capaz de inscrever noções de nação em *Vidas secas* (1963). A partir desse quadro aberto, o objetivo geral aqui é entender como e por meio de quais recursos técnicos cinematográficos Nelson Pereira dos Santos inscreve

uma preocupação com as questões nacionais, sociais e políticas, à medida que propõe teses, ideias e interpretações sobre o Brasil.

A fim de explorar essa problemática, farei uma comparação entre a obra literária e sua adaptação cinematográfica, sempre que os aspectos analíticos do filme demandarem esse cotejamento. As análises do material fílmico ainda serão informadas metodologicamente pelo uso da etnografia fílmica.¹ Diante da problemática levantada e dos objetivos trazidos acima, devo justificar melhor que meu objeto de investigação se desenha enquanto uma noção de escritura de nação presente na obra *Vidas secas* (1963), de Nelson Pereira dos Santos.

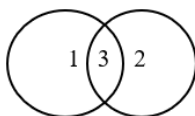
Aqui, a ideia de escritura é tomada enquanto uma categoria analítica que está amparada nas contribuições do filósofo franco-argelino Jacques Derrida (2008; 1995). Nesse sentido, a escritura seria qualquer tipo de gesto expresso e apresentado ao mundo que se utiliza das diferenças entre seus elementos internos – os grafemas – para gerar e constituir sentido às suas formas. Interseccionadas às leituras sócio-históricas e sociobiográficas, as análises desenvolvidas aqui se aproximam de uma sociologia do audiovisual que se debruça mais à obra em si do que a uma sociologia da profissão cinematográfica ou mesmo de uma sociologia da recepção dos filmes. Dessa maneira, o filme *Vidas secas* (1963) será o ponto de partida e de chegada das minhas análises, ao me valer da correspondência entre suas formas cinematográficas e determinados processos sócio-históricos nacionais.

Caberá entender, a partir da análise fílmica, como Nelson Pereira dos Santos inscreve ideias, interpretações e pensamentos a partir dos elementos técnico-cinematográficos. A forma de inscrever ideias nos filmes deve se valer de uma poética e de um ferramental técnico que é característico do cinema enquanto um suporte de inscrição, tais como: câmera, roteiro, locações, fotografia, atuação, som, montagem, direção de arte, entre outros.

1 Como proposto por Edson S. de Farias (2015), a etnografia fílmica consiste na decupagem de plano a plano do filme, a fim de descrever e analisar sua materialidade, seus aspectos técnicos e temáticos. Esse trabalho metodológico sobre o filme em análise aqui foi feito previamente à escrita deste texto e pode ser acessado em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/32900>.

Por meio desses aspectos formais, esta pesquisa tem por objetivo investigar e identificar os elementos cinematográficos presentes na trama narrativa que reflitam uma noção de nação. Ou seja, será necessário compreender como a ideia de nação está expressa nas formas cinematográficas de *Vidas secas* (1963). Dessa forma, é fundamental analisar a relação entre literatura/cinema e a questão nacional, a fim de refletir sobre os sentidos compartilhados entre essas esferas.

Tendo isso em vista, o desenho do objeto de pesquisa envolve diferentes níveis, conforme representação gráfica abaixo:



Forma 1 – Sistema de formas relacionado aos suportes cinema e literatura;

Forma 2 – Sistema de formas relacionado à questão nacional na esfera social (narrativas de nação/identidade nacional/projetos de nação);

Forma 3 – Intersecção de ambas as esferas como um espaço de cruzamento das diferenças entre elementos de 1 e 2, gerando rastros/ideias/impressões/escrituras/formas.

O local 3 é o ponto nevrálgico deste estudo, à medida que esse espaço permite inscrever as formas como figurações dos dois outros campos, que terão como maneira de expressão formal o filme *Vidas secas* (1963); em outras palavras, esse filme é a composição dos elementos objetivados a partir do encontro das diferenças entre as esferas 1 e 2. O espaço 3 é, justamente, a expressão de uma homologia que permite imprimir rastros de uma escritura de nação no filme em questão.

A partir disso, os subeixos de análise a seguir evidenciam escolhas formais relacionadas ao processo adaptativo/de recriação realizado por Nelson Pereira dos Santos, ao passo que acompanham as formas artísticas que mais jogam luz aos objetivos gerais deste estudo.

As narrativas de nação

Além da segunda fase do Modernismo literário, que teve um peso especial para Nelson Pereira dos Santos devido à sua adaptação de *Vidas secas* de Graciliano Ramos, a filmografia desse cineasta também tem um forte envolvimento com as ideias da primeira fase do Modernismo brasileiro. Nesse sentido, vale a pena retornar a esse primeiro momento para entender como se constroem uma preocupação e um imaginário crítico que giram em torno de entender e explorar aspectos e narrativas de nação expressos em seus filmes, especialmente, na obra em análise aqui.

Importa destacar, de antemão, que o esforço e a busca pela valorização de aspectos nacionais, por parte dos intelectuais e artistas modernistas, tomam a ideia de cultura como um eixo modal. Esse esforço, que atravessa as três gerações do modernismo com distintas nuances, converge diretamente com as leituras sobre nação propostas pelo intelectual indiano Homi K. Bhabha em *O local da cultura* (1998) e *Nation and Narration* (1990). O autor parte de uma abordagem teórica de nação enquanto uma construção discursiva ambivalente que é constantemente reinventada e recontada (1990, p. 4). Nessa linha interpretativa, o autor destaca a importância de se considerar a performatividade da linguagem nas construções discursivas sobre nação, uma vez que enlanguesce os usos dessa compreensão e a relaciona a diferentes possibilidades de articulações simbólicas. À luz dessas ideias, cabe então pensar *Vidas secas*, livro e filme, como uma dessas possíveis articulações simbólicas da linguagem que contribuíram com discursos sobre a nação.

As origens das nações, assim como das narrativas, perdem-se nos mitos do tempo e apenas na memória seus horizontes se realizam plenamente. Esta imagem da nação – ou da narração – pode parecer excessivamente metafórica, mesmo desesperadamente romântica, mas é a partir dessas tradições do pensamento político e da linguagem literária que a nação surge, no Ocidente como uma poderosa ideia histórica (Bhabha, 1997, p. 47-48).

Barbosa (2011, p. 206), lendo Bhabha, acrescenta que a noção de nação deve ser pensada como um sistema heterogêneo e disperso

que possui nuances profundas. Portanto, o que se entende como cultura nacional deve ser visto como um sistema simbólico significativo que estabelece diferenças e hierarquias de discursos, de identidades e de relações de poder entre os indivíduos e entre os diferentes processos sócio-históricos. Dessa maneira, tais leituras propõem uma análise capaz de descentralizar um movimento taxativo e homogeneizador de se pensar a nação.

Essa compreensão vai ao encontro de um certo esforço feito pela primeira geração modernista, quando seus principais representantes reorganizaram, recontaram e difundiram novos parâmetros para pensar os processos nacionais, bem como a própria noção de cultura. Entre esses modernistas, havia um esforço diferente daquele promovido por alguns representantes do Romantismo no Brasil, principalmente no sentido de tomar as novas semânticas sobre a noção de maneira não idealizada e limpa de certas formas estrangeiras.

Nesse âmbito, houve um ostensivo movimento intelectual, artístico e institucional de valorização dos aspectos nacionais, por parte dos modernistas, voltado para o uso transformador daquela tradição brasileira que fosse capaz de fincar as bases de uma nova fase e de valorizar características fundamentais da cultura popular. Acerca disso, Bhabha (1998, p. 17, grifo nosso) comenta que:

O reconhecimento que a tradição outorga é uma forma parcial de identificação. **Ao reencenar o passado, este introduz outras temporalidades culturais incomensuráveis na invenção da tradição.** Esse processo afasta qualquer acesso imediato a uma identidade original ou a uma tradição “recebida”.

É importante mencionar que várias ideias basilares propostas pela primeira fase modernista já vinham sendo narradas anteriormente em importantes produções literárias do Romantismo no Brasil. Vários dos marcadores de brasilidade que estavam inscritos em obras românticas com temas nacionais relacionados à natureza, à religiosidade, aos costumes, entre outros, serão trazidos sob uma nova roupagem e com uma nova leitura, de forma a estarem ajustados à modernidade brasileira proposta pelo movimento modernista. É possível dizer que uma

noção de nação, que já vinha sendo performada em várias leituras do Romantismo literário, permanece e lança força ao sustentar o projeto nacionalista que teve seu auge no Modernismo. Aqui, vale citar algumas palavras de Macedo Soares lidas por Antonio Candido (1981, p. 10) que elucidam o percurso que alguns significantes de nação tiveram e que ajudaram a constituir narrativas tradicionais acerca do tema desde o Romantismo, perpassando pelo Modernismo e desembocando, de maneira remodelada, nas produções cinematográficas de 1950-60:

Em suma: despir andrajos e falsos atavios, compreender a natureza, compenetrar-se do espírito da religião, das leis e da história, dar vida às reminiscências do passado; eis a tarefa do poeta, eis os requisitos da nacionalidade na literatura.

Para os pioneiros modernistas, a “motivação do nacional” de cantar à sua maneira e valorizar a produção nacional, independente do alcance em relação às instâncias estrangeiras, caminha no sentido de trabalhar com uma autonomia cultural no âmbito da nação. Acerca disso, estabelecem-se um envolvimento e um distanciamento de ideias entre os românticos e os modernistas. Para os primeiros, o nacional estava relacionado à exaltação da pátria de modo ufanista, com uma leitura pura e idealizada de alguns aspectos culturais e naturais. Para os segundos, o nacional é questionado e redescoberto de forma crítica e criativa, para dar conta de suas contradições e apropriar-se delas.

Nesse sentido, não é possível pensar uma noção de nação inscrita em *Vidas secas* (1963) que esteja apartada das compreensões sobre tradição e processos modernizadores. Acerca disso, uma discussão relevante sobre o tema envolve compreender a tradição a partir de duas temporalidades – fundamentais também para entender os processos nacionais –, em que sua construção se baseia no limiar desse entretempo, ou mesmo no elo entre o tempo pedagógico (passado) e o performativo (presente) (Barbosa, 2011, p. 207). Nessa leitura, a dinamicidade do presente está diretamente relacionada aos significantes do passado, em que a construção dos aspectos nacionais se dá a partir da interação entre os significantes de uma tradição e sua rearticulação no tempo presente. Em outras palavras, a inscrição de sistemas de significação – como os de

nação – depende de uma reafirmação deles nesse entretempo (passado e presente).

Os modernistas brasileiros estavam norteados por uma ideia semelhante à de entretempo, que influenciou diretamente em suas produções artísticas e intelectuais acerca da noção de cultura popular e da questão nacional. Baseado nisso, emerge um problema fundante aos intelectuais desse momento, especialmente para as reflexões de Mário de Andrade: qual seria o lugar do Brasil nessa civilização nova? Vale apontar que os modernistas se autoproclamam numa função e numa posição, dentro do novo cenário insurgente, que vai ao encontro de realizar uma síntese desse Brasil desvelado por eles junto à modernidade. Assim, para esses intelectuais e artistas, encontrar essa posição do Brasil nesse entretempo – passado colonizado e presente em emancipação – é insurgir com ideias de compreender e exaltar o país, tomando-o como um modelo de apresentação para si mesmo e para a exportação. O que importa dizer é que o Brasil se torna um parâmetro para si próprio, ou seja, seus aspectos nacionais vão sendo “descobertos” e, pela leitura de Bhabha (1998; 1990), vão constituindo novas tradições e novas narrações.

A *mise-en-scène* da adaptação

Passando para a análise filmica, o ponto de partida será por meio da *mise-en-scène*, tendo em vista seu caráter de importância na arte cinematográfica. Como propõe Oliveira Jr. (2013, p. 4), a *mise-en-scène* é “uma forma de conhecimento objetivo das coisas, um movimento investigativo do pensamento e da percepção”. É por meio da *mise-en-scène* que é possível adentrar ao universo fílmico, ela é “nosso meio de fascinação perante a arte da escrita luminosa do movimento” (2013, p. 4).

A partir disso, é possível tomar a *mise-en-scène* como um processo de objetivação do pensamento no cinema, lançando mão de um ferramental técnico-cinematográfico que inscreva e materialize pensamentos e ideias no aparato fílmico. É por meio dela que é possível elaborar e construir um mundo para o espectador que seja capaz “de evidenciar a presença do homem no mundo ao registrá-lo em meio a ações, cenários e objetos que dão consistência e sensação de realidade à

sua vida”, ou mesmo de “mostrar os dramas humanos esculpindo-os na própria matéria sensível do mundo” (2013, p. 5).

Assim, a *mise-en-scène* se torna a grande arma do cineasta; é pelo movimento interno a ela que seus filmes fazem sentido (Oliveira Jr., 2013) e é, por meio dela, que Nelson Pereira dos Santos inscreve ideias e pensamentos em *Vidas secas* (1963).

A fim de adentrarmos melhor a trama filmica e explorarmos alguns elementos de análise, será estabelecido, aqui, para fins metodológicos, o recorte de seis² sequências do filme, em que é possível evidenciar elementos cinematográficos e sociológicos importantes para este artigo. A escolha dessas sequências é baseada na riqueza de elementos de *mise-en-scène*, que permitem a análise de três códigos importantes: políticos, culturais e cinematográficos (Johnson, 1981). Além disso, essas sequências evidenciam momentos em que é possível observar melhor as escolhas do cineasta Nelson Pereira dos Santos no processo de adaptação/recriação da obra do escritor Graciliano Ramos.

Nesse sentido, no plano 203, é perceptível que as forças sociais operam numa relação que pesa violentamente sobre a figura do sertanejo, representado pelo personagem Fabiano. Há um plano conjunto em que os soldados estão conversando sobre a punição do sertanejo. A câmera está posta na perspectiva dos soldados, que tiram a camisa de Fabiano, batem nele e o jogam na cela. Ao longo dessa sequência, a câmera, já dentro da cela, está posicionada em *plongée*,³ permanecendo na perspectiva de seus opressores, que assistem a Fabiano se arrastar pela

2 O conjunto das sequências a serem analisadas inicia-se no plano 201, com a discussão de Fabiano com o Soldado Amarelo. Em seguida, passa para o plano 202, no qual sinhá Vitória e as crianças aguardam ansiosamente o retorno de Fabiano e Baleia, que haviam sumido. O próximo plano, 203, mostra Fabiano sendo preso, e então avança para o plano 204, com sinhá Vitória e as crianças esperando na calçada, em frente à igreja da cidade. Em seguida, temos o plano 205, com a festa do bumba meu boi, e finalmente o plano 206, que retrata o retorno da família para casa, o encontro com um grupo de cangaceiros e o reencontro com Baleia. Essas sequências evidenciam três tipos diferentes de espaços: a cadeia, a festa na rua e a espera/percurso de volta para casa.

3 *Plongée* – traduzido do francês: “mergulho” – é quando câmera está posicionada em nível mais ou menos elevado ao objeto enquadrado. Também conhecido como câmara alta. Já o contra-*plongée* – traduzido do francês: “contramergulho” – é quando a câmera está abaixo do nível dos olhos, voltada para cima. Também conhecido como câmara baixa.

cela. É possível perceber, a partir desse conjunto de cenas, o mecanismo de opressão e de tolhimento ao qual Fabiano está submetido. Não há espaço para um sistema de trocas entre direitos e deveres, parece haver somente uma relação de violência unilateral por parte do Estado contra Fabiano.

Nessa cena, a *mise-en-scène* cumpre uma função cinematográfica que caracteriza a obra em maior escopo, seja a partir da perspectiva de uma câmera fixa, alta, que pesa sobre Fabiano, seja sob as condições dos momentos que antecedem o encarceramento, até a hora em que ele é jogado dentro da cela com parte do corpo despido, com uma luz forte dentro do ambiente interno, capaz de evidenciar as marcas de violência em seu corpo. O som de seu choro e revolta ocupa todo o espaço físico da cela. Ao longo da obra fílmica – exceto nas cenas de reza e da festa do bumba meu boi, que cumprem uma importante função em uma parte específica da montagem –, os sons quase não se misturam uns aos outros. Na cena do choro de Fabiano, também não é diferente. A partir do uso do som, juntamente com os outros elementos cênicos, fica sugerido um sentimento de isolamento do personagem dentro de seu microcosmo, o que também pode ser percebido em outros momentos do filme.

Já na sequência seguinte a ser analisada, que começa no plano 205, há o desenrolar da festa tradicional bumba meu boi na pequena cidade, onde sinhá Vitória e as crianças estão desamparadas, sentadas na calçada da igreja da cidade, sem saber para onde irão, assustadas com as circunstâncias do desaparecimento de Fabiano e de Baleia. À medida que os cânticos de comemoração da festa aumentam, são mostrados alguns homens assistindo ao evento na rua. Um deles é o delegado da cidade e o outro parece ser o patrão, dono das terras onde Fabiano trabalha. Em seguida, com o corte para o interior da cela onde Fabiano está preso, o som das comemorações começa a entrar no ambiente, fora de campo. Nesse momento, os sons diegéticos da festa e do choro de Fabiano se interpelam. A luz da cidade também entra no cárcere. Enquanto isso, Fabiano geme de dores e seu companheiro de cela o ajuda. Por fim, há um corte para a cena externa de sinhá Vitória, à espreita na calçada da igreja, enquanto as crianças dormem no chão, em um plano conjunto.

Essa sequência evidencia uma série de imposições e ausências de poderes. O patrão e o delegado estão distanciados e completamente alheios à situação de injustiça que acometeu a família de Fabiano. A igreja, enquanto instituição religiosa que, momentos antes, acolhia a população para a reza, parece não se importar com a família desamparada diante de sua porta. Essa abordagem crítica continua na sequência posterior, iniciada no plano 206, quando o dia já havia amanhecido; os cangaceiros aparecem na igreja e pedem para o padre avisar ao delegado e ao dono das terras (e patrão de Fabiano) que solte um de seus homens que estava preso na cela junto ao sertanejo, ocasião em que Fabiano também é liberado.

Essas cenas elucidam alguns códigos políticos inscritos na composição da *mise-en-scène* construída por Nelson Pereira dos Santos. São perceptíveis as representações de poder em vários níveis hierárquicos: o poder econômico (representado pelo dono das terras, o patrão, o cobrador de impostos); o poder do Estado (representado pela figura do delegado); o poder militar (representado pela figura do Soldado Amarelo e dos outros soldados); o poder da igreja (representado pelo padre); os cangaceiros (o poder paralelo, o grupo dos fora da lei); por fim, há a massa, a população da cidade junto à família de Fabiano, representante do grupo sem poder, oprimido pelo conjunto estrutural de poderes tradicionais daquela região.

A abordagem cinematográfica de Nelson Pereira dos Santos se distancia da narrativa do romance literário ao amarrar esse conjunto de sequências trazidas acima de maneira linear na narrativa filmica, diferente dos seguintes capítulos que estão separados do livro: três (“Cadeia”), oito (“Festa”) e dez (“Contas”). O cineasta também adiciona elementos que não estavam presentes na narrativa literária, como a festa do bumba meu boi e a inclusão dos cangaceiros na trama como uma saída cinematográfica para os dilemas e questões subjetivas de Fabiano em busca de vingança. Ao mesmo tempo, o cineasta mantém questões fundamentais do livro, como a construção rígida dos personagens que caracteriza a austeridade da obra.

A junção dos capítulos “Cadeia”, “Festa” e “Contas” desempenha uma função estratégica na adaptação do livro para o cinema, pois

ocorrem no mesmo espaço geográfico: a cidade. Nelson Pereira dos Santos conecta temas que aparecem separados na obra literária para criar uma narrativa fílmica coesa. Os capítulos “Festa” e “Contas” retratam as experiências de Fabiano e de sua família na cidade, destacando o contato dos personagens com os habitantes locais, ao evidenciar o estigma pessoal que eles carregam e a distância social entre os membros da família e aquela dinâmica mais urbana. Esse aspecto fica evidenciado no filme, quando sinhá Vitória parece devanear diante das experiências impostas pela cidade. Por fim, é importante mencionar que o décimo capítulo, “Contas”, retrata o acerto de contas entre Fabiano e seu patrão, refletindo uma situação de escravidão moderna em que Fabiano se encontra. Ele está preso a uma relação de dependência econômica com o proprietário das terras, que cobra juros e impostos intermináveis, deixando-o sempre endividado e dependente.

No filme, Nelson Pereira dos Santos adiciona elementos à trama, como a figura do cangaço e a oportunidade de Fabiano se juntar ao grupo para buscar vingança diante das injustiças, da miséria e da desigualdade social que enfrentava. Essa mudança na história permite ao diretor narrar a revolta de Fabiano em relação à injustiça cometida pelo Soldado Amarelo. Assim, o cineasta altera parte da narrativa do livro para destacar, por meio da cinematografia, as percepções e os dilemas íntimos de Fabiano.

Uma alternativa tradicional para adaptar essa situação seria relatar as percepções de Fabiano por meio de diálogos, o que não seria coerente com a construção do personagem no romance, em que ele é mais introvertido e de pouco manejo com as palavras. A solução cinematográfica mais adequada à história foi recriar parte da narrativa e inserir o encontro de Fabiano com o cangaço, a fim de produzir uma situação mais concreta e capaz de evidenciar seus dilemas. Essa mudança, além de indicar uma alteração estrutural na narrativa, aponta para a adaptabilidade da obra literária de Graciliano Ramos, cujos capítulos foram escritos de forma a fazerem sentido quando separados.

Tomando esse arcabouço inicial que envolve a adaptação cinematográfica de *Vidas secas* (1963), a obra fílmica também está acometida pelas construções sociais de um trabalho que passa pela experiência do

adaptador. Várias das escolhas de linguagem empreendidas por Nelson Pereira dos Santos – quanto ao uso do som, dos vazios das imagens ou da direção de atores mais livre – estão ligadas às vivências do cineasta em Juazeiro – BA (Salem, 1987), quando ele esteve na região para rodar *Vidas secas*, mas a chuva atrapalhou as filmagens. Nessa ocasião, além de ter entrado em contato com histórias dos habitantes locais, Nelson Pereira dos Santos acabou rodando outro filme, *Mandacaru vermelho* (1961), experiência que levou o cineasta a explorar cinematograficamente a paisagem árida da região, aprender a fotografar a luz intensa do sertão e lidar com o imprevisto que conduziu uma direção de atores mais livre, visto que o elenco contou com inúmeros atores não profissionais da região, membros da equipe de filmagem – incluso o próprio Nelson Pereira dos Santos –, aliado ao fato de que o roteiro do filme fora escrito de última hora, a fim de aproveitar a ocasião e os equipamentos técnicos disponíveis.

Essas experiências reverberaram na realização de *Vidas secas* (1963) dois anos depois, quando Nelson Pereira dos Santos opta por conduzir a direção de atores com maior liberdade, de modo que eles pudessem trazer suas experiências pessoais no processo de encenação. Vale apontar que, com exceção de Fabiano e sinhá Vitória, os outros personagens foram interpretados por habitantes da região de Palmeira dos Índios – AL, onde aconteceram as filmagens de *Vidas secas* (1963). A adaptação, portanto, considera as especificidades dos dois suportes de inscrição – livro e filme –, à medida que aproxima as diferenças narrativas de ambos os suportes, a partir de uma acuidade técnica-cinematográfica e de um olhar cuidadoso sobre temas sociopolíticos caros ao Brasil daquele momento.

Além disso, há uma forte cumplicidade entre as duas obras no que tange a suas formas, suas estruturas, os temas, a equivalência de ideias, de esquemas narrativos, das figurações e posições que seus elementos ocupam na composição de ambas. Cabe destacar que a adaptação fílmica, mesmo sendo fiel às formas basilares do romance e ao argumento do autor, foi capaz de transpor o livro para o formato fílmico mantendo um olhar autoral do cineasta e uma inovação formal sobre a narrativa. A recriação pela qual o romance passou reconduziu os temas de interesse

da obra para um outro lugar simbólico, à medida que ergueu, com formas cinematográficas inovadoras, todo um arcabouço imagético sobre o sertão, sobre a fome, sobre a seca, sobre as migrações internas e sobre problemáticas nacionais que passaram a disputar espaço no imaginário simbólico sobre o sertão e a desarranjar estruturas de percepção hegemônicas no âmbito do cinema moderno brasileiro.

O diálogo pelo silêncio: sons e personagens

Na trama de *Vidas secas* (1963), o som é uma ferramenta cinematográfica fundamental na inscrição de códigos culturais. Ele é capaz de gerar distinção e concatenar, ao mesmo tempo, os diferentes espaços sociais da narrativa. Um pouco antes de Fabiano ser preso, sinhá Vitória e as crianças estavam no interior da igreja acompanhando uma reza. Enquanto o ambiente está tomado pelo som de cantigas e orações, a câmera passeia por outros ambientes externos, mostrando outras imagens, à medida que também emerge o som de uma banda tocando, fora de campo. Em seguida, os cânticos da festa bumba meu boi vão se apresentando gradativamente, fora de campo. Quando a câmera adentra a cela onde Fabiano está preso, o som externo vai cedendo espaço para o silêncio e os gemidos de dor do açoitado.

O som, nessas sequências de *Vidas secas* (1963), cumpre a função de ligar e expandir o universo de criação do filme para além da cena que está em quadro, costurando os elementos políticos, culturais e religiosos da narrativa. Nesse sentido, a relação do som com a montagem relaciona diferentes espaços de ações da narrativa, à medida que reorganiza os elementos fundamentais à *mise-en-scène* de cada um deles. É perceptível que o som da reza da igreja e o da banda tocando pela cidade, que acontecem ao mesmo tempo diegeticamente,⁴ ainda que expressos cada um em seu momento de apresentação, são guiados pelo percurso da câmera. Dessa maneira, é possível entender os diferentes espaços sociais

4 Relativo à diegese ou à realidade própria da narrativa. A diegese é o mundo da narrativa, a realidade representada na tela. O que não é diegético é extradiegético, ou seja, são elementos que não fazem parte do mundo da narrativa, que não são percebidos pelos personagens e não fazem parte da história.

mobilizados naquele momento da trama: o interior da igreja, junto ao percurso da banda no ambiente externo e o interior da cadeia, de forma que esses espaços simbólicos são interpelados simultaneamente uns pelos outros.

Nesse sentido, as cenas na cidade estão conectadas pelo som compartilhado entre elas, à medida que evidencia o distanciamento dos protagonistas em relação às outras vivências do local. Parece que cada um está preso em seu espaço cênico e impedido de transitar mais livremente pela cidade, ainda que estejam referenciados e ligados pela mesma composição atmosférica do som.

Como dito anteriormente, em certos momentos, o som exterior dos cânticos da festa do bumba meu boi também penetra o interior da cela, misturando-se ao som das dores de Fabiano. O evento parece ser voltado para as “autoridades” da cidade: o patrão e o delegado, que assistem à festa de maneira privilegiada. Essa construção sonora parece evidenciar uma injustiça, uma coerção, uma *mise-en-scène* da opressão, ao contrastar a celebração voltada para as “autoridades da cidade” com as dores da violência e do encarceramento sofridas por Fabiano.

Outro aspecto importante da narrativa fílmica é a escolha feita por Nelson Pereira dos Santos em inserir uma expressão cultural tradicional local, como a festa do bumba meu boi. Além de essa escolha ser um recurso cinematográfico estratégico para a sua recriação do romance, visto que esse acontecimento não existe no livro, ela também cumpre uma função cinematográfica rítmica. Nesse conjunto de sequências que engloba a festa, o filme ganha um ritmo diferenciado do que já vinha sendo trabalhado e do ritmo fílmico que será retomado após o fim dessas sequências.

Além disso, a inserção da festa do bumba meu boi parece vir no lastro das influências da primeira fase do Modernismo brasileiro, sob a luz das contribuições de Mário de Andrade:

A valorização do Boi reflete... o inconsciente coletivo, preso ao que o escritor [Mário de Andrade] considerava “forças vitais”... o boi é a própria participação do homem no trabalho cotidiano nas zonas do gado, é visto por ele quase como um prolongamento seu, como

quem se comunica através do aboio (Lopez, 1972, p. 133 *apud* Bonfim, 2011, p. 192).

A recriação da narrativa feita por Nelson Pereira dos Santos, com a inserção do bumba meu boi, indica a importância e o destaque que cineasta dá ao som dos cânticos tradicionais religiosos da reza, junto aos do bumba meu boi, em um apego poético e uma preocupação com expressões da cultura popular e de aspectos que afirmem uma identidade nacional. Essa atenção parece vir no lastro da herança modernista, em especial das contribuições de Mário de Andrade, que tinha um projeto nacional e extensa pesquisa sobre o folclore musical, os cantos populares e os sons das línguas tradicionais brasileiras. Nelson Pereira dos Santos recorre, portanto, às expressões da cultura não erudita, em um evidente esforço de valorização do popular.

Ainda sobre o uso do som, nos minutos iniciais, antes mesmo de entrar qualquer ação em cena,⁵ ouve-se, em *off*⁶ o ruído de um carro de boi, numa evidente rima sonora com o final do filme, quando será usado o mesmo recurso de som, momento em que os membros da família andam pelo sertão até sumirem completamente de cena.⁷ Cabe ressaltar que só na metade do filme⁸ aparece o carro de boi em cena, tornando possível localizar a fonte desse ruído, que não está mais em *off* e passa a compor a atmosfera diegética da cena.

Essa inscrição sonora é importante para construir uma *mise-en-scène* bastante característica da obra, pois o som acompanha todo o curso do filme, como um *Leitmotiv*⁹ de *Vidas secas* (1963), na tentativa de gerar uma experiência mais imersiva ao espectador e provocar um incômodo e uma inquietação que parecem se naturalizar ao longo da narrativa. Essas escolhas poéticas e técnicas de Nelson Pereira dos Santos

5 Sequência que se inicia no plano 1.

6 Diz-se de toda ação que se desenrola fora do campo, mas que pode ser percebida seja pelo som, seja pelos seus efeitos visíveis causados nos elementos em campo.

7 Sequência que finaliza no plano 225.

8 Sequência que se inicia no plano 186.

9 *Leitmotiv* é um motivo musical que é associado a um personagem, objeto, lugar ou ideia em uma obra cinematográfica. Ele é usado para criar uma sensação de identidade e coesão na obra, como também pode ser usado para criar suspense ou tensão.

se erguem também como escolhas políticas, à medida que elas parecem se servir de uma crítica social em relação às circunstâncias que pesam sobre a família de retirantes. É evidente que um dos grandes desafios de Nelson Pereira dos Santos foi criar um filme quase sem diálogos ou mesmo com diálogos supereconômicos, ao passo que explora bastante os recursos de som e silêncio, alternando entre eles, a fim compor a atmosfera subjetiva dos personagens e um espaço geográfico hostil.

Tendo isso em vista, o ruído do carro de boi é uma experiência típica no sertão brasileiro e bastante relacionada às migrações internas na região. Percebe-se, então, a inscrição de vários aspectos que parecem ser constitutivos de uma experiência daquele tipo de Brasil, onde uma grande parte dos sertanejos é forçada a sair em busca de novas áreas passíveis à exploração, geralmente, bem além dos territórios que já ocupavam. Nesse processo migratório, o carro de boi se torna um recurso indispensável para levar mudanças e para explorar novas possibilidades de subsistência.

Nesse âmbito, o carro de boi é trabalhado de duas maneiras complementares e distintas: em uma abordagem mais denotativa, indicando essa experiência que é bastante característica da região, como transporte de carga e um instrumento de trabalho na terra; e, em uma maneira conotativa, como se o som reafirmasse uma situação sem saída para a família de retirantes.

Além disso, o ruído do carro de boi é usado como um recurso cinematográfico metafórico da trama. Como já mencionado, ele aparece recorrentemente ao longo do filme e, ao final, constrói uma rima sonora com a cena inicial. Isso gera uma espécie de cápsula/recurso cíclico para a história, que está aliada também a uma rima visual. O carro de boi opera na linearidade da história, como se a miséria e a opressão não tivessem fim para os personagens, pois ele abre e fecha a narrativa fílmica (Johnson, 1981). Isso lança uma tese sobre o caráter cíclico da miséria e da fome em nações subdesenvolvidas.

Ainda sobre o som do carro de boi, mas em outro momento da narrativa, Fabiano desce e vai em direção à casa do patrão, logo após chegar à cidade montado nesse meio de transporte rural. À medida que ele entra no local, o ruído do carro de boi, fora de campo, vai diminuindo

e cedendo lugar ao som de um violino que está tocando, também fora de campo, na casa do patrão. Logo em seguida, o instrumento musical aparece em cena.

Fica evidente o desenho de som que Nelson Pereira dos Santos inscreve nesse momento, contrastando o som do carro de boi ao passo que o modula ao som do violino, um objeto relacionado à cultura erudita, e que está localizado dentro da casa de seu patrão. Assim, o cineasta traça, cinematograficamente, uma tensão de classes no filme, a partir de desigualdades simbólicas que compõem universos sociais discrepantes.

Essa interposição de sons ligados às experiências tradicionais da região, junto à inserção do som de um instrumento erudito, parece vir como um recurso de distinção das vivências de Fabiano frente às de seu patrão. Essa escolha do cineasta também parece caminhar para uma valorização do tradicional, do autêntico e do regional através da figura de Fabiano, opondo-se à figura do letrado, dono das terras, pois a sequência é conduzida pelo ponto de vista de Fabiano. Esses aspectos são inscrições cinematográficas de experiências regionais populares, aspecto que converge com um projeto de nação já esboçado pelos baluartes do Modernismo brasileiro, sobretudo quando Oswald de Andrade destaca, no *Manifesto da poesia pau-brasil* (1924), que “A poesia existe nos fatos. Os casebres de açafraão e de ocre nos verdes da Favela, sob o azul cabralino, são fatos estéticos. [...] A Poesia para os poetas. Alegria dos que não sabem e descobrem”.

Domar a luz: câmera, fotografia e locações

Além do som, a fotografia talvez seja o local em que o cineasta mais inovou poeticamente. A caatinga é o espaço geográfico que serviu de locação para *Vidas secas* (1963). Ela é capaz de criar uma imagem cinematográfica quase desértica, dominada por um branco estourado pelo excesso da luz ambiente. Dessa forma, o desafio de Nelson Pereira dos Santos foi domar essa luz, poucas vezes fotografada no cinema brasileiro até então.

Luiz Carlos Barreto, o fotógrafo do filme, foi um dos responsáveis por inscrever imagens pioneiras do sertão e da caatinga nas produções

cinematográficas brasileiras. Indo na contramão do que se esperava ao fotografar esse tipo de luz, Nelson Pereira dos Santos propôs ao fotógrafo que realizasse um trabalho mais livre, experimental, sem filtros, lente nua, com o máximo de iluminação natural. Isso é perceptível no fato de que o diafragma da câmera está focado no rosto do personagem, em primeiro plano, e tudo o que está no plano de fundo do quadro fica com a luz estourada. Isso foi feito na tentativa de transmitir uma luz ofuscante, muito clara, caracterizando a seca e as altas temperaturas próprias da região de filmagem.

Importa destacar também que esse estilo de fotografar *Vidas secas* (1963) acompanha a linha de pensamento da escola do fotógrafo francês Cartier-Bresson, popularmente conhecida como “lente nua”. No Brasil, esse movimento estético – baseado puramente na capacidade da lente, sem intermédio de filtros – teve expressão, principalmente, por meio dos trabalhos do fotógrafo José Medeiros. No caso das filmagens do filme em análise aqui, isso significou um trabalho de controle de luz com base no contraste entre os rostos dos atores, fotografados em tom de luz mais branda, e as locações castigadas pelo sol e pela seca ao fundo, intencionalmente superexpostas e “estouradas”. Foi a partir dessa dinâmica que o trabalho de Luiz Carlos Barreto foi conduzido poeticamente, ao intermediar a fotografia entre planos.

Outro aspecto que permitiu o controle da luminosidade no filme foi a presença de elementos físicos e geográficos característicos da caatinga. Esses elementos serviram estrategicamente à fotografia, à medida que imprimiam nuances de tons e formas, produzindo uma textura de gravura às imagens que lembram as xilogravuras que ilustram as literaturas de cordel.

Nessas circunstâncias, o diretor é forçado a usar um *mise-en-scène* que é ligado à fotografia, no qual os atores se posicionam, dentro de um intervalo de sombras do preto ao branco, até alcançar aquele branco levado no fundo para podermos ver se isso pode ser feito com as árvores que estão lá, as moitas, os arbustos, aqueles obstáculos, aquela luz cega. Isso imprime ao filme, à fotografia, momentos muito bonitos, como madeira entalhada, dentro do preto e branco – do preto total ao branco total, esta combinação de preto e branco, belos cinzas – realmente, deu muito trabalho (Papa, 2005, p. 31).

Essa escolha de fotografar toma a luz tropical como parâmetro, toma a estética do sertão como referência para essas produções realizadas naquela região, em um evidente esforço de tentar compreender e exaltar esse tipo de Brasil, tomando-o como próprio modelo de apresentação para si e, à luz das ideias de Oswald de Andrade, para exportação. É importante citar que, naquele momento, os maiores expoentes dessas escolhas estéticas no cinema foram *Vidas secas* (1963) e *Deus e o Diabo na Terra do Sol* (1963), que tiveram uma reconhecida projeção no Brasil e no exterior, quando foram escolhidos para representar o país no Festival de Cannes, na França, em 1964.

A inovação imagética proposta pela fotografia de *Vidas secas* (1963) só foi possível a partir do uso da técnica cinematográfica a serviço de uma poética política. Nelson Pereira e Luiz Carlos Barreto insistiram em escolhas cinematográficas que desafiaram as imposições técnicas dos laboratórios fotográficos da época, que tentavam corrigir as luzes estouradas das películas. Esse novo uso da técnica fotográfica auxiliou *Vidas secas* (1963) a se estabelecer enquanto uma referência imagética incontornável para o cinema brasileiro. Além da força poética, o impacto político da obra parece estar justamente na construção das imagens de um Brasil ainda pouco assistido e visibilizado, onde suas formas artísticas conduzem a uma experiência de incômodo, sobretudo pela fotografia estourada, pelo uso do som inquietante e pelos longos momentos de silêncio entre os personagens.

Dentro dessas circunstâncias de filmagem, a luz forte da região se estabelece como uma personagem do filme que, durante o processo de migração da família, conduz os personagens do nada para o nada. Essa intensa exposição que a luz gera nas cenas chapa as imagens de um branco inquietante, criando, assim, um estilo de cinema que seria retomado em algumas produções posteriores do cinema nacional.

Considerações finais

Pensar a nação como uma narração e um discurso constantemente revisitado e atualizado permite questionar uma visão horizontalizada desse tema. A filmografia de Nelson Pereira dos Santos é um esforço,

artístico e intelectual, de recontar temas relevantes socio-historicamente para o país. À luz das contribuições de Bhabha (1998; 1990), é possível pensar como esse cineasta compreende, metaforiza, reconta, reimagina e inscreve a nação brasileira por dentro de seus filmes, mas fundamentalmente pela obra em análise aqui.

Nesse sentido, a figura dos sertanejos e retirantes sucumbidos pela seca no interior do Nordeste está relacionada às diferentes faces de um Brasil bastante difuso, heterogêneo, miserabilizado por problemas geográficos agravados por uma modernização capitalista que assistia a poucos, por causa de um Estado ausente e politicamente dividido. A narrativa sobre esse tipo de Brasil, descrito na obra de Graciliano Ramos e levada ao cinema por Nelson Pereira dos Santos, propõe pensar a construção da nação a partir da história de suas demandas, onde, antes de tudo, é preciso questionar a coesão social moderna, as comunidades homogeneizadas e um progresso teleológico que comporta uma marcante ambivalência frente às diferentes temporalidades – arcaico e moderno, passado e presente – que vêm informar, assim, uma infinidade de outras posições e circunstâncias sociais (Bhabha, 1990).

Algo muito semelhante acontece ao painel de imagens dos vivos em *Vidas secas* (1963), onde os resquícios do velho e do arcaico tendem a indagar uma modernidade que toma a narrativa de nação com a finalidade de mediar seu próprio progresso. Nesse âmbito, tanto Graciliano Ramos quanto Nelson Pereira dos Santos apontam para as disjunções e para o que fica à margem dos fluxos modernizadores no Brasil, à medida que denunciam as fissuras culturais dos processos civilizatórios nacionais, bem como a porosidade que há na percepção monolítica de nação.

Referências bibliográficas

ANDRADE, Oswald. Manifesto da poesia pau-brasil (1924). In: ANDRADE, Oswald. *Obras completas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970. p. 3-10. v. VI.

AUMONT, Jacques. *Le cinéma et la mise en scène*. Paris: Armand Colin, 2006.

ARMANI, Carlos Henrique. Apontamentos acerca dos tempos de escrita de Nação. *Biblos*, Rio Grande, 15, p. 17-24, 2003

BARBOSA, F. Márcia. Nação, um discurso simbólico da modernidade. *Crítica Cultural* (Critic), Palhoça, SC, v. 6, n. 1, p. 203-216, jan./jun. 2011.

BHABHA, Homi K. *Nation and Narration*. 1ª edição. Editora Routledge, 1990, p. 1-8; 291-322

BHABHA, Homi K. Narrando a nação. In: ROUANET, Maria Helena. *Nacionalidade em questão*. Rio de Janeiro: UERJ, 1997, p. 48-59.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Trad. Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis e Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

BONFIM, Júlio César B. *Vidas secas, do livro ao filme – Estudo sobre o processo de adaptação*. Dissertação do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

CANDIDO, Antonio. *Formação da Literatura Brasileira*. 6. ed. São Paulo: Martins, 1981, p. 10. v. 2.

DARRÉ, Yann. Esquisse d'une sociologia du cinéma. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n. 161-162, p. 122-136.

DERRIDA, Jacques. *Gramatologia*. Tradução: Miriam Schnaiderman e Renato Janini Ribeiro. 2. ed. São Paulo: Perspectiva/ Ed. Universidade de São Paulo, 2008.

DERRIDA, Jacques. *Escritura e diferença*. Tradução: Maria Beatriz Marques da Silva. São Paulo: Perspectiva. 1995.

FARIAS, Edson S. de. Pensando o Brasil em filmes. *Anais do XIX Seminário Interno de Pesquisa do Grupo Cultura, Memória e Desenvolvimento – ICS/UnB*. Brasília, 9 a 11 dez. 2015.

JOHNSON, Randal. *Vidas Secas and the Politics Of Film Adaptation*. College of Liberal Arts, Rutgers University, 1981, p. 3-18.

OLIVEIRA JR., Luis Carlos. *A mise-en-scène no cinema: do clássico ao cinema de fluxo*. Campinas, SP: Papirus, 2013.

PAPA, Dolores (org.). *Diretores brasileiros, Nelson Pereira dos Santos – Uma cinebiografia do Brasil. Rio 40, graus – 50 anos*. Rio de Janeiro: Onze do Sete Comunicação, 2005.

RAMOS, Graciliano. *Vidas secas*. 96. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SABOURAUD, Frédéric. *L'Adaptation au cinéma: le cinéma a tant besoin. d'histoires*, Paris, Cahiers du cinéma/SCÉRÉN-CNDRP, « les petits Cahiers » 2006.

SADLER, Darlene J. *Nelson Pereira dos Santos*. Campinas, SP: Papirus, 2012.

SALEM, Helena. *Nelson Pereira dos Santos. O sonho possível do cinema brasileiro*. Rio de Janeiro: Record, 1996.

Referência filmográfica

Vidas secas (1963). Diretor: Nelson Pereira dos Santos.

Quarta Seção
Política, Religião, Cidadania e Segurança Pública

Sociologia da violência e da conflitualidade para quê?

Entendendo o conflito e a violência no contexto escolar

Paulo César Martins Stumpf

Introdução

A violência em si é um problema que muito preocupa a sociedade e, quando se trata do ambiente escolar, não faltam relatos de pessoas que vivenciaram ou presenciaram casos de violência. Falar sociologicamente sobre violência escolar é buscar meios para se entender esse fenômeno e desenvolver estratégias para combatê-lo.

O presente texto objetiva expor e discutir formas de violência presenciadas em escolas, por meio de relatos de estudantes do ensino médio, professores, coordenadores e diretores de escolas da rede pública de ensino do Distrito Federal (DF). Os relatos foram colhidos entre os anos de 2014 e 2019, após a realização de oficina que lidava com o tema e que evidenciava essa situação nas escolas. Como professor da rede pública de ensino do DF desde o ano de 2014 até o presente momento, começo o ano letivo realizando uma oficina sobre *bullying* com os alunos. Como produto dessa oficina, os alunos me entregavam redações sobre o tema, sabendo que seu anonimato seria garantido. Dessas redações retirei falas de alunos que poderiam fortalecer conceitos e exemplificar situações, e as compartilho aqui neste trabalho. As narrativas dos professores, diretores e coordenadores foram retiradas da minha pesquisa de dissertação de mestrado ao longo do ano de 2019, na qual foi realizado um trabalho de campo em duas escolas do DF que atendem alunos de comunidades com os mais elevados índices de crimes contra a vida da cidade (Cidade Estrutural e Fercal). Foram realizadas, com esses profissionais, entrevistas semiestruturadas para que pudessem falar da violência escolar e das formas pelas quais as instituições administravam esses casos.

A intenção da pesquisa foi de que outras escolas percebessem a importância de se debater esse tema, seguindo as orientações já previstas

em legislação¹ e demonstrando que casos de violência, como o *bullying*, podem ser superados e até prevenidos. Trata-se de romper com o senso comum, que busca resultados rápidos, porém, pouco eficientes, como a repreensão policial (que não sana o problema), a expulsão do aluno (repassando para outra instituição o problema) ou deixar que o assunto se resolva por si só, agravando casos de violência.

Iniciaremos falando sobre a violência escolar, abordando conceitos como o de *conflito*, que é fundamental para se compreender as relações sociais e que difere do conceito de violência. Seguiremos falando sobre *bullying* e suas tipologias, com exemplos reais expostos principalmente por alunos, tratando de vítimas e agressores. Falaremos da dificuldade em se distinguir o que seria violência da brincadeira partilhada entre os alunos, deixando claro que a afronta moral é o que diferencia uma da outra. Finalizaremos este trabalho falando sobre formas de administração de conflitos que podem ser adaptadas a diferentes contextos.

Conflito e violência no contexto escolar

Ao discutir conflitos, violência e relações sociais, George Simmel² (1858-1918) afasta a concepção de sociedade enquanto um todo coeso e unitário. Ao considerar a multiplicidade de ações possíveis em uma sociedade, Simmel (2008, p. 9-10) argumenta que essa deve ser caracterizada por:

1 Lei n. 13.185, de 6 de novembro de 2015, que visa o combate ao *bullying* nas escolas. O projeto determina que seja feita a capacitação de docentes e equipes pedagógicas para implementar ações de prevenção e solução do problema, assim como a orientação de pais e familiares, para identificar vítimas e agressores. Também estabelece que sejam realizadas campanhas educativas e fornecida assistência psicológica, social e jurídica às vítimas e aos agressores. A punição dos agressores deve ser evitada “tanto quanto possível” em prol de alternativas que promovam a mudança de comportamento hostil. E a Lei n. 13.663/2018, que busca reforçar a lei de 2015 e diminuir as estatísticas de violência escolar. Ambas as leis obrigam que escolas realizem ações que combatam e conscientizem sobre o problema da violência escolar, como o *bullying*.

2 Georg Simmel foi um autor ensaísta ligado a uma cultura filosófica que buscava novas perspectivas. Para ele, a realidade moderna não se encaixa na visão de mundo claro e bem resolvido e, por meio de seus ensaios, buscou mais articular um conjunto de perguntas do que apresentar respostas.

Um emaranhado de múltiplas e díspares relações entre indivíduos, numa incessante interação de uns com outros, inseridos, por seu turno, em estruturas superindividuais mais amplas – o Estado, o clã, a cidade, a família ou o sindicato – que, afinal, não passam de cristalizações dessa interação, embora possam obter uma real autonomia e contrapor-se ao indivíduo como poderes estranhos e externos, simultaneamente tutelares e opressores.

Dessa forma, a associação de indivíduos se fundamenta no impulso de se relacionarem uns com outros, e caberia à Sociologia identificar as formas de socialização que constituem a vida coletiva.

Simmel (1983) analisa o conflito argumentando que ele é uma das formas mais vívidas de interação entre indivíduos, sendo um modo de resolver divergências que possibilita algum tipo de unidade. O autor considera o conflito como algo constitutivo das pessoas, uma vez que “o indivíduo não alcança a unidade de sua personalidade exclusivamente através de uma harmonização exaustiva” (Simmel, 1983, p. 124). O conflito é um elemento básico da interação social, está inscrito em nossa própria natureza e é constitutivo na nossa sociedade. Sendo assim, não há uma ambição em eliminar o conflito, visto que ele é a forma de sociação³ mais importante, destinado a resolver dualismos.

O autor (Simmel, 1983), ao estudar as formas de sociação (associação e dissociação), percebe que as sociedades interagem no consenso ou no conflito. O conflito não é o fim da sociedade, mas sim a forma como a sociedade se estrutura, não é transitório e não se resume a uma dimensão, sendo permanente e aparecendo em inúmeras dimensões.

Devemos observar a importância do conflito em espaços escolares, sem buscar seu fim, mas sim sua administração, para que não evolua para uma violência. Diferentemente da violência, o conflito deve ser visto como um fenômeno sociativo dos indivíduos. Assim, reconhecer que o conflito está presente no ambiente escolar e debater os casos

3 A sociação ocorre quando os indivíduos estabelecem uma relação de interdependência ou reciprocidade em suas relações sociais. Essa sociação pode refletir não apenas relações harmoniosas, mas também relações conflituosas. Quando esses conflitos são superados, eles contribuem para a sociedade como um todo. Por outro lado, a dissociação representa a separação ou desvinculação entre os indivíduos, sendo parte integrante do processo de transformação social.

vivenciados podem ser algumas das formas para se lidar com ele. Nesse contexto, a Sociologia pode oferecer ferramentas conceituais que auxiliam na identificação e compreensão desse fenômeno social, como reflete Nalayne Mendonça Pinto (2015, p. 172):

No conflito desenvolvem-se regras de conduta e formas de expressão das divergências, e, além disso, há nele uma função unificadora, pois aproxima pessoas e permite uma socialização pelo conflito. Por isso favorece um comportamento socializado através das diferenças, promove regulação social através de normatização e determinação de normas e regras de convivência entre os agentes em conflito. Se seguirmos a leitura de Simmel, os conflitos relatados no ambiente escolar seriam caracterizados como parte da vida escolar e comum entre os jovens. Caberia, então perguntar se assim são percebidos os conflitos no ambiente escolar estudado, e, de que forma o encaminhamento desses conflitos podem (ou não) ser produtores e fomentadores de consensos e diálogos entre eles.

A violência não é um fenômeno isolado, pois é resultante de interações sociais e se manifesta de formas específicas em cada cultura conforme um conjunto de normas e valores que orientam indivíduos em uma sociedade, sendo necessário, neste caso, levarmos em conta as categorias nativas acerca de violência e as formas de lidar com ela nas comunidades onde se localizam as escolas e de onde vêm os alunos. Com a compreensão das instâncias de funcionamento do conflito, seria possível vislumbrar formas de lidar com ele e, com isso, prevenir casos de exclusão causados pela violência escolar. Bernard Charlot e Jean-Claude Émin (1997, p. 1, tradução nossa) classificaram a violência escolar em três níveis:

- a) violência: golpes, ferimentos, violência sexual, roubos, crimes, vandalismo;
- b) incivilidade: humilhação, palavras grosseiras, falta de respeito;
- c) violência simbólica ou institucional: compreendida como a falta de sentido de permanecer na escola por tantos anos; o ensino como um desprazer, que obriga o jovem a aprender matérias e conteúdos alheios aos seus interesses; as imposições de uma sociedade que não sabe acolher os seus jovens no mercado de trabalho; a violência das relações de poder entre professores e alunos. Também é a negação da

identidade e satisfação profissional aos professores, a sua obrigação de suportar o absenteísmo e a indiferença dos alunos.

Charlot e Émin (1997) falam sobre a sensação de que antigamente a escola parecia mais segura e, com o passar do tempo, essa sensação de insegurança foi tomando conta da percepção da população. No entanto, o que ocorre é que a violência escolar não é um fenômeno novo, mas que seus meios foram acompanhando as mudanças sociais – como a prática de violência por meios virtuais, por exemplo.

Há três tipos de violência que devem ser observados no ambiente escolar: a violência *na* escola, que ocorre no cotidiano da escola entre os membros e frequentadores desse ambiente (dentro da escola e em seus arredores), podendo ser agressões físicas, verbais ou simbólicas. A violência *contra* a escola, sendo a instituição física vítima de depredações/vandalismos praticados tanto por membros da escola quanto por pessoas não ligadas à instituição. E, por fim, a violência *da* escola, que são práticas da instituição e de seus representantes que prejudicam seus membros, por meio de abuso de poder ou má condução dos preceitos da instituição.

Dentre as violências que se manifestam em ambientes escolares, a próxima seção tratará do *bullying* – palavra nem sempre conhecida pelos alunos (muitos a conceituam como “zoação”), mas com ações muito impactantes nas relações escolares. Essa violência tem seu combate amplamente divulgado por meios de campanhas e que possui uma legislação específica, já que se apresenta de forma muito banalizada nas escolas por sua característica de humilhar vítimas de forma repetitiva.

Em busca de uma compreensão do fenômeno do *bullying*

O *bullying*, que ocorre tanto em ambientes escolares como em seus arredores, vem da palavra inglesa “valentão” ou “brigão”. Remete aos alunos que utilizam de meios violentos para humilhar outros alunos. É percebido como agressões que ocorrem de forma intencional e frequente, praticadas por uma pessoa ou grupos ligados à comunidade

escolar⁴, contra um ou mais membros desse ambiente. Nesse processo, as vítimas se sentem humilhadas e não costumam encontrar meios para se defenderem. A prática do *bullying* pode tornar a vida escolar insustentável e problemática, principalmente para a vítima e para as testemunhas, que preferem não interferir para não se tornarem também alvos dessa violência.

Segundo dados do quarto volume de 2018 do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), três em cada dez estudantes no Brasil são vítimas frequentes de *bullying* (29% dos alunos brasileiros, sendo 23% a média da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE). O resultado do não combate ou prevenção do *bullying* pode ir desde o aumento da evasão escolar ao baixo rendimento escolar e até a fatalidades, como homicídios ou suicídios.

O *bullying* é uma realidade cotidiana e deve ser tratado de forma séria, sem negar a existência do problema. Na pesquisa desenvolvida entre 2014 e 2019, um dos diretores entrevistados no ano de 2019 relatou que atualmente as pessoas estavam muito sensíveis e se ofendiam com qualquer brincadeira, diferente da sua época em que as pessoas não reclamavam de tudo. Atitudes assim fortalecem atos de *bullying*, prejudicando a interação dos participantes do âmbito escolar. Se a vítima, que vê no corpo docente uma autoridade para sanar conflitos, percebe que a própria autoridade nega o problema e, assim, não consegue encontrar outra orientação ou ajuda, ela tem sua humilhação normalizada, como no relato apresentado por um aluno:

Eu era excluído dos meus colegas e várias vezes sofria agressão física por um deles. Falei para minha mãe e ela foi procurar a escola, a diretora chamou a mãe do meu colega para tentar resolver a situação, ela o colocava de castigo, mas não funcionava. Quando foi no final do ano, minha mãe me afastou da escola e começou a me ensinar em casa e eu ia para a escola simplesmente para fazer provas (Relato de um aluno do ensino médio entrevistado no ano 2017, que teve problemas quando esteve cursando o ensino fundamental).

4 A comunidade escolar é formada tanto por alunos, professores, coordenadores, diretores, funcionários quanto pela família dos estudantes. Ou seja, todos os envolvidos na proposta político-pedagógica da escola.

Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), há conceituados oito tipos de ações relacionadas ao *bullying*: o material, o verbal, o físico, o psicológico, o *cyberbullying*, o moral, o sexual e o social.

No *bullying* material, o agressor decide, por meio dos bens materiais da vítima, criar uma situação de humilhação ao rasgar, sujar, esconder ou danificar os pertences da vítima para assim intimidar e demonstrar o poder que este tem sobre ela.

O *bullying* verbal é o tipo mais comum, já que a fala é algo muito presente no cotidiano, com mais oportunidades para se agir por meio dela, não sendo necessários outros recursos, e as consequências são mais brandas. Além disso, nem sempre é possível se provar o que foi dito com o intuito de diminuir ou constranger alguém. É também o mais difícil de se identificar, pois mesmo constrangendo a vítima, essa muitas vezes aparenta não se importar, seja para que cessem as provocações, seja para ser aceita em determinado grupo. São as piadinhas, apelidos ou até ameaças.

No relato de uma das alunas entrevistadas:

Só queria que eles me esquecer (sic) de mim, sempre fui discreta e só por ser novata e usar tranças era motivo de piada [...] Na minha opinião, uma maneira de evitar o *bullying* é a pessoa não ligar para o que os outros dizem sobre o seu respeito (sic), porque quanto mais a gente se importar com o que os outros falam, mais a gente vai ser infeliz, porque ninguém é perfeito e todos temos. (Aluna de ensino médio entrevistada em 2016).

Neste relato, outra aluna apresenta um *bullying* verbal por conta de sua situação social:

Eu tinha por volta de 10 anos e morava em lugar onde não tinha asfalto e a casa era financiada pela Caixa em bairro bem distante [...] os meninos começaram a falar que eu era pobre por morar em lugar que não tinha asfalto que eu não podia reclamar com eles porque eu morava em uma casinha da Caixa, me chamando de pé de “Toddy” e tudo mais (aluna de ensino médio entrevistada em 2016).

O *bullying* físico, por sua vez, está ligado a agressões corporais, causando danos físicos à vítima. Por meio de violência contra o corpo da vítima, o agressor busca impor sua autoridade.

O *bullying* psicológico é caracterizado por comentários e ações que ferem os sentimentos da vítima. O agressor ignora, exclui, isola, persegue, amedronta, aterroriza, intimida, entre outras ações, com o intuito de abalar a dimensão emocional de sua vítima (Stumpf, 2017).

O *cyberbullying* é a prática de perseguir alguém em meio virtual, geralmente em redes sociais, sendo seu alcance muito maior. Na escola, dezenas ou até centenas de alunos são possíveis agressores, mas na internet os ataques podem partir de e serem presenciados por milhares de pessoas, potencializando a humilhação. O *cyberbullying* pode ser dividido em sete formas: a calúnia, quando se afirma que a vítima praticou ato criminoso; a difamação, quando se apresentam informações que atingem a honra da vítima; a injúria, sendo qualquer opinião depreciativa contra uma pessoa; a ameaça; o constrangimento ilegal, ou seja, ameaçar alguém a fazer ou deixar de fazer algo em meio virtual; a falsa identidade, como criar um perfil de uma vítima e o usar para constrangê-la; e perturbar a tranquilidade, com o envio de mensagens incômodas frequentes.

Há, ainda o *bullying* moral, que visa difamar e caluniar as vítimas, prejudicando suas interações sociais. Esse é um tipo muito comum entre as garotas, que se utilizam de formas para afrontar a honra, diminuir e humilhar a pessoa, minando principalmente as possibilidades de as vítimas terem relacionamentos amorosos.

Já o *bullying* sexual, por meio de assédios e abusos, é utilizado para induzir uma pessoa a fazer um ato sexual que não queira no intuito de se impor, sendo que a vítima não conseguir se defender. Esse tipo de violência é muito controverso, pois pode ser considerado um crime passível de intervenção policial e jurídica, já que pela legislação essa prática se encaixaria como estupro mesmo que não ocorra a penetração nem o sexo em si. Segundo o relato de uma vítima entrevistada no ano de 2014, na aula de educação física um grupo de alunos a empurrava contra uma grade com o intuito tanto de a agredir fisicamente, quanto de passar a mão em suas partes íntimas.

E, por fim, há o *bullying* social, em que a vítima é excluída de atividades sociais e tem dificuldade de se socializar com os membros da escola, sendo ignorada, excluída ou isolada, como no caso de uma aluna do Ensino Médio na cidade de São Sebastião, que, em 2016, relatou que, quando era estudante do Ensino Fundamental, influenciava outros alunos para não se relacionarem com uma aluna de quem ela não gostava.

Os agressores são opressores que ameaçam suas vítimas por motivos banais, visando apenas impor sua autoridade. Quando praticam *bullying*, sentem-se realizados. Já as vítimas são pessoas que apresentam, por exemplo, algum tipo de deficiência ou uma aparência física destoante do “padrão”, que pertencem a um grupo social diverso em relação ao do opressor, que possuem algum problema de saúde, ideologias diferentes, ou mesmo que pensam diferente. Enfim, qualquer um é uma vítima em potencial de *bullying*, diferindo apenas nas chances de sofrer a violência.

Pela abordagem da microssociologia, Randall Collins (2008) define duas formas em que a violência aparece: (1) na descoberta de uma vítima fácil para atacar ou (2) na atenção emocional vinda da plateia que assiste ao conflito. Os dois casos podem ser percebidos simultaneamente nos diversos tipos de *bullying*, visto que, além de buscar uma vítima que possivelmente não tenha capacidade de se defender, o opressor normalmente possui a necessidade de um público para incentivar seu ato, já que, se esse público repreender a ação, ele pode vir a se sentir acuado e não praticar esse ato novamente. Importante salientar que, muitas vezes, o público nem incentiva nem repreende o comportamento do agressor, por medo de alguém se tornar possível vítima. Na dinâmica de tensão e medo em meio aos ataques verbais e gestuais, pode-se romper a solidariedade entre indivíduos e, na identificação de um indivíduo vulnerável, a violência emerge.

A violência é um conjunto de vias em torno de tensão de confronto e medo. Apesar de sua arrogância, e até mesmo em situações de raiva aparentemente incontrolável, as pessoas estão tensas e muitas vezes temíveis na ameaça imediata da violência, incluindo a sua própria violência (Collins, 2008, p. 8, tradução nossa).

Violência ou brincadeira?

Você pode estar se perguntando: como eu posso identificar uma violência e não a confundir com uma brincadeira comum entre jovens, principalmente entre meninos, que normalmente possuem uma sociabilidade violenta?

Howard Becker (1963) oferece uma reflexão sobre como são formados os conceitos de “normal” e “desviante”, ou “certo” e “errado”, no contexto das interações sociais. Para construir a sua argumentação, inicia pela constatação da relação entre grupos sociais e regras: todos os grupos sociais elaboram regras (formais, informais) e tentam garantir o cumprimento delas. As regras sociais definem algumas ações como “certas” e outras como “erradas”. Nesse sentido, o indivíduo que quebra as regras acordadas pelo grupo é visto como desviante, mas o infrator também pode não ver uma legitimidade nessas regras nem perceber seus legisladores como sendo *outsiders*.

Um ato é ou não desviante a depender de como outros reagem a esse ato, de variações ao longo do tempo, de quem o comete ou por ele é prejudicado: “[e]m suma, se um dado ato é desviante ou não, depende em parte da natureza do ato (isto é, se ele viola ou não alguma regra) e em parte do que outras pessoas fazem dele” (Becker, 2008 [1963], p. 26).

Becker define o crime instrumentalmente, ou seja, não por aquilo que ele é, mas por aquilo que ele faz. Os grupos sociais criam o desvio através das normas e os indivíduos que não as seguem são punidos e rotulados como desviantes. O desvio não é uma qualidade ou ato, ele é definido pelo resultado, pela consequência do ato – se foi punido, ele é desviante. O desvio só pode ser tomado como produto das interações sociais envolvendo o comportamento e a resposta ao comportamento.

No processo de criminalização de um comportamento, essa ação não é naturalmente crime, mas se torna a partir da vitória de um grupo moral sobre outro. O crime só existe na medida em que produz uma ação vitoriosa de um grupo sobre outro. A imposição de regras está fortemente ligada a uma relação de poder: se tenho *status*, influência e recursos, tenho a capacidade de impor minha vontade a outros que não possuam esses meios. No modelo de Becker, o comportamento (uma

ação social) desperta uma reação moral. Essa reação é operada por um grupo social (os empreendedores morais) que conflita com os que defendem a ação desviante (grupo social oposto). Ou seja, há um conflito de significações morais. A partir da reação, um grupo ganha, e a ação social se torna repulsiva ou não para esses grupos.

Para Michel Misse (2012), quando dizemos que uma coisa é violenta, não estamos só a descrevendo, mas também convocando uma repressão a essa violência. A palavra violência está ligada ao crime. Uma vez que as violências que não são criminalizadas não são vistas como violência, elas devem ser contextualizadas para serem impedidas. Nessa perspectiva, podemos falar de como algumas atitudes eram toleradas nos espaços escolares e posteriormente foram criminalizadas. Temos como exemplo o uso da palmatória para disciplinar os estudantes. Aplicavam-se castigos físicos a fim de moldar os comportamentos e exigir a absorção de conteúdos ministrados pelos professores. A repulsa da sociedade por esses meios de castigo levou a um debate pelo qual foi decidido abolir essa forma de punição, tipificando-a enquanto crime. Mas podemos ir mais além ao pensarmos na banalização da violência que existe nas escolas, principalmente quando nos deparamos com narrativas do senso comum de que estaria havendo um excesso de vitimização e um excesso de sensibilidade da juventude contemporânea que não “aguenta” mais brincadeiras (violências banalizadas). Se antigamente violências eram vistas como parte da vida escolar, agora passam a ser condenadas, construindo um sentimento de repulsa a diversas formas de violência (físicas, simbólicas, psicológicas...).

No contexto da sala de aula, o que é uma violência é comumente confundido com o que são brincadeiras partilhadas entre jovens. A partir das concepções de Becker (2008) e Misse (2012), pode-se concluir que, para que haja violência, é preciso que se tenha uma interpretação de que o ato é violento, levando em conta o sentido dos atores e dos observadores acerca do fenômeno. Observar quem define um ato como violento se faz necessário para entender a dinâmica dessas relações, já que um ato pode não ser preocupante para um observador externo ou para o agressor, mas percebido como extremamente violento pela vítima desse ato – o trabalho do pesquisador é observar essas disputas de

sentido. Na modernidade há um consenso de criminalizar o que achamos violento (é raro que uma violência não seja criminalizada).

Assim, procuro apresentar o conteúdo desses atos por meio da noção de insulto moral, como um conceito que realça as duas características principais do fenômeno: (1) trata-se de uma agressão objetiva a direitos que não pode ser adequadamente traduzida em evidências materiais; e, (2) sempre implica uma desvalorização ou negação da identidade do outro [...].

O insulto aparece então como uma agressão à dignidade da vítima, ou como a negação de uma obrigação moral que, ao menos em certos casos, significa um desrespeito a direitos que requerem respaldo institucional (Oliveira, 2008, p. 136-137).

Muitos professores dizem que nem sempre intervêm em algumas situações de conflito ou violência, por acreditarem que aquilo seria uma brincadeira entre jovens daquela idade – mesmo as mais violentas entre os meninos, com agressões verbais e físicas, algo muito incentivado em nossa cultura. Caberia então que os envolvidos se manifestassem em determinados momentos para solicitarem que alguma autoridade intervisse. Porém, essa busca dos alunos por ajuda nem sempre é bem-vista pelos colegas, o que pode criar um ambiente problemático aos que não se sentem bem com algumas ações. Por outro lado, muitos professores, coordenadores ou diretores acham melhor intervir em algumas brincadeiras, já que, na visão deles, elas poderiam até se iniciar como diversão, mas tenderiam a se tornar uma violência se não fossem interrompidas:

Ele (professor) levou uma aluna até a direção exatamente com uma brincadeira dessa né que ele achou que fosse uma violência. Uma aluna pegou e arremessou uma caneta na cara da outra aí ele pegou e conduziu ela até a direção falando que se tratava de uma violência e ela afirmava categoricamente que era uma brincadeira. Bom, não se brinca com um amigo jogando caneta ou coisa do tipo na cara do outro então para gente configurou como agressão aí eu, como outros professores inclusive, tomei essa iniciativa de dizer que aluna tal teve esse comportamento e é interessante vocês conversarem com ela. A gente conversou com a aluna aí imediatamente a diretora diz “só vou conversar com a sua mãe”. Houve uma advertência oral e a diretora informou que gostaria de conversar com a mãe dela.

Quando é que você configura uma brincadeira de soco como agressão? Para você que está vendo é uma agressão, para eles que estão ali é uma brincadeira. Mas para aquilo ali se tornar uma violência depois é um passo, é um machucar o outro com um pouco mais de intensidade e aquilo ali desanda. Aquela brincadeira acaba se transformando em uma briga depois (Supervisor escolar entrevistado em 2019).

Podemos dizer que a categoria nativa de uma violência ou brincadeira nem sempre parte dos alunos, mas dos docentes que observam uma determinada situação e decidem se devem intervir: “Só o machismo e a homofobia que às vezes o cara tá fazendo a brincadeira meio machista, às vezes está fazendo uma brincadeira homofóbica, e aí você vê, mas a gente corrige, a gente sabe que o cara tá na intenção de brincadeira, mas é uma herança” (Professor em uma escola da zona rural do DF entrevistado no ano 2019).

A importância de se inibir uma brincadeira vista de fora por uma autoridade que não está envolvida no caso tem como pretensão evitar que essa brincadeira se torne uma violência. Ela é inibida com punições e não importa se os participantes consideram ou não aquilo uma violência, mas sim que aquilo pode se tornar um conflito com potencial de se agravar, devendo ser prevenido.

Na pesquisa apresentada por esse trabalho, há relatos de brincadeiras que se tornaram violência e que necessitaram de uma intervenção:

Teve um que até teve problema com o dente. [...] Dois colegas que vieram de outra escola classe, né, estudando na mesma sala e aí na hora da aula já começaram a tacar papel um no outro, brincando. No intervalo começaram um negócio de empurrar um ao outro, aí nessa de empurrar o outro empurrou um pouco mais forte e o outro já virou e deu uma mãozada, um murro na boca. Inclusive caiu o dente e aí teve um problema que veio a mãe, aí veio a confusão, um chegou chorando querendo bater no outro. [...] Uma coisa que começou na sala de aula como uma brincadeirinha de papel chegou na hora do intervalo com um murro na boca que quebrou um dente, uma mãe teve que pagar. [...] No primeiro momento a gente aplicou as normas da escola, né. No caso, como foi agressão física, a gente deu suspensão, chamamos os pais, conversamos com os pais sobre esse caso, inclusive a mãe realmente pagou o dente [...] o tratamento foi dessa

maneira, nós tivemos uma conversa, teve a suspensão de dois dias ou três dias (Supervisor escolar entrevistado em 2019).

Se a escola tem muita violência? Tem muita violência aos meus olhos, mas não necessariamente segundo esse conceito (de categoria nativa), tem violência entre eles, né, tem uma brincadeira interna ali, tem uma coisa que para eles não é violência e que para mim eu não entendo. Isso mesmo de xingamento né, aquele monte de palavrão, meu deus do céu que absurdo (Professora de ensino médio entrevistada em 2019).

Assim, a interferência em uma situação que aparenta ser uma brincadeira por vezes pode ser necessária, já que as vítimas nem sempre buscam ajuda e sentem que até mesmo o professor não faz nada para que as agressões acabem. No caso relatado a seguir, um professor não percebeu a gravidade de uma agressão que se intensificou e que exigiu que as famílias das vítimas trocassem as alunas de escola:

A menina era meio Caxias (muito comportada e estudiosa), certinha e tal e a turma pegava muito no pé dela mas nunca pareceu ser nada de mais até que um dia pegaram mais pesado com ela, estragaram o fichário dela. A mãe dela veio aqui na escola e a tirou da escola. Nessa mesma turma aconteceu semana passada, uma das meninas teve o celular furtado e tinha esse mesmo padrão assim, mais Caxias, mais certinha e tal e a turma também pegando no pé. A turma conseguiu tirar duas alunas da escola. Tem uma outra aluna de outra turma que a turma pega muito no pé dela e isso me incomoda porque acho que ela não leva na brincadeira. Eu tenho dificuldade de como controlar e de como me expressar com os alunos de forma madura para que eles não façam isso com ela... Essa menina se declarou uma vez para um menino na frente da turma e depois disso ela ficou marcada e o pessoal pega no pé dela (Professor do ensino médio em 2018).

Outros relatos mostram que, por vezes, para os alunos “se safarem” de punições após uma situação de conflito, ambas as partes dizem que aquilo não passava de uma brincadeira. Por um lado, isso pode ser positivo, já que demonstra que ambas as partes envolvidas chegaram a um comum acordo, cessando o conflito naquele momento, fazendo com que as sanções não fossem necessárias para intermediar o conflito. Por outro lado, pode ser preocupante, já que o conflito não será mais administrado e pode voltar a ocorrer se não tiver um acompanhamento.

Quando você (os alunos) vê que a direção vai intervir, eles começam a mudar a situação, [...] para evitar uma punição eles mudam, né. Acontece mais assim de começar a querer acontecer a briga, só que quando intervém a direção, aí eles mudam a situação e aí a coisa acalma (Professor da rede pública do DF do ensino médio entrevistado em 2018).

As “brincadeiras” vistas entre os alunos não são necessariamente casos de violência, mas a atuação de docentes para que estas não evoluam para uma situação de violência justifica-se em determinados casos, mesmo que as partes envolvidas não reconheçam a ação como violenta e afrontosa à moral.

A administração de conflitos

Campanhas, oficinas, palestras e seminários sobre violência, suas causas, prevenções, resoluções e consequências devem atingir não apenas os estudantes, mas também as famílias, os professores, gestores, funcionários – a comunidade escolar como um todo –, não só para que nenhum desses membros a pratique, mas para que ajude na sua prevenção e contribua na resolução de casos que venham a surgir. Segundo a Lei n. 13.185, de 6 de novembro de 2015, a solução mais indicada seria a de alterar o comportamento hostil do agressor com a participação de todos os envolvidos (principalmente com apoio psicológico e familiar), por meio de conversas com um mediador preparado para administrar esse conflito.

É importante deixar claro para as vítimas que atitudes desse tipo não devem ser toleradas ou normalizadas, e que elas devem buscar ajuda para superar a situação. Começar pelos familiares pode ser um meio importante para se encarar o problema, sendo de suma importância que os familiares estejam abertos ao diálogo e tratem a situação com seriedade, já que pode ser difícil para a vítima buscar ajuda e que assim faz principalmente por não aguentar mais humilhações. A família (ou se preferir, a própria vítima) deve iniciar um diálogo com a escola, expor o caso e cobrar para que se encerre.

A participação da família do agressor também é fundamental para contribuir para a resolução desse conflito. Ela deve convencer o agressor de que suas atitudes não são corretas, prejudicam a vítima, ele mesmo e o ambiente escolar como um todo.

Ainda, a escola, assim como as famílias, também deve estar aberta ao diálogo, reconhecendo que seu ambiente é passível de tais ações e deixando claro que não vai tolerar ou incentivar essas atitudes. Orientadores educacionais devem oferecer auxílio psicológico aos alunos. É importante que eles estejam preparados e bem orientados para lidar com casos apresentados por vítimas e testemunhas.

Em um estudo de caso que acompanhamos no ano de 2018 em uma escola localizada em São Sebastião, cidade do DF localizada a vinte e dois quilômetros do centro da capital, um grupo de alunos afirmou estar precisando de ajuda contra as humilhações que sofriam de pessoas da sua classe. Porém, a orientadora educacional não estava preparada para lidar com o assunto e não demonstrou interesse pelo caso. Pelo contrário, não identificou os agressores para realizar uma mediação e duvidou da veracidade do caso exposto pelas vítimas, argumentando que seria apenas uma desculpa para mudarem de turma, já que não possuíam um comportamento exemplar. Cabe questionar o porquê de não trocar os alunos de sala. Quais as consequências de não tratar o caso como real e, portanto, não o resolver. Importante salientar que a função da orientadora é não apenas tratar de assuntos educacionais, mas levar e acompanhar as demandas dos alunos, tratando-as com seriedade.

Nesse sentido, a escola tem papel fundamental no combate ao *bullying*. Como já mencionado, deve admitir que seu ambiente é palco dessa prática, orientando seus membros em como agir diante do problema e deixando claro que o seu foco é proibi-lo, cuidando para que ninguém o pratique. São algumas ações: conversar e escutar atentamente reclamações ou sugestões, incentivar alunos a informar sobre casos em que venham a presenciar uma ação violenta, estimular o combate ao problema, criar regras de disciplina em coerência com o regimento escolar que desencorajem atos de humilhação, interferir o quanto antes para evitar o prolongamento do sofrimento das vítimas, quebrando a dinâmica da violência.

Os professores, como convivem com maior frequência com os estudantes, devem estar preparados para agirem assim que perceberem algum caso, sempre dialogando com os alunos sobre o assunto e auxiliando quem precisar, sem ignorar o ocorrido ou achar que se trata de uma situação comum entre os jovens, como foi relatado por um aluno do ensino médio entrevistado no ano de 2015: “O pior de tudo é que quando essas piadinhas rolavam, eram sempre em sala de aula com presença de um professor e muitos deles fingiam não vê (sic) e simplesmente ignoravam”.

O ponto mais importante ao se ter conhecimento de casos de violência é o de iniciar uma mediação. Uma terceira parte nessa relação conflituosa que esteja preparada para lidar com todos os envolvidos é extremamente importante. Pode-se iniciar uma conversa em separado com vítimas e agressores, uma vez que deixar que ambos fiquem frente a frente pode gerar um constrangimento, principalmente para a vítima; envolver outros membros da escola e famílias quando necessário; não os expor ou constranger, evitando punições severas e buscando normalizar as relações entre os envolvidos; fiscalizar posteriormente para saber se a mediação alcançou o resultado pretendido etc. Construir um julgamento com ambas as partes em que há a mediação de um terceiro é visto como algo essencial para o ambiente escolar, pois “a capacidade de escuta e argumentação são dois recursos fundamentais que, quando deixam de existir, podem provocar situações de violência” (Dayrell; Carrano, 2014, p. 132).

Stumpf (2020) fala como punições severas costumam apresentar uma característica menos eficiente, porém muitos as acham mais simples de serem aplicadas. Expulsar o agressor pode parecer resolver o problema, mas sua eficiência é duvidosa, já que apenas repassa o problema para outra instituição que, se seguir essa mesma lógica, tornará a criar uma relação cíclica do conflito sem uma resolução plausível que contribua para as interações dos membros no ambiente escolar. Da mesma forma, envolver a polícia pode, inicialmente, se apresentar como solução eficaz, mas, como explica Kant de Lima (2004), dependendo da sua localização, a atuação da polícia e a forma como os conflitos são administrados por ela podem variar.

Isso fica mais claro nas disparidades entre os discursos de moradores de áreas periféricas e nobres. A brutalidade e a repressão são evidentes em uma, enquanto a mediação e a busca pelos melhores meios de solucionar um conflito são mais presentes na outra. A desconfiança que a polícia causa nos mais pobres também é um fator a ser observado, já que ela pode os humilhar, torturar, cometer injustiças e os vê de forma estigmatizada como inimigos a serem combatidos. Como argumenta Alba Zaluar (1985, p. 157), “é o policial, treinado para vigiar, controlar e reprimir as classes previamente definidas como perigosas, que acaba por reforçar o espelho negativo, montando nos estereótipos e preconceitos sociais e devolvido sem retoques, mas com violência, aos pobres”.

A forma como os gestores escolares buscam as instituições policiais para repassarem a responsabilidade da administração dos conflitos vai de encontro com a compreensão do ambiente escolar enquanto um âmbito de aprendizagem e tolerância. Os conflitos “são muito mais uma questão de relacionamento entre jovens e seus professores e entre estudantes e a instituição” (Dayrell; Carrano, 2014, p. 102).

Ações em curto prazo dão a falsa sensação de que o problema foi resolvido. No entanto, quando analisamos em longo prazo, verificamos que as dificuldades persistem com esse tipo de punição sem eficácia. A mediação de conflitos é mais complexa, exige preparo e tempo, porém, pode apresentar resultados melhores que punições severas e contribuir para a relação dos membros de determinada escola. Por isso, há uma grande preocupação em utilizar a mediação de conflitos para um efeito mais positivo e uma solução satisfatória desses conflitos, que claramente representam a diversidade que existe não só nas escolas, mas na sociedade.

Considerações finais

A violência escolar pode acabar gerando um desinteresse nos estudos, principalmente por parte dos que são vítimas de agressão, sendo possível que estes tenham uma queda no rendimento escolar, abandonem os estudos e agravem ainda mais os índices de evasão escolar. O conflito que se evidencia na escola a ponto de se tornar uma violência é

prejudicial para a relação dos membros que ali interagem. Salientamos a importância da consciência de que a violência é algo passível de ocorrer na escola e que deve ser evitada e adequadamente administrada. É preciso lidar com a violência **da** escola (quando a própria instituição utiliza de sua posição para tal prática), violência **na** escola (entre os membros que participam desse ambiente) e a violência **contra** a escola (quando a instituição é o alvo da violência), com a Sociologia oferecendo ferramentas para a administração desse fenômeno.

Não há como compreender a violência sem levar em conta o componente subjetivo que sempre depende de critérios elegidos: sejam eles de época, valores, de grupo ou individuais. Sendo assim, a violência não é um fenômeno isolado, pois é resultante de interações sociais e pode se manifestar de formas específicas em cada cultura, de acordo com o conjunto de normas e valores que podem orientar indivíduos em uma sociedade.

Com esses pontos expostos, podemos ver a importância de envolver todos os membros da comunidade escolar em ações de combate à violência. O diálogo pode ajudar a colaborar na administração dos casos em que a visão de que a violência se combateria com mais violência (como no caso de agredir agressores) não apresenta uma eficácia quanto à administração dos casos. A conciliação deve ser muito bem mediada, de preferência por alguém bem treinado que auxilie na administração dos casos que venham a surgir.

Referências bibliográficas

ABRAMOVAY, Mirian; RUA, M. das Graças. *Violências nas escolas*. Brasília: Unesco/ Instituto Ayrton Senna/ Unaidis/ Banco Mundial/ Usaid/ Fundação Ford/ Consed/ Undime, 2004.

BECKER, Howard S. *Outsiders. Estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008 [1963].

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Brasil no Pisa 2018* [recurso eletrônico]. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2020.

CHARLOT, B.; ÉMIN, J.-C. (coord.). *Violences à l'école – état des savoirs*. Paris: Masson & Armand Colin Éditeurs, 1997.

COLLINS, Randall. *Violence. A Micro-Sociological Theory*. New Jersey: Princeton, 2008.

DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo. *Juventude e ensino médio: quem é este aluno que chega à escola*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

LIMA, Roberto Kant de. Direitos Civis e Direitos Humanos: uma tradição judiciária pré-republicana?. *São Paulo em Perspectiva*, v. 18, p. 49-59, 2004.

MISSE, Michel. Violência, crime e corrupção: conceitos exíguos, objeto pleno. In: SANTOS, José Vicente Tavares dos; TEIXEIRA, Alex Niche (org.). *Conflitos sociais e perspectivas da paz*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2012.

OLIVEIRA, Luís Roberto Cardoso. Existe violência sem agressão moral?. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 23, n. 67, p. 135-146, 2008.

PINTO, Nalayne Mendonça. Percepções de jovens sobre conflitos e violências na escola. *Dilemas: Revista de estudos de Conflito e Controle Social*, ed. especial n. 1, 2015.

SIMMEL, Georg. *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

SIMMEL, Georg. *Filosofia da Moda: e outros escritos*. Lisboa: Edições Texto e gráfica, 2008.

STUMPF, Paulo C. M. *Análise da administração de conflitos em duas escolas de diferentes regiões administrativas do Distrito Federal*. Orientador: Michel Misse. 2020. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em <http://necvu.com.br/2020-analise-da-administracao-de-conflitos-em-duas-escolas-de-diferentes-regioes-administrativas-do-distrito-federal/>. Acesso em: 10 ago. 2023.

STUMPE, Paulo C. M. *O bullying nas escolas: Colocando a legislação em prática. 7º Encontro Nacional de Ensino de Sociologia na Educação Básica*. Brasília, 2017. Disponível em: <http://www.adaltech.com.br/anais/eneseb/resumos/PPT-eposter-trab-aceito-0334-1.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2023.

UNITED NATIONS, UNICEF. *Ending the torment: tackling bullying from the schoolyard to cyberspace*. New York. United Nations Publications, 2016.

ZALUAR, Alba. *A máquina e a revolta: As organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ZIZEK, Slavoj. *Violência – seis reflexões laterais*. São Paulo: Boitempo, 2014.

Filmes recomendados

Bullying, provocações sem limites. Direção: Josetxo San Mateo. Produção: José L. García Arrojo, Josep Anton Pérez Giner. Espanha, 2009, 1 DVD (1h35min), color.

Entre os muros da escola. Direção: Laurent Cantet. Produção: Caroline Benjo, Carole Scotta, Barbara Letellier e Simon Arnal. França, 2009, 1 DVD (2h8min), color.

Sociologia da violência e da conflitualidade para quê? **Segurança pública, cidadania e o extermínio de jovens** **negros no Brasil**

Laura Gonçalves de Lima

Introdução – Sociologia para quê?

A escolha por ser uma estudante de Sociologia, para mim, esteve relacionada com uma espécie de curiosidade acerca da maneira como as pessoas produzem sentido para o mundo em que vivem e, também, produzem sentido para si mesmas no mundo em que vivem. Entre os diversos fenômenos que poderiam constituir objeto de pesquisa capaz de enquadrar minha curiosidade, encontros e experiências, sobretudo as experiências de extensão universitária, acabaram por definir a violência como horizonte dessa minha curiosidade.

Deixe-me explicar um pouco melhor. Escolhi a Sociologia como campo de estudos um pouco mais tarde em minha formação, na pós-graduação. Formei-me em Relações Internacionais em um *campus* que oferecia poucos cursos, entre eles, Serviço Social. Nessa época, me envolvi com o trabalho de grupos de educação popular (grupos de extensão vinculados ao curso de Serviço Social) que colocaram, eu e minhas colegas, frente a realidades atravessadas por violações de natureza diversas. Trabalhamos com mulheres atendidas pelo Centro de Atenção Psicossocial – Álcool e Drogas (Caps-AD), que eram acolhidas para tratar questões decorrentes do uso abusivo de álcool e de outras substâncias psicoativas. Trabalhamos, também, com adolescentes que cumpriam medida socioeducativa no Centro de Referência Especializado em Assistência Social (Creas) da cidade em que morávamos.

Com Milton Santos (1926-2001), aprendi que cidadania é uma instituição decorrente de uma longa disputa por direitos e que afirma o direito de se ver protegido pela força contra o uso da força (Santos,

2020). Da cidadania decorrem todos os demais diretos. Ao compartilhar suas experiências e as histórias que compunham suas trajetórias, essas mulheres e esses adolescentes me ensinaram que, independentemente do que diz a letra da lei, a cidadania não era uma instituição igualmente efetivada em nossa sociedade. Grosso modo, foi a educação popular e foram essas histórias e trajetórias compartilhadas que me formaram uma pesquisadora de segurança pública.

Busco, enquanto pesquisadora brasileira, compreender primeiro como produzimos sentido para experiências de violação em nossa sociedade e como, por meio desses sentidos, permitimos que essas violações se repitam sistematicamente; e, ainda, fenômenos relacionados à repetição sistemática dessas violações, como produzimos significados para o direito à segurança pública e para a cidadania. Escrevi este artigo para apresentar às leitoras e aos leitores alguns de meus achados de pesquisa sobre as relações existentes entre a reflexão sociológica, a produção de políticas de segurança pública e a cidadania no Brasil redemocratizado. Estou ciente de que um tema tão indigesto não interessa a todos, mas espero que o texto inspire, ainda que por analogia, reflexões acerca das desigualdades que permeiam toda e qualquer atividade profissional em nossa sociedade – o que é, ao fim e ao cabo (e, claro, da forma como eu compreendo), o “para quê” fazemos Sociologia.

Segurança pública e cidadania no Brasil

A Constituição Federal de 1988, um instrumento de democratização e ampliação de direitos, é o documento que referencia as disputas acerca dos valores que orientam a produção de políticas de segurança pública no Brasil redemocratizado. Desta forma, antes de adentrarmos a uma revisão dos Planos Nacionais de Segurança Pública, é importante refletirmos sobre como o direito à segurança pública foi constitucionalmente inscrito. A “Constituição Cidadã” não foi produto de uma ruptura com os valores e as práticas do passado autoritário, mas sim de uma redemocratização negociada. Entre outras coisas, isso significa que a narrativa da redemocratização apresentou o retorno dos militares para os quartéis não como uma derrota, mas como uma retirada consentida.

Tratando-se especificamente do campo da segurança pública, o artigo 144 lista as instituições destinadas a garantir a segurança pública, mas não define competências, atribuições ou delimitações desse mandato. Segundo Muniz e Patrício (2018, p. 2-7):

Conservamos, no tema da segurança pública, a estrutura político-administrativa da Constituição autoritária de 1967 e da sua agenda de 1969: um fruto amargo dos *lobbies* das polícias para manter seus *status quo* e garantir monopólios e quase monopólios dos policiamentos públicos e estatais. A segurança pública permaneceu sem uma repactuação federativa que definisse, equilibrasse e articulasse as competências exclusivas e partilhadas entre os entes federados em sintonia com os princípios democráticos e republicanos. A segurança pública seguiu na “Carta Cidadã” com disfunções rentáveis e propositais que favoreceram incongruências e confrontos entre as previsões de direitos e as provisões do exercício do poder de polícia. Revelou-se uma dupla mensagem: enquanto uma mão constituinte positivou direitos, uma outra mão obscureceu os deveres dos meios de força policiais e combatentes possibilitando sua amplitude e autonomização.

[...] Tem-se uma espécie de cheque em branco, ou melhor, uma procuração em aberto entregue aos dispositivos de controle, em particular aos meios de força comedidos (polícias) e combatentes (forças armadas). É como se a prescrição presente na lei fosse suficiente para pavimentar o caminho que definiria os meios, os modos e as finalidades de cada instituição. E isto de tal maneira que o âmbito, o alcance e o contorno de atuação das instituições de segurança pública estariam sempre abertos a acertos de gaveta, aos acordos selados no fio do bigode do principal poder concedido ao estado: o poder coercitivo. Produziu-se, com isso, um limbo normativo-procedimental, um passaporte para invisibilidade e baixa institucionalidade das práticas de controle e regulação sociais que comprometem os esforços de controle externo, transparência e responsabilização.

Apesar de estar definida enquanto um direito e um dever de todos os cidadãos e cidadãs brasileiras, a segurança pública é ímpar em sua representação constitucional porque diferente dos demais direitos sociais, não prevendo a participação de conselhos deliberativos compostos pela sociedade civil. Conforme observado por Muniz e Patrício (2018), não

foram estabelecidos mecanismos de controle social¹ sobre as instituições de segurança pública, como se fossem o produto de um poder transcendental – o Estado, vocacionado à disciplina da cidadania, não obstante, indisciplinado.

Como o ideal democrático nem sempre pautou as ações dos órgãos do Estado, a segurança pública foi sendo vista mais como uma “faculdade” do Estado do que como um direito social propriamente dito, onde a população é chamada a opinar, criticar e propor. Um legado liberal autoritário que se estrutura a partir de uma noção de ordem, administrada pelo Estado, que é concebida como algo exterior que inventaria a própria sociedade e explicaria seus rumos. Uma ordem corretiva que se justificaria como superior, cuja transcendência permitiria civilizar e, por isso, seguir disciplinando a vida social. Uma ordem pública do Estado que, perseguindo o ideal de harmonia e uniformidade, desqualifica e reprova a ordem social real experimentada na sua diversidade e conflitualidade. Daí as noções de segurança nacional, segurança interna e segurança pública terem sido manobradas como se fossem a mesma coisa, isto é, a construção de cercas para garantir: 1) a proteção do Estado, 2) a proteção do patrimônio e, por fim, 3) a proteção de uma parcela de indivíduos ordeiros, disciplinados e cumpridores de suas obrigações, os “cidadãos de bens” (Muniz; Patrício, 2018, p. 9).

Ou seja, o arranjo constitucional demonstra que, em ambos os casos, das Forças Armadas e das forças policiais, havia disputas evidentes ou subentendidas que visavam garantir autonomia às instituições e, conseqüentemente, protagonismo político vocacionado à preservação

1 O controle externo das instituições policiais foi constitucionalmente definido enquanto atribuição do Ministério Público. Desta forma, a fiscalização das polícias estaduais – a civil responsável por investigações e a militar pelo policiamento ostensivo – ficou a cargo dos Ministérios Públicos Estaduais; a fiscalização de ações de competência da Polícia Federal, a cargo do Ministério Público Federal. Na prática, o controle exercido pelos Ministérios Públicos é formal e burocrático, relativo à análise de eficiência dos inquéritos policiais. Uma vez que não há um controle externo sobre os Ministérios Públicos quando estes desistem de instaurar investigações e persecução penal, violações de direitos humanos praticadas por agentes de segurança pública tendem a cair em um limbo institucional e permanecem impunes. Quando abordo “controle social”, não faço referência a esse controle institucional interno previsto pelo sistema de justiça, mas a mecanismos de responsabilização e fiscalização que envolvam representações da sociedade civil organizada ou, de uma maneira mais ampla, que envolvam atores externos ao sistema de justiça.

da ordem social ameaçada pelos deslocamentos produzidos pela democratização.

Mas que ordem social é esta? Aqui é importante observar que há uma espécie de complementariedade entre paradigmas de segurança pública e modelos de cidadania. Para Muniz e Patrício (2018), nestes mais de 30 anos de democracia brasileira, pode ser observado um movimento pendular. Por vezes, a segurança pública é entendida como um monopólio da polícia: o uso repressivo da violência e, mais do que isso, de uma violência que se deseja “inquestionável”, num modelo de cidadania de exclusão em que o controle social se dá mediante o encarceramento e a execução de indivíduos “perigosos”. Por outras, é entendida como política: a articulação de direitos e o reconhecimento da cidadania como projeto de inclusão condicionada à transformação “moral”, em outras palavras, à “domesticação” desses mesmos indivíduos “perigosos”. Para as autoras, essa lógica pendular é possível porque, entre uma e outra polaridade, a lógica da tutela segue enquadrando a cidadania, a diferença sendo apenas o perfil político do mandatário de ocasião.

Tanto um quanto o outro, cada um a seu modo, propõe um Estado forte, invasivo sobre as liberdades e garantias individuais. Tanto a perspectiva repressiva quanto a prevencionista tem um projeto civilizatório tutelar: na repressiva a inclusão é feita através da cura (correcional) ou do extermínio (os “sujeitos matáveis”); na prevencionista o projeto tutelar é de cunho salvacionista, corretivo, ressocializador, visando um percurso emancipatório estabelecido por uma fita métrica prescritiva (produzindo o “jovem de projeto”). Uma e outra, evolucionária e desenvolvimentista. Numa e noutra cabe ao Estado “dar conta” dos sujeitos sociais. Em uma e em outra confunde-se ordem pública (a relação da sociedade com o Estado) com a ordem social, constituída pelos sujeitos, aberta e em processo. E qual o efeito disso? Faz com que se tenha uma lógica em uso suspeitosa – todos são suspeitos e oportunistas até que se prove o contrário – e repressiva. Favorece, cada qual a seu modo, a construção de programas e projetos onde reside a necessidade constante de disciplinar, pôr ordem na casa, domesticar (Muniz; Patrício, 2018, p. 12-13).

As semelhanças entre essa lógica “mestiça” de segurança pública, evolucionária e desenvolvimentista, e as narrativas empregadas sobre a

racialização da população brasileira, não são fortuitas, são referenciadas pelo mesmo texto, pelos mesmos símbolos, pela mesma cultura.² No Brasil, caricaturas raciais que sublinhavam diferenças e/ou desigualdades biológicas e/ou culturais foram evocadas a fim de justificar as hierarquias raciais e o regime de violações que estruturavam a sociedade colonial e escravocrata. Dessa forma, constituiu-se em nossa sociedade uma estrutura simbólica, herdeira da colonização e da escravização, que determina a distribuição desigual de direitos e violações. Essa estrutura simbólica, que Silvio Almeida (2021) nomeia racismo estrutural, orienta o reconhecimento social de indivíduos e grupos como cidadãos (indivíduos e coletividades que devem ser protegidos pela força contra o uso da força) ou como ameaça (à coletividade, ou seja, à segurança pública). Assim, se reproduz um modelo de cidadania calcado em critérios civilizacionais racistas em que, por vezes, afirma-se, mediante o extermínio e a exclusão, quem são os indivíduos aptos à cidadania, e, outras vezes, sublinha-se uma hierarquia linear mediante processos de transformação moral, ressocialização e salvacionismo.

O modelo paradigmático proposto por Muniz e Patrício (2018), que sublinha os movimentos pendulares entre duas faces de um mesmo projeto civilizacional, tem o mérito de evidenciar as dificuldades da sociedade brasileira em disciplinar seus agentes de segurança, pública e nacional. Em outras palavras, a dificuldade (ou, ainda, desinteresse estratégico das elites brancas) da sociedade brasileira em impor o pacto social democrático aos agentes da violência estatal, que implicaria a previsibilidade do uso da violência. Aqui é importante observar que há algo de ambíguo nessa (im)previsibilidade do uso da violência. De fato, não há muito de imprevisível nas violações de direitos da população negra brasileira, porém, em sintonia com os sentidos orientadores da democracia racial, o que pode ser observado é mais bem descrito como o silenciamento das tensões raciais, o que permite que a ordem social

2 É importante observar que a Sociologia e, particularmente, a Sociologia brasileira apresentam uma extensa tradição de debates acerca de raça, racismo e desenvolvimento de imaginários sociais sobre nacionalidades. Dados o escopo e o foco do artigo nos Planos Nacionais de Segurança, bem como os limites inerentes à proposta da Coletânea, essa temática não será aprofundada no presente texto. Contudo, deixo como indicação o livro *500 anos de solidão. Estudos sobre desigualdades raciais no Brasil* (Paixão, 2013).

em que se reproduz a supremacia branca se mantenha e que a violência estatal seja instrumentalizada em nome do embranquecimento da sociedade brasileira – ainda que formalmente subordinada a um modelo de cidadania com pretensões universais. Como consequência dessa desregulamentação, da ausência ou ineficácia de instrumentos de controle social sobre esses agentes e instituições, e da invisibilidade do racismo como centro irradiador de sentidos para a cidadania brasileira, temos a reprodução de uma espécie de *ethos* político institucional. É como se as forças armadas e as de segurança pública fossem partidos políticos armados, sempre prontos a restaurar uma ordem ameaçada, uma ordem que, entre público e social, é, sobretudo, racial.

Até aqui refletimos, com o auxílio de um modelo conceitual, sobre as disputas que orientam a compreensão de “segurança” e “violência” na sociedade brasileira, tendo a redemocratização como marco para o estabelecimento de (im)previsões constitucionais sobre o exercício da violência estatal. Mas, para contar a história dos Planos Nacionais de Segurança Pública no Brasil redemocratizado, gostaria de contar outra história, a de Sandro.

“Ele tem pacto com o diabo”, “ele é louco”, “ele vai matar geral”, essas eram algumas das frases escritas com batom vermelho nas janelas do ônibus 174 no dia 12 de junho de 2000. O ônibus havia sido sequestrado no bairro do Jardim Botânico no Rio de Janeiro. “Ele” se chamava Sandro, um jovem negro de 21 anos que já havia sobrevivido, aos 13 anos, a outro episódio síntese das atrocidades da violência urbana em nossa então recém-criada democracia – a Chacina da Candelária.

Sandro era uma das 70 crianças e adolescentes, popularmente designadas como “meninos de rua”, alvejadas aleatoriamente enquanto dormiam na rua perto da Igreja da Candelária. Por sua vez, o sequestro do ônibus 174 foi televisionado e, por horas, a população brasileira testemunhou a agonia das reféns, em sua maioria mulheres. Enquanto a polícia negociava com Sandro, geralmente nomeado pelas reportagens da época apenas como “o bandido”, Sandro atirou em direção ao chão, encenando o assassinato de uma das reféns. Quando, por fim, Sandro descia do ônibus, usando a professora Geisa Gonçalves como escudo, um policial se aproximou e tentou atirar no jovem. O tiro acabou

atingindo a professora, que recebeu outros três tiros de Sandro. Geisa foi a primeira vítima letal do desastre. Após terem contido a multidão que tentou linchar Sandro, os policiais o levaram para o camburão, local em que foi assassinado por asfixia.

Em resposta ao caso do ônibus 174, que evidenciou, entre outras características perversas, o despreparo policial, o governo brasileiro, à época presidido por Fernando Henrique Cardoso (PSDB), elaborou o I Plano Nacional de Segurança Pública (PNSP), intitulado “O Brasil diz Não à Violência” (Soares, 2007; Ballesteros, 2014). Seguiram a este o II PNSP, “Projeto Segurança Pública para o Brasil”, no primeiro mandato do presidente Lula (PT); e o III PNSP, “Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania” (Pronasci), no segundo mandato do presidente Lula.

O primeiro plano é caracterizado como um conjunto de iniciativas fragmentadas e por vezes contraditórias (Sá e Silva, 2012), ou, ainda, como uma listagem assistemática de intenções heterogêneas (Soares, 2007). Nele, podemos encontrar muitos dos valores e princípios que pautaram a “Constituição Cidadã”, como a participação comunitária, o respeito às singularidades regionais e os Direitos Humanos, de forma a enfatizar o caráter social da segurança pública. Porém, assim como o caso do direito à segurança pública na Constituição de 88, apesar de intenções declaradas, não havia muito no Plano que nos permitisse entender como essas intenções seriam realizadas (Sento-Sé, 2011).

Mais detalhado e com propostas mais concretas, o II PNSP enunciava linhas estratégicas e estruturantes para a atuação e para o investimento de recursos. Além disto, enfatizava a relevância de diagnósticos contínuos sobre a violência e a criminalidade, que permitiriam a elaboração de ações preventivas orientadas e permanentemente monitoradas por diversos atores da segurança pública e da justiça criminal. O II PNSP investia na coleta sistemática de dados, na pactuação de diretrizes estratégicas nacionais para a formação de policiais e no fomento de projetos de prevenção à violência e de promoção dos Direitos Humanos (Sá e Silva, 2012; Azevedo; Cifali, 2017). Segundo Ballesteros (2014), o II PNSP reforçava o caráter articulador do governo federal, que passava a enfatizar políticas preventivas e a valorização profissional dos

trabalhadores de segurança. Para Adorno (2008), o plano buscava superar o descompasso do plano de Fernando Henrique Cardoso, de elevada capacidade propositiva e baixa capacidade de execução, a partir de dois eixos: (1) o governo federal assumiria a coordenação da política nacional de segurança mediante convênios, trocando orçamento do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) pela participação dos governos estaduais e distrital na agenda nacional; e (2) a maior presença da sociedade civil organizada nos conselhos encarregados da gestão de políticas setoriais. Segundo Soares, que havia assumido a Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), o plano foi abandonado devido ao preço político que sua efetivação cobrava – as mudanças estruturais pressupunham um desgaste político que estaria refletido nas eleições de 2004 (Soares, 2007). A saída de Soares da Senasp, em outubro de 2003, que marca o fracasso das mudanças ambiciosas propostas pelo II PNSP, foi fruto de pressões de grupos ligados aos órgãos de segurança pública, especialmente da Polícia Federal, que estava interessada em assumir o espaço de protagonista enquanto articuladora de políticas de segurança (Azevedo; Cifali, 2017).

Por sua vez, o III PNSP tinha como suas principais metas a valorização dos profissionais de segurança pública; a reestruturação do sistema penitenciário; o combate à corrupção policial; o envolvimento das comunidades na prevenção ao crime; o protagonismo da Secretaria Especial dos Direitos Humanos; o desenvolvimento de programas de erradicação da tortura, de proteção de testemunhas e de proteção de grupos vulneráveis à violência, como crianças, adolescentes, mulheres, negros e população LGBT (Adorno, 2008). O programa era composto por dois grandes eixos que envolviam medidas de caráter estrutural e programas locais. Por meio deles, propunha-se intervir não nas consequências, mas nas causas da violência, localizando a prioridade da política nacional de segurança pública na prevenção e não na repressão à violência. Além disso, o Pronasci também valorizava o protagonismo de atores municipais na elaboração e na implementação das políticas nacionais de segurança pública. O Pronasci foi criticado pelo caráter fragmentário de suas propostas (Soares, 2007; Sá e Silva, 2012) e pela ausência de mecanismos de monitoramento.

É possível observar uma continuidade de desenvolvimento paradigmático entre os três primeiros planos nacionais de segurança pública: foram limitados pela falta de mecanismos adequados para promover o financiamento e o monitoramento das políticas; pelas dificuldades em estabelecer arranjos políticos capazes de estabelecer um ponto de equilíbrio pactuado entre as esferas governamentais nacional, distrital, estaduais e municipais; pela ausência e pela dificuldade em instituir a participação da sociedade civil em órgãos deliberativos; e pelas frustradas tentativas de promover reformas estruturais nas instituições de segurança pública. Além de esbarrarem em obstáculos de natureza similar, aumentaram a capacidade do governo federal de coordenar e induzir políticas públicas para segurança pública, bem como estimularam a construção de uma rede de pesquisadores e pesquisadoras que atuam na produção de diagnósticos e monitoramento.

No primeiro mandato da presidenta Dilma Rousseff (PT) (2011-2014) houve uma espécie de redirecionamento das políticas que vinham sendo, até então, implementadas. No período eleitoral, o Plano Nacional de Segurança Pública não foi destacado, sendo formulado e elaborado apenas no segundo ano de governo. Dentre as principais inflexões que podem ser observadas no IV PNSP, observa-se (1) uma mudança de foco entre os entes federados, o governo federal deixa de pautar seu papel de articulador e passa para os bastidores, reduzindo sua função a apoiar os governos estaduais e distrital na produção de políticas de segurança pública; (2) mudanças estruturais são substituídas por medidas de fortalecimento das instituições, que por sua vez promoveriam mudanças incrementais e de longo prazo; e (3) uma maior ênfase é dada aos aspectos de planejamento, gestão e monitoramento (Sá e Silva, 2012; 2017). José Eduardo Cardozo (PT/SP) era o ministro da Justiça, sob o seu mandato privilegiou-se o entendimento rígido das competências constitucionais. Desta forma, a segurança pública volta a ser entendida como responsabilidade e fardo dos governos estaduais e distrital, ficando o governo federal responsável pelo combate ao crime organizado, ao uso de drogas e à promoção de segurança nos grandes eventos (Copa do Mundo e Olimpíadas).

O segundo mandato da presidenta Dilma (PT) (2015-2016) foi interrompido pelo *impeachment*. Em seu lugar, Michel Temer (PMDB), então vice-presidente, foi elevado ao posto de presidente da República (2016-2018). Ainda no final de 2014, reuniões de avaliação da política do mandato anterior foram realizadas com especialistas, que apontaram a necessidade de algumas inflexões. Participaram dessa reunião pesquisadoras e pesquisadores, em sua maioria brancos e formados em centros de pesquisa do Sudeste, de destaque do campo de pesquisas da segurança pública brasileira: Cesar Barreira, Daniel Cerqueira, Eduardo Batitucci, Fábio de Sá e Silva, José Vicente Tavares dos Santos, Julita Lemgruber, Letícia Godinho, Renato Sérgio de Lima, Robson Sávio de Souza, Silvia Ramos, Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo, Luis Flavio Saporì, Michel Misse e José Luiz Ratton (Sá e Silva, 2017). Essa experiência, em conjunto com o protagonismo de José Vicente Tavares dos Santos e de Luiz Eduardo Soares, nos governos anteriores, é simbólica da presença bastante disseminada de pesquisadoras e pesquisadores em postos de gestão e administração de segurança pública no período das presidências petistas (2002-2016), e nos permite afirmar que houve um engajamento bastante acentuado de pesquisadores e pesquisadoras na construção das Políticas Nacionais de Segurança Pública. Para Sá e Silva (2017, p. 25):

[...] a análise desse período também revela duas faces importantes da PNSP no Brasil. De um lado, ela registra a existência de uma comunidade epistêmica mobilizada e capaz de oferecer alternativas e apoio em processos de formulação de políticas públicas – inclusive em diálogo com organizações da sociedade civil e setores das corporações policiais, com quem muitos de seus integrantes colaboram. Mas de outro lado, ela indica que tais contribuições têm sido pouco aproveitadas pelas nossas elites políticas e burocráticas, seja por decisionismo e insulamento, seja por demagogia e autoritarismo.

A partir dessa reunião, elaborou-se uma estratégia denominada Pacto Nacional para Redução de Homicídios, que contaria com o protagonismo do governo federal na indução de ações para a redução da violência letal e seria fundamentado em três eixos: (1) novos mecanismos de fomento e financiamento de políticas, programas e ações; (2)

conhecimento, informação e prestação de contas; e (3) o fortalecimento de capacidades institucionais. Para estruturar mecanismos de diagnóstico e monitoramento das ações, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública e o Instituto de Pesquisa Aplicada (Ipea) trabalhariam em parceria com o Ministério da Justiça. Porém, segundo Sá e Silva (2017, p. 23):

Entre fevereiro de 2015 e o início de 2016, Cardozo, secretários e especialistas participaram de mais três reuniões e uma oficina. Nesse mesmo período, Cardozo chegou a anunciar ao público que o MJ lançaria o pacto. Concretamente, porém, era possível distinguir movimentos distintos e não convergentes. De um lado, a Senasp conduziu um primeiro diagnóstico nacional, a partir do qual propôs circunscrever a área de incidência do plano a apenas 81 municípios, que, juntos, somavam quase 50% dos homicídios no país. De outro, a especificação dos eixos do pacto foi caminhando em direção errática, repetindo a antiga fórmula de uma cartela de projetos (como sempre, muito numerosos e não necessariamente articulados uns aos outros) a serem apresentados aos estados e municípios. E o que era pior: com o tempo, ganharam espaço nesta cartela projetos de tipo mais tradicional e com baixo potencial de efetividade.

Em maio de 2016, a presidenta Dilma (PT) foi afastada. Ao assumir a presidência da República, Michel Temer (PMDB) nomeou para o Ministério da Justiça Alexandre de Moraes, que, assim como Temer, já havia sido secretário de Segurança Pública do estado de São Paulo. Para Sá e Silva (2017, p. 24):

Como bem observa Ferreira ([s.d.]), Moraes já teria dificuldades para liderar a formação de qualquer acordo político, eis que boa parte da sociedade brasileira contestava a legitimidade do governo então instalado. Algumas posições e posturas do ministro agravaram ainda mais essa condição. Em 9 de agosto, em meio a questionamentos do Tribunal de Contas da União (TCU) acerca das medidas adotadas pelo governo para a implementação de um Programa Nacional de Redução de Homicídios, Moraes afirmou que essa era uma “proposta do governo anterior e não dizia respeito às ações do governo atual” (op. cit.). No dia 17 de agosto, ele afirmou que o Brasil precisava de “menos pesquisa e mais armamento” (op. cit.), em agressão direta a interlocutores do órgão no recente processo de formulação do pacto, cuja formulação, não obstante as cobranças do órgão de contas, foi efetivamente descontinuada.

Em 5 de janeiro de 2017, em meio à grave crise no sistema prisional nos estados do Norte e do Nordeste, Temer e Moraes lançaram um novo Plano Nacional de Segurança Pública. No seu conjunto, o plano repete erros (e, muito provavelmente, está fadado à mesma sina) da maior parte de seus antecessores. Entre ações: i) gerais; ii) visando à redução de homicídios dolosos, feminicídios e violência contra a mulher; iii) visando à racionalização e à modernização do sistema penitenciário; e iv) visando ao combate integrado à criminalidade organizada transnacional, suas frentes de ação são inúmeras e desarticuladas.

No final do mandato de Temer, em fevereiro de 2018, foi criado o Ministério da Segurança Pública, extinto e reintegrado ao Ministério da Justiça em janeiro de 2019 por Jair Bolsonaro. Para titular da pasta, Michel Temer deslocou seu ministro da Defesa, Raul Jungmann (PPS/PE). Em junho de 2018, após um longo processo de disputas, em que se destaca o protagonismo de Jungmann, o Sistema Único de Segurança Pública (Susp) foi criado. Com a criação do Susp, institucionalizou-se a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, que orienta a formulação de planos de segurança pública nos níveis estaduais e distrital, como política de Estado.

Durante o último ano da gestão Temer, 2018, foi determinada a intervenção federal no estado do Rio de Janeiro para lidar com a crise na segurança pública, com a nomeação do general do Exército Walter Souza Braga Netto como interventor federal. A Lei n. 13.700/2018 destinou R\$1.200.000.000,00 para gastos com o Gabinete de Intervenção Federal no Rio de Janeiro. Segundo Miguel Ramos (2021, p. 272), em termos de resultados desse investimento, “as medidas estabelecidas repetem ações malogradas adotadas na política de segurança pública, privilegiando-se operações militares sem atuar nas condições de origem econômica, política e social do problema”.³ Ainda, para Sá e Silva (2017, p. 272), o PNSP da gestão de Michel Temer chama atenção porque

3 Essa instrumentalização das Forças Armadas em operações de segurança pública compõe as chamadas missões de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) e são regulamentadas pelo Decreto nº 3897/2001. Segundo Ramos (2021), essas operações estão sendo largamente empregadas no país, e entre 2008 e 2017 foram decretadas 67 GLOs, a maioria no estado do Rio de Janeiro.

ampliava as capacidades executivas do governo federal e enfatizava a abordagem repressiva ostensiva. Desta forma, rompia-se com as pretensões preventivas do ciclo de políticas de segurança pública inaugurado em 2000 como resposta ao caso do Ônibus 174.

Voltemos, então, rapidamente para uma última cena de Sandro. Os policiais que asfixiaram e mataram Sandro foram absolvidos em júri popular. Em contrapartida, as cenas gravadas no enterro de Sandro mostram apenas uma senhora, negra e solitária, caminhando atrás do caixão. Sandro era órfão. Do pai, não se sabe. Sandro, ainda criança, havia testemunhado o assassinato de sua mãe, grávida, a facadas. Ainda que a imagem diga o contrário, o enterro de Sandro foi e continua sendo observado – foi televisionado e as cenas utilizadas no documentário de Felipe Lacerda e José Padilha (2002), *Ônibus 174*. No documentário, a tia de Sandro nos conta de sua experiência: “Doida para ir lá, eu estava, para enterrar o meu sobrinho, eu estava. Você imagina, eu sendo assim, sou tia do Sandro, eles iam me perturbar na minha casa, no meu trabalho, iam ficar, repórter, eu não queria aparecer”. A senhora que acompanhava Sandro, em algumas imagens cercada de repórteres apontando microfones para sua cara enquanto caminhava em silêncio, era uma mãe adotiva que Sandro havia encontrado mais velho. “Eu botei uma blusa em cima dele, uma blusa branca. Aí eu falei para ele, seu sonho não era esse, o seu sonho era trabalhar, construir uma família, mas só que você seguiu pelo caminho errado, nesse caminho [inaudível]. Mas Jesus te perdoa, vai com Deus, você, descansa em paz”.

A morte e o enterro de Sandro refletem a sociedade brasileira de maneira reveladora. Em vida, Sandro foi objeto de perseguição (atestada, além de suas tragédias pessoais e da Chacina da Candelária, também por suas inúmeras passagens pelo socioeducativo e pelo sistema prisional) e de ódio maquiado de indiferença. Em suas últimas cenas, é salvo por agentes estatais do linchamento popular, imagem de uma sociedade ansiosa por sua morte, apenas para ser assassinado longe das câmeras por esses mesmos agentes, num camburão de polícia. Como o caso demonstra, polícia e sociedade disputando quem teria o prazer de matar Sandro. A pena de morte como síntese da vingança coletiva parecia legítima, não obstante, ilegal. Mas a morte não era suficiente. O

espetáculo continuava em cenas de indiferença forjada. Fossem a sociedade e o Estado brasileiros realmente indiferentes a Sandro, os ritos fúnebres não seriam televisionados. Frente a uma sociedade que vigiava o enterro de Sandro em busca de alguém com coragem para manifestar o luto, duas mulheres negras enfrentaram os excessos de um ódio coletivo e carregaram, cada uma de sua forma, o peso de zelar pela memória de um jovem sacrificado para expiar culpas de toda sorte.

Entre ameaçados e ameaçadores – a sociedade brasileira e a juventude negra

Os esforços de universalização da cidadania no Brasil – ou, nas palavras de Milton Santos (2020), a garantia de que todos e todas são protegidos pela força contra o uso da força – encontram obstáculos no que se refere à proteção dos jovens negros. Tal fenômeno encontra-se muito bem descrito em décadas de pesquisas quantitativas que afirmam a vulnerabilidade da juventude negra à violência homicida, bem como no crescimento da taxa de encarceramento e apreensão de jovens negros. Entre os inúmeros exemplos de pesquisas nacionais que evidenciaram a precariedade do direito à vida dos jovens negros brasileiros, podemos citar o *Mapa da Violência*; o *Atlas da Violência*; e o *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*.

O *Mapa da Violência* diz respeito a uma série de estudos realizados entre 1998 e 2016 em uma parceria da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO) com o Centro Brasileiro de Estudos Latino-americanos, o Instituto Ayrton Senna, o Instituto Sangari, o Ministério da Justiça, o Ministério da Saúde, a Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI), a Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana (Ritla), a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial, a Secretaria Geral da Presidência, a Secretaria Nacional de Juventude e a Unesco. Coordenado por Julio Jacobo Waiselfisz, foram publicados 27 estudos dedicados à compreensão das especificidades, dos padrões e da evolução da mortalidade violenta da juventude brasileira.

Por sua vez, o *Atlas da Violência* é um portal, criado em 2016, que reúne publicações do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)

sobre violência e segurança pública e sistematiza informações sobre a violência no Brasil. Criado pelo Ipea, o portal é gerido com a colaboração do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP).

Por fim, o *Anuário Brasileiro de Segurança Pública* é uma publicação anual realizada pelo FBSP, uma organização não governamental integrada por pesquisadores, cientistas sociais, gestores públicos, policiais, operadores de justiça e outros profissionais de entidades da sociedade civil que objetiva contribuir para a transparência das informações relacionadas à violência e à segurança pública no Brasil. O Anuário sistematiza informações fornecidas pelas instituições de segurança pública, qualificando dados fundamentais para a produção de políticas públicas e promovendo o debate público sobre violência, bem como sobre soluções para a violência no Brasil. Todas essas séries de pesquisas apontam para a vulnerabilidade da juventude negra no Brasil.

O último *Mapa da Violência*, publicado em 2016, tinha como tema os homicídios por armas de fogo no Brasil. O estudo apontava que, em 2014, 94,4% das vítimas de armas de fogo eram homens e que, apesar de os jovens de 15 a 29 anos representarem aproximadamente 26% da população brasileira, em 2014, foram 60% das vítimas de homicídios por armas de fogo. Além disto, a seletividade racial da violência homicida também foi evidenciada. Segundo a publicação: “a vitimização negra no país, que em 2003 era de 71,7%, em poucos anos mais que duplica: em 2014, já é de 158,9%, ou seja, morrem 2,6 vezes mais negros que brancos vitimados por armas de fogo” (Waiselfisz, 2016, p. 72). Por sua vez, o *Atlas da Violência* de 2021 (Ipea; FBSP) apontava que, entre 2009 e 2019, 53% das vítimas de homicídio eram jovens entre 15 e 29 anos, e que 77% das vítimas de homicídio no Brasil eram negras, o que significa que negros seguiam tendo 2,6 vezes mais chances de serem assassinados do que não negros no Brasil. O *Anuário Brasileiro de Segurança Pública* de 2022 apontou que, em 2021, o Brasil possuía 2,7% dos habitantes do planeta e concentrava 20,4% dos homicídios. Entre as vítimas dos homicídios, permanece o mesmo padrão: 91,3% são homens, 50% possuem entre 12 e 29 anos e 77,8% são negras (FBSP, 2022).

Em uma pesquisa dedicada à compreensão dos padrões de letalidade e de violência sexual de crianças e adolescentes, o *Panorama da*

violência letal e sexual contra crianças e adolescentes no Brasil (2021), feito a partir de uma parceria entre o FBSP e a Unicef, apontou que entre 2016 e 2020 foram registradas 34.918 mortes violentas de crianças e adolescentes. Em 31 mil casos, as vítimas tinham entre 15 e 19 anos. Meninos negros são a maioria das vítimas em todas as faixas etárias, e, à medida que a idade avança, aumenta, também, a prevalência do grupo. Entre 15 e 19 anos, meninos negros são 4 em cada 5 vítimas.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2020, a taxa de homicídios de homens de 15 a 29 anos é de 96,7 mortes por 100 mil habitantes; nessa faixa etária, a taxa de homicídios de homens pardos é de 136,5 e a de homens pretos é de 94,4 por 100 mil habitantes. A taxa de homicídios para toda a população brasileira, em 2020, foi de 23,6 por 100 mil habitantes (IBGE, 2022, p. 12).

Por outro lado, o *Anuário* (2022) registra que, em 2021, 820.689 pessoas estavam privadas de liberdade no Brasil em um sistema capaz de ofertar 634.469 vagas.

Quem são os presos no Brasil? Com uma das maiores populações prisionais do mundo, é necessário compreender quem são aqueles que estão sob custódia do Estado. Nos últimos anos, o perfil da população encarcerada não tem se modificado. O que se vê, na realidade, é a intensificação do encarceramento de negros e jovens: 46,4% dos presos têm entre 18 e 29 anos e 67,5% são de cor/raça negra. Ao longo dos últimos anos, o percentual da população negra encarcerada tem aumentado. Se em 2011, 60,3% da população encarcerada era negra e 36,6% branca, em 2021, a proporção foi de 67,5% de presos negros para 29% de brancos.

[...] Assim, vale ressaltar que o perfil da população presa é o mesmo perfil das principais vítimas das mortes violentas intencionais (MVI) no Brasil: a população masculina, negra e jovem (FBSP, 2022).

Os dados estatísticos demonstram que o desenvolvimento da democracia e a efetivação da cidadania de brasileiros e brasileiras têm encontrado um limite *claro*. O Estado e a sociedade brasileira têm falhado em garantir a proteção da vida de jovens homens negros. Mas, mais do que isso, conforme dito pelo FBSP, adolescentes e jovens homens negros são, ao mesmo tempo, maioria entre a população presa e entre as vítimas das mortes violentas intencionais. E o que isso significa? De forma

resumida, isso significa que o corpo de um jovem homem negro, como Sandro, no Brasil, é uma referência para a violação – da vida e da liberdade. Voltamos, enfim, para a pergunta do início deste artigo: como a Sociologia pode nos auxiliar a compreender e enfrentar este enquadramento perverso?

Considerações finais

Como observamos, o campo de pesquisas sobre violência é, no Brasil, muito profícuo no que se relaciona ao engajamento de pesquisadoras e pesquisadores na gestão de políticas públicas. Seja integrando o governo e colaborando na criação das políticas públicas, seja garantindo a sistematização de dados e qualificando o debate público, o campo de estudos da violência no Brasil possui uma tradição de formar pesquisadoras e pesquisadores comprometidos com as urgências impostas pelo contexto de violência extrema da sociedade brasileira.

Desta forma, acredito que a questão que se impõe a nós, uma nova geração de pesquisadoras e pesquisadores, diz respeito mais à necessidade de se criar novas estratégias frente à insuficiência das políticas adotadas. Herdamos um acúmulo de experiências muito importantes. Porém, o acirramento da violência letal e do encarceramento de jovens negros parece sugerir que décadas de pesquisas acerca da vulnerabilidade de corpos e territórios negros à violência nos dizem mais acerca da naturalização da violência branca do que nos ajudam a enfrentá-la. Minhas pesquisas têm me conduzido à constatação de que, ao reificar corpos e territórios negros como representação da ameaça aos valores nacionais, o campo da segurança pública é apreendido em uma relação de retroalimentação com o imaginário simbólico racista e com o regime de hierarquia racial que fundam a sociedade brasileira. Neste contexto, tais pesquisas, isoladas, tendem a deixar intacto (ou, pior, a aprofundar) o imaginário racista que constrói uma relação de causalidade entre ser negro e a violência.

Resultado histórico de décadas de agência política de movimentos sociais, sobretudo, do movimento negro, o reconhecimento do racismo como obstáculo para a democratização de nossa sociedade e as

políticas de ações afirmativas possibilitaram que essa nova geração de pesquisadoras e pesquisadores fosse formada em universidades cujo corpo discente é mais diverso do que aquele que formou as gerações anteriores. Neste sentido, há muitas demandas e disputas para que o conhecimento científico seja capaz de refletir acerca da pluralidade das experiências, o que, por sua vez, especificamente no campo dos estudos sobre violência, traduz-se em um esforço orientado para a compreensão das imbricadas relações entre racismo, violência, segurança pública e cidadania. Esse deslocamento reflete a necessidade de desenvolver, em um campo de pesquisas muito engajado com as dinâmicas de produção de políticas públicas, debates que considerem não apenas a descrição de atores, valores, instituições e relações que compõem o campo em suas especificidades contemporâneas, mas também articulem esses diagnósticos a enquadramentos mais amplos. Que sejam capazes de refletir a maneira como personagens e valores se relacionam a um projeto de poder que reproduz a guerra colonial e a lógica escravocrata em suas instituições políticas e policiais democráticas, ou seja, que inviabilizam um pacto social capaz de garantir o combate ao racismo, a ampliação do acesso a direitos e a efetivação da cidadania de jovens negros em nossa sociedade.

Referências bibliográficas

ADORNO, Sérgio. Políticas públicas de segurança e justiça criminal. *Segurança Pública*. Cadernos Adenauer, São Paulo, ano IX, n. 4, p. 9-27, 2008.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. *Racismo estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro; Jandaíra, 2021.

AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de; CIFALI, Ana Cláudia. Segurança pública, política criminal e punição no Brasil nos governos Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2014): mudanças e continuidades. In: SOZZO, Máximo (org.). *Pós-neoliberalismo e penalidade na América do Sul*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2017. p. 27-98. v. 1.

BALLESTEROS, Paula R. Gestão de políticas de segurança pública no Brasil: problemas, impasses e desafios. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 6-22. 2014.

FBSP. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*, 2022. Disponível em: <https://forum-seguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=15>. Acesso em: 18 jul. 2023.

IBGE. *Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil*. 2. ed. Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica, 2022. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101972_informativo.pdf. Acesso em: 18 jul. 2023.

IPEA; FBSP. *Atlas da violência 2021*. São Paulo: FBSP, 2021. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11004/1/Atlas_da_violencia_2021.pdf. Acesso em: 18 jul. 2023.

LIMA, Laura Gonçalves de. *Guerras de Sertão: violência, segurança e cidadania no Brasil*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

MUNIZ, Jacqueline; PATRÍCIO, Luciane. Segurança Pública ou proteção? Na corda bamba da cidadania nos 30 anos da Constituição. In: MONTEIRO, Tadeu (org.). *Estado, democracia e direito no Brasil. Trinta anos da Constituição Cidadã*. Rio de Janeiro: Gramma, 2018. p. 555-580. Versão digital disponível em: https://www.academia.edu/41142511/Seguran%C3%A7a_p%C3%BAblica_ou_Prote%C3%A7%C3%A3o_Na_corda_bamba_da_cidadania_nos_30_anos_da_Constitui%C3%A7%C3%A3o_1. Acesso em: 11 jan. 2022.

ÔNIBUS 174. Direção: José Padilha e Felipe Lacerda. Brasil: Zazen Produções, 2002.

PAIXÃO, Marcelo. *500 anos de solidão – Estudos sobre desigualdades raciais no Brasil*. Curitiba: Appris, 2013.

RAMOS, Miguel. Intervenção federal no Rio de Janeiro: reflexões. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, São Paulo, v.15, n. 2, p. 278-291, ago./set. 2021.

SÁ E SILVA, Fabio de. “Nem isto, nem aquilo”: trajetória e características da política nacional de segurança pública (2000-2012). *Revista Brasileira de Segurança Pública*, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 412-433, 2012.

SÁ E SILVA, Fabio de. Barcos contra a corrente: a Política Nacional de Segurança Pública de Dilma Rousseff a Michel Temer. *Boletim de Análise Político-Institucional*, v. 11, p. 17, 2017.

SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2020.

SENTO-SÉ, João Trajano. A construção de um discurso sobre segurança pública no âmbito nacional: apontamentos para um programa de pesquisa. *Dilemas – Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 4, n. 3, p. 501-521, jul.-set. 2011.

SOARES, Luiz Eduardo. A Política Nacional de Segurança Pública: histórico, dilemas e perspectivas. *Estudos Avançados – Dossiê crime organizado*, v. 21, n. 61, p. 77- 97, set-dez. 2007.

UNICEF; FBSP. *Panorama da violência letal e sexual contra crianças e adolescentes no Brasil*. 2021. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/media/16421/file/panorama-violencia-letal-sexual-contras-criancas-adolescentes-no-brasil.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2023.

WASELFISZ, Julio J. *Mapa da Violência 2016*. Homicídios por armas de fogo no Brasil. Flacso, 2016. Disponível em: https://flacso.org.br/files/2016/08/Mapa2016_armas_web-1.pdf. Acesso em: 18 jul. 2023.

Sociologia do direito para quê?

Perspectivas sobre legitimidade e atuação da Justiça Criminal por estudantes do ensino superior

João Vitor Rodrigues Loureiro

Introdução

Em qualquer sociedade democrática, o Poder Judiciário se destaca como um sustentáculo dos princípios da justiça, garantindo o Estado de Direito e salvaguardando os direitos individuais. Mas, afinal, o que faz o Poder Judiciário?

O Judiciário tem como principal objetivo resolver conflitos concretos, levados a seu conhecimento. Ao resolver esses conflitos, ele produz uma ordem social, por meio da preservação de interesses e direitos, e evitando novos conflitos entre as partes. É de interesse da Sociologia entender e explicar o que mantém sociedades organizadas, em funcionamento, de modo coeso. E o ramo da Sociologia do Direito é aquele que se debruça especificamente sobre os modos de compreender, produzir e organizar a vida em sociedade por meio do direito, de seus agentes e processos, bem como os limites para essa função de promover a coesão social.

Duas funções principais caracterizam o sistema jurídico: a garantia de ordem social e a estabilidade, já que as leis estabelecem um sistema de governo e autoridade que ajuda a manter a ordem social, prevenindo o caos, reduzindo a criminalidade e garantindo que as pessoas possam levar suas vidas sem medo constante de danos ou algum tipo de interrupção drástica; e a promoção de confiança nas instituições. Essa segunda função é a que nos interessa neste artigo.

Um sistema jurídico eficaz aumenta a confiança nas instituições públicas e no Estado de Direito. Quanto mais as pessoas acreditam na justiça e na eficácia do sistema, mais tendem a cooperar com as

autoridades e a cumprir as leis (Tyler, 2006), contribuindo para a harmonia social geral. Portanto, colaborar e confiar na Justiça é algo fundamental para a coesão de uma sociedade.

Embora a sociedade brasileira tenha, desde a promulgação da Constituição de 1988, refundado os marcos de sua democracia, o Poder Judiciário ainda enfrenta diversos desafios para se consolidar não enquanto poder de Estado, mas, sobretudo, enquanto poder democrático. Dentre os aspectos fundamentais que restringem essa consolidação estão a falta de clareza e a dificuldade de compreensão do funcionamento interno do Poder Judiciário, as quais provocam discussões frequentes, que levantam preocupações sobre sua transparência, instrumentos de controles e confiança pública.

Por se tratar de um poder não eleito, cujos membros são recrutados, de modo geral, por meio de concurso público (com exceção dos casos de indicações políticas e vagas reservadas ao chamado quinto constitucional), o Poder Judiciário ocupa no imaginário social certa imagem fixa, rígida, cujos membros gozam de estabilidade funcional e são pouco sujeitos a controles sociais. Somado a essa imagem, sobretudo no que tange ao funcionamento da Justiça de 1ª Instância (isto é, a porta principal de acesso de cidadãos em suas demandas por Justiça), o juiz exerce a atividade de dizer o direito (jurisdição) de modo solitário, o que tende ainda mais a fechar sua atuação profissional em uma única realidade, a de sua unidade de exercício da profissão, sem contato com seus pares. Segundo Vianna (1997, p. 10-11), há uma diferença entre a magistratura e as carreiras de Estado ditas de elite (como militares de alta patente e diplomatas). Essas passariam por uma socialização intensa em suas formações, enquanto, para os juízes,

à aprovação nos exames se segue, na prática, o exercício da função em caráter vitalício. A corporação, deste modo, desconhece recursos formais que, sob a condução da sua hierarquia, venham a expor cada novo juiz à cultura de sua instituição. Daí que, predominantemente pela via da magistratura, a alta burocracia do Estado se apresente bastante permeável às correntes de opinião que se expressam na sociedade, existindo apenas o breve hiato de um concurso público entre o bacharel em Direito e o juiz investido de soberania.

Deste modo, até a Constituição de 1988 o Poder Judiciário ocupava um lugar inerte sobre as premissas de seu funcionamento, mediante exercício da função tradicional de arbitrar e solucionar conflitos individuais. É a partir da redefinição das relações entre Estado e sociedade que o Judiciário brasileiro vai ocupar um novo lugar, de “ampliação de direitos por parte de uma clientela até então distante dele” (Vianna, 1997, p. 11): nas demandas por reconhecimento de direitos, controle de constitucionalidade dos atos emanados pelos demais poderes e por meio de instrumentos judiciais para salvaguarda de direitos e garantias fundamentais, possibilitados somente após a Constituição de 1988.

A tarefa de garantia de direitos pelo Poder Judiciário no século XXI, embora promissora, ainda representa um desafio central para esse mesmo Poder: a necessidade de ampliação de acesso a ele e, portanto, à Justiça. Isso se reveste de muitos sentidos, como a importância de se garantir assistência judicial a pessoas carentes; a necessidade de simplificação de procedimentos e ritos processuais e, sobretudo, da linguagem jurídica, excessivamente fechada, tecnicista e rebuscada; a garantia de compreensão do próprio processo e dos comandos legais por quem usa a Justiça; a necessidade de expansão e distribuição de unidades judiciais em todo o território nacional; a importância de prestação de serviços ao cidadão com rapidez; a necessidade de redução das desigualdades de classe, gênero e raça no acesso à Justiça em demandas por concretizar direitos, assim como para ocupar cargos na própria magistratura; entre outros. Essas medidas incentivam a busca por justiça pelas vias judiciais e, por consequência, produzem mais acesso, atenção e assistência a públicos diversos, como pessoas com deficiência, populações indígenas, estrangeiros, pessoas sem alfabetização, entre outros grupos.

Esses desafios sinalizam um profundo distanciamento entre o conjunto de instituições do Estado e a sociedade brasileira. O vácuo de cidadania – repousado sobre o colo de um Estado constitucional nascido dos escombros da colonização, da escravização e do autoritarismo – representa um peso significativo para a efetiva democratização dessas instituições em seu mais profundo sentido.

O Poder Judiciário no Brasil, por décadas, materializa(va) certo grau de ceticismo e suspeitas do público, seja no grau de confiança

na justiça e de imparcialidade do sistema judicial. Um dos principais fatores que contribuem para a manutenção desse contexto é a própria estrutura institucional do Judiciário. O Judiciário brasileiro opera por meio de um sistema hierárquico, com diferentes níveis de tribunais e juízes que lidam com diversos casos. Essa estrutura complexa, embora projetada para garantir especialização e eficiência, muitas vezes resulta em canais de comunicação fragmentados e uma intrincada teia de processos de tomada de decisão. Como consequência disso, é uma árdua tarefa para o público não especialista entender e navegar pelo labirinto do sistema judiciário.

O Poder Judiciário é, em alguma medida, um poder cuja abertura à opinião pública é controversa. Um aspecto essencial para mudar esse quadro é fazer esse mesmo poder ser conhecido e, mais que isso, compreendido pela população. Além de campanhas informativas que expliquem suas atribuições e funcionamento, outras estratégias, como programas de estágio curricular e extracurricular junto a essas instituições por estudantes de diferentes níveis, ações de justiça itinerante no interior do país, adoção de procedimentos e ritos judiciais simplificados ou produção de conteúdo e informações simplificadas em páginas na Internet podem ser importantes para a aproximação da população à institucionalidade judicial. Outro ponto crucial é a produção e divulgação de conhecimento científico sobre o Poder Judiciário, o que as Ciências Sociais e os estudos empíricos em Direito particularmente vêm se dedicando a fazer, sobretudo após a promulgação da Constituição há mais de três décadas.

Aspecto relevante para essa produção de conhecimento é explorar e analisar, afinal, qual compreensão possuem diversos segmentos sociais sobre o Poder Judiciário. Esses estudos podem, por sua vez, identificar quais aspectos a população conhece bem, assim como o que ela ainda carece compreender melhor, como questões relativas à estrutura, composição e funcionamento desse Poder. Isso pode se reverter em estratégias importantes de políticas judiciárias que visem a democratizar o acesso à Justiça.

Reduzir a distância entre senso comum e conhecimento é indispensável, nesse sentido. Parece-nos importante compreender de que

forma imaginários e representações sociais (gerais ou por parte de determinados segmentos da população) importam para que intervenções adequadas possam ser feitas, no que diz respeito a reduzir o *gap* entre o que as pessoas imaginam e o que de fato o Poder Judiciário faz, enquanto indispensável à concretização de direitos e ao exercício efetivo da cidadania.

Para essa finalidade, entender como uma parcela da população representa o Poder Judiciário e constrói imagens e percepções¹ sobre ele é fundamental. Esse tipo de pesquisa é comumente feito junto a grupos clusterizados (por segmento social, por exemplo, de que forma juízes entendem o Judiciário, de que forma membros do Ministério Público percebem o Judiciário, ou, por exemplo, de que forma réus ou autores de uma ação na Justiça o percebem) ou randomizados (de forma abrangente, mediante abordagens com amostras estatisticamente relevantes). Normalmente essas percepções são medidas entre adultos, sendo raros os trabalhos que considerem perspectivas de crianças ou adolescentes sobre instituições públicas, por razões de ordem ética e também científica. Desta maneira, pesquisas de opinião pública costumam ser feitas junto a populações consideradas adultas.

Uma pessoa é considerada adulta na medida em que performa papéis sociais definidos por uma sociedade como tipicamente adultos (como trabalhar, se casar, cuidar de proles ou exercer a cidadania de maneira responsável) ou, ainda, quando ela se percebe responsável por sua própria vida (Knowles, 1980). A sala de aula é um espaço fundamental para abordar questões diversas, especialmente aquelas que dizem respeito ao funcionamento da democracia e dos poderes constituídos. Nesse sentido, estudantes universitários constituem um importante

1 Uma questão de fundo em nosso artigo diz respeito à noção de “opinião pública”. Pesquisas de opinião são métodos limitados de produção de conhecimento, já que toda vez que indagamos qual é a opinião de uma população ou um grupo social sobre um assunto, delimitamos nossa pergunta sobre algum tipo de viés. Aqui, nosso viés, por exemplo, presume que instituições judiciárias são importantes para ordem social, o que pode não ser verdadeiro, a depender de que ordem social se trate e do grau de alcance das decisões judiciais e nível de acesso à Justiça, por exemplo. A pesquisa de opinião pode ser vista, por exemplo, como uma metodologia utilizada por pessoas que produzem sondagens de opinião, ao pedir às pessoas para formularem opiniões ou para tomarem posição sobre opiniões anteriormente formuladas (Bourdieu, 1973).

público, com o qual podem ser trabalhadas questões fundamentais para o exercício dessa cidadania responsável e para a compreensão de responsabilidade sobre a vida coletiva.

Segundo Knowles (1980), a educação de adultos, a chamada andragogia, é um processo que abrange todo tipo de experiência, por meio do qual homens e mulheres adquirem ou desenvolvem novos conhecimentos, habilidades, interesses, compreensões e valores. É também a partir da andragogia que se estabelece um campo de prática social, que integra indivíduos e instituições para produzir resultados voltados à manutenção e ao progresso de uma determinada sociedade. Esse seria o papel de fundo que a educação de adultos possui, o de promoção da coesão e progresso sociais.

Considerando essa missão da andragogia, o objetivo deste trabalho é desvendar e analisar, a partir de enfoque específico, de que modo estudantes universitários de um curso de graduação percebem o papel do Poder Judiciário em uma de suas atividades especializadas mais conhecidas: o de determinar se alguém cometeu um crime e se contra essa pessoa deve ser aplicada alguma sanção, por parte do Estado. Esse ramo é o que comumente se chama de Justiça Criminal. Pretendemos explorar se e em que medida os estudantes em processo formativo enxergam essa atividade como necessária e legítima, e quais são os desafios para a construção de legitimidade do Poder Judiciário – considerando esse ramo em específico – junto ao grupo social estudado. Trata-se também de um convite a esta reflexão: como é enxergado o Poder Judiciário por você, leitor(a) deste artigo?

Justiça e Justiça Criminal: percepção e avaliação sociais

Antes que nos detenhamos sobre nosso objeto de análise, vamos explorar de que forma a população brasileira, de maneira geral, avalia e percebe o Poder Judiciário, especialmente a Justiça Criminal, a fim de problematizarmos se e em que medida essa percepção se reproduz entre os estudantes de graduação de nosso objeto de estudo.

Para tanto, é importante compreender o que significam percepção e opinião pública. Pesquisas dedicadas a isso centram-se em levantar, de

forma sistemática, consistente e quantificável, indicadores de percepção, muitas vezes referidos como pesquisas de *opinião pública*. Por opinião pública, em uma perspectiva sociológica, podemos entender um conjunto de ideias coletivas de uma população sobre vários assuntos. São ideias momentâneas/circunstanciais que refletem juízos que as pessoas fazem sobre questões sociais importantes, por exemplo: se as pessoas são favoráveis ou contrárias à legalização do aborto; que nível de importância as pessoas dão a se alimentar bem ou aos estudos; se concordam ou discordam, e em que grau, sobre a necessidade de utilização de máscaras para prevenir doenças respiratórias transmissíveis etc.

No caso de pesquisas relacionadas a organizações e instituições (como escolas, igrejas, instituições públicas, por exemplo), a opinião pública sobre elas pode decorrer de *percepções específicas* ou das chamadas *percepções difusas*. Percepções específicas são aquelas que se baseiam em experiências concretas da pessoa entrevistada sobre uma determinada organização. Por exemplo, alguém que compareceu a uma delegacia de polícia para registrar um boletim de ocorrência tem uma avaliação específica dessa experiência, e, portanto, é uma pessoa de interesse para uma pesquisa de percepção específica sobre as delegacias de polícia, para a qual não interessam as pessoas que nunca compareceram a uma delegacia. As pesquisas de percepção difusa, por sua vez, se referem a um conjunto de impressões e opiniões genéricas sobre uma organização. Para o caso das delegacias, por exemplo, não importa se a pessoa já compareceu a uma para registrar um boletim de ocorrência: interessa saber de que forma uma determinada população enxerga ou produz uma determinada imagem sobre as delegacias de polícia. Os indicadores sobre elas podem ser os mais variados: se as pessoas entendem que elas cumprem um papel importante, se acreditam que seus profissionais devem ser valorizados ou se avaliam que deveriam receber mais recursos públicos para combater crimes específicos, por exemplo. Esses dois níveis de julgamento devem ser estudados separadamente para identificar sua importância relativa na formação da opinião pública (Oliveira Júnior, 2011).

Nos últimos anos, algumas pesquisas têm sido conduzidas para evidenciar de que modo a população brasileira compreende o Poder

Judiciário, considerando tanto as percepções difusas quanto as específicas. Em 2011, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) elaborou uma pesquisa sobre percepção da Justiça, cujas conclusões, em síntese, apontavam para: (1) uma imagem pública formada a partir de nota média relativamente baixa atribuída às instituições da justiça brasileira (4,55 em uma escala de 0 a 10); (2) uma percepção negativa sobre temas como rapidez, imparcialidade e honestidade; e (3) uma constante avaliação negativa da Justiça por diversos segmentos sociais – estratos diversos de renda, gênero, raça, escolaridade – com tendência a ser mais negativa entre aqueles que acessaram a Justiça (para resolver conflitos ou demandar por direitos, se tratando, nesse caso, de percepção específica) (Ipea, 2011). Embora o estudo tenha abordado a percepção sobre diferentes representantes de instituições e não exclusivamente sobre o Poder Judiciário, como Policial Civil, Federal, Promotor de Justiça, Advogado e Juiz (este último tendo recebido avaliação ligeiramente superior a “regular”), ele aponta para indicadores importantes sobre o funcionamento do Sistema de Justiça.

Outra produção importante sobre a percepção do Poder Judiciário é o Índice de Confiança na Justiça no Brasil – ICJ Brasil, produzido pela Fundação Getúlio Vargas desde 2009. O ICJ é composto de dois subíndices: um de percepção, que visa a mensurar a opinião da população sobre a Justiça e sobre o serviço por ela prestado; e outro relativo ao comportamento, que busca identificar se a população recorre ao Poder Judiciário para solucionar determinados conflitos e cujos dados mais recentes referem-se ao ano de 2021. Para essa série de dados, pelo menos no intervalo entre 2013 e 2017, percebe-se uma perda de confiança geral da população nas instituições e, também, no Poder Judiciário: se de 2013 a 2016 esse índice era relativamente estável, em média, 31%, no ano de 2017, ele caiu para o patamar de 24% de confiança (Ramos *et al.*, 2017). Os resultados em série apontam que a confiança da população brasileira no Judiciário, de maneira geral, tem sido relativamente baixa. O relatório mais recente de 2021 indicou que 21% dos entrevistados avaliaram o desempenho do Judiciário como “bom” ou “excelente”, enquanto 35% o consideraram “ruim” ou “muito ruim”. Os níveis de confiança também variaram entre os diferentes estados do Brasil.

Mais recentemente, a Fundação Getúlio Vargas (FGV), em parceria com o Instituto de Pesquisas Sociais, Políticas e Econômicas (Ipespe) e sob encomenda da Associação de Magistrados Brasileiros (AMB), produziu, no ano de 2019, o Estudo da Imagem do Judiciário Brasileiro, que utilizou múltiplas metodologias para explorar a percepção pública e a confiança no Judiciário. O estudo incluiu grupos focais, entrevistas, pesquisas e análise de conteúdo de mídia social, e revelou uma falta de confiança generalizada nas instituições públicas, inclusive no Judiciário, embora a confiança do público nesse poder tenha prevalecido: 52% dos entrevistados manifestaram confiar no Judiciário, enquanto 44% afirmaram não confiar nele (FGV, 2019).

O estudo também destacou um alto nível de desinformação entre o público sobre o funcionamento do sistema de justiça, e apontou quatro itens que ocupam, para a opinião pública em geral, o patamar de principais razões que impedem o bom funcionamento da Justiça brasileira: acesso caro (87%); o excesso de formalidades/muita burocracia (86%); o distanciamento em relação à população (86%); e a legislação ultrapassada (84%) (FGV, 2019).

Para o caso específico do segmento da Justiça Criminal, o estudo do Ipespe é ainda mais eloquente: a prioridade para a atuação do Poder Judiciário apontada como mais importante pela população em geral é a “defesa da ordem pública e punição aos criminosos com aplicação de penas duras” (41%), seguida de “combate à corrupção” (28%) e “garantia dos direitos sociais, como saúde e educação” (23%) (FGV, 2019, p. 40). Além disso, 42% da sociedade avalia o ramo do Direito Penal como sendo o pior setor da justiça brasileira (FGV, 2019).

Outro indicador abrangente sobre a confiança nos Sistemas de Justiça foi construído pelo WJP Rule of Law Index (Índice de “Estado de Direito” do World Justice Project), o qual consiste em dados produzidos anualmente por uma organização sem fins lucrativos, criada a partir de demanda da presidência da American Bar Association (o equivalente a uma Ordem dos Advogados dos Estados Unidos). A partir de *surveys* aplicados a cidadãos e operadores dos sistemas de justiça em 140 países, o índice avalia a transparência e o controle (*accountability*), a justiça da legislação (garantia de direitos humanos, direito à propriedade, aos

contratos e previsão de regras processuais), acessibilidade, justiça e eficiência dos processos de aplicação da lei, imparcialidade, integridade e diversidade da composição dos Poderes Judiciários, entre outros aspectos (WJP, 2022). No *ranking* entre 140 países, para o ano de 2022, o Brasil ocupava a 81ª posição, com um índice de confiança no Poder Judiciário de 0.49 (WJP, 2022). Se considerarmos o quesito específico para a Justiça Criminal, o Brasil permanece na 112ª posição, com *score* de 0.33 (WJP, 2022).

Recentemente, o Conselho Nacional de Justiça também publicou uma pesquisa sobre percepção do Judiciário. Os resultados apontam para uma percepção geral ruim, de insatisfação quanto ao Judiciário: 44,5% dos entrevistados afirmaram estar insatisfeitos ou muito insatisfeitos com o serviço prestado pelos servidores do fórum ou do tribunal; 64,4% afirmam estar insatisfeitos ou muito insatisfeitos com os serviços prestados pelo juiz. De forma geral, 73,2% é o índice de insatisfação com a Justiça pelos cidadãos. A pesquisa ainda revela que 64,9% não consideram a linguagem do processo judicial como de fácil entendimento. Essa avaliação foi feita considerando o público que efetivamente acessou o Poder Judiciário alguma vez na vida e a experiência relativa ao último processo judicial (CNJ, 2023).

Essas pesquisas mais recentes sobre o grau de confiança geral no Poder Judiciário no Brasil mostraram resultados mistos, mas que apontam para uma considerável desconfiança da população em relação às instituições de distribuição da Justiça no país. Embora esses estudos também avaliem percepções específicas (ou seja, as percepções daqueles que buscaram os serviços da justiça), os resultados indicam, de maneira geral, percepções difusas negativas do sistema de justiça, particularmente em relação a questões como honestidade, eficiência e corrupção. No entanto, apesar dessa percepção geral negativa, as pessoas ainda demonstram considerável disposição em buscar justiça para resolução de conflitos por meio do sistema judicial. Esses estudos também identificaram a importância de considerar indicadores subjetivos e a necessidade de focar diferentes dimensões do acesso à justiça e conhecimento de direitos.

Esses dados nos permitem concluir que, de maneira geral, há um baixo índice de confiança da população em geral no Poder Judiciário brasileiro e uma percepção geralmente negativa sobre o funcionamento desse poder, e especificamente, do ramo especializado da Justiça Criminal. Mas, afinal, o que é a Justiça Criminal?

A Justiça Criminal, em sentido amplo, corresponde ao conjunto de atores, serviços e instituições responsáveis por aplicar as previsões legais de modo a evitar a ocorrência de atos definidos por essas previsões como crimes, seja (1) de maneira dissuasória e simbólica (isto é, ao aplicar a lei contra alguém que tenha violado seu conteúdo, teoricamente, teria a função de evitar que outras pessoas agissem de maneira semelhante, ou seja, evitar que desviassem do conteúdo dessa lei), seja (2) de modo concreto e retributivo (punindo em concreto, como resposta à violação identificada) (Sapori, 2000). Esse sistema de justiça criminal abrange, desta maneira, diversas agências: órgãos dos Poderes Executivo e Judiciário, bem como os chamados órgãos e funções essenciais ao funcionamento da Justiça (Ministério Público, Defensorias Públicas² e atividade de advogados particulares), em todos os níveis da Federação (União, Estados, Distrito Federal e, em alguns casos, mesmo os municípios). A Justiça Criminal abrange, sobretudo, a “atuação do poder público desde a prevenção das infrações penais até a aplicação de penas aos infratores” (Ferreira; Fontoura, 2008, p. 8). Mais nos interessa, aqui, entender como é representada e de que nível de confiança dispõe a

2 Incluímos as defensorias públicas e a atividade advocatícia não porque sejam de sua atribuição investigar, processar, policiar ou aplicar e administrar penas, características principais do Sistema de Justiça Criminal, na função estatal de manutenção da lei e da ordem. Contudo, sua participação em todas as fases (da prisão em flagrante ao inquérito, do processo criminal instaurado à execução penal) é atividade fundamental para a garantia de justiça a esse mesmo sistema (para que ele possa ser chamado de Sistema de Justiça), permitindo o exercício do contraditório e da ampla defesa pelos cidadãos necessitados. Significa dizer que distribuir punições e reprimir, no marco de um Estado de Direito, é atividade que somente pode ser exercida se assegurados os princípios fundamentais de garantia à defesa jurídica por todos os meios e em todas as fases, assim como o exercício do contraditório (isto é, apresentar suas versões sobre fatos que contradigam as acusações feitas pelas agências repressivas e punitivas do Estado). Caso contrário, não estaríamos diante de um Sistema de Justiça Criminal, mas de um aparato estatal inquisitivo e de puro controle e repressão.

Justiça Criminal em sentido estrito: aquela que se refere ao conjunto dos órgãos de jurisdição que compõem o Poder Judiciário.

Considerando a percepção difusa prevalente em nossa sociedade, de baixa confiança nas instituições judiciais, propusemos a seguinte pergunta: de que modo estudantes de graduação percebem (de modo geral) a Justiça Criminal brasileira? Essa pergunta que conduz nossa investigação tem dois sentidos principais: primeiro, a fim de verificar se padrões semelhantes são observados em um *cluster* determinado (o de estudantes de graduação); segundo, identificar questões críticas e fundamentais que merecem aprofundamento, reflexão e conhecimento por esses estudantes, considerando se tratar de adultos em um processo formativo que essencialmente se organiza a partir de um ciclo, o qual pressupõe, como uma de suas fases fundamentais, o diagnóstico de necessidades de aprendizagem (Knowles, 1980).

Há que se considerar, ainda, que a opinião pública é uma das formas de aferir a representação social dos estudantes sobre o Poder Judiciário. O conceito deriva da ideia de “representação coletiva” proposta por Durkheim (2014), que serve para distinguir o pensamento social do pensamento individual. A partir desse conceito, Moscovici (1978) define a representação social como uma forma particular de conhecimento com várias funções, incluindo o desenvolvimento de comportamentos e a comunicação entre os indivíduos. A representação desempenha, assim, um papel fundamental na formação da realidade. Em outras palavras, sabemos o que o Poder Judiciário “é” fundamentalmente porque nos comunicamos e representamos coletivamente o que o Judiciário “é”, formando sua realidade num quadro imagético, representativo. Essa representação não necessariamente corresponde à integralidade do que o Judiciário é, mas assume um papel de reproduzir no imaginário social algo valorizado, reconhecido e, no limite, conhecido, ainda que por sentidos comuns, o que são as instituições que o compõem. Deste modo, uma representação social é tanto um símbolo quanto uma reprodução de um objeto com algum grau de valorização em meio à sociedade. O ato de representar, portanto, envolve a construção de uma doutrina que auxilia na interpretação, previsão ou antecipação das ações de um indivíduo ou

de um grupo específico, transformando o ato de representação em um empreendimento essencialmente político (Moscovici, 1978).

Em outras palavras, o objetivo é exatamente identificar temas, assuntos e abordagens relacionados ao conhecimento sobre a Justiça Criminal que merecem a atenção no processo formativo de estudantes – considerando que as representações sociais que fazem sobre a realidade podem apontar para diferentes sentidos – e sobre os quais a Sociologia do Direito, das Organizações e a Sociologia do Crime e da Punição podem exercer um papel fundamental.

Antes que passemos aos resultados, vamos abordar mais detidamente de que modo essa problemática se relaciona com a legitimidade das instituições.

Legitimidade da Justiça e do Poder Judiciário

Tom R. Tyler, pesquisador e professor de Psicologia Social e Direito na Universidade de Yale, nos Estados Unidos, propôs uma teoria importante sobre o que torna as instituições legítimas. Sua ideia principal é que a percepção das pessoas sobre a autoridade e as instituições é influenciada por seu senso de equidade e de justiça procedimental. Mas o que é exatamente isso?

O autor estudou as avaliações que as pessoas faziam quanto a instituições como a polícia e os tribunais, na cidade de Chicago. Ele concluiu que as pessoas observam as leis não exatamente porque temem a punição, mas porque acreditam na legitimidade da lei e das autoridades responsáveis por aplicar seu conteúdo. Contudo, essa *crença* dependeria de uma coisa fundamental: as avaliações qualitativas das pessoas sobre o que fazem as autoridades. Deste modo, as pessoas são mais propensas a cumprir e aceitar as decisões das autoridades quando percebem que os processos decisórios dessas autoridades são justos, independentemente de concordarem ou não com o resultado dessas decisões. Essa percepção de justiça é crucial para garantir a legitimidade da autoridade e das instituições que ela representa (Tyler, 2006).

O autor identifica quatro elementos-chave que contribuem para a percepção da justiça procedimental: o primeiro, a voz. Participar de

qualquer processo em que se esteja envolvido só parecerá justo se o participante puder ser ouvido. Uma decisão passa a ser legítima sobre o futuro de alguém desde que essa pessoa sinta que suas opiniões são ouvidas e que tem a oportunidade de expressar seus pontos de vista durante os processos de tomada de decisão. O segundo elemento: a imparcialidade/neutralidade. A visão de que a autoridade não está a favorecer nenhum grupo ou parte é fundamental para a justiça procedimental. O terceiro elemento: o respeito. Significa que as pessoas são tratadas no nível interpessoal de forma respeitosa, decorosa, sem distinções nem discriminações quanto a atribuições ou características pessoais. E o quarto elemento: a confiabilidade, que pode ser traduzida como o fato de as autoridades serem percebidas como confiáveis e honestas em sua atuação.

Deste modo, para Tyler (2006), quando as pessoas percebem a justiça procedimental, é mais provável que vejam a autoridade como legítima, produzindo níveis mais altos de conformidade à lei, cooperação e ordem social. Evidentemente, isso se depara com uma questão de fundo: o autor produziu suas hipóteses a partir de estudos de percepção específica de pessoas que tiveram contato com as instituições da Justiça Criminal de Chicago. Deste modo, a grande questão é: como produzir legitimidade de nossa Justiça Criminal, do segmento específico do Poder Judiciário responsável por processar e julgar infrações à lei penal, em meio à população brasileira, cujas percepções gerais sugerem baixa confiança institucional e uma avaliação ruim de desempenho? Suspeitamos que a sala de aula é um espaço potente para essa tarefa, como veremos a seguir.

Breve consideração metodológica

Este é um estudo exploratório. Deste modo, nos preocupamos em abordar de maneira introdutória os assuntos, sem nos dedicarmos a uma generalização dos dados, mas apenas assinalar algumas pistas a partir de uma experiência localizada. Por essa razão, embora tratemos aqui de dados quantitativos e estruturados, não há qualquer pretensão de que esses resultados sejam generalizados no conjunto de estudantes de graduação da Universidade de Brasília, e, muito menos, de estudantes

de graduação de universidades federais, outras universidades públicas, ou mesmo instituições de ensino superior particulares.

A estatística lida com regras de inferência e regras de amostragem que permitem ao pesquisador generalizar essas conclusões. Aqui, trabalhamos com um conjunto de dados que, mais uma vez, não permitem qualquer generalização nesse sentido, mas somente podem sinalizar desafios importantes para que o tema seja trabalhado em sala de aula. Um viés importante de nossos dados diz respeito a se tratar de um levantamento de percepção difusa localizada, relativa de estudantes de uma turma de curso de graduação em Gestão de Políticas Públicas da Universidade de Brasília (UnB), durante o primeiro semestre de 2019.

O curso de graduação de Gestão de Políticas Públicas foi criado, na UnB, em 2009, sendo ofertado mediante consórcio com os departamentos de Economia e Administração e pelo Instituto de Ciência Política (Ipol) da referida universidade. No ano de 2015, foi criado definitivamente o Departamento de Gestão de Políticas Públicas na UnB, com o objetivo de consolidar a oferta de disciplinas e os planos e diretrizes pedagógicos. O objetivo geral do curso é “formar profissionais de nível universitário com competência para atuar na gestão de políticas em organizações governamentais e não governamentais” (FACE-UnB, 2018, p. 19). O perfil desejado do egresso é que

tenha conhecimentos interdisciplinares do campo de saber da gestão de políticas públicas (...) que seja capaz de desempenhar funções estratégicas na administração pública [...] participando do processo decisório de políticas públicas, sobretudo no que se refere à relação Estado e sociedade (FACE-UnB, 2018, p. 20).

Com esse objetivo, o curso dispõe de um perfil geral de estudantes vocacionados para o exercício profissional em estreito diálogo com instituições do Estado e da sociedade civil. Nesse sentido, parece fundamental que o processo formativo permita aos estudantes questionarem criticamente o papel, as capacidades, os arranjos, a legitimidade e o funcionamento de instituições públicas responsáveis por processos decisórios os mais variados e complexos. Entre essas instituições, certamente se encontram aquelas que integram o Poder Judiciário.

Fui docente responsável pela disciplina “Fundamentos de Gestão de Políticas Penais”, oferecida em parceria com o Laboratório de Gestão de Políticas Penais, grupo de pesquisa vinculado à FACE ministrada no primeiro semestre de 2019. A disciplina tinha caráter optativo, portanto, não obrigatória, e era ofertada às sextas-feiras durante todo o turno da noite (19h às 22h30). Exatamente por se tratar de disciplina optativa, era cursada por estudantes matriculados em diferentes períodos do curso (o que permite inferir certa diversidade de perfis quanto ao estágio de formação em que se encontravam) e, surpreendentemente, foi rapidamente ocupada. Foram 52 estudantes matriculados regularmente na disciplina. As atividades desenvolvidas em sala compreendiam sessões de filmes, aulas expositivas, seminários de discussão de textos e aulas dialogadas com participação de convidados externos, geralmente profissionais da área de execução penal.

Um viés importante sobre a percepção desses estudantes relativa ao Poder Judiciário é que se tratava de estudantes que demonstraram algum tipo de interesse pelo tema das políticas penais. A disciplina tinha como escopo situar as políticas penais no campo das políticas públicas, considerando seus aspectos históricos, sociais e estruturantes – com observância dos direitos humanos, da intersetorialidade e da participação social do ponto de vista crítico ao controle punitivo.

Durante o desenvolvimento das atividades, propusemos um questionário de *survey* composto por 10 perguntas e disponibilizado na Plataforma *Survey Monkey* entre os dias 24 de maio e 17 de setembro de 2019. O objetivo de sua aplicação foi identificar de que modo os estudantes percebiam o ramo especializado da Justiça Criminal, possibilitando eventuais ações pedagógicas futuras. Foram coletadas 34 respostas, o que representava aproximadamente 70% dos estudantes da turma. Embora nossa amostra não represente o contingente de estudantes da UnB, muito menos de estudantes do próprio Curso de Gestão de Políticas Públicas, e, portanto, não apresente significância estatística que permita generalizarmos nossos resultados, propusemos essa análise com o objetivo de apenas identificar se e em que medida certas ressonâncias da percepção sobre a Justiça Criminal são identificadas, e que potenciais existem e merecem ser trabalhados em sala de aula na

educação de futuros profissionais responsáveis por elaborar e gerir políticas públicas diversas, inclusive aquelas com eventual interlocução com o Poder Judiciário.

Discussão e resultados

A primeira pergunta formulada dizia respeito ao grau de confiança dos estudantes na Justiça Criminal, genericamente considerada. Aqui, 31 estudantes (91,18% dos respondentes) afirmaram não confiar na Justiça Criminal, enquanto 3 (8,82%) disseram confiar nesse segmento.

Quando questionados especificamente sobre a atuação de juízes com atribuições criminais, foi possível notar uma pequena diferença, mas ainda uma desconfiança generalizada. Para a pergunta “Você confia no trabalho dos juízes criminais?”, 7 estudantes (20,59%) responderam confiar nesse trabalho, enquanto, novamente, significativa maioria, 27 (79,41%), disse não confiar no trabalho desempenhado por juízes criminais.

Quanto ao grau de confiança nesse trabalho, significativa maioria (67,65%) afirmou confiar mais ou menos no trabalho desempenhado pelos juízes, ao passo que 29,41% dos respondentes disseram confiar pouco e apenas 1 estudante (2,94%) afirmou confiar muito nesse trabalho.

Os estudantes também foram perguntados se acreditam que juízes criminais contribuem para a segurança pública. Enquanto 35,29% acreditam que sim, 64,71% avaliam que não.

No que diz respeito ao grau de interação entre agências policiais e Poder Judiciário, imensa maioria dos respondentes (94,12%) entende que a manutenção de prisão efetuada pela polícia por parte dos juízes não é imperativa. Apenas 2 estudantes concordam com a premissa de que a prisão efetuada pela polícia deve ser confirmada pela Justiça.

Outro aspecto abordado pela pesquisa refere-se ao uso da prisão como estratégia mais adequada para garantir a segurança pública. Absoluta maioria (97,06%) dos respondentes acredita que não, enquanto apenas um estudante entende que sim.

Quando perguntados sobre o caráter de justiça da prisão (se prender é a forma mais justa para se responsabilizar alguém), os dados são semelhantes: 94,12% dos respondentes entendem que não, enquanto 5,88% dos respondentes compreendem que sim.

Sobre as razões que explicam o poder que os juízes têm de determinar se alguém deve ser preso, absoluta maioria reputa à legalidade (porque a lei conferiu esse poder a ele) como a principal razão para que isso aconteça. Apenas 4 outras pessoas respondentes entenderam haver outras razões principais para esse poder: 3 afirmaram que isso decorre da aprovação em concurso público, enquanto 1 entende que esse poder deriva do fato de juízes criminais agirem no interesse da comunidade.

Quando indagados sobre a justiça das decisões judiciais, a maioria dos respondentes, 61,76%, entende que ela é feita ocasionalmente (às vezes), 17,65% entendem ocorrer justiça nas decisões de modo frequente e 20,59% entende que a justiça nas decisões ocorre raramente.

Os dados nos permitem concluir que, junto ao *cluster* objeto do presente estudo, a percepção da Justiça Criminal é predominantemente negativa, prevalecendo uma desconfiança geral sobre essa área de atuação do poder público. Contudo, quando se trata de uma percepção específica sobre o Poder Judiciário, esse índice melhora pouco, alcançando quase 21% de confiança. A avaliação sobre o trabalho judicial criminal aponta para um grau oscilante (de confiarem mais ou menos nesse trabalho), o que acaba reforçado pela percepção de justiça sobre as decisões exaradas pelo Poder Judiciário nessa área, que também indica alta prevalência daqueles que concordam que a justiça seja algo ocasionalmente alcançado. Por outro lado, os resultados apontam para um absoluto rechaço à ideia de que prisões sejam estratégia mais adequada para garantia de segurança pública (embora acreditem que juízes criminais podem contribuir para essa área) e que seja a forma mais justa de responsabilizar criminalmente alguém. Nessa mesma tendência, os estudantes consideram que prisões efetuadas pela polícia não necessariamente devem ser confirmadas pela Justiça.

Nossos resultados abrem um conjunto importante de questões que merecem a atenção de docentes e discentes, relativo ao processo de ensino-aprendizagem em sala de aula. Por um lado, é certo que o grau

de desconfiança generalizado com relação à Justiça criminal brasileira e ao Poder Judiciário, medido por pesquisas de opinião pública em meio à sociedade brasileira em geral, também foi observado junto aos estudantes sujeitos ao presente estudo. Por outro lado, os resultados apontam para uma postura crítica dos estudantes de graduação, no que se refere especialmente ao resultado mais evidente da produção da Justiça Criminal – a prisão. Essa postura crítica sinaliza um importante aspecto, que pode estar relacionado com a perspectiva da disciplina e o público escolhido para o estudo, mas que também aponta para o caráter de autonomia que o processo de educação de adultos tem, em que o sujeito de aprendizado se percebe capaz de tomar as próprias decisões e fazer seus próprios julgamentos relativamente ao mundo social (Knowles, 1980).

A limitação mais importante de um estudo como o que conduzimos, para além das metodologias anteriormente expostas, diz respeito ao que pode ser feito a partir de percepções difusas. Percepções difusas não resultam de experiências concretas, as quais podem permitir avaliações mais detidas, organizadas a partir de um repertório de fatos, situações e contatos experimentados pelo sujeito entrevistado. Nesse aspecto, a percepção tende a ser relativamente melhor ou, pelo menos, mais ponderada, já que se organiza a partir de um conhecimento empírico, uma experiência vivida concretamente. Assim, pesquisas de opinião sobre o Sistema de Justiça Criminal e sobre a Justiça Criminal, em sentido estrito, feitas com públicos que trabalham neles ou junto a eles, ou que tenham vivenciado experiência significativa (seja na condição de réus, vítimas, testemunhas ou jurados, por exemplo), podem apontar para resultados distintos, por meio de avaliações qualitativas amparadas por melhores evidências que as percepções gerais. Apesar disso, Tyler (2007) lembra-nos de uma dimensão social/efeito cascata da legitimação de instituições democráticas: quanto mais se produzir justiça procedimental entre as partes de um processo (ou seja, entre aqueles que possuem uma percepção concreta, específica), maior a capacidade de essa experiência positiva reverberar junto a famílias, amigos e outros observadores dessas partes e desse processo, e também a seus amigos e familiares.

Conclusão

As percepções gerais reforçam o que podemos entender como representações sociais: um conjunto de conhecimentos construídos por meio de interações públicas entre determinados atores sociais, que se comunicam entre si e negociam determinadas convenções, a fim de encarar os eventos da realidade, com pontos referenciais específicos, conforme a posição que ocupam no contexto em que vivem. Por isso mesmo, pesquisas de percepção e opinião são contextuais (Moscovici, 1978). Tanto mais porque nos limitamos a averiguar o grau de confiança e a compreensão sobre o Judiciário de maneira geral e não a avaliação de experiências concretas desses estudantes com a Justiça. Assim, o que os estudantes entendem ser a Justiça Criminal pode, de fato, não a traduzir completamente. Contudo, essa representação importa, na medida em que referencia esses mesmos estudantes, podendo balizar decisões de sua vida adulta, sobre como agir e o que esperar, por exemplo, caso alguém próximo a si seja preso, ou mesmo caso venham a exercer atividades profissionais ou enquanto partícipes de procedimentos, junto à Justiça Criminal.

As percepções sobre a Justiça Criminal e o Poder Judiciário são ainda mais importantes para a prática docente. Os resultados de nosso estudo sugerem algo decisivo: se pretendemos que a sociedade brasileira avance enquanto sociedade efetivamente democrática, que se organiza a partir de uma relação de confiança entre cidadãos e poder público e atribui a suas instituições reconhecimento, deferência e legitimidade, inclusive mediante processos de controles mútuos, é fundamental que se constitua uma cultura de legitimidade das instituições basilares dessa democracia. Diversos são os espaços para que essa cultura se forme: mídias sociais, mídias tradicionais, produção científica, divulgação institucional, transformações em rotinas e procedimentos adotados no âmbito de organizações. Enxergamos também que essa cultura democrática pode ganhar espaço a partir da sala de aula. Muito distinto de qualquer tipo de “doutrinação ideológica”, como vociferam certas vozes, isso significa, na verdade, dimensionar adequadamente o papel e as atribuições dessas mesmas instituições, seja por meio de recursos e

estratégias didático-pedagógicas diversos, seja por meio de reflexões e debates sobre papéis e atribuições.

Dessa maneira, uma estratégia importante para adensar e aprimorar a percepção sobre o Poder Judiciário brasileiro pode ser aproximar estudantes a audiências e sessões de julgamento, utilizar de processos judiciais públicos para elaborar discussões sobre casos concretos em sala, ou problematizar análises sobre políticas judiciárias, tema recentemente inserido como escopo de atuação do Poder Judiciário, cujas funções estão muito além de estabelecer o regime jurídico de verdades processuais e dizer o direito para casos concretos. Embora se trate de ações diretamente concebíveis para cursos de graduação mais estreitamente relacionados às instituições do Estado (como Direito, Gestão de Políticas Públicas, Sociologia, Antropologia e Ciência Política), é não somente possível, como necessária, a aproximação do espaço de formação de futuros profissionais de diversos outros cursos aos Tribunais e à administração da justiça, o que pode também ocorrer por meio de ações de extensão universitária. Ainda, o ensino de Sociologia do Direito, da Punição e do Controle, assim como a Sociologia das Organizações, pode contribuir consideravelmente para essas abordagens, que não só definem o exato lugar da Justiça Criminal (distinto da Segurança Pública, por exemplo), mas também refletem e analisam os aspectos qualitativos que influenciam o grau de confiança das pessoas nas instituições.

Resta evidente que essas ações contribuem, mas não resultam diretamente na formação de uma cultura democrática. A sala de aula é um dos pontos de partida. Outras medidas a serem levadas adiante pelo próprio Poder Judiciário, como comunicar efetivamente como os tribunais operam, difundir os valores fundamentais que defendem (como imparcialidade e racionalidade) e divulgar o trabalho de avaliação das evidências que sustentam suas decisões podem constituir estratégias importantes para aumentar seu grau de confiança junto à população e reforçar sua própria legitimidade. Essa estratégia de comunicação deve resistir a ataques injustificados, recentemente cada vez mais frequentes na chamada era da pós-verdade. Deve, portanto, abordar adequadamente as críticas válidas e promover o debate público e informado (Mack; Anleu; Tutton, 2018), de modo que a aproximação entre o mundo hermético

da justiça forense à população ocorra, permitindo que o segmento da Justiça Criminal seja não apenas conhecido, reconhecido, mas legitimado por diferentes grupos e estratos de nossa sociedade enquanto ferramenta indispensável para o exercício e a concretização de direitos e garantias fundamentais e manutenção da coesão social.

Referências bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. A opinião pública não existe. *Questões de Sociologia*, v. 1, p. 233-245, 1980.

CNJ. Conselho Nacional de Justiça. *Pesquisa sobre percepção e avaliação do Poder Judiciário brasileiro*. Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2023/04/relatorio-pesquisa-percepcao-e-avaliacao-do-pjb.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2023.

DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. 4. ed. Trad. de Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

FACE-UnB. Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas da Universidade de Brasília. *Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Gestão de Políticas Públicas*. Brasília, 2018.

FERREIRA, Helder Rogério Sant'Ana; FONTOURA, Natália de Oliveira. *Sistema de justiça criminal no Brasil: quadro institucional e um diagnóstico de sua atuação*. Ipea: textos para discussão 1330, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/1479>. Acesso em: 19 jul. 2023.

FGV. Fundação Getúlio Vargas. *Estudo da imagem do Judiciário Brasileiro. Relatório de pesquisa*. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: https://www.amb.com.br/wp-content/uploads/2019/12/ESTUDOS-DAIMAGEM-DO-JUDICIA-CC%81RIO-BRASILEIRO_REUNA%CC%830-29-OUTUBRO2019_final.pdf. Acesso em: 19 jul. 2023.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Sistema de indicadores de percepção social (SIPS)*. Organizador: Fábio Schiavinatto. Brasília: Ipea, 2011.

KNOWLES, Malcolm S. *The modern practice of adult education: from pedagogy to andragogy*. Cambridge: Adult Education, 1980.

MACK, Kathy; ANLEU, Sharyn Roach; TUTTON, Jordan. The judiciary and the public: Judicial perceptions. *The Adelaide Law Review*, v. 39, n. 1, p. 1-35, 2018.

MOSCOVICI, Serge. *A representação social da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

OLIVEIRA JÚNIOR, Almir de. Dá para confiar nas polícias? Confiança e percepção social da polícia no Brasil. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, FBSP, São Paulo, n. 5, ed. 9, p. 6-22, 2011.

RAMOS, Luciana de Oliveira *et al.* Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas. ICJ. *Relatório Índice de Confiança na Justiça no Brasil*. Fundação Getúlio Vargas. São Paulo, 2017. Disponível em: https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/19034/Relatorio-ICJBrasil_1_sem_2017.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 18 jul. 2023.

SAPORI, Luís Flávio. Uma abordagem organizacional da justiça criminal na sociedade brasileira. *Fórum de debates – criminalidade, violência e segurança pública no Brasil: uma discussão sobre as bases de dados e questões metodológicas*. Rio de Janeiro, Ipea/Cesec, 2000.

TYLER, Tom. *Why people obey the law*. Princeton: Princeton University Press, 2006.

TYLER, Tom R. Procedural Justice and the Courts. *Court Review: The Journal of the American Judges Association*, v. 44, p. 26-31, 2007.

VIANNA, Luiz Jorge Werneck *et al.* *Corpo e alma da magistratura brasileira*. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

WJP. *World Justice Project Rule of Law Index 2022*. Disponível em: <https://worldjusticeproject.org/rule-of-law-index/>. Acesso em: 19 jul. 2023.

Sociologia Política para quê?

Bolsonaro, bolsonarismo e suas implicações para análise da política e da democracia

Tiago Franco de Paula
Flávia de Sousa Oliveira

Introdução

Como dito pelo sociólogo Philip Abrams (1988, p. 82), “a tarefa do[a] sociólogo[a] é desmistificar”, seja uma ideia, um conceito, uma forma de pensamento ou mesmo determinada realidade. No âmbito da Sociologia Política, tal encargo consistiria em nos desprendermos de uma visão da política enquanto manifestação/expressão de um modelo formal de instituição central (o Estado) para compreendê-la, de modo mais preciso, como o conflito permanente entre valores sociais rivais dentro de determinado território ou espaço (Kuschnir, 2007).

Dessa maneira, recusa-se a ideia de “política” como dizendo respeito a uma substância inata, que emerge ao conhecimento dos sujeitos (de modo igual a todos) tão logo eles nasçam. Ao invés disso, ela é tida enquanto uma construção social, realizada pela ação dos atores sociais (Arendt, 2007; 2002). Ao reconhecer a política como fruto da ação coletiva, faz-se, então, necessário evidenciar dois pressupostos intrínsecos à tal entendimento: 1) “de que a sociedade é heterogênea, formada por redes sociais com múltiplas percepções da realidade” (Kuschnir, 2007, p. 9); 2) “a ‘política’ ou o ‘mundo da política’ não é dado *a priori*, mas precisa ser investigado e definido a partir das formulações e comportamentos de pessoas e contextos particulares” (Kuschnir, 2007, p. 9, grifo do autor).

Com isso em mente, como dito anteriormente, falar de política é pensar os conflitos e as disputas entre as múltiplas gramáticas sociais morais presentes em determinado meio e tempo histórico (Honneth,

2009). Além disso, é analisar como os grupos e atores sociais utilizam essas gramáticas para semantizar/qualificar algo ou alguma ação como justo ou injusto, como certo ou errado. E, também, refletir sobre como esses conflitos são gerenciados. Nesse último ponto, entra-se na discussão ética sobre qual deve ser a finalidade da política e, em nosso caso, da democracia, ou seja, o que deve ser entendido enquanto seu princípio fundamental que guiará os debates entre as gramáticas para promoção de uma sociedade assentada sob um regime de respeito e de dignidade para todos.

Adotando, dessa maneira, como fio condutor do capítulo uma “perspectiva mais socio-lógica” (Kuschnir, 2007, p. 33) – que privilegia a composição social e simbólica da realidade – acerca do modo como a política e o discurso do candidato Jair Bolsonaro nas eleições de 2018 se configuram, o presente capítulo compõe-se desta e de mais quatro seções. Na próxima seção, demonstra-se como Bolsonaro procurou criar um discurso que atraísse diferentes grupos conservadores por meio de alianças estratégicas com variados setores conservadores, além de ser marcado pela mobilização do ódio e da intolerância social contra aqueles identificados como seus opositores políticos.

Em seguida, na seção 3, o discurso de Bolsonaro é examinado de forma mais detida visando facilitar a compreensão do modo como o então candidato do PSL procurou moralizar a política em termos de uma disputa entre o bem e o mal representados, respectivamente, em torno das figuras dos “cidadãos de bem” e dos “bandidos”. Na seção 4, desenvolve-se uma reflexão sobre como a eleição de Bolsonaro e o forte apoio popular que o candidato recebeu nos estimulam a complexificar a ideia de democracia através de uma avaliação socioantropológica desta última. Por fim, conclui-se retomando as principais ideias expostas ao longo do capítulo e a discussão da democracia enquanto um princípio baseado na promoção da justiça e igualdade social.

Conservadorismo no Brasil: uma onda quebrada/caleidoscópio

A vitória de Jair Bolsonaro no pleito de 2018 representou mais do que o triunfo individual de um político. Ao chegar à presidência,

o capitão reformado do exército consolidou a ascensão de uma nova direita conservadora que tomou a esfera pública nacional a partir das manifestações de junho de 2013. Definida por Ronaldo de Almeida (2019) como uma onda conservadora, tal ascensão pautou o fluxo da política brasileira na última década e gerou um contexto de extrema polarização em que grupos conservadores distintos se uniram em torno de um ideal de oposição às pautas progressistas. A candidatura de Bolsonaro em 2018 representou a união entre esses diferentes grupos. Líderes religiosos, grandes empresários, latifundiários, grupos punitivistas¹ e membros da classe média: partes significativas desses grupos se viram representados pela figura do político de extrema-direita. Nesse sentido, a onda conservadora foi uma onda quebrada (Almeida, 2019); um caleidoscópio de visões e interesses políticos que se uniu ao redor da figura do então deputado.

Entretanto, Bolsonaro não personificou essa união conservadora de modo espontâneo. A sua figura de representante ideal da nova direita conservadora foi construída por meio de alianças políticas estratégicas. Como aponta Lacerda (2019), as ações do capitão reformado em seus primeiros anos como deputado focavam apenas a defesa dos interesses da classe militar e dos ideais punitivos da chamada “Bancada da Bala”. A aliança com os grupos religiosos conservadores, especialmente os evangélicos, começou após 2010 por meio de sua militância contra o projeto “Escola sem Homofobia”,² que foi apelidado por seus opositores de “kit gay” (Romancini, 2018). Já a consolidação de sua posição neoliberal ocorreu às vésperas das eleições de 2018, quando anunciou o economista Paulo Guedes como seu conselheiro econômico e futuro ministro

1 O conceito de punitivismo representa o ideal jurídico e social que defende que ações desviantes ou cometidas à margem da lei devem ser solucionadas mediante a aplicação de pena por parte do Estado. Tal pena pode ser jurídica, como o encarceramento; ou física, o que implicaria o uso de violência e até o assassinato do indivíduo desviante (Arend, 2020).

2 Promovido pelo Ministério da Educação (MEC), cujo chefe era o petista Fernando Haddad, o Projeto Escola sem Homofobia definia a produção e a distribuição de material educativo contra o *bullying* homofóbico nas escolas públicas para alunos do ensino médio e dos dois últimos anos do ensino fundamental (Romancini, 2018). O projeto foi duramente atacado por grupos conservadores, que o acusavam de promover a homossexualidade entre jovens e crianças.

da economia (Lacerda, 2019). Dessa forma, Bolsonaro reuniu em torno de si três linhas de força do conservadorismo nacional: o idealismo punitivo que marcou sua carreira política desde o início; o moralismo regulador dos grupos religiosos; e o liberalismo econômico do mercado financeiro (Almeida, 2019). Esses discursos distintos foram unidos por meio de sentimentos comuns: o ódio e a intolerância social contra os ideais de esquerda.

A mobilização da intolerância social contra os opositores políticos foi central na ascensão da onda conservadora e na construção da trajetória política de Bolsonaro. Para os bolsonaristas, a política passou a ser vista como uma batalha constante entre direita e esquerda. A eleição se tornou uma questão moral: derrotar a esquerda representaria derrotar o lado maléfico da história. Isto posto, as próximas seções irão debater, por meio de dados empíricos e discussões empíricas, como o discurso bolsonarista gerou essa forma específica de moralização do político.

As eleições entre o bem e o mal: Bolsonaro, moralidade e segurança pública

A moralização reacionária nacionalista de extrema-direita da política no contexto histórico recente está associada à hegemonia de perspectivas neoliberais de valorização do indivíduo e de sua liberdade em detrimento da coletividade (Brown, 2019). Essa hegemonia se prolonga desde as décadas finais do século XX e resulta na retirada da noção de social da política. Nesse sentido, explicações que consideram estruturas sociais como causas de problemas públicos são descartadas e passa-se a pensar questões sociais apenas em termos individuais. Esse contexto foi a base para a ascensão de grupos e políticos de extrema-direita ao redor do globo que transformaram a política em um embate moral contra um inimigo comum (Brown, 2019). Em alguns países, o “inimigo” se tornou o imigrante; em outros, o homossexual, as feministas e as pessoas não brancas. Políticos como Donald Trump, Viktor Orbán e Jair Bolsonaro ascenderam politicamente em meio a esse amplo contexto de hegemonia neoliberal.

Entre as pautas que compuseram as propostas de Bolsonaro nas eleições de 2018, duas ilustram bem o modo como o político de extrema-direita mobilizou a narrativa de que o pleito era uma disputa entre bem e mal: a moralidade pública e a segurança no Brasil. Para discutir as duas pautas, serão apresentados dados e informações sobre o discurso que Bolsonaro difundiu em suas mídias sociais ao longo do período de campanha de 2018.³ Uma avaliação das publicações feitas no perfil oficial de Bolsonaro no Facebook durante o período mostra a relevância desses dois tópicos para o político naquela eleição. A segurança pública do país foi o segundo tópico mais abordado em suas postagens; a moralidade pública, por sua vez, foi o terceiro tópico mais debatido (Paula, 2021). Ambos ficaram atrás apenas do tópico referente aos problemas políticos enfrentados pelo Brasil no período, que foi o maior foco das postagens. Além da relevância, esses tópicos convergiram no modo como foram enquadrados na narrativa de Bolsonaro. Para o capitão do exército, o Brasil enfrentava tanto uma crise moral como uma crise de segurança no momento do pleito (Paula, 2021).

No que tange à moralidade pública, o então candidato do PSL alimentou constantemente a narrativa de que o país se encontrava em um estado de decadência moral devido ao avanço das ideologias de esquerda, dos ataques à família tradicional e do enfraquecimento dos valores do cristianismo na sociedade (Paula, 2022). Em sua visão, esse avanço era uma consequência dos governos do PT e dos esforços feitos pelo partido para disseminar a “ideologia de gênero”, gerar uma inversão de valores na sociedade e transformar as escolas em “centros de doutrinação esquerdistas”. Além de corrupto, o PT foi descrito pelo capitão do exército, ao longo de suas postagens, como imoral, ateu e contrário aos valores da família. Bolsonaro afirmou repetidas vezes que os governos do PT transformaram a educação no Brasil em uma “máquina ideológica” com o objetivo de sexualizar crianças e transformá-las em militantes de esquerda (Paula, 2022). O maior exemplo desse fato, segundo ele, seria o projeto Escola sem Homofobia proposto no segundo governo Lula.

3 Os dados e resultados aqui expostos fazem parte de pesquisa realizada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília para obtenção do título de mestre em Sociologia (Paula, 2021).

Bolsonaro personificou essa visão do partido na figura de Fernando Haddad, seu adversário no segundo turno do pleito. O fato de Haddad ser o ministro do MEC no momento da polêmica do projeto Escola Sem Homofobia foi utilizado constantemente pelo candidato do PSL como forma de ataque. O termo “pai do kit gay” foi empregado diversas vezes para fazer referência ao petista. A religião também foi instrumentalizada para atacá-lo. A associação de Haddad com os grupos de esquerda descritos como imorais permitiu que Bolsonaro o acusasse de ser uma pessoa sem religião e sem ética. O candidato de extrema-direita afirmou que Haddad era a personificação da decadência de valores e do ataque à família que assolavam o Brasil. A suposta falta de ética do petista também era enfatizada por meio da narrativa de que ele era apenas um “fantochê” de Lula, que estava preso no momento da disputa. Um texto publicado por Bolsonaro em suas contas oficiais do Twitter e do Facebook no dia 26 de outubro de 2018 ilustra esse discurso:

Haddad diz que sou responsável pela campanha mais baixa da história. Logo ele, que é orientado por um presidiário, esconde as cores do partido, finge ser religioso, joga bíblia no lixo, esconde apoio à ditadura venezuelana e espalha um monte de porcaria mentirosa ao meu respeito. Ninguém mentiu mais que o PT nesta eleição. São mestres em enganar. [...] Agora dizem respeitar a família, a democracia e a justiça, mas sabemos que a missão do pai do kit gay é saltar o chefe da quadrilha (Bolsonaro, 2018).

Em contraste, Bolsonaro enfatizou em suas mídias sociais que, caso eleito, seu governo teria como prioridade o resgate moral do Brasil por meio da defesa da família tradicional heterossexual e da “inocência das crianças”, que estava sendo ameaçada pela disseminação das noções de gênero e da homossexualidade. Isso implicaria a eliminação dos ideais de esquerda do sistema educacional, o combate à disseminação da chamada ideologia de gênero e a valorização dos valores cristãos. O então candidato também afirmou que questões como a legalização do aborto não avançariam em seu governo e que ONGs e movimentos sociais que militam por causas identitárias não receberiam nenhum apoio do Estado caso fosse eleito. Nas escolas, prometeu “resgatar” a disciplina e a neutralidade no ensino por meio da militarização dos colégios. Nesse

sentido, diante de uma suposta ameaça imoral da esquerda, o candidato de extrema-direita se apresentou como a salvação: um homem cristão, heterossexual e honesto que combateria os malefícios causados pelos governos petistas e sua ideologia.

No que diz respeito à crise de segurança pública, o capitão do exército enfatizou a visão de que o Brasil era “um barco que afundava em violência”. Diante disso, apresentou-se como um candidato que “pegaria firme contra a bandidagem” e que, caso eleito, teria tolerância zero com criminosos (Paula, 2021). A ideia central de suas propostas para a segurança pública era expressa por um dos principais *slogans* da direita punitivista: “bandido bom é bandido morto”. As perspectivas compartilhadas por Bolsonaro sobre o tema em suas publicações partiram do princípio de que “bandidos” não possuem direitos e devem ser agressivamente atacados pelas forças de segurança (Paula, 2021). Essa visão demonstra uma posição contrária aos Direitos Humanos, que são entendidos dentro da lógica do idealismo punitivo como instrumentos que impedem o real combate à criminalidade. O discurso de Bolsonaro assume uma percepção de mundo dualista que divide a sociedade entre o “cidadão de bem” e o “criminoso”. O primeiro representa a honestidade e a bondade; o segundo personifica a violência que afeta a sociedade. Tendo essa distinção como premissa, Bolsonaro afirmou em suas publicações que havia no Brasil uma inversão de valores: enquanto o “cidadão de bem” vivia em constante risco de ser vítima da criminalidade, os bandidos seguiam impunes.

Bolsonaro também culpabilizou a esquerda e os governos petistas por essa “inversão de valores” na sociedade brasileira. Segundo ele (2018), o governo corrupto do PT havia incentivado a corrupção e a criminalidade em todas as áreas sociais. Mais ainda, os governos petistas haviam promovido um recuo no combate à criminalidade. Além de enfraquecer as forças policiais por meio do desvio de recursos estatais, a promoção dos Direitos Humanos por parte dos governos do PT e dos movimentos de esquerda gerou uma cultura de impunidade no país. O recuo no combate ao crime foi definido pelo político de extrema-direita como “espírito de cordeiro”. Em contrapartida, Bolsonaro se apresentou com base em um ideal masculino do guerreiro que não recua em

batalha e combate o mal pelo uso da força. Isso pode ser visto no seguinte texto, que foi publicado em seu perfil oficial no Facebook no dia 29 de outubro de 2018:

A violência no Brasil já passou da linha do absurdo há muito tempo e quanto mais recuamos, mais a bandidagem avança. Quando adotamos o espírito de cordeiro na esperança de misericórdia, o criminoso na verdade entende que pode tudo e que é senhor de sua vida. Isso vai acabar! (Bolsonaro, 2018).

As visões de Bolsonaro sobre os dois tópicos mobilizaram a ideia de que havia no Brasil um inimigo interno: o PT e suas ideologias de esquerda. Na primeira narrativa, o então candidato afirmava que tal inimigo levou o país a uma crise moral graças à disseminação de seus ideais de gênero e aos ataques promovidos à família tradicional e à moral cristã. Já na segunda, ele gerou um “estado de guerra” no território brasileiro com a promoção dos Direitos Humanos, o recuo no combate violento ao crime e sua corrupção.

Ambos os discursos carregam um alto nível de intolerância social: neles, o inimigo é visto como uma ameaça, portanto deve ser tratado com ódio. Estrutura-se, nesses discursos, uma visão dicotômica e simplificada da realidade social. Para os partidários da extrema-direita, a realidade política do Brasil é dividida entre os “cidadãos de bem” e os “bandidos”; entre os “conservadores cristãos” que defendem a família e “esquerdistas imorais” que defendem a “ideologia de gênero”. Nessa disputa, “a violência é vista como um recurso legítimo, como símbolo e ato” (Alonso, 2019, p. 53). O inimigo deve ser destruído seja pela violência física ou simbólica. Nesse sentido, a política se transforma em uma disputa moral entre o bem e o mal. Em 2018, os eleitores de Bolsonaro viram a eleição do capitão do exército não apenas como uma vitória política, mas como um triunfo do “cidadão de bem” contra o inimigo que queria continuar a destruir o país.

Por uma sensibilidade socioantropológica sobre a noção de democracia⁴

Como vimos acima, o discurso político de Bolsonaro capturou, através da noção de “cidadão de bem”, uma ampla gama de valores e conjuntos de temas que o possibilitou circular e abraçar uma série variada de perfis de eleitores/possíveis apoiadores por meio da combinação de racionalidades neoliberais e neoconservadoras (Kalil, 2018). Apesar de tal entendimento acerca dos valores e morais que compõem o discurso de Jair Bolsonaro e do chamado bolsonarismo,⁵ mantém-se a pergunta de por que agendas neoliberais e neoconservadoras vêm ganhando forte adesão popular – não só no Brasil, mas também em outras regiões do mundo – em sociedades qualificadas como democráticas e que, na história recente, vinham ampliando direitos e garantias constitucionais fundamentais aos denominados “grupos minoritários” (mulheres, LGBTQIAPN+, negros, indígenas etc.) e à classe trabalhadora?

Como, então, a Sociologia Política pode nos ajudar a formular uma resposta a essa indagação? Um começo dá-se a partir da própria reflexão sobre o processo democrático e o que entendemos como regime democrático. Pensar a respeito dessas noções, segundo a área de estudos das Ciências Sociais, requer que, para além de um conceito formal do que define um modelo democrático e o diferencia de outros modelos de governo e organização social, olhemos para a história que levou ao aparecimento de tal formação social e, principalmente, para as heranças

4 Título inspirado pela leitura de: Souza dos Santos (no prelo).

5 É importante ficar atento(a) para a diferença de sentido entre as caracterizações “discurso de Bolsonaro” e “bolsonarismo”. O primeiro faz referência aos discursos proferidos ou redigidos pelo próprio político Jair Messias Bolsonaro. Já o outro termo, segundo Daniel Aarão Reis (2020, p. 8), “é a expressão brasileira de um movimento de reação internacional às mutações promovidas pela grande revolução digital ou informática” que, ainda segundo o autor (*ibidem*), foi a responsável pela instituição da sociedade da insegurança. O bolsonarismo, assim, engloba um conjunto de tendências diversas de direitas brasileiras, como, por exemplo, as direitas tradicionais arcaizantes, nostálgicos do passado fascista/nazista, direitas fundamentalistas religiosas, direitas modernizantes liberais, entre outras (*ibidem*). Essa união de tendências de direita, apesar de representar uma aliança instável, conforma um movimento reacionário nacionalista no interior da sociedade brasileira que não pode ser reduzido a apenas um de seus componentes (*ibidem*).

escravistas/coloniais e patriarcais que continuam presentes e/ou remodeladas em sua estrutura na sociedade brasileira.

Procedendo dessa maneira, é necessário, de início, ponderar como se efetiva uma determinada forma de organização e como se conformam instituições e/ou universos/campos sociais em dada coletividade. Nessa direção, estudos socioantropológicos contemporâneos que resgatem as dimensões da experiência e das bases sociais do conhecimento compreendem as “organizações” como “*espaços de produção de sentidos*” e não como estruturas racionais a serem manejadas” (Teixeira; Castilho, 2020, p. 22, grifo nosso).

Porém, o que, exatamente, isso quer dizer? Significa que qualquer organização social (incluindo as diversas instituições) não consiste em uma formação espontânea específica e fixa que se impõe ao indivíduo pelo ambiente externo, mas sim uma construção social – baseada em repertórios compartilhados de formas de pensamento e classificação – que adquire sua configuração mediante dinâmicas de poder e conflitos políticos, perceptivos e de linguagem (Teixeira; Castilho, 2020; Mello, 2017). Desse modo, trata-se, também, de ordenamentos mutáveis historicamente de acordo com as disputas sociais travadas.

A antropóloga britânica Mary Douglas (1998) nos ajuda a melhor apreender como se produzem convenções sociais de pensamento ou, em uma linguagem mais sociológica e antropológica, universos simbólicos/gramáticas sociais/culturas. A autora informa que convenções sociais de pensamento e comportamento se originam de modos de classificação que procuram modelar formas de interações dos membros de uma sociedade (Douglas, 1998). Adicionando que tais sistemas de classificação nem sempre se edificam exclusivamente por uma racionalização científica totalmente desinteressada, mas englobam concepções morais e valorativas particulares, que hierarquizam classes e posições e estabelecem um limite entre o aceitável/tolerado e o não aceitável (Douglas, 1998).

Dito isso, como esses saberes podem ajudar na questão colocada anteriormente? Douglas expressa que as instituições, enquanto convenções cognitivas e morais, influem no modo como nós entendemos a nós mesmos e ao mundo pelas classificações que elas nos fornecem (Douglas, 1998). Assim, podemos analisar quais padrões lógicos e

valorativos predominam/predominaram na história do Brasil e impactaram na forma como seu deu o processo de institucionalização democrática no país.

Desse jeito, um fator relevante é que, no Brasil, processos de ampliação do leque de grupos sociais que são reconhecidos como sujeitos de direitos remetem aos anos 2000 (Lobo; Cardoso, 2021). Tendo no período da Constituinte de 1988

um marco importante para diversos grupos (homossexuais, feministas, indígenas, negros, etc.) que, ainda que de forma diferenciada, conquistaram – por meio da mobilização política e social dos movimentos – algum espaço no texto constitucional de 1988 (Lobo; Cardoso, 2021, p. 58).

Além disso, o antropólogo Eduardo Dullo (2013), em sua pesquisa de doutorado, demonstra que o processo de formação de uma subjetividade democrática, sob a figura do cidadão, e a própria edificação de uma sociedade secular democrática dão-se com maior intensidade, no Brasil, nos anos 1950.

Ora, tendo em mente essas discussões empíricas, cabe a pergunta: qual código de valores dominante⁶ organizava a sociedade brasileira anteriormente a esses períodos? E se esse código de valores dominante anterior ainda pode ser encontrado na coletividade do Brasil, mesmo que de modo remodelado e apesar das mudanças conquistadas nas últimas décadas? Para tanto, tocante à primeira questão, nos beneficiamos da pesquisa realizada pela antropóloga e cientista social Fabíola Rohden (1999) que, voltando-se para análise dos trabalhos de autores clássicos do pensamento social brasileiro a respeito da forma de constituição do Estado brasileiro, afirmou ser possível retirar de suas obras a base sobre a qual se configurou o padrão de honra dominante que marcou o contexto colonial do país e estendeu-se, posteriormente, para a maneira como foi estruturada a ordem pública do Estado brasileiro.

6 Falamos em código dominante pois reconhecemos que, ampliando a análise das formas de família presentes no contexto colonial para além da estrutura familiar dos latifúndios, existia um panorama mais rico de tipos familiares e amorosos (Corrêa, 1981). Para uma melhor observação e apreensão desse ponto, confira Corrêa (*ibidem*).

Rohden demonstra como, apesar das especificidades dos trabalhos de cada autor por ela examinado, é possível encontrar um ponto comum presente na obra deles, a saber, que “a vida pública não era nada além da extensão da vida doméstica, centrada no poderio dos senhores locais, com base nos latifúndios e na família patriarcal” (Rohden, 1999, p. 73). Sendo que é na apreciação das características de composição da definição deste último (a família patriarcal) que, segundo Rohden (1999), podemos encontrar e observar o código de valores dominante em voga, que moldou as relações sociais daquele momento histórico.

À vista disso, ela avalia que tal código de valores assenta-se sob os seguintes pontos:

dominação do senhor de terras sobre mulheres, filhos, agregados, escravos, parentes; uma moral sexual distintiva para homens e mulheres, dando liberdade aos primeiros e reclusão às segundas; dependência dos não proprietários (Rohden, 1999, p. 74).

Ela também aponta como a Igreja adaptou-se à hierarquia familiar almejando conquistar a posição de educação das crianças e do comportamento feminino, o que permitiu que sua influência se estendesse pela ordem privada e por toda a sociedade colonial (Rohden, 1999).

Já em relação à segunda pergunta, podemos ver heranças desse sistema moral de classificação na sociedade brasileira contemporânea quando olhamos, por exemplo, para os dados relativos ao perfil de composição dos deputados do Congresso Nacional. Tomando dados relativos à eleição de 2022, que representou recordes de proporção de deputados negros e mulheres e apresentou certo aumento de deputados indígenas e abertamente LGBTQIAPN+, ainda temos taxas de representatividade muito baixas desses “grupos minoritários” nas casas legislativas.

De acordo com o divulgado por Vick (2022) em matéria para o *Nexo Jornal*, a porcentagem de mulheres eleitas para compor a Câmara dos Deputados em 2023 representa 18% de todos os deputados, sendo que a porcentagem da população feminina brasileira é de 52%. Ainda segundo a matéria jornalística, a proporção de negros entre os deputados federais eleitos foi de 26%, embora sua proporção, quando analisamos o total da população brasileira, é de 54%. E, considerando a

presença indígena na Câmara, a casa – que teve sua primeira deputada indígena em 2018 – agora passa a ter 5 nomes (Vick, 2022). Ademais, 4 pessoas abertamente LGBTQIAPN+ ganharam uma cadeira na Câmara (Vick, 2022). O cenário não é diferente para o Senado, pois 14 dos 27 senadores eleitos (51,8%) são homens e se declararam brancos (Vick, 2022). Apenas 2 senadores eleitos são indígenas e nenhuma pessoa declarada abertamente LGBTQIAPN+ foi eleita para o Senado (Moncau, 2022; Bronze; Lauand, 2022).⁷

Nesse exemplo, é possível observar como, embora tenham ocorrido avanços significativos de representação dos “grupos minoritários” nas casas legislativas, ainda há heranças do código patriarcal do passado colonial – cujo um dos seus produtos está na marginalização desses grupos e de suas pautas dos espaços da administração política – nas instituições políticas do Brasil contemporâneo. Além disso, cientistas sociais julgam a recente eclosão de movimentos reacionários nacionalistas justamente com base em uma ofensiva de setores da extrema-direita brasileira, que buscam barrar as conquistas progressistas sociais e culturais recentes, bem como veem a construção de seus discursos centrada no intento de instrumentalizar

princípios político-jurídicos para explorar o conservadorismo de camadas da população que ou se ressentem das mudanças sociais, [...] que ganharam espaço no debate público ou [...] se beneficiam utilitariamente de tais discursos conservadores (Lobo; Cardoso, 2021, p. 78).

Essa instrumentalização é ilustrada por um *post* feito no perfil oficial de Jair Bolsonaro em sua página oficial no Twitter no dia 3 de outubro de 2018:

Está chegando o momento da mudança; de nosso valor ser medido pelo nosso caráter, não pela nossa cor, sexo ou crença; de governar pelo exemplo; de se espelhar em grandes nações; de se livrar das

7 Fora esse baixíssimo nível de representatividade de “grupos minoritários” no Congresso Nacional, é preciso ainda levar em conta que “nem todo candidato negro, indígena, mulher ou LGBTI+ se elege ao Congresso para defender pautas feministas, antirracistas ou contra a homofobia.” (Vick, 2022, s.p.).

amarras ideológicas; de por fim ao sistema falido que impera há décadas no Brasil! – Momento de resgatar nosso orgulho de ser brasileiro; de estampar nossa bandeira verde e amarela em nossas casas; de resgatarmos nosso direito de ir e vir; Falta pouco para darmos o primeiro passo em direção à grandeza! Brasil acima de tudo, Deus acima de todos! (Bolsonaro, 2018).

Na postagem, Bolsonaro demonstra a negação de valores de diversidade ao colocar a noção ampla e genérica de “caráter” acima de marcadores sociais da diferença. Nesse sentido, o político de extrema-direita mobiliza ideais conservadores que negam a existência de estruturas de inequidade que excluem cidadãos que não fazem parte dos grupos dominantes. A negação de tais problemas sociais é uma forma de perpetuar o agrupamento de valores historicamente dominantes e enfraquecer discursos que problematizam esse contexto de desigualdade (que vinham ganhando força nas últimas décadas). Mais ainda, representa uma forma de estabelecer um diálogo e mobilizar a mágoa daqueles que perderam poder simbólico com o aumento da inserção social de grupos minoritários. A noção de resgate do “orgulho de ser brasileiro” faz alusão a um passado em que o padrão de honra colonial era inquestionável e a ordem conservadora pautada pela família patriarcal era predominante. Bolsonaro associa tal passado à ideia de grandeza a fim de mobilizar a perspectiva de que a recuperação dessa ordem social é a base para o progresso do país.

Considerações finais

Ao longo do artigo, buscamos apresentar a política como fruto da ação coletiva que funda formas de organizações sociais e de poder aliçadas em “rede de significados que dá sentido à percepção da realidade” (Kuschnir, 2007, p. 24). Por conseguinte, depreende-se de tal declaração que a política não diz respeito a uma esfera autônoma e diferencial do social a se impor aos indivíduos a partir do ambiente externo, mas corresponde à produção e à disputa de universos simbólicos (de sentidos e poder) que precisam levar em conta “suas relações com as demais esferas sociais” (Kuschnir, 2007, p. 12) e o contexto histórico observado.

Com isso, chama-se a atenção dos(as) leitores(as) para os múltiplos universos simbólicos que estão em disputa no interior de uma sociedade e visam afetar formas de interações sociais, estruturas/organizações e, conseqüentemente, o modo como compreendemos a nós mesmos e ao mundo. Além disso, nos adverte a analisarmos com cautela a modelagem e conteúdo dos discursos políticos em disputa (ou propostos por diferentes grupos) e suas possíveis implicações para o futuro e a dignidade dos mais diversos grupos de um corpo social.

Dessa forma, retomar o discurso bolsonarista é fundamental para enfatizar que a moralização do debate público assentada na disputa entre um grupo que representaria o bem contra outro representante do mal, que se tornou um fato inescapável no contexto histórico recente, não é uma questão inerente à disputa política. Disputas morais não são alheias ao debate político; contudo, é possível construir um debate público que não seja pautado apenas por disputas moralizantes que simplificam a realidade social em tal embate entre bem e mal. Por meio da análise empírica do discurso de Jair Bolsonaro nas eleições de 2018, o presente capítulo buscou mostrar como a divisão entre esquerda e direita foi discursivamente transformada e instrumentalizada pelo político em uma divisão moralizada entre bem e mal. Enxergar a política por essas lentes morais contribui para a intensificação de uma polarização intolerante que tira do debate público as noções de bem comum e coletividade.

Por fim, um último ponto a ser retomado e comentado concerne à perspectiva e avaliação do que entendemos por regime democrático. Sob esse ângulo de pensamento, adentramos em uma dimensão da reflexão crítica que deve ultrapassar as considerações e os reconhecimentos dos variados discursos morais que encontramos em dada coletividade para, então, entrarmos na discussão ética tocante ao tipo de sociedade que queremos construir e habitar.

Nesse sentido, é essencial assimilar a noção de democracia como um princípio baseado no propósito de promoção da justiça e da igualdade social (Brown, 2019). De forma a concluir que: quando não há igualdade política em uma coletividade, fatalmente o poder será exercido por e para um grupo e não pelo todo. Dessa maneira, o corpo social

não é governado pelo “demos”⁸ (Brown, 2019). Com isso em mente, o modelo democrático demanda a necessidade de se agir deliberadamente em direção à redução das desigualdades de poder entre os cidadãos para produção de uma cidadania democrática que fortaleça noções de bem comum e coletividade no meio social (Brown, 2019). O que nos permite, então, examinar quanto tal objetivo do projeto democrático tem sido (ou não) concretizado e estimulado nas sociedades contemporâneas (Kuschnir, 2007).

Referências bibliográficas

ABRAMS, Philip. Notes on the Difficulty of Studying the State (1977). *Journal of Historical Sociology*, v. 1, n. 1, p. 58–89, 1988. DOI: 10.1111/j.1467-6443.1988.tb00004.x.

ALMEIDA, Ronaldo de. Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. *Novos estudos Cebrap*, v. 38, p. 185-213, 2019.

ALONSO, Angela. A comunidade moral bolsonarista. *Democracia em Risco*, v. 22, p. 41-56, 2019.

AREND, Kathiana Pfluck. *Violência, punitivismo e criminalização da pobreza: as raízes do Estado penal à brasileira*. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2020.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

ARENDT, Hannah. *O que é política?* Tradução de Reinaldo Guarany. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BOLSONARO, Jair. Haddad diz que sou responsável pela campanha mais suja da história. Disponível em: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1055814639957803010>. 2018.

8 O termo “demos” refere-se ao conjunto de cidadãos tomados em suas diversidades de origens e recursos responsáveis pela discussão e deliberação sobre a definição do bem comum de uma sociedade (Brown, 2019).

BOLSONARO, Jair. Está chegando o momento da mudança. Disponível em: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1047287005892292608>. Brasília, 3 out. 2018. Twitter: Jair Messias Bolsonaro.

BOLSONARO, Jair. Nossa preocupação e prioridade são as pessoas de bem. Brasília, 10 set. 2018a. Facebook: Jair Messias Bolsonaro.

BOLSONARO, Jair. A violência no Brasil já passou da linha do absurdo há muito tempo. Brasília, 29 out. 2018b. Facebook: Jair Messias Bolsonaro.

BRONZE, Giovanna; LAUAND, Soraya. Candidatos LGBTQIA+ eleitos batem recorde em 2022. *CNN Brasil*, São Paulo, 4 out. 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/candidatos-lgbtqia-eleitos-batem-recorde-em-2022/>. Acesso em: 19 jul. 2023.

BROWN, Wendy. *Nas ruínas do neoliberalismo*: a ascensão da política antidemocrática no ocidente. São Paulo: Politéia, 2019.

CORRÊA, Mariza. Repensando a família patriarcal brasileira: notas para o estudo das formas de organização familiar no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, n. 37, p. 5-16, 1981.

DOUGLAS, Mary. *Como as instituições pensam*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

DULLO, Carlos Eduardo Valente. *A produção de subjetividades democráticas e a formação do secular no Brasil a partir da Pedagogia de Paulo Freire*. 2013. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil, 2013.

HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento*: a gramática moral dos conflitos sociais. Tradução de Luiz Repa; apresentação de Marcos Nobre. São Paulo: Editora 34, 2009.

KALIL, Isabela Oliveira. *Quem são e no que acreditam os eleitores de Jair Bolsonaro*. [S.l.]: Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 2018. Disponível em: <https://www.fespsp.org.br/upload/usersfiles/2018/Relat%C3%B3rio%20para%20Site%20FESPSP.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2023.

KUSCHNIR, Karina. *Antropologia da política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

LACERDA, Marina Basso. *O novo conservadorismo brasileiro: de Reagan a Bolsonaro*. Porto Alegre: Zouk, 2019.

LOBO, Andrea; CARDOSO, Maria Eduarda. “Em nome da família brasileira”: sobre políticas de governo, (re)produção de elites e disputas narrativas. *Antropolítica – Revista Contemporânea de Antropologia*, p. 53-82, 2021. DOI: 10.22409/antropolitica2021.i53.a50111.

MELLO, Fabrício Cardoso de. *Assimetria e contestação: uma sociologia pragmatista das subjetividades coletivas*. 2017. 263 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

MONCAU, Gabriela. Com votação inédita em eleições gerais, nove indígenas ocuparão cargos legislativos no Brasil. *Brasil de Fato*, São Paulo, 6 out. 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/10/06/com-votacao-inedita-em-eleicoes-gerais-nove-indigenas-ocuparao-cargos-legislativos-no-brasil>. Acesso em: 19 jul. 2023.

PAULA, Tiago Franco de. *Deus acima de tudo: a atuação política da Igreja Universal do Reino de Deus nas eleições presidenciais de 2018*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2021.

PAULA, Tiago Franco de. A eleição entre o bem e o mal: uma análise comparada dos discursos da Igreja Universal do Reino de Deus e de Jair Bolsonaro sobre a moralidade pública nas eleições de 2018. *Sacrilegens*, v. 19, n. 1, 2022.

REIS, Daniel Aarão. Notas para a compreensão do bolsonarismo. *Estudos Ibero-Americanos*, v. 46, n. 1, p. 1-11, 2020.

ROHDEN, Fabíola. Honra e família em algumas visões clássicas da formação nacional. *BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, n. 48, p. 69-89, 1999.

ROMANCINI, Richard. Do “kit gay” ao “monitor da doutrinação”: a reação conservadora no Brasil”. *Revista Contracampo*, v. 37, n. 2, p. 87-108, 2018.

SOUZA DOS SANTOS, Eraldo. Anthropology with a Philosophical Sensibility. *American Ethnologist*, [S. l.], forthcoming.

TEIXEIRA, Carla Costa; CASTILHO, Sérgio. *IPEA – Etnografia de uma instituição: entre pessoas e documentos*. Brasília: ABA Publicações; AFIPEA, 2020. Disponível em: http://www.portal.abant.org.br/aba/files/159_00127275.pdf. Acesso em: 13 jul. 2023.

VICK, Mariana. Representatividade no Congresso: avanço lento e temas sob risco. *Nexo Jornal*, 4 out. 2022. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2022/10/04/Representatividade-no-Congresso-avan%C3%A7o-lento-e-temas-sob-risco>. Acesso em: 19 jul. 2023.

Sociologia das religiões para quê?

Pensando religião como marcador social da diferença entre jovens na periferia de Brasília

Yacine Guellati
Jacqueline Teixeira

Introdução

Este capítulo tem por objetivo discorrer sobre como religião, juventude e pertencimento territorial se interseccionam constituindo experiências de reconhecimento e/ou de identificação. Para tanto, apresentaremos alguns dados empíricos de uma pesquisa realizada junto a jovens da periferia do Distrito Federal (Guellati, 2023). Nosso intuito é discorrer sobre como noções de reconhecimento, interseccionalidade e marcadores sociais da diferença atuam na produção de uma experiência religiosa em que a religião não se constitui como um fenômeno separado, mas sim como um ponto de intersecção no cruzamento com raça, gênero, classe e território.

Entrevistador: Você se considera uma pessoa religiosa, Marcela?

Marcela: Depende do ponto de vista do que é religião...

Entrevistador: Me explique o que é religião pra você então...

Marcela: Quando você fala religião geralmente é assim, é, você escolhe uma tribo, né? Ah, eu sou católica, eu sou evangélica, eu sou... sei lá, não tenho religião ou alguma coisa assim. Eu, religião pra mim é intimidade com Deus. Pronto. Pra mim isso eu considero, me considero uma pessoa muito íntima de Deus, muito assim... ao extremo, que quando eu falo as pessoas viram e falam assim: “você é evangélica, né? Você é de qual igreja?”. E não sou de nenhuma, não tenho... religião pra mim é isso, intimidade com Deus.

O registro acima foi dito no contexto de uma entrevista de pesquisa, cujo foco era compreender como ocorre o processo de socialização dos/as jovens em espaços urbanos construídos como margem,

tendo por objeto de estudo suas vivências e costuras cotidianas entre os territórios e as religiosidades.

Deixe-nos iniciar este texto apresentando um pouco mais sobre Marcela, jovem mulher de 28 anos, negra, mãe solo, nascida e crescida na Ceilândia, “parte na CEI Norte, parte no Sol Nascente”, no Distrito Federal e trabalhadora autônoma. Marcela nasceu em “berço evangélico”, tendo sido criada na igreja principalmente por sua avó paterna, assembleiana, e por seu tio-avô paterno, pastor na Assembleia de Deus, Ministério de Madureira. Seu pai, agricultor, que faleceu quando ela ainda era criança, também era evangélico como seus familiares; já sua mãe era “menos de religião”, segundo seus próprios termos, e vinha de uma família tipicamente brasileira, que transita amplamente em meio a uma pluralidade de doutrinas cristãs como o pentecostalismo, o catolicismo e o espiritismo.

No caso de sua fala trazida acima, Marcela reflete sobre sua religiosidade, entendendo a religião como uma relação em que as noções de proximidade e intimidade cotidianas com uma divindade não seriam propriedade de um saber cristão específico, mas sim mais amplo, aberto a um contato que não estaria cerceado aos espaços de culto. Marcela atravessa em sua ideia de religião as noções de experiência, reconhecimento e identificação; muito mais do que um rito, a religião se constitui pela relação, e consequentemente, pela experiência do reconhecimento. Construir o caminho da religião enquanto experiência cotidiana nos exige abordar o cruzamento entre religião e juventude, entendendo o modo como as sociologias da juventude e religião trouxeram um caminho metodológico possível para o entendimento do que estamos considerando como religião vivida, que diz respeito a um distanciamento do lugar epistêmico e institucional do religioso, para pensar os processos cotidianos de relação e de ressignificação do pertencimento a uma comunidade de fé. Assim, um primeiro movimento do texto será introduzir o debate sociológico brasileiro sobre juventude, bem como sobre religiosidade, pensando os deslocamentos possíveis com as noções de reconhecimento e marcadores sociais da diferença. Num segundo momento, iremos contextualizar um pouco mais sobre como religiosidade e juventude se atravessam configurando espaços de reconhecimento e

de identificação na Ceilândia e no Sol Nascente (DF). Por fim, iremos abordar noções de interseccionalidade e marcadores sociais da diferença, tentando posicionar como tais elementos aparecem nas narrativas da Marcela ao ser interpelada por algumas questões da pesquisa.

Juventude, religiosidade e marcadores sociais da diferença em intersecção

Juventude e religiosidade são temas caros à Sociologia desde a sua fundamentação enquanto ciência, ao final do século XIX; contudo, a forma como essas temáticas passaram a ser abordadas mudou consideravelmente ao longo do tempo.

Se, por muitos anos, a juventude era definida principalmente com base em critérios biológicos e/ou etários, desde a década de 1970, intelectuais como o historiador francês Ariès (1975) passaram a pensar a juventude como uma categoria social, e, portanto, como uma construção social variável em função da sociedade analisada e devendo ser levado em conta o contexto – histórico, territorial, cultural, social, entre outros – observado.

A partir disso, vale destacar que, à luz de importantes cientistas sociais brasileiras/os como Helena Abramo (1994; 2005), Juarez Dayrell (2003; 2007) Miriam Abramovay (2010), defende-se que a juventude não pode ser abordada como uma categoria homogênea, e por isso, preferimos falar de “juventudes” no plural, considerando-as como uma construção social, produto de uma sociedade determinada formada por múltiplos fatores. Nessa concepção, os/as jovens são – ou deveriam ser – reconhecidos/as pela sociedade como um todo e como sujeitos de uma identidade própria.

Análise semelhante pode ser feita no que tange à forma como os estudos socioantropológicos brasileiros sobre as religiosidades sofreram mudanças epistêmicas ao longo dos anos. As primeiras análises socioantropológicas sobre religiões datam do final do século XIX e início do XX, mediante a necessidade de se pensar os desdobramentos do capitalismo e das mobilizações civis ocorridas no contexto europeu da Revolução Industrial. Nesse sentido, as leituras de Max Weber (2001)

são substanciais ao enxergarem no protestantismo uma chave ética de manutenção das relações de trabalho operadas em contextos capitalistas. Durkheim (2009), em seu livro *As formas elementares da vida religiosa*, também subverte um olhar específico da religião como uma institucionalidade ao focar o totemismo como religiosidade mais elementar de onde seria possível compreender a construção de sistemas sociais de classificação e de representação. Porém, ao falar sobre o poder agregador e de coesão social presente nas formas plurais de religião, o autor recorre ao conceito de *ecclesia*, trazendo para o centro de sua análise a imagem cristã do ajuntamento das igrejas (Durkheim, 2009).

No Brasil, o campo dos estudos socioantropológicos sobre religiões manteve-se muito vinculado ao olhar para a religião como uma institucionalidade; sobretudo até o início dos anos 2000, predominou o paradigma defendido por cientistas sociais como Antônio Pierucci (1989), Ari Oro (2001) e Ricardo Mariano (2004), com leituras que focalizaram as relações sobre religiões e esfera pública, com base na teoria weberiana da secularização. A noção de secularização aparece em Max Weber ao construir as diretrizes epistêmicas da modernidade; segundo o autor, o marcador importante da constituição social moderna é a secularização das esferas, colocando cada vez mais a religião como um problema do âmbito privado. Pierucci (1998, texto sem paginação), que foi um importante intérprete das teorias weberianas, define secularização como “o abandono, redução, subtração do status religioso”. Com isso, durante um bom tempo, parte significativa das produções acadêmicas sobre o tema entendia que era importante compreender a religião no Brasil a partir desse debate, monitorando sempre a presença das instituições religiosas nas outras esferas sociais.

A partir da década de 1990, é possível perceber uma mudança nas leituras da religião enquanto um fenômeno da esfera privada, ou mesmo com indicadores de secularização e dessecularização, abrindo margem para se pensar as religiosidades como uma ética cotidiana. Tal leitura marca os trabalhos desenvolvidos pelo Iser (Instituto de Estudos da Religião) com temas como o da pesquisa coordenada por Regina Novaes e Maria das Graças Floriano sobre os evangélicos e o debate racial (1985), ou mesmo o das pesquisas de Patrícia Birman (1996) sobre

mulheres na umbanda e nas igrejas pentecostais, e o das pesquisas de Clara Mafra sobre mulheres, casamentos e religiosidade como um *ethos* cultural (2002).

Os trabalhos de Paula Montero (2006; 2012; 2016) também são importantes para pensar um afastamento das leituras institucionalizantes orientadas pelo paradigma da secularização, ao discutir as relações entre religião e espaço público a partir de um diálogo com o conceito de esfera pública de Habermas (2014), bem como da noção de secularismo de Talal Asad (2001). Pensar as religiosidades nesse contexto permite se reconhecer configurações religiosas distintas das constituídas nos contextos do Norte Global, abrindo a possibilidade de compreensão para regimes de institucionalidade e relações distintas com a ideia de público. Assim, entendemos que, nas últimas décadas, o campo socioantropológico sobre religiões e religiosidades vem descentralizando o foco de igrejas, denominações e expressões de fé convencionalmente estruturadas. Os esforços permitem um olhar em direção à religião vivida, à dimensão material produzida pelos sujeitos de fé, aos processos identitários e à imbricação entre religião e outros circuitos (como criminalidade, periferia, mídia etc.). Ainda nesse cenário se reformularam as tradicionais disposições analíticas que partem da divisão entre religião e esferas públicas, ou mesmo, das religiosidades como uma ontologia fenomenológica e separada, para pensar a religião como um eixo de sujeição que atravessa o cotidiano dos sujeitos na relação com outros marcadores, tais como juventude, raça, gênero e território.

Depois de falarmos sobre as mudanças que ocorreram nos estudos das religiosidades no campo das Ciências Sociais, agora podemos falar um pouco sobre as transformações sociais que o cruzamento com a religião suscita no contexto nacional. As principais transformações ocorreram a partir de meados dos anos 1980, quando emergiram as articulações e os movimentos religiosos evangélicos no cenário público brasileiro (Burity, 2006) e, paralelamente, quando se modificaram as relações entre religião e sociedade. Neste contexto, os sistemas tradicionais passaram a ser questionados e a perder espaço para o proveito de releituras e novas adesões, sinalizando na esfera da religião a presença

de metamorfoses e múltiplas formas de crer e de ritualizar (Rodrigues, 2012).

Desde então, os dados dos Censos Demográficos apontam para três tendências principais: i) aumento de pessoas que se declaram “sem religião”; ii) declínio das pessoas que se declaram “católicas”, e; iii) aceleração do aumento de pessoas autodeclaradas “evangélicas”. É a terceira tendência que aqui mais nos interessa.

Vários estudos apontam ser cenário comum a presença maciça de igrejas evangélicas nos bairros populares e periféricos das cidades brasileiras, fenômeno amplamente reconhecido por especialistas em estudos do campo religioso brasileiro (Almeida, 2011; Almeida; Barbosa, 2013; Arenari, 2015; Mariz; Gracino Jr., 2013; Novaes, 2011; Teixeira, 2013; Vital da Cunha; Oliveira, 2021). Em termos numéricos, dados do Novo Mapa das Religiões (Neri; Melo, 2011, p. 26) apontaram que, em 2009, a maior proporção de evangélicos/as possuía renda salarial compatível ao que se denomina como classe D, com 15,3%, sendo que nas classes AB a proporção foi de 6,3% (no total da população, a proporção foi de 12,8%). Assim, ainda considerando que os evangélicos tenham aumentado em termos numéricos e percentuais em todo o país, este é um fenômeno, particularmente, presente nas periferias brasileiras. A pesquisa realizada pelo Grupo Datafolha (Balloussier, 2020) em 2020 aprofunda ainda mais esses dados ao demonstrar que 58% das pessoas que se declaram evangélicas no Brasil são mulheres, dentre as quais 43% se identificam como pardas e 16% como pretas. Outro dado importante diz respeito ao perfil geracional: 62% das pessoas evangélicas têm entre 15 e 44 anos, o que nos coloca diante da importância da fala da Marcela, nossa interlocutora de pesquisa cujos trechos de fala foram citados na primeira seção deste texto. Se o tema da juventude nos parece essencial para pensar a religião vivida como tecnologia de reconhecimento, nos cabe aqui reforçar dois pontos centrais a serem desenvolvidos. O primeiro diz respeito à diversidade de alternativas e à ampla circulação de jovens por denominações distintas, visto que, como aponta Amaral (2013), “é uma tendência à consolidação na cultura brasileira de uma religiosidade bombardeada por muitas ofertas” (2013, p. 302) e de uma cultura religiosa “que se constrói constantemente por meio da ação de

sujeitos reflexivos, às voltas com suas escolhas e combinações, por entre os diversos campos religiosos e não religiosos, como os do entretenimento e do consumo” (2013, p. 295).

A segunda tendência, que caminha em paralelo, diz respeito à não institucionalização das práticas e crenças que, segundo Hervieu-Léger (1997), se explicaria “como expressão de um protesto contra o enquadramento institucional empobrecedor da experiência tanto pessoal, quanto coletiva da fé” (1997, p. 42), e como um sinal da “crise da transmissão” (Hervieu-Léger, 1999, p. 64) no sentido de que a identidade religiosa é cada vez menos herdada, e sim, uma construção individual. Esse ponto nos remete novamente para a fala de Marcela, que faz questão de discorrer sobre sua visão de desinstitucionalização da religião, pensando seu vínculo como algo mais relacional e cotidiano.

Em síntese, segundo os/as autores/as vistos acima e com base no que foi observado empiricamente em campo, estamos diante de religiosidades cada vez mais suscetíveis à subjetividade dos/as seus/suas jovens frequentadores, estes/as cada vez mais autônomos/as e confrontados/as a uma ampla gama de religiosidades presentes para além da esfera privada, pois cada vez mais ocupando os espaços públicos, os quais frequentam e pelos quais circulam, transitando entre as diversas denominações, formas de sociabilidades e práticas religiosas ofertadas em seu contexto. É nesse sentido que o conceito de reconhecimento nos parece substancial.

Religião e juventude na periferia do DF: território e reconhecimento

Brasília é uma cidade reconhecida internacionalmente como um exemplo de planejamento urbano. O que costuma passar ao largo da história de fundação da capital do país é que a constituição da cidade de Brasília dependeu de um projeto organizado de segregação territorial incentivado pelo Governo Federal.

No final dos anos 1950, um importante conjunto populacional – composto, sobretudo, por famílias nordestinas, pretas e pardas – foi incentivado a vir para o Planalto Central para oferecer sua mão de obra na construção civil, sob a promessa de instalar-se definitivamente na

“capital da esperança”. Inicialmente, esses trabalhadores, denominados de candangos, se estabeleceram em assentamentos próximos aos canteiros de obra da futura capital, até serem removidos e realocados em Vilas Operárias em áreas próximas, contudo, não preparadas urbanisticamente para receber tamanho contingente populacional (Nunes, 2007).

Ao final da década de 1960, acompanhando o “alerta” feito pelo urbanista Lúcio Costa com o objetivo de “impedir a proliferação de favelas” na Capital Federal, os governantes locais deram continuidade à política urbano-segregacionista, ao “apartheid urbano” (Paviani, 2005) e à “política urbano-separatista voltada para os moradores que carregavam os marcadores de raça e classe” (Santos, 2020, p. 7-8). Logo, as Vilas Operárias passaram a ser socialmente construídas como “invasões”, portanto, seus moradores, como “invasores”, a serem retirados das áreas valorizadas do Plano Piloto. Foi este o ponto de partida do processo de formação das periferias no Distrito Federal.

Em 1969, cria-se a Campanha de Erradicação de Invasões – CEI – campanha publicitária que, em um primeiro tempo, atuou no intuito de convencer a opinião pública sobre a necessária remoção das populações das Vilas Operárias para realocá-las em “um território mais civilizado” (Queirós, 2013). Em março de 1971, cerca de 80 mil pessoas foram removidas da Vila do I.A.P.I – uma das principais Vilas Operárias da Capital Federal – e realocadas nesse novo território, onde não havia, contudo, nenhuma infraestrutura urbana básica, surgindo assim uma nova “cidade-satélite”, batizada de Ceilândia, em referência ao nome da campanha CEI.

Em suma, a despeito de ter sido uma cidade planejada, que supostamente representaria um “novo começo modernista” para o país e uma “nova vida” para os sujeitos que vieram edificá-la, Brasília, em sua gênese, reproduziu de forma reforçada e amplificada a dinâmica espacial, social e racial segregacionista já vigente no resto do país.

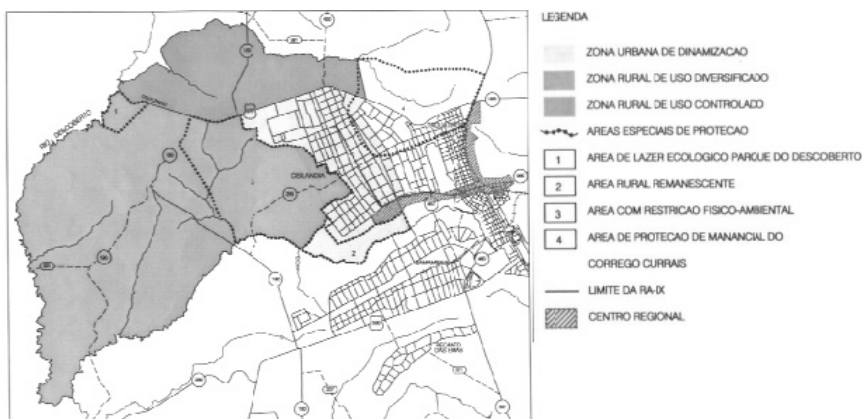
Após a criação de Ceilândia, prolongou-se a dinâmica de “periferização urbana”¹ no quadrilátero de forma polinucleada e iniciaram-

1 Por periferização urbana, considera-se: primeiro, que o espaço periférico sofre de um desenvolvimento desigual em relação ao centro, onde a periferia é o espaço segregado, degradado e onde vive a camada mais carente da população; segundo, denuncia-se o fato de

-se outros assentamentos – designados como “invasões” – na região periférica da Capital Federal que somente viriam a ser reconhecidos e regularizados anos depois. Ceilândia mesmo, inicialmente subdividida em quatro áreas, devido à chegada constante de mais moradores para a região e ao aumento do valor de suas terras, viu seu território se expandir vertiginosamente ao longo dos anos, com a formação de novas “periferias das periferias” (Guellati, 2018).

O Setor Habitacional Sol Nascente surgiu do parcelamento urbano das chácaras localizadas na zona rural de Ceilândia (Figura 1), que era constituída por lotes de propriedade da União cedidos, por meio de concessão de uso a chacareiros, com a condicionalidade do uso produtivo da terra.

Figura 1 – Macrozoneamento de Ceilândia



Fonte: PDL (Ceilândia), 2010.

Em meados de 1990, teve início o parcelamento de chácaras para fins de moradia por famílias que, em decorrência da morte do titular da concessão de uso, parcelavam a terra como “herança”. Nos anos 2000, com a intensificação da ocupação para fins de moradia no setor, houve uma crescente ação de “grileiros de terra” que atuavam na venda

que tais aglomerados urbanos se propagam, de forma circular nos arredores ou em bolsões de pobreza em meio à cidade, nos grandes centros urbanos. Assim, distâncias se criam, não somente físicas, mas também sociais (Guellati, 2015, p. 37).

irregular dos lotes. A região cresceu rapidamente, de forma desordenada e com condições mínimas de infraestrutura urbana, em uma tônica muito semelhante à de diversas áreas habitacionais do quadrilátero.

Em agosto de 2019, o setor foi desmembrado de Ceilândia, e, por conta de sua grande extensão territorial, a RA Sol Nascente/Pôr do Sol foi subdividida em quatro setores: trecho 1, trecho 2, trecho 3 e Pôr do Sol. Atualmente, com 83 mil habitantes, a região é composta por uma população predominantemente masculina, negra e jovem, de origem migrante e com baixo nível de escolaridade, segundo a PDAD de 2018 (Codeplan, 2019).

Vale destacar também que o Sol Nascente, assim como Ceilândia, são regiões conhecidas pelos seus altos índices de violência. Não por acaso, Ceilândia é a RA que registra, já há alguns anos, o maior número absoluto de homicídios no DF e onde ocorrem crimes de diversas ordens, sobretudo contra o patrimônio. Quanto ao Sol Nascente, por se tratar de um setor habitacional mais recente e onde ainda segue em trâmite a regularização dos loteamentos, uma dinâmica particular de violência associada às questões territoriais e mais especificamente à grilagem de terra atinge esse território especialmente, temática enfatizada pelas manchetes jornalísticas locais e nacionais sobre a região: *Sol Nascente, um lugar dominado pelo medo e pela grilagem* (Pinheiro, 2017); *PCDF prende 17 suspeitos de auxiliar na grilagem de terras no Sol Nascente* (Matos, 2020).

Essa característica histórica do Sol Nascente vai ao encontro da história de vida de nossa interlocutora Marcela, que teve o pai assassinado em um suspeito caso de grilagem de terra, isto embora o crime nunca tenha sido devidamente esclarecido.

Em março de 2023 foi noticiado, em cadeia nacional (Reis; Doyle, 2023) que, segundo os dados preliminares do Censo 2022, o Sol Nascente tinha ultrapassado a Rocinha, no Rio de Janeiro, se tornando “a maior favela do país”.² Nos dias seguintes, vários veículos de comunicação reiteraram essa notícia causando uma reação dúbia por parte de

2 Vale salientar que, em uma notícia semelhante de 2013, o Sol Nascente já tinha sido mencionado como maior do que a Rocinha, mas em termos populacionais, sendo que esse último levantamento faz referência ao número de domicílios nessas regiões.

alguns jovens do Sol Nascente participantes da pesquisa. Enquanto uns fizeram com que os olhos do país se virassem para a situação deles (“tomara que assim o governo faz alguma coisa pra nós, estamos na capital do país!”), outros se sentiram desprestigiados pela designação do Sol Nascente como uma favela.³ “chamar a gente de favela aí pegou pesado, tá bom que aqui é meio ruim ainda, mas aqui não é favela não, favela é aqueles *morro* lá do Rio!”.

Por se tratar de uma área de ocupação ainda não totalmente regularizada, com um total de mais de 32 mil aglomerados subnormais, com ausência de padrão urbanístico regular, carência de serviços públicos essenciais e a despeito de se encontrar em uma planície e não em um morro, podemos sim identificar o Sol Nascente como mais uma – e a maior – favela brasileira. Vale, contudo, desenhar um retrato mais aprofundado de tal realidade nos apoiando nas narrativas dos/as próprios/as jovens da localidade, a exemplo de Marcela, e saber como estes/as definem e traduzem a sua relação com o Sol Nascente e a Ceilândia:

Quem reclama muito é por falta do que fazer, viu? Primeiro que aqui já tá melhorando demais as coisas tudo (sic), a cidade tá evoluindo, as melhorias tá chegando... demora sim, mas tá chegando. Melhor assim na verdade, porque como diz meu pai estamos construindo o Sol Nascente do nosso jeito, temos nossa casa própria, não precisamos viver de aluguel, isso é bom demais [...] E eu gosto do Sol Nascente, mais do que da Ceilândia (risos) sei que ainda é meio que tudo misturado e que ainda precisamos resolver muitas coisas com a Ceilândia, na Ceilândia ainda, né, mas me sinto em casa mesmo é no Sol Nascente, aqui é minha quebrada, saca. Problema da CEI é que é muito grande, tem muita gente, aí é... tem de tudo (risos) (Davi, 20 anos).

Já morei no Sol Nascente, depois na Ceilândia e depois de novo no Sol Nascente. Eu gosto daqui, viu? A cidade tem muitos problemas, sim, mas eu gosto das pessoas, da humildade, da simplicidade, da

3 Sublinha-se que o IBGE designa como aglomerados subnormais “formas de ocupação irregular de terrenos de propriedade alheia – públicos ou privados – para fins de habitação em áreas urbanas e, em geral, caracterizados por um padrão urbanístico irregular, carência de serviços públicos essenciais e localização em áreas com restrição à ocupação. No Brasil, esses assentamentos irregulares são conhecidos por diversos nomes como favelas, invasões, grotas, baixadas, comunidades, vilas, ressacas, loteamentos irregulares, mocambos e palafitas, entre outros”.

solidariedade também e nunca tive problema com ninguém. Quem vem de fora só vê os problemas, eu vejo as pessoas, por isso não foco tanto nos problemas que tem. Pode melhorar muito, claro, mas se as pessoas não mudarem isso é o que mais importa pra mim. Quer saber, certeza que apesar da pobreza, da violência, de tudo, não duvido que as pessoas daqui do Sol Nascente são muito mais felizes que as de outros lugares do DF (Marcela, 28 anos).

Essas narrativas juvenis atestam de que maneira a “quebrada”, a “comunidade”, a cidade deles/as é sinônimo de pertencimento, de apego, de identidade e de boas relações interpessoais, ainda que não negando a existência de problemas no cotidiano, entre eles a questão da violência, a da insegurança e a da estigmatização territorial.

Marcela é também símbolo e testemunha de duas características que saltam aos olhos ao observarmos o cotidiano da Ceilândia e do Sol Nascente: i) a forte presença de jovens ocupando os territórios; ii) a onipresença cristã na região.

Por ser “cria da CEI” e ter acompanhado o surgimento da atual RA do Sol Nascente, Marcela se autodefine como “eu faço parte dessa história” e declara conhecer boa parte da região “na palma da mão”:

É uma experiência muito doida ser jovem, criança, crescer aqui, né? Eu vivi plenamente isso, e olha que na minha época as coisas eram mais dureza porque não tinha assim... não tinha as redes sociais como hoje em dia, e também não tinha tanto o que fazer, quero dizer, que já foi pior, sabe? Quando eu era criança, adolescente, a gente se virava, a gente criava nosso espaço na cidade porque espaço pra gente não tinha muito. Sempre tinha muita criança brincando na rua, adolescentes nos becos, bonde disso daquilo. E não era porque eu era da igreja que eu não tava nesses espaços não (risos). Já tinha como hoje os encontros das batalhas de rima e dos evangélicos nas praças da cidade. A juventude ceilandense é muito ativa, temos ótimos esportistas, artistas, rappers etc., tem muita cultura aqui também! (Marcela, 28 anos).

Durante a conversa com a Marcela, em sua casa, fomos interrompidos por um carro de som em que ouvimos em alto e bom tom louvores e demais cantorias de cunho religioso:

Esse carro sempre passa aqui (risos), quando não é do carro de som, é da igreja mesmo, aí, logo na esquina da minha rua. Tem dias que vai até tardão da noite, o povo da igreja cantando, gritando, falando em línguas (risos) eu já nem ouço mais, me acostumei. Faz parte do folclore do Sol Nascente (Marcela, 28 anos).

Essa fala da Marcela serve de introdução à segunda característica observada no cotidiano desse território: a onipresença cristã. Dela, assim como de outros jovens da região, ouviu-se aquela famosa frase de que: *“aqui no Sol Nascente, e na CEI, é assim, você tem uma igreja, um bar, uma igreja, um bar”*. Cena particular da vida cotidiana que foi relatada no diário de campo do pesquisador e registrada em uma das visitas de campo: “sigo por mais alguns metros e uma rua representa com perfeição uma menção comum dos jovens sobre a localidade. Em uma mesma rua vejo um bar-sinuca/distribuidora de bebidas e uma igreja” (Figura 2). [excerto do diário de campo] (Guellati, 2023, p. 192-193).

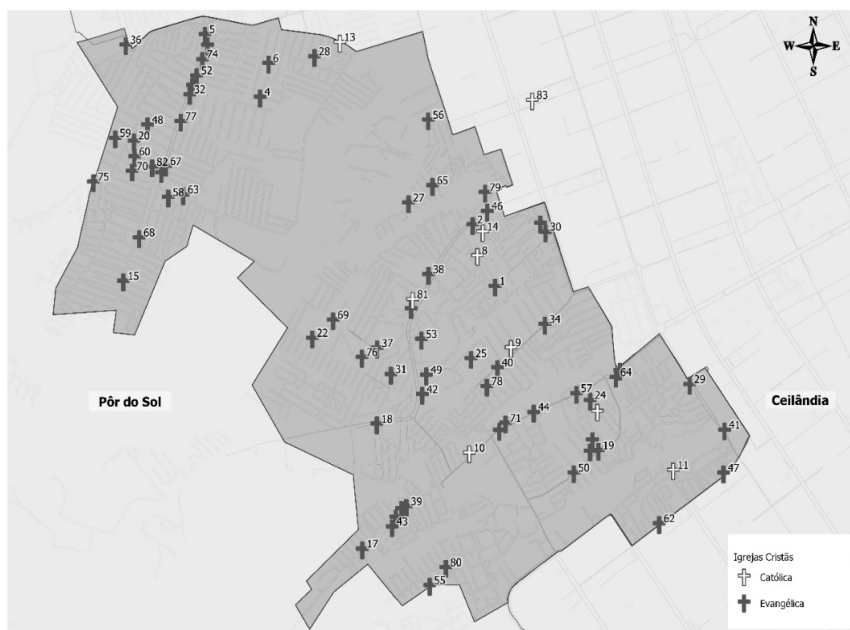
Figura 2 – Um bar-sinuca/distribuidora de bebidas e uma igreja – Sol Nascente/Ceilândia – maio de 2022



Fonte: Autoria própria (Guellati, 2023).

Para ir além da menção feita por Marcela e outros, a partir das informações fornecidas pelo Google Maps, foi realizada uma geolocalização dos espaços religiosos situados no Sol Nascente, quando mais de 200 locais de culto foram referenciados (Mapa 1).

Mapa 1 – Locais de culto – Sol Nascente



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/ Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação. Elaborado pelo autor (Guellati, 2023).

Apesar de o mapa acima “falar por si mesmo”, visitas em campo foram feitas no intuito de confirmar esse resultado e, com base nisso, algumas considerações foram tecidas.

A primeira é a de que, em uma rápida caminhada, confirmamos *in loco* a consistência da ideia de onipresença cristã no Sol Nascente, tendo em vista a quantidade de igrejas encontradas, e que, portanto, não é de todo improvável que existam realmente mais de 200 igrejas nesse território. Destaca-se também a variedade de denominações, algumas mais recorrentes e outras menos, espalhadas por todo o território – “para cima e para baixo” – do Sol Nascente.

A segunda é a de que são distintas as igrejas, casas de culto, centros religiosos e semelhantes; em outros termos, são diversos os tipos de espaços religiosos cristãos, que se fazem presentes no Sol Nascente.

A terceira e última consideração é a de que, além dos múltiplos espaços religiosos que se encontram no Sol Nascente, há também espaços

públicos da região que são utilizados pela população local, sobretudo os jovens, para práticas de religiosidades, como a Praça da Bíblia, localizada no setor P Norte, na Ceilândia, assim como as próprias escolas, nas quais ocorrem as reuniões como as do coletivo *Louvorão Mouvement*, segundo testemunho da própria Marcela.

Em suma, emergiu dessa pesquisa e das narrativas da Marcela o modo como, em localidades constituídas como “à margem”, a identificação territorial, em articulação com a identificação religiosa, contribui para que as juventudes periféricas se apropriem e (re)assumam o controle e a definição de suas próprias identificações individuais e coletivas.

Religião pode ser marcador social da diferença?

Algumas considerações

Eu acho que é um pouco eu esse meu jeito mais agressivo, talvez. Não chega a ser agressivo, mas acho que é eu. Eu sou uma mãe solo, negra, da periferia, eu corro atrás de tudo pro meu filho... eu tenho colhão. Eu tenho Deus comigo também (Marcela, 28 anos).

Compreender a religião como marcador social da diferença a partir de um exercício interseccional com outros marcadores sociais tais como raça, gênero, sexualidade, classe, geração e território nos permite olhar para a religião por uma perspectiva que se distancia do olhar para as institucionalidades, enfocando os regimes de práticas de diversos sujeitos sociais configurando uma estreita relação entre os sujeitos e as múltiplas formas de constituição de si. Tais práticas podem ser apreendidas em situações variadas, constituindo uma gramática moduladora que atravessa desde a experiência de mulheres negras frequentadoras de igrejas pentecostais que adotam a linguagem imagética das redes sociais para visibilizar seus testemunhos até a vivência nos terreiros, atrelando as performances a processos de pertencimento e resistência.

Mas o que são marcadores sociais da diferença e como pensar a intersecção como um dispositivo social importante nos processos de reconhecimento e de construção das identidades sociais?

Os marcadores sociais da diferença são categorias que organizam os indivíduos a partir de alguns aspectos de diferenciação (Zamboni,

2014). Tal categoria emerge nas Ciências Sociais, no contexto dos estudos sobre gênero, sexualidade e raça, durante a década de oitenta e noventa, porém é a partir dos anos 2000 que a noção de marcadores sociais passa a circular com mais força, principalmente no Brasil, atrelada à noção de categorias em articulação e, em seguida, à noção de interseccionalidade (Moutinho, 2014).

A noção de categorias em articulação, que antecede o conceito de interseccionalidade e foi usada, sobretudo, para pensar eixos de sujeição e estratégias de resistência como evidência (Piscitelli, 2008), surge como um cuidado teórico-metodológico comum às análises antropológicas sobre as desigualdades constitutivas das relações sociais em contextos atravessados pela colonialidade. Grosso modo, trata-se da necessidade de se olhar para os pontos nos quais diferentes relações de poder se entrecruzam. É desse exercício que raça, classe e gênero emergem como elementos que precisam ser compreendidos como eixos articulados (Collins; Bilge, 2020; McClintock, 2010) e cujo esforço culmina em um espaço interdisciplinar de engajamento global (Carbado, 2019). Dentro desse imaginário de observar as questões sociais a partir de um olhar que pensasse a articulação das categorias, os marcadores sociais mais comuns foram, gênero, sexualidade, raça, classe e geração.

A partir do século XXI, com uma maior circulação do conceito de interseccionalidade, a noção de marcadores sociais da diferença foi atravessada pela noção de eixos de subordinação, deixando mais evidente que falar sobre reconhecimento, intersecção e relação exigia, sobretudo, um olhar para as teorias do poder. Nesse sentido, os principais eixos de subordinação seriam raça, gênero e classe (conforme Kimberlé Crenshaw, 2001), e passam a ser pensados numa relação mais direta com territorialidades e com a questão colonial, como sugerem os estudos pós-coloniais e decoloniais.

Considerando esse pequeno preâmbulo sobre marcadores sociais, articulação e intersecção, nos parece importante pensar: o que considerar a religião como um marcador social de diferença nos permite fazer? Trata-se de reformular as tradicionais disposições analíticas que partem da divisão entre religião e esferas públicas, ou mesmo das religiosidades como uma ontologia fenomenológica e separada, para pensar a religião

como um eixo de sujeição que atravessa o cotidiano dos sujeitos na relação com outros marcadores. Conforme entendemos, as pessoas não são apenas constituídas pelas relações sociais, mas também agem nos processos que as constituem e nos eixos de poder que as atravessam, conforme afirmam Talal Asad (2001; 2010) e Judith Butler (2014).

A conjunção entre pertencimento religioso, juventude, corpo e identidade de gênero é uma preocupação de longa data das pesquisas socioantropológicas produzidas no Brasil, sobretudo a partir da consolidação do pentecostalismo como um fenômeno protagonizado por mulheres. Regina Novaes, em 1985, ao tratar da conversão de católicos no Nordeste, já apontava para o papel fundamental das mulheres pentecostais na tessitura de rupturas e continuidades provocadas pela adesão à nova fé. Cecília Mariz, em 1994, também salientou o protagonismo das mulheres rumo à mudança de religião e o mecanismo por meio do qual a fé promovia experiência de aumento da autoestima, poder (cura do corpo e da alma) e um senso de coerência mediado pela ideia de que Deus tinha um plano para os fiéis. Maria das Dores Campos Machado, um ano depois, mostrou o trato de temas como sexualidade, contracepção e planejamento familiar, e acentuou o modo como as mulheres poderiam ser “estratégicas” no uso da religião, evitando assumir determinadas responsabilidades nas tomadas de decisão no domicílio. Esses são apenas alguns exemplos de como a literatura cobriu bem o entrecruzamento entre religião, corpo e gênero, embora apenas após a primeira década dos anos 2000 houvesse atenção ao delineamento a partir da identidade racial a despeito de há muito tempo ser sabido que os evangélicos são um grupo predominantemente constituído por mulheres negras (Moraes Teixeira; Reis, 2023; Reis; Moraes Teixeira, 2022).

Quando vamos para a atual conjuntura social, os marcadores religião, raça, gênero, classe e território nos parecem um exercício analítico necessário considerando a maneira como eles aparecem no centro das disputas pelos regimes de operação do Estado cujos sentidos são produzidos na relação direta com a noção de família. Essa correlação entre “família” e os aparelhos estatais é fundamental para compreensão de que a religião e os outros marcadores sociais da diferença ocupam os mais variados espaços de poder, com destaque, sobretudo, no cenário

político nacional que, nos últimos anos, foi marcado pelas práticas políticas desenvolvidas no governo Bolsonaro. Assim, ao pensar a religião como um marcador social que atua em relacionalidade direta com outros marcadores, pretendemos pensar os processos de construção das legibilidades do agir e quais os regimes de agência dos sujeitos políticos. Importa salientar que entendemos que a gramática e os sentidos dos marcadores sociais da diferença não estão dados, isto é, eles não são estáveis, mas variam e são disputados entre diferentes grupos e sujeitos políticos.

Entendemos, ainda, que parte desse esforço exige compreender a religião a partir das práticas cotidianas. Como ressaltado em outro texto (Reis, 2021), os movimentos produzidos pelos próprios crentes e aquilo que eles dizem sentir, viver e reivindicar devem ser considerados tanto quanto os discursos das lideranças. Estudos que assumem a religião vivida como base das suas análises indicam que priorizar as narrativas institucionais significa reconhecer uma hierarquia entre as formas de viver e apreender a religião que ignora suas contradições e ambivalências (Schielke; Debevec, 2012). Nesse sentido, desvelar as formas de viver a religião é fundamental para compreendermos os novos sentidos atribuídos à ideia de ser evangélico e tudo o que vem atrelado a isso.

Portanto, discutir as dimensões produtoras desses sujeitos fomenta a investigação dos mecanismos que tornam visíveis os processos de subjetivação e como os marcadores sociais da diferença são cruzados nos variados processos de elaboração e apresentação de si. Nesse sentido, o conceito de “público” passa a ser entendido como um espaço de interação responsável por constituir indivíduos cuja existência depende de técnicas publicizadoras (Butler, 2018).

Assim, ao postular a religião como um marcador social da diferença que atua em relacionalidade direta com outros marcadores, pretendemos jogar luz sobre os processos de construção das legibilidades do agir e os regimes de agência dos sujeitos políticos/sociais. Intentamos pensar sobre como os usos dos marcadores aparecem no centro das disputas

pelos regimes de operação do Estado, ocupando os mais variados espaços de poder, com destaque, sobretudo, para o cenário político nacional dos últimos anos. Importa salientar que entendemos que a gramática e os sentidos dos marcadores não estão dados, isto é, eles não são estáveis, mas variam e são disputados entre diferentes grupos e sujeitos políticos, portanto, sendo mais do que fundamentais a abertura de espaço para o debate e o escrutínio dessas categorias e enunciações.

Referências bibliográficas

ABRAMO, Helena Wendel. *Cenas juvenis: punks e darks no espetáculo urbano*. São Paulo: Scritta, 1994.

ABRAMO, Helena Wendel. Condição juvenil no Brasil contemporâneo. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (org.). *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Perseu Abramo, 2005.

ABRAMOVAY, Miriam. *Gangues, gênero e juventudes: donas de rocha e sujeitos cabulosos*. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos – SDH, 2010.

ALMEIDA, Ronaldo de. A expansão pentecostal: circulação e flexibilidade. In: TEIXEIRA, Faustino; MENEZES, Renata (org.). *As religiões no Brasil: continuidades e rupturas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

ALMEIDA, Ronaldo de; BARBOSA, Rogério. Transmissão religiosa nos domicílios brasileiros. In: TEIXEIRA, Faustino; MENEZES, Renata (org.). *Religiões em movimento. O Censo de 2010*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

AMARAL, Leila. Cultura religiosa errante. O que o Censo de 2010 pode nos dizer além dos dados. In: TEIXEIRA, Faustino; MENEZES, Renata (org.). *Religiões em movimento. O Censo de 2010*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

ARENARI, Brand. América Latina, pentecostalismo e capitalismo periférico: Aproximações teóricas para além do culturalismo. *Civitas – Revista de Ciências Sociais*, [S. l.], v. 15, n. 3, p. 514-527, 2015.

ARIÈS, Philippe. *L'enfant et la vie familiale sous l'Ancien Régime*. Paris: Seuil, 1975.

ASAD, Talal. Reading a Modern Classic: W. C. Smith's "The Meaning and End of Religion". *History of Religions*, [S. l.], v. 40, n. 3, p. 205-222, 2001.

ASAD, Talal. A construção da religião como uma categoria antropológica. *Cadernos de Campo* (São Paulo 1991), [S. l.], v. 19, n. 19, p. 263-284, 2010.

BALLOUSSIER, Anna Virgínia. Cara típica do evangélico brasileiro é feminina e negra, aponta Datafolha. *Folha de S. Paulo*, Belém, 13 de janeiro de 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/01/cara-tipica-do-evangangelico-brasileiro-e-feminina-e-negra-aponta-datafolha.shtml> Acesso em: 21 Ago. 2024.

BIRMAN, Patrícia. Cultos de possessão e pentecostalismo no Brasil: passagens. *Religião & Sociedade*, [S. l.], v. 17, n. 1-2, p. 90-109, 1996.

BURITY, Joanilo A. *Redes, parcerias e participação religiosa nas políticas sociais no Brasil*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Massangana, 2006.

BUTLER, Judith. Regulações de gênero. *Cadernos Pagu*, [S. l.], p. 249-274, 2014.

BUTLER, Judith. *Corpos em aliança e a política das ruas: notas sobre uma teoria performativa de assembleia*. 2. ed. [S.l.]: Civilização Brasileira, 2018.

CARBADO, Devon. States of Continuity Or State of Exception: Race, Law and Politics in the Age of Trump Symposium: Constitutional Law in the Trump Era. *Constitutional Commentary*, [S. l.], 2019.

CODEPLAN. *Sol Nascente/ Pôr do Sol: um retrato demográfico e socioeconômico*. Brasília: Codeplan, 2019.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. *Interseccionalidade*. São Paulo: Boitempo, 2020.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*. Ano 10. 2002.

DAYRELL, Juez. O jovem como sujeito social. *Revista Brasileira de Educação*, [S. l.], n. 24, p. 40-52, 2003.

DAYRELL, Juez. A escola "faz" as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. *Educação & Sociedade*, [S. l.], v. 28, n. 100, p. 1105-1128, 2007.

DURKHEIM, Émile. *As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

GUELLATI, Y. *Os jovens em seu bairro. Efeitos de bairro e sociabilidades juvenis no município de Águas Lindas de Goiás*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de Brasília – UnB, 2015.

GUELLATI, Y. Efeitos de bairro e sociabilidades juvenis no município de Águas Lindas de Goiás. *Revista CIS*, v. 15, n. 24, p. 31-46, 2018.

GUELLATI, Y. *Sociabilidades e identificações juvenis em bairros populares no Brasil e na França: territorialidades e religiosidades*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Brasília, 2023.

HABERMAS, Jurgen. *Mudança estrutural da esfera pública. Investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa*. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

HERVIEU-LÉGER, Danièle. Representam os surtos emocionais contemporâneos o fim da secularização ou o fim da religião?. *Religião e Sociedade*, [S. l.], v. 18, n. 1, p. 31-47, 1997.

HERVIEU-LÉGER, Danièle. *Le pèlerin et le converti. La religion en mouvement*. Paris: Champs-Flammarion, 1999.

MAFRA, Clara. *Na posse da palavra – religião, conversão e liberdade pessoal em dois contextos nacionais*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2002.

MARIANO, Ricardo. Expansão pentecostal no Brasil: o caso da Igreja Universal. *Estudos Avançados*, [S. l.], v. 18, n. 52, p. 121-138, 2004.

MARIZ, Cecília Loreto; GRACINO JR., Paulo. As igrejas pentecostais no Censo 2010. In: TEIXEIRA, Faustino; MENEZES, Renata (org.). *Religiões em movimento. O Censo de 2010*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

MATOS, Willian. PCDF prende 17 suspeitos de auxiliar na grilagem de terras no Sol Nascente. *Jornal de Brasília*. 16 de jun. de 2020. Disponível em: <https://jornaldebrasil.com.br/brasil/pcdf-prende-17-suspeitos-de-auxiliar-na-grilagem-de-terras-no-sol-nascente/>.

MCCLINTOCK, Anne. *Couro imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2010.

MONTERO, Paula. Religião, pluralismo e esfera pública no Brasil. *Novos estudos CEBRAP* [online], [S. l.], v. 74, p. 47-65, 2006.

MONTERO, Paula. Controvérsias religiosas e esfera pública: repensando as religiões como discurso. *Religião & Sociedade*, [S. l.], v. 32, n. 1, p. 167-183, 2012.

MONTERO, Paula. “Religiões públicas” ou religiões na esfera pública? Para uma crítica ao conceito de campo religioso de Pierre Bourdieu. *Religião & Sociedade*, [S. l.], v. 36, p. 128-150, 2016.

MORAES TEIXEIRA, J.; REIS, L. Mulheres evangélicas para além do voto: notas sobre processos de engajamento, política e cotidiano. *Debates do NER*, p. 11-64, 22 mar. 2023.

MOUTINHO, L. Diferenças e desigualdades negociadas: raça, sexualidade e gênero em produções acadêmicas recentes. *Cadernos Pagu*, [S. l.], v. 42, p. 201-248, 2014.

NERI, Marcelo Cortes; MELO, Luísa Carvalhaes Coutinho de. Novo Mapa das Religiões. *HORIZONTE – Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião*, [S. l.], v. 9, n. 23, p. 637-673, 2011.

NOVAES, Regina. Os jovens, os ventos secularizantes e o espírito do tempo. In: TEIXEIRA, Faustino; MENEZES, Renata (org.). *As religiões no Brasil. Continuidades e rupturas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

NOVAES, Regina; FLORIANO, Maria da Graça. O negro evangélico. *Comunicações do ISER*, [S. l.], n. edição especial, 1985.

NUNES, Brasilmar Ferreira. Consumo e identidade no meio juvenil: considerações a partir de uma área popular do Distrito Federal. *Sociedade e Estado*, [S. l.], p. 647-678, 2007.

ORO, Ari Pedro. Neopentecostalismo: dinheiro e magia. *Ilha Revista de Antropologia*, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 071085, 2001.

PAVIANI, Aldo. *Brasília: dimensões da violência urbana*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2005.

PIERUCCI, Antônio Flávio. Representantes de Deus em Brasília: a bancada evangélica na constituinte. *Ciências Sociais Hoje*, [S. l.], n. 11, p. 104-32, 1989.

PIERUCCI, Antônio Flávio. Secularização em Max Weber: Da contemporânea serventia de voltarmos a acessar aquele velho sentido. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, [S. l.], v. 13, n. 37, p. 43-73, 1998.

PINHEIRO, Mirelle. Sol Nascente, um lugar dominado pelo medo e pela grilagem. *Metrópoles*. 15 de jan. de 2017. Disponível em: <https://www.metrópoles.com/materias-especiais/sol-nascente-um-lugar-dominado-pelo-medo-e-pela-grilagem>.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. *Society and Culture*, [S. l.], v. 11, n. 2, p. 263-274, 2008.

QUEIRÓS, Adirley. *A cidade é uma só?* Brasília, 2013.

REIS, Anna; DOYLE, Luísa. Sol Nascente, no DF, se torna a maior favela do Brasil, segundo prévia do Censo 2022. *G1*, 17 mar. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2023/03/17/sol-nascente-no-df-se-torna-a-maior-favela-do-brasil-segundo-previa-do-censo-2022.ghtml>. Acesso em: jan. 2024.

REIS, Livia. Tempos de pandemia, práticas cotidianas e projeto de nação: de que evangélicos estamos falando?. *Debates do NER*, [S. l.], v. 21, n. 40, p. 391-413, 2021.

REIS, L.; MORAES TEIXEIRA, J. Religiões e raça. *Religião & Sociedade*, v. 41, p. 11-23, 9 mar. 2022.

RODRIGUES, Denise dos Santos. Os sem religião nos censos brasileiros: sinal de uma crise do pertencimento institucional. *HORIZONTE – Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião*, [S. l.], v. 10, n. 28, p. 1130-1153, 2012.

SANTOS, Marcos Vinícius Rodrigues dos. *SHIS e Terracap versus Povo. A luta da Associação dos incansáveis moradores de Ceilândia (1971-1988)*. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso em História – Universidade de Brasília, 2020.

SCHIELKE, Samuli; DEBEVEC, Liza. *Ordinary Lives and Grand Schemes. An Anthropology of Everyday Religion*. New York: Berghahn, 2012.

TEIXEIRA, Faustino. O Censo de 2010 e as religiões no Brasil: esboço de apresentação. In: TEIXEIRA, Faustino; MENEZES, Renata (org.). *Religiões em movimento. O Censo de 2010*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

VITAL DA CUNHA, Christina; OLIVEIRA, Paola Lins de. Sentidos de transformação na street art. Religião, arte e política nos anjos de Wark da Rocinha. In:

GIUMBELLI, Emerson; PEIXOTO, Fernanda Arêas (org.). *Arte e religião: passagens, cruzamentos, embates*. [S.l.]: ABA Publicações, 2021.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Martin Claret, 2001.

ZAMBONI, M. Marcadores sociais da diferença. *Sociologia: Grandes Temas do Conhecimento*, [S. l.], v. 1, p. 14-18, 2014.

Considerações finais

Sociologia para quê? Essa pergunta já foi escutada por muitas professoras e professores da área, especialmente em cursos de *Introdução à Sociologia*. Ela pode partir desde uma aversão à disciplina, constituída por incompreensões políticas e do senso comum, ou pelo limitado ou mesmo total desconhecimento desse campo de estudos. Como afirmamos no texto de apresentação, partimos do pressuposto de que não é possível fornecer uma resposta única para essa pergunta, e sequer pensamos que essa resposta paradigmática deva existir. Não obstante, isso não significa desmerecer a pergunta ou estigmatizar aquele que questiona. Ela pode servir, justamente, de ponto de partida para a incursão sociológica. Qual a função de uma área do conhecimento? Quem determina essa função? Quem tem o poder de determiná-la? O conhecimento está igualmente distribuído e acessível a todas e todos? As formas de interpretação científica do mundo social são privilégio de alguém ou de algum grupo específico?

É somente ao legitimar a primeira pergunta que podemos desdobrá-la em tantas outras. O questionamento sobre os usos da Sociologia integra o questionamento da própria história do ensino superior, do papel da educação, dos caminhos do processo formativo de um profissional, da hierarquização e da circulação do conhecimento, entre outros temas axiais para a compreensão da contemporaneidade. Com a coletânea, envidamos esforços em produzir conhecimentos introdutórios que colaboram com a formação de diferentes profissionais e que reforçam a relevância da disciplina nos currículos escolares. Dessa forma, a partir de suas pesquisas empíricas, as autoras e os autores trouxeram questionamentos que provocam e demandam do(a) leitor(a) uma autorreflexão sobre seus posicionamentos sociais e suas próprias práticas profissionais. “Sociologia para quê?” também é uma pergunta sobre utilidade, responsabilidade, limites e implicações das decisões de todas as outras profissões.

Em *Teoria Social e Epistemologia*, os(as) autores(as) propuseram uma reflexividade sobre a própria Sociologia, desenvolvendo, assim,

uma Sociologia da Sociologia. Os textos da primeira seção convidam as demais áreas do conhecimento a voltarem-se a si mesmas e analisar criticamente suas histórias, compreendendo os agentes e as instituições que as levam a ser o que são, a produzirem o que produzem, e da forma como produzem.

Em *Conhecimento e Cultura*, os textos apresentam questionamentos sobre o que é a nação brasileira, como as pessoas se mobilizam coletivamente e como são vários os espaços de aprendizagem. Mais especificamente, os(as) autores(as) que integram essa seção colocam em foco como nenhum conhecimento, saber, conceito ou técnica se instaura socialmente sem que atravesse um conjunto de disputas, instituições, oposições e correlações de força. É preciso questionar os modos de construção do conhecimento e das identidades (regionais, nacionais, sociais), de modo a compreender melhor como se estabelecem. São percepções que, quando desenvolvidas, colaboram com as tomadas de decisões de profissionais envolvidos no mundo da arte e educação, por exemplo, mas também daqueles que compõem a burocracia estatal, de profissionais do direito, da administração, entre tantos outros. Assim, essa seção contribui para o desenvolvimento de um pensamento crítico que reflete sobre como as ações sociais estão imersas em disputas mais complexas do que as aparências revelam.

As colaborações da seção *Trabalho, Desigualdades e Diferenças* apontam para a compreensão de como formas antigas de opressão e de exploração persistem e se recriam no mundo contemporâneo. A transdisciplinaridade dessa abrangente linha de pesquisa da Sociologia é evidente e necessária. Estudantes de Engenharia de Produção, Ciência da Computação, Administração, Direito, *Design*, entre outros cursos que trabalham ativamente na criação de novas tecnologias e de formas de gestão do trabalho e de pessoas, podem usufruir dessas análises sociológicas, refletindo como essas ferramentas e técnicas são apropriadas pelas formas de produção do capitalismo atual, mantendo relações de opressão que perpassam marcadores sociais como gênero, raça, classe, orientação sexual, entre outros.

Por fim, em *Política, Religião, Cidadania e Segurança Pública*, os(as) pesquisadores(as) do PPGSOL oferecem suas interpretações nas

temáticas de violência e conflitualidade, política, democracia, religião e outros fenômenos da vida em sociedade. Profissionais que trabalham com a juventude têm acesso a um material qualificado para entender as disputas e os conflitos nesse grupo social, e como tais conflitos podem se transformar em experiências de violência dentro das instituições escolares. As pesquisas sobre segurança pública e sistema judicial possibilitam que operadores do direito percebam as forças sociais de produção das leis, que implícita ou explicitamente operam escolhas racialmente discriminatórias. A Sociologia Política, por sua vez, permite uma compreensão mais ampla de como valores e crenças podem se aglutinar em perspectivas políticas autoritárias. Por fim, a Sociologia da Religião apresenta os fluxos religiosos contemporâneos, pensando na religião enquanto marcador social da diferença e trazendo importantes reflexões sobre o cotidiano local.

Esperamos, com tais produções intelectuais do PPGSOL, ter demonstrado o alcance e o potencial da Sociologia no processo formativo das mais diversas profissões. Como já mencionado, a coletânea não abrange (nem poderia abranger) todos os campos e subcampos da disciplina. Da mesma forma, trazemos aqui apenas uma parcela do que é a produção do Programa de Pós-Graduação de Sociologia que, em seus 53 anos de existência, conta com mais de 315 teses de doutorado e 439 dissertações de mestrado defendidas. Mas esperamos que a coletânea possa auxiliar professoras e professores de *Introdução à Sociologia* a construir suas ementas e bibliografias de curso a partir da diversidade de suas turmas e contextos. E convidamos nossos leitores, por fim, a conhecer mais da Sociologia e das produções dos(as) pesquisadores(as) do PPGSOL por meio do *site* do programa¹ e dos periódicos *Sociedade & Estado*² e *Revista Pós*.³

1 Disponível em: <https://ppgsol.unb.br/>

2 Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/index>

3 Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/revistapos/issue/view/2718>

Sobre as(os) autoras(es)

Alberto Luís Araújo Silva Filho

Doutorando e mestre em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB), realizando trabalho na linha de pesquisas Trabalho, Desigualdades e Diferenças. É pesquisador do Núcleo de Estudos sobre Diversidade Sexual e de Gênero (NEDIG/CEAM/UnB); do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Mulheres (NEPEM/CEAM/UnB); e do Núcleo de Pesquisas sobre Instituições e Políticas Públicas (CNPq/UFPI). Tem interesse e/ou experiência nas seguintes linhas de pesquisa: estudos sobre gênero e sexualidade, estudos sobre masculinidades, políticas públicas para a população LGBTQIA+, direitos humanos e diversidade e movimentos sociais.

Artur Guimarães Dias Pimentel

Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília, com mestrado e bacharelado em Sociologia, além de licenciatura plena em Ciências Sociais. Membro do grupo de pesquisa Cultura, Memória e Desenvolvimento (CMD). Seus interesses de pesquisa concentram-se em estudos culturais, com especial ênfase na sociologia da arte, sociologia do audiovisual e pensamento social no Brasil.

Daniel de Freitas Nunes

Doutorando em Sociologia e mestrado em Educação pela Universidade de Brasília. Graduação em Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Desenvolve pesquisas na área de educação com ênfase em pobres e educação superior pública. Tem experiência no trabalho com bases de dados do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais – Inep/MEC tais como Enade, Censo da Educação Superior e Enem com ênfase no tratamento de informações socioeconômicas e de desempenho acadêmico. Foi professor EBTT do Instituto Federal do Tocantins – IFTO no interstício 2017-2019, e atualmente é professor do Instituto Federal Goiano – IF Goiano.

Eduardo Rodrigues Santos

Natural do Quilombo Lagoas, Piauí. Doutorando em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília. Mestre em Sociologia pela mesma instituição, com a dissertação intitulada *“O futuro do mundo está no mato”: conexões entre o Quilombo Lagoas e a terra.*

Flávia de Sousa Oliveira

Mestra em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGSOL) da Universidade de Brasília (UnB). Bacharel e licenciada em Sociologia pela Universidade de Brasília. Foi integrante do Programa de Educação Tutorial (PET) de Sociologia e participou da Empresa Júnior de Ciências Sociais (Socius) na mesma instituição, tendo atuado especialmente com os temas: Sociologia Política; Participação Política da Juventude; Afetos/Emoções Políticas; Engajamento Político e Experiência; e Sociologia da Juventude. Atualmente faz parte do grupo de pesquisa Socioantropologia das Transformações vinculado ao Laboratório de Estudos de Teoria e Mudança Social (Labemus).

Gabriela da Costa Silva

Mestra em Sociologia pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Brasília. Assessora de Comunicação da Secretaria de Políticas de Ações Afirmativas, Combate e Superação do Racismo (Separ) do Ministério da Igualdade Racial. Criadora de conteúdo e divulgadora científica na iniciativa Leia Preta (@leia_preta) no Instagram, com a qual ganhou menção honrosa no II Prêmio de Divulgação Científica da Anpocs, na categoria discente. Cocriadora do *podcast* Câne Invertido, no Spotify. Dedicar-se a pesquisas voltadas para literatura de autoria negra, intelectualidade negra, arte e cultura.

Jacqueline Teixeira

Professora adjunta no Departamento de Sociologia da UnB (SOL/UNB) e do Programa de Pós-graduação em Sociologia (PPGSOL/UNB). Atua como professora convidada no Programa de Pós-graduação em

Educação da USP. É doutora e mestre em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo (USP). Possui graduação em Ciências Sociais (USP/2008) e graduação em Teologia (Universidade Presbiteriana Mackenzie/2012). É pesquisadora do Cebrap (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento), realizando pesquisas nas áreas de gênero, raça, sexualidade e religião. Pesquisadora colaboradora do Iser (Instituto de Estudos da Religião) e coordenadora do Crespo-UnB (Cultura, Religião, Sujeitos e Política). Atualmente é coordenadora adjunta do Comitê de Gênero e Sexualidade da ABA (Associação Brasileira de Antropologia) e membro do Comitê editorial da *Cadernos Pagu*. Suas áreas de pesquisa são religião e marcadores sociais da diferença, educação e direitos humanos, sujeitos e políticas. É sócia da empresa Muntu, realizando consultorias sobre questões raciais e de gênero, religião, política e eleições.

João Pedro Inácio Peleja

Doutorando e mestre (2022) em Sociologia pela Universidade de Brasília. Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Goiás (2019). Atualmente compõe a equipe técnica do projeto de pesquisa “Para onde vai o trabalho humano na era digital?”. É membro do Grupo de Pesquisa Trabalho e Teoria Social (GPTTS) e do Grupo de Estudos e Pesquisas para o Trabalho (GEPT), ambos da UnB. Tem interesse na área de Sociologia, com ênfase nos seguintes temas: plataformas digitais; controle algorítmico; entregadores por aplicativos; transformações no mundo do trabalho; desigualdade racial; teoria social e metodologia de pesquisa.

João Vitor Rodrigues Loureiro

Doutor em Sociologia e mestre em Direitos Humanos e Cidadania, ambos pela Universidade de Brasília (UnB). Graduado em Direito pela UFMG. É pesquisador vinculado ao Laboratório de Gestão de Políticas Penais da UnB, e integra a carreira federal de Desenvolvimento de Políticas Sociais. Atualmente é professor substituto no Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília. Seus interesses e temas de pesquisa concentram-se na relação entre o Sistema de Justiça Criminal

e a sociedade, na produção de legitimidade das agências de controle do crime, e na análise de evidências sobre o sistema prisional.

Laura Gonçalves de Lima

Graduada em Relações Internacionais pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – *campus* de Franca. Mestra em Ciências Sociais pelo Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas, Ceppac, da Universidade de Brasília. Doutora em Sociologia pelo Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília. Pesquisadora do Núcleo de Estudos sobre Violência e Segurança (Nevis) da Universidade de Brasília e pesquisadora associada do Instituto de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos (INCT-Ineac) da Universidade Federal Fluminense. Pesquisa temas relacionados a violência, racismo, juventudes, democracia, cidadania e segurança pública.

Laura Valle Gontijo

Laura Valle Gontijo é estudante do doutorado no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília (UnB). Atualmente está como pesquisadora visitante na King's College London (KCL). Na Universidade de Brasília, participa do Grupo de Pesquisa Trabalho e Teoria Social (GPTTS) e do Grupo de Estudos e Pesquisas para o Trabalho (GEPT).

Mateus Lôbo

Doutorando em Sociologia e mestre em Ciência Política (2017) pela Universidade de Brasília, instituição pela qual é licenciado em Ciências Sociais (2020) e bacharel em Ciência Política (2013). Sua pesquisa de doutorado tem como foco a obra de Gilberto Freyre. Na UnB, integra a equipe do grupo de pesquisa “Arte, Sociedade e Interpretações do Brasil”, coordenado pelo professor Eduardo Dimitrov. Minhas áreas de interesse são: identidades nacionais e nacionalismos, interpretações do Brasil, modernidade e pós-modernidade, Modernismo e pensamento político e social no Brasil.

Paulo César Martins Stumpf

Possui graduação em Sociologia, bacharelado e licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília, é mestre em Sociologia e Antropologia pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e doutorando em Sociologia pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade de Brasília. É também professor efetivo de Sociologia na Secretaria de Estado e Educação do Distrito Federal.

Salles Dimitri Melo Oliveira

Doutorando do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade de Brasília. Bacharel em Ciência Política (2013), licenciado em Ciências Sociais (2015) e mestre em Sociologia (2019) pela mesma instituição. Professor efetivo da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF). Tem experiência em pesquisa sobre movimentos sociais, ação coletiva, participação política e teoria sociológica contemporânea. Recentemente, tem voltado seus interesses de pesquisa para os conflitos socioambientais, mais especificamente sobre a temática dos conflitos pela água.

Samuel Silva Borges

Samuel Silva Borges é doutor e mestre em Sociologia e bacharel em Ciência Política pela Universidade de Brasília. Além de pesquisador, foi produtor do canal Cifra Oculta, dedicado a popularizar debates críticos sobre dominações sociais, e exerceu em sua trajetória ativismos em coletivos, frentes e organizações políticas de esquerda radical. Sua dissertação, indicada ao Prêmio Anpocs, foi premiada em terceiro lugar no Concurso de Monografias do IBCCRIM de 2019, e publicada em 2022 pela Editora D'Plácido com o título *Imagens da Ideologia Punitiva: “nova direita” e hegemonia político-criminal*.

Tiago Franco de Paula

Doutorando em Sociologia pela Boston College com concentração nas áreas de Sociologia da Religião e Sociologia Política. Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGSOL) da Universidade

de Brasília (UnB). Bacharel em Sociologia e licenciado em Ciências Sociais pela mesma universidade. Pesquisa na área de Sociologia da Religião, com foco em estudos sobre o pentecostalismo e a atuação política e social das igrejas pentecostais no Brasil. Também trabalha na área de Sociologia Política, em que pesquisa neoliberalismo, conservadorismo e ascensão das novas direitas no Brasil e no mundo; assim como a relação desses fenômenos com a religião e o protestantismo no ocidente. Já realizou pesquisas nas áreas de cultura, identidade e povos indígenas nas Américas e no Ártico, com produções voltadas para o acesso à educação por parte de povos indígenas e para a preservação de territórios dos nativos no âmbito global.

Yacine Guellati

Doutor e mestre em Sociologia pela Universidade de Brasília. Pesquisador do Nevis/ UnB e do INCT-InEAC. Tem experiência na área de Sociologia Urbana e da Violência, atuando principalmente nos seguintes temas: segurança pública, sociabilidades juvenis, sociabilidades religiosas e etnografia urbana.

esta obra foi composta em
Minion Pro 11,5/15 pela
Editora Zouk e impressa em
papel Pólen Natural 80g/m²
pela gráfica PrintStore
em setembro de 2024

O livro *Sociologia Para Quem?* propõe-se a responder à incômoda pergunta sobre a utilidade da sociologia feita pelo senso comum, seja por desconhecimento seja por posicionamentos contrários a uma perspectiva mais progressista. Os(as) autores(as) da presente coletânea respondem à pergunta-título mostrando como a sociologia pode ser essencial para a construção de um ponto de vista mais abrangente da vida social. Dialogando com a teoria sociológica, literatura, relações raciais, movimentos sociais, violência, religiosidade, democracia e outros temas, o(a) leitor(a) tem em suas mãos respostas múltiplas e heterogêneas acerca do para que a sociologia. Essas respostas são úteis não somente ao(à) leitor(a) diletante, mas também aos(às) professores(as) responsáveis por ministrar sociologia seja no ensino médio seja nos cursos de introdução à sociologia. Boa Leitura!

Joaze Bernardino-Costa

Professor PPGSOL/UnB

Publicam nesta edição:

Alberto Luís Araújo Silva Filho
Artur Guimarães Dias Pimentel
Daniel de Freitas Nunes
Eduardo Rodrigues Santos
Flávia de Sousa Oliveira
Gabriela da Costa Silva
Jacqueline Teixeira
João Pedro Inácio Peleja
João Vitor Rodrigues Loureiro

Laura Gonçalves de Lima
Laura Valle Gontijo
Mateus Lôbo
Paulo César Martins Stumpf
Salles Dimitri Melo Oliveira
Samuel Silva Borges
Tiago Franco de Paula
Yacine Guellati